

# REVISTA

DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MINAS GERAIS



#29.2

ISSN 2316-770X

A Revista da Universidade Federal de Minas Gerais é uma publicação quadrimestral e tem o objetivo principal de abordar temáticas específicas, numa perspectiva interdisciplinar, podendo divulgar também resultados de pesquisas e de produções teóricas e artísticas diversas.

## GESTÃO 2022-2026

Sandra Regina Goulart Almeida  
REITORA

Alessandro Fernandes Moreira  
VICE-REITOR

Rui Rothe-Neves  
CHEFE DE GABINETE

Ivan José da Silva Lopes  
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Claudia Andréa Mayorga Borges  
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Bruno Otávio Soares Teixeira  
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Fernando Marcos dos Reis  
PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Maurício Freire Garcia  
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E  
DESENVOLVIMENTO

Isabela Almeida Pordeus  
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Maria Márcia Magela Machado  
PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS

Tarcísio Mauro Vago  
PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Estevam Barbosa de Las Casas  
DIRETOR DO IEAT - UFMG

## Revista da UFMG

EDITORA  
Ana Maria Rabelo Gomes

EDITORES CONVIDADOS PARA ESTA EDIÇÃO  
Roberto Vecchi  
Sabrina Sedlmayer Pinto

CURADORIA ARTÍSTICA  
Isabela Sales Prado

CURADORA CONVIDADA PARA ESTA EDIÇÃO  
Sabrina Sedlmayer Pinto

EDITOR EXECUTIVO  
Rogério Palhares Zschaber de Araújo

SECRETARIA EXECUTIVA  
Tatiana Pereira Queiroz

PORTAL DE PERIÓDICOS UFMG  
Bruno Oliveira  
Carla Oliveira

## FICHA CATALOGRÁFICA

R 454 Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. –  
vol.15, 1965- – Belo Horizonte : UFMG, 1965- v. : il.  
Quadrimestral, 2021-.  
Anual de 1965-1969.  
A partir do v. 27, n. 1, 2021, passa a ser quadrimestral.  
A partir do v. 19, n. 1/2, 2012 passa a ser semestral.  
Título anterior: Revista da Universidade de Minas Gerais, 1929-  
1964.  
ISSN 2316-770X.  
Disponível em: <[https://periodicos.ufmg.br/index.php/revista-  
daufmg/index](https://periodicos.ufmg.br/index.php/revista-daufmg/index)>.  
Quadrimestral  
Inclui bibliografia.  
1. Ensino superior- Periódicos. I. Universidade Federal de Minas  
Gerais.

CDD: 378.405 CDU: 378

Elaborada pela D'ITTI – Setor de Tratamento da Informação  
Biblioteca Universitária da UFMG.  
Bibliotecário Rafael Gonçalves Dias. CRB: MG-003277/O.

## TRADUÇÃO

Sidney Bezerra

## PROJETO GRÁFICO

Leo Ruas

## PRODUÇÃO GRÁFICA

Warren Marilac, Editora da UFMG

## DIAGRAMAÇÃO

Lucas Matoso, Estagiário do IEAT

## REVISÃO

Manuel Antônio Cardoso Empresarial

## PRODUÇÃO EXECUTIVA

Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG

*Conselho editorial*

Alfredo González-Ruibal •

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO PATRIMÔNIO, ESPANHA

Anísio Brasileiro de Freitas Dourado •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE, BRASIL.

Edésio Fernandes •

UNIVERSITY COLLEGE LONDON, REINO UNIDO, BRASIL.

Emerson Dionísio Gomes de Oliveira •

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB, BRASIL.

Estevam Barbosa de Las Casas •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Guilherme Ary Plonski •

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP, BRASIL.

Heloisa Soares de Moura Costa •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Joachim Michael •

UNIVERSIDADE DE BIELEFELD, ALEMANHA.

João Antônio de Paula •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

José Antônio Rocha Gontijo •

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP, BRASIL.

Leila Christina Dias •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, UFSC - BRASIL

Luiz Bevilacqua •

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, UFRJ - BRASIL.

Luiz Carlos Dias •

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP, BRASIL.

Luiz Oosterbeek •

INTERNATIONAL COUNCIL OF PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES, UNESCO.

Maria do Carmo de Freitas Veneroso •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, UFMG, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro •

INSTITUTO MARIA HELENA ANDRÉS, BRASIL.

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, UFMG, BRASIL.

Roberto Vecchi •

UNIVERSIDADE DE BOLONHA, ITÁLIA.

Sérgio Schneider •

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, BRASIL



## Comissão Editorial

Ana Maria Rabelo Gomes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Estevam Barbosa de Las Casas •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Heloisa Soares de Moura Costa •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Isabela Sales Prado •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro •

INSTITUTO MARIA HELENA ANDRÉS, BRASIL.

Rogério Palhares Zschaber de Araújo •

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6.627,  
Campus Pampulha - Unidade Administrativa III,  
Sala 151 - Pampulha - Belo Horizonte - MG | CEP 31270-901 | +55 (31) 3409-4123 | 3409-5509

## Pareceristas dessa edição

Ana Maria Rabelo Gomes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Ailsson Barbosa de Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD, BRASIL.

Carlos Henrique Leite Brandão

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Celina Borges Lemos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Daniel Medeiros de Freitas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Diego Vinícius Brito dos Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN, BRASIL.

Felipe Nunes Coelho Magalhães

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Gustavo Henrique Campos de Faria

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Jimmy Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR, BRASIL.

Juliana Braga Guedes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC, BRASIL.

Júnia Maria Ferrari de Lima

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Lucas Martins de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP, BRASIL.

Marcela Silviano Brandão Lopes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Murillo Noli da Fonseca

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - PUCPR, BRASIL

Pedro Casagrande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Raphael Grazziano

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC, BRASIL

Roberto Luiz de Monte-Mór

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Rita de Cássia Lucena Velloso

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

Taís Furtado Pontes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM, BRASIL

Thiago Canettieri de Mello Sá

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG, BRASIL.

# Sumário

8

**EDITORIAL**  
Reconstruções

SABRINA SEDLMAYER  
ROBERTO VECCHI

23

**SOBRE O ARTISTA E SUAS IMAGENS:**  
A obra mineral de Pedro Motta

45

Reconversão de  
paisagens minerárias

RENATA PARANHOS

69

Cronicidade dos processos de  
reconstrução e recuperação em  
desastres

ALINE SILVEIRA VIANA  
VICTOR MARCHEZINI  
ALICE GAMBARDELLA

95

Declaração da conferência de  
Estocolmo sobre Meio Ambiente  
Humano, meio século depois:  
entre o sonho e a realidade

ANA CAROLINA MENDES  
GERALDO MENDES

121

Confiança, destinação e  
ausência de destino

SILVINA LOPES

143

Destino mineral

JOÃO PEDRO CARVALHO

163

Arroz, feijão e macarrão

KATIA LOMBARDI

187

Acumulações,  
desposseções e  
a terra como comum

MARIANA CRUZ

217

A Arquitetura e a premente  
(re) construção do seu ethos  
técnico-profissional

CAROLINA ROSA

241

Plástica e urbanidade

ANDRÉ VAILLANT  
JOÃO VÍTOR ARAÚJO

■ Pedro Motta, Paisagem suspensa  
[Suspended Landscape], 2010–2011. 6  
fotografias [6 photos] impressão de tinta  
mineral em papel de algodão [mineral print  
on cotton paper] 100 x 100 cm



# RECONSTRUÇÕES

Este número reúne ensaios que se comprometem a refletir sobre o tema das reconstruções. Ainda lidando com os impactos da Pandemia da Covid 19, a instabilidade que a fome vem provocando na população brasileira, assujeitados ao protagonismo das tecnologias na vida cotidiana, a formulação de Lévi-Strauss, também cantada por Caetano Veloso, “*Aqui tudo parece/ que era ainda construção /e já é ruína*” foi um início convidativo para refletirmos acerca das fraturas do projeto modernizador que caracteriza em particular o Brasil, e nos perguntar em que medida é possível reconstruir algo sobre bases que nunca foram coesamente tecidas. Nesse cenário, como comemorar o centenário da Semana de Arte Moderna e o seu desejo de nação, e também rever e revisar a importância de uma releitura dos 200 anos de Independência do Brasil ou os 300 anos de Minas Gerais?

Sabe-se que são muitos os gestos e os movimentos envolvidos nas reconstruções. Logo de início importa pôr em relevo o lugar do prefixo *re*, cuja etimologia em latim, *restituere*, já denota a ideia de uma ação repetida, de reparação e de restauro. Mas o que o termo, que literalmente significa construir de novo, é capaz de convocar ao pensamento na contemporaneidade? Este presente número da Revista UFMG tem como objetivo explorar, ampliar, constituir, modificar a ideia de recomeço e de retomada e convidar, de forma transdisciplinar, que áreas de conhecimento diversas operacionalizem a potencialidade desse verbo transitivo que coloca em questão não só a importância do objeto, como também a relação entre objetos, ou seja, o como reconstruir.

Outro potente campo reflexivo para entender o termo reconstrução encontra-se na tradução: a passagem de uma língua para outra significa o conhecimento de uma memória linguística e cultural ampla, mas também a capacidade de renovar uma frase assumindo a responsabilidade – e o risco – da reformulação na língua de chegada. A tradução é sempre um ato de ética, neste caso linguística, tal como a reconstrução é também, sempre, um ato de ética temporal com os tempos imbricados.

Assim, a reconstrução é uma oportunidade de inovação. O mesmo significado pode ser produzido de modos diferentes, por uma diversidade de combinações dos elementos constitutivos, mas que garanta – é este é o desafio – a produção e a tutela do mesmo sentido.



A reconstrução pressupõe sempre um posicionamento ético em relação ao tempo e deve ser pensada a partir do duplo movimento de desconstrução e reconstrução do objeto que a *práxis* da tradução exemplifica. Uma metáfora poderosa que se pode estender a todas as áreas de conhecimento que nesta fase estão empenhadas em reconstruir uma vida que se dilacerou, vidas machucadas.

Como abertura deste número, disponibilizamos a obra do artista Pedro Motta que, gentilmente, nos concedeu um acervo múltiplo e denso de suas mais recentes mostras. Trata-se de um trabalho que dialoga intensamente com as reflexões aqui reunidas e capaz de pensar Minas e o Mundo. Indaga, entre outras tantas questões, como a geoeconomia, a tecnociência dilapidaram as paisagens naturais, e o lugar da cultura (e de nós, viventes) dentro deste processo avassalador.

Após a leitura dessas imagens, passamos para a leitura dos textos, divididos em quatro blocos: recomenços; retomadas; retraduições e reparos.

O primeiro ensaio, “**Reconversão de paisagens minerárias**” reflete acerca da produção minerária no estado de Minas Gerais e toma como espécie de exemplo o cenário pós industrial na região da Bacia Minerária de Nord-Pas de Calais que teve sua economia e produção do seu espaço, fundada sobre o pilar de mono-atividade baseado na indústria minerária e como o governo francês foi obrigado a construir ferramentas de reconquista cultural para incitar os ânimos e trilhar seu caminho na busca pelo redesenvolvimento dessa região, bem como a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Comparativamente, recupera como a população de Minas Gerais foi assolada por duas grandes tragédias ambientais subsequentes em um período de quatro anos: rompimento da barragem de Fundão ocorrido em Mariana, seguido pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão em Brumadinho, configurou um dos maiores desastres ambientais brasileiros e mundiais. Demonstra como é tarefa urgente das mineradoras, do governo, dos estados, dos municípios e da sociedade brasileira repensar e readequar a mineração em moldes sustentáveis e de excelência.

O artigo a seguir, intitulado “**Cronicidade dos processos de reconstrução e recuperação em desastres: as histórias que nem todos avós poderão contar**”, tem como objetivo analisar as especificidades dos idosos nos processos de reconstrução e recuperação em desastres. As histórias sobre reconstrução e recuperação em desastres podem ser preenchidas por essas narrativas dos meios de comunicação da grande mídia, pela história

oral dos sobreviventes que, por vezes, também criam mecanismos para registrar por escrito seus testemunhos quando seu drama não é mais utilizado como mercadoria na grande mídia.

Conclui apontando como os estudos aprofundados e interdisciplinares sobre a afetação e recuperação nos desastres, auxilia para formação de uma visão mais ampliada das intersecções interinstitucionais e de saber que podem ser de grande valia para aumentar a resiliência social e ofertar melhores condições de resposta nas fases de reparação e reconstrução em contextos de desastres

**“Declaração da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano, meio século depois: entre o sonho e a realidade”** propõe examinar os princípios da Declaração à luz da realidade brasileira e mais especificamente da Amazônia, uma região emblemática do esforço mundial em compatibilizar progresso com preservação da biodiversidade e dos ecossistemas. A Declaração de Estocolmo representa não somente um marco no processo de proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, mas também no gerenciamento dos recursos naturais e na jurisprudência que trata das questões ambientais.

Argumenta-se que os atuais problemas ambientais e sociais enfrentados pela humanidade são enormes e talvez ainda maiores são os desafios que se apresentam para um futuro não muito distante, sobretudo impostos pela poluição, consumismo exagerado, exaustão dos recursos naturais, aumento populacional e concentração da riqueza. No entanto, há que se considerar também a imensa capacidade humana de criar, recriar, transformar e tomar novos rumos. Assim, é preciso manter a coragem e a esperança, revigorar os ânimos e tocar em frente com otimismo. Nesse contexto, vale lembrar a lição de Edward Wilson, renomado biólogo da conservação, criador do termo biodiversidade e falecido no final de 2021, aos 92 anos: - Já que dependemos de uma abundância de ecossistemas funcionais para purificar nossa água, enriquecer nosso solo e fabricar o próprio ar que respiramos, a biodiversidade claramente não é uma herança a ser descartada descuidadamente.

O segundo bloco abre com o ensaio teórico da ensaísta portuguesa Silvina Rodrigues Lopes. Em **Confiança, destinação e ausência de destino** problematiza-se como a questão da reconstrução se confronta, simultaneamente, com o poder tecnocientífico enquanto esmagador da emergência de potencialidades éticas e poéticas e com as pre-

tensões de soberania absoluta, de cujo combate contra a incerteza decorrem práticas sociais e políticas identitárias igualmente voltadas para o controle e exclusão.

Quando se diz que é preciso reconstruir entende-se que alguma coisa, natural, fabricada ou espiritual, foi destruída e que, dado o seu valor, deve voltar a ser construída.

No entanto, o problema da reconstrução, renovação ou restituição está fora das competências tecno-científicas; relaciona-se, no entanto, com estas, com os problemas decorrentes dos malefícios dos seus usos, insistindo na reflexão sobre hipóteses que contrariem a tendência para o seu domínio absoluto da socialidade e da natureza. O haver sentido, essencial à alegria do mundo, afirma-se no movimento do dirigir-se ao outro que se coloca para além da sua finitude no cuidado que presta e recebe, na afirmação, ética, da humanidade do homem. Indefinível, essa humanidade não é compatível com uma condenação a ser-para-a-morte, pois a disponibilidade para os outros, a quem se ama e se socorre, com quem se aprende e a quem se ensina, deixa marcas que ficam para além do tempo de vida. Por haver sentido, cada um é outro, tornando-se infinito, não identificável, eterna repetição do diferente na palavra “eis-me” que, com Lévinas, se entende ser abertura da significância, do gesto ético. A aposta deste não é num futuro previsível nem numa salvação final, é sim a de salvaguarda do inacabado, enquanto abandono da posição de sujeito e restituição ao drama em que a fidelidade aos outros e ao que deles vem insiste através do que se altera – expressão de gratidão e partilha

Aproximando-se da literatura, da arte e da música, o trabalho “**Destino mineral — a montanha e sua ausência em Drummond, Manfredo Souzanetto e Villa-Lobos**” propõe-se observar como a montanha (enquanto espaço físico ou simbólico), assim como sua ausência, orientam a criação artística e determinam a percepção de um eu no mundo. Para além de Drummond, selecionamos outras obras que abordam elementos minerais — como a Sinfonia No. 6, de Villa-Lobos e o postal *O lugar da ausência*, de Souzanetto

No período romântico, o protagonismo da montanha nas artes, dado que os entes geológicos são percebidos, também, enquanto sujeitos. No século XX, contudo, no período do Antropoceno — quando Drummond, Villa-Lobos e Souzanetto compõem —, há o protagonismo da ação humana, que transforma a montanha e faz dela o que bem entender (inclusive, transforma-a em ausência). É **inegável que a mineração produz o nada**, mas, indaga-se: diante da presença da ausência, como estabelecer uma nova relação identitária com um espaço esburacado e triste?

No terceiro bloco temos abordado a questão das migrações e seus recomeços (e traduções).

**Arroz, feijão e macarrão: entrelaçamentos e reconstruções da cultura alimentar de imigrantes italianos em São João del-Rei** parte dos relatos orais de integrantes de seis famílias de imigrantes italianos em São João del-Rei, Minas Gerais – Longatti, Giarola, Lovatto, Tortoriello, Lombardi e Spinelli –, procuramos estabelecer relações entre lembranças, reconstruções, transferências culturais e alimentação. Desde que os imigrantes italianos chegaram ao Brasil, as práticas alimentares têm sido o laço mais forte que eles mantêm com a cultura do país de origem.

Sabe-se que a alimentação é uma forma de marcar identidades, afirmar pertencimento, cultivar tradições. Os preparos alimentares são transmitidos ao longo das gerações – trata-se de conhecimentos dinâmicos e introduzidos no novo habitat. Diante do passado fragmentado, quase apagado, revisitado pela memória, pós-memória e imaginação dos participantes da pesquisa, refletimos sobre o movimento de reconstrução e reorganização das mais de 400 famílias que fazem parte da lista de moradores de São João del-Rei. Se à princípio estavam situados em entre-lugares, “em uma terceira margem”, como relatou Mauro Lovatto (2020), nos tempos atuais, encontram-se adaptados à cultura do país e da cidade que os receberam.

A seguir, em **Acumulações, desposseções e a terra como comum: reconstruções decoloniais para a Terra Brasilis**, aborda-se os cercamentos, as desposseções e a concentração fundiária no Brasil. Essas reconstruções, apresentadas como um outro modo de fazer pesquisa, partem do reconhecimento da história como ferramenta útil para compreensão das relações sociais e assumem a relevância de recontá-la a partir de múltiplas vozes e culturas, abrindo espaço para o fazer e o pensar dos sujeitos historicamente silenciados. As características que marcaram a acumulação primitiva continuam presentes nas relações de colonialidade do capitalismo contemporâneo.

O último bloco, abriga dois trabalhos mais relacionados ao campo arquitetônico. O primeiro, **A Arquitetura e a premente (re) construção do seu ethos técnico-profissional** se pergunta como pensar a técnica em seu sentido clássico, de produzir pelo conhecer e revelar, em uma conjuntura na qual o conhecimento humano se expande e se aprofunda em proporções incomensuráveis, de modo que um único indivíduo é humanamente incapaz de dominar tantos ou mais saberes do que queriam Vitruvius e Alberti. Discute, entre outros pontos, a situação da Arquitetura enquanto campo de conhecimento e suas relações com a Construção. A hipótese é de que uma prática disciplinar da Arquitetura, que se reconhece

como algo distinto da Construção, tem sido responsável pelo seu esvaziamento. O tema é discutido à luz da questão da técnica no pensamento de Martin Heidegger, para quem técnica e conhecimento estão intrinsecamente relacionados.

Conclui levantando a hipótese de haver, entretanto, a oportunidade para a construção de uma nova epistemologia fundada na formação de um novo ethos, não fraturado, mas integrador: um ethos construtor. Ainda, tal integração carrega um sentido de colaboração e postura crítica diante das hierarquias de valor estabelecidas arbitrariamente entre os ramos de conhecimento engajados na produção da arquitetura. Esse caminho parece passar pela busca de uma síntese epistemológica por meio do produzir, com a superação dos abismos cognitivos que apartam ideia e matéria.

O último ensaio, **Plástica e urbanidade: a metrópole europeia e o princípio da montagem** analisa a relação epistemológica entre a arquitetura da metrópole europeia, surgida na passagem do século XIX para o XX, e as artes do mesmo período a partir do conceito benjaminiano de “montagem”. Essa análise visa elencar e relacionar elementos presentes nas mais variadas artes com processos ocorridos nas urbanizações de Paris e Berlim, tentando entender a influência mútua do urbanismo moderno nas artes concomitantes. A partir desse entendimento, pretendemos esboçar as mudanças sofridas pela ideia de “plástica”, nas artes, enquanto princípio de transformação da matéria inerte em produtora de sentido, ou seja, enquanto condição da representação nas artes visuais.

Demonstra como a montagem nos aponta as heterogeneidades do tempo e do espaço, especialmente visíveis na espessura histórica do meio urbano, em constante diálogo consigo mesmo e com espaços outros. Seguindo este trilho, a metrópole se fez o experimento que mais fortemente concorre para a espacialização do tempo. Inspirada por tal entrecruzamento, a montagem foi feita a criatura sensível por excelência para um panteão de berço moderno. O princípio que a arte da primeira metade do século XX coloca a trabalhar, é o mesmo que a arquitetura colocava anteriormente.

Esperamos, assim, que o conjunto de articulações teóricas, reflexivas e artísticas aqui reunidas sejam capazes de expressar, com proposições diversas, novas perspectivas sobre as reconstruções, refletindo e elaborando, também, sobre a possibilidade da construção de um tempo por vir.

Sabrina Sedlmayer (UFMG)

Roberto Vecchi (Unibo)

# RECONSTRUCTIONS

This issue brings together essays that are committed to reflecting on the theme of reconstructions. Still dealing with the impacts of the Covid 19 Pandemic, the instability that hunger has been causing in the Brazilian population, subjected to the protagonism of technologies in everyday life, the formulation of Lévi-Strauss, also sung by Caetano Veloso, “Aqui tudo parece/ que era ainda construção /e já é ruína” (“Here everything seems / that was still construction / and it is already a ruin”) was a welcoming beginning to reflect on the fractures of the modernizing project that characterizes Brazil in particular, and to ask ourselves to what extent it is possible to rebuild something on bases that were never cohesively built. In this scenario, how can we celebrate the centenary of the Modern Art Week and its desire for a nation, and also review and revise the importance of a re-reading of the 200th anniversary of Brazil’s Independence or the 300th anniversary of Minas Gerais?

It is known that there are many gestures and movements involved in the reconstructions. Right from the start, it is important to emphasize the place of the prefix *re*, whose etymology in Latin, *restituere*, already denotes the idea of a repeated action, of repair and restoration. But what is the term, which literally means to build again, able to bring to mind nowadays? This present issue of the UFMG Journal aims to explore, expand, constitute, modify the idea of restart and resumption, and invite, in a transdisciplinary way, that different areas of knowledge operationalize the potential of this transitive verb that calls into question not only the importance of the object, but also the relationship between objects, that is, how to reconstruct.

Another potent reflective field for understanding the term reconstruction is found in translation: the passage from one language to another means the knowledge of a broad linguistic and cultural memory, but also the ability to renew a sentence assuming the responsibility – and the risk – of the rewording in the target language. Translation is always an act of ethics, in this case linguistics, just as reconstruction is also, always, an act of temporal ethics with imbricated times.

Thus, reconstruction is an opportunity for innovation. The same meaning can be produced in different ways, through a diversity of combinations of the constitutive elements, but which guarantees – this is the challenge – the production and protection of the same meaning. Reconstruction always presupposes an ethical position in relation to time and must be thought of from the double movement of deconstruction and reconstruction of the object that the praxis of translation exemplifies. A powerful metaphor that can be extended to all areas of knowledge that at this stage are committed to rebuilding a life that has been torn apart, lives that are hurt.

In the opening of this issue, we make available the work of the artist Pedro Motta, who kindly provided a multiple and dense collection of his most recent shows. It is a work that dialogues intensely with the reflections gathered here and is capable of thinking about Minas and the World. It asks, among many other questions, how geoeconomics and technoscience have dilapidated natural landscapes, and the place of culture (and of us, the living) within this overwhelming process.

After reading these images, we went on to read the texts, divided into four blocks: restarts; retakes; retranslations and repairs.

The first essay, “**Reconversão de paisagens minerárias**” (“Reconversion of mining landscapes”) reflects on mining production in the state of Minas Gerais and takes as a kind of example the post-industrial scenario in the region of the Mining Basin of Nord-Pas de Calais, which built its economy and production from its space, founded on the pillar of mono-activity based on the mining industry, and how the French government was forced to build tools for cultural reconquest to stir up people’s spirits and pave their way in the search for the redevelopment of this region, as well as the improvement of the quality of life for these people.

Comparatively, it recovers how the population of Minas Gerais was devastated by two major environmental tragedies in a period of four years: the breach of the Fundão dam in Mariana, followed by the breach of the Córrego do Feijão mine in Brumadinho, that were one of the biggest Brazilian and world environmental disasters. It demonstrates how urgent it is for mining companies, the government, states, municipalities and Brazilian society to rethink and readjust mining in sustainable and excellent ways.

The following article, entitled “**Cronicidade dos processos de reconstrução e recuperação em desastres: as histórias que nem todos avós poderão contar**” (Chronicity of

the reconstruction and disaster recovery processes: the stories that not all grandparents will be able to tell), aims to analyze the specificities of the elderly in the reconstruction and disaster recovery processes. Stories about reconstruction and disaster recovery can be filled by the narratives from the mainstream media, by the oral history of survivors who sometimes also create mechanisms to record their testimonies in writing when their drama is no longer used as a commodity in the mainstream media.

It concludes by pointing out how in-depth and interdisciplinary studies on the impact and recovery in disasters help to form a broader view of inter-institutional intersections and to know that they can be of great value to increase social resilience and offer better response conditions in the phases of repair and reconstruction in disaster contexts

**“Declaração da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano, meio século depois: entre o sonho e a realidade”** (The Stockholm Declaration Conference on the Human Environment, half a century later: between dream and reality) proposes to examine the principles of the Declaration in the light of the Brazilian reality and more specifically of the Amazon, an emblematic region of the global effort to make progress regarding the preservation of biodiversity and ecosystems. The Stockholm Declaration not only represents a milestone in the process of protecting biodiversity and ecosystems, but also in the management of natural resources and in the jurisprudence that deals with environmental issues.

It is argued that the current environmental and social problems faced by humanity are enormous, and perhaps even greater are the challenges faced by a not too distant future, mainly imposed by pollution, exaggerated consumerism, exhaustion of natural resources, population increase and concentration of wealth. However, one must also consider the immense human capacity to create, recreate, transform and take new directions. Thus, it is necessary to keep the courage and hope, reinvigorate spirits and move forward with optimism. In this context, it is worth remembering the lesson of Edward Wilson, a renowned conservation biologist, creator of the term biodiversity and who died in late 2021, aged 92: - Since we depend on an abundance of functioning ecosystems to purify our water, enrich our soil and manufacture the very air we breathe, biodiversity is clearly not a heritage to be carelessly discarded.



The second block opens with the theoretical essay by the Portuguese essayist Silvana Rodrigues Lopes. **Confiança, destinação e ausência de destino** (Trust, destiny, and absence of destiny) problematizes how the issue of reconstruction is confronted, simultaneously, with the techno-scientific power as overwhelming of the emergence of ethical and poetic potentialities and with the pretensions of absolute sovereignty, from whose fight against uncertainty arises social practices and identity politics equally focused on control and exclusion.

When it is said that it is necessary to rebuild, it is understood that something, natural, manufactured or spiritual, has been destroyed and that, given its value, it must be rebuilt.

However, the problem of reconstruction, renovation or restitution is outside techno-scientific competencies; however, it is related to these, to the problems arising from the harm caused by their uses, insisting on reflection on hypotheses that contradict the tendency towards their absolute domination of sociality and nature. Having meaning, essential to the joy of the world, is affirmed in the movement of addressing the other who places themselves beyond their finitude in the care they provide and receive, in the ethical affirmation of the humanity of mankind. Indefinable, this humanity is not compatible with a condemnation of being-toward-death, because availability for others, for those who are loved and helped, with whom one learns and who is taught, leaves marks that are beyond life time. Because there is meaning, each one is another, becoming infinite, unidentifiable, an eternal repetition of the difference in the word “here I am” which, with Lévinas, is understood to be the opening of significance, of the ethical gesture. The latter’s bet is not on a foreseeable future or on a final salvation, it is rather that of safeguarding the unfinished, as an abandonment of the subject’s position and restitution to the drama in which fidelity to others and to what comes from them insists through what is altered - expression of gratitude and sharing

Approaching literature, art and music, the work “**Destino mineral — a montanha e sua ausência em Drummond, Manfredo Souza-netto e Villa-Lobos**” (Mineral destiny — the mountain and its absence in Drummond, Manfredo Souza-netto and Villa-Lobos) proposes to observe how the mountain (as a physical or symbolic space), as well as its absence, guides artistic creation and determines the perception of a self in the world. In addition to Drummond, we selected other works that deal with mineral elements — such as Symphony No. 6, by Villa-Lobos and the postcard *O lugar da ausência* (The place of absence), by Souza-netto

In the Romantic period, the role of the mountain in the arts, given that geological entities are also perceived as subjects. In the 20th century, however, in the Anthropocene period — when Drummond, Villa-Lobos and Souza-netto composed — there is the protagonism of human action, which transforms the mountain and makes it what they want (even transforming it into absence). It is undeniable that mining produces nothing, but we ask: in the face of the presence of absence, how to establish a new identity relationship with a pitted and sad space?

In the third block we addressed the issue of migrations and their beginnings (and translations).

**Arroz, feijão e macarrão: entrelaçamentos e reconstruções da cultura alimentar de imigrantes italianos em São João del-Rei** (Rice, beans and pasta: entanglements and reconstructions of the food culture of Italian immigrants in São João del-Rei) is based on the oral reports of members of six families of Italian immigrants in São João del-Rei, Minas Gerais – Longatti, Giarola, Lovatto, Tortoriello, Lombardi and Spinelli –; we seek to establish relationships between memories, reconstructions, cultural transfers and food. Since Italian immigrants arrived in Brazil, food practices have been the strongest link they have with the culture of their country of origin.

It is known that food is a way of marking identities, affirming belonging, cultivating traditions. Food preparations are passed on through generations – it is about dynamic knowledge and introduced into the new habitat. Faced with the fragmented, almost erased past, revisited by the memory, post-memory and imagination of the research participants, we reflect on the movement of reconstruction and reorganization of the more than 400 families that are part of the list of residents of São João del-Rei. If at first they were located in-between places, “on a third bank”, as Mauro Lovatto (2020) reported, nowadays they are adapted to the culture of the country and the city that received them.

Next, **Acumulações, despossessões e a terra como comum: reconstruções decoloniais para a Terra Brasilis** (Accumulations, dispossessions and the land as common: decolonial reconstructions for Terra Brasilis), approaches the enclosures, dispossessions and land concentration in Brazil. These reconstructions, presented as another way of doing research, start from the recognition of history as a useful tool for understanding social relations and assume the relevance of retelling it from multiple voices and

cultures, opening space for the doing and thinking of historically silenced people. The characteristics that marked primitive accumulation are still present in the relations of coloniality of contemporary capitalism.

The last block brings two works more related to the architectural field. The first, **A Arquitetura e a premente (re) construção do seu ethos técnico-profissional** (Architecture and the pressing (re)construction of its technical-professional ethos) wonders how to think about technique in its classical sense, of producing by knowing and revealing, in a conjuncture in which human knowledge expands and deepens in immeasurable proportions, so that a single individual is humanly incapable of mastering so much or more knowledge than Vitruvius and Alberti wanted. It discusses, among other points, the situation of Architecture as a field of knowledge and its relations with Construction. The hypothesis is that a disciplinary practice of Architecture, which is recognized as something distinct from Construction, has been responsible for its emptying. The theme is discussed in light of the question of technique in Martin Heidegger's thought, for whom technique and knowledge are intrinsically related.

It concludes by raising the hypothesis that there is, however, an opportunity for the construction of a new epistemology based on the formation of a new ethos, not fractured, but integrating: a constructor ethos. Still, such integration carries a sense of collaboration and critical posture in the face of value hierarchies arbitrarily established between the branches of knowledge engaged in the production of architecture. This path seems to go through the search for an epistemological synthesis through production, with the overcoming of the cognitive abysses that separate idea and matter.

The last essay, **Plástica e urbanidade: a metrópole europeia e o princípio da montagem** (Plastics and urbanity: the European metropolis and the principle of montage) analyzes the epistemological relationship between the architecture of the European metropolis, which emerged at the turn of the 19th to the 20th century, and the arts of the same period based on the Benjaminian concept of "montage". This analysis aims to list and relate elements present in the most varied arts with processes that took place in the urbanizations of Paris and Berlin, trying to understand the mutual influence of modern urbanism on the concomitant arts. From this understanding, we intend to outline the changes undergone by the idea of "plastic", in the arts, as a principle of transformation of inert matter into a producer of meaning, that is, as a condition of representation in the visual arts.

It demonstrates how the montage shows us the heterogeneities of time and space, especially visible in the historical thickness of the urban environment, in constant dialogue with itself and with other spaces. Following this path, the metropolis became the experiment that most strongly competes for the spatialization of time. Inspired by such interweaving, the montage was made the quintessential sensitive creature for a modern cradle pantheon. The principle that the art of the first half of the 20th century put to work is the same as that of architecture previously.

We hope, therefore, that the set of theoretical, reflective and artistic articulations gathered here will be able to express, with different propositions, new perspectives on reconstructions, reflecting and elaborating, also, on the possibility of building a time to come.

Sabrina Sedlmayer (UFMG)

Roberto Vecchi (Unibo)





# A OBRA MINERAL DE PEDRO MOTTA







Este dossiê elege a obra de Pedro Motta como intercessora de questões fundamentais apontadas no presente número da Revista da UFMG ao mesmo tempo em que reconhece, em seu trabalho, a possibilidade e a grandeza de ampliar verticalmente tais problematizações. Nos exemplos a seguir nos é permitido aproximar um pouco da trajetória deste artista que traz resistência aliada ao pensamento, política aliada à poética, mas sobretudo cria ruídos capazes de suspender (e estressar densamente) a relação entre a natureza e a cultura.

Na série fotográfica aqui apresentada, intitulada “Naufrágio calado” (2016-2018), vemos o fim das águas, a bulimia das escavações mineradoras, o desaparecimento das montanhas e dos morros, as erosões incontáveis, como dolorosamente também percebemos a devastação pouco inteligente que nós, homens calados, permitimos que se opere nos espaços antes naturais, em nome do progresso, do desenvolvimento, da tecnologia ou qualquer outro significativo que se dê ao dispositivo chamado mercado, capital.

Composta por oito imagens, este trabalho se amparou em um lugar específico e referencial: uma mineração de cassiterita dos anos 1950, em Minas Gerais. Já os navios que foram enxertados nas grandes valas, nos fundos buracos, são provenientes de um cemitério de barcos da Bretanha, na França.

Ruína e resto, Minas e Europa são então imbricados dentro de uma paisagem seca, estéril, inútil, com um quê cosmológico e surreal, ou, como ainda no início da Modernidade cantou Luís Vaz de Camões:

Junto de um seco, fero e estéril monte,  
inútil e despido, calvo, informe,  
da natureza em tudo aborrecido,  
onde nem ave voa, ou fera dorme,  
nem rio claro corre, ou ferve fonte,  
nem verde ramo faz doce ruído;

(Canto IX)









Sabemos que Camões descrevia o cabo de Guardafui, junto às águas do Golfo Pérsico, o ponto mais oriental da África, provavelmente em 1555. Emigrado e muito triste, via a diminuta estatura do homem: “bicho da terra vil e tão pequeno”. Mas, como humanista que era, possibilita que sua poesia seja capaz de alargar o nosso contemporâneo e nos fazer enxergar, séculos depois, as imagens de Pedro Motta de outra forma, e nos impulsionar a lembrar de outros tantos montes e de outros encontros, como aquele em que aconteceu em 1500 e que resultou em novas formas de vida. Tal relevo geográfico até hoje conhecemos como Monte Pascoal, lá na Bahia, no Brasil.

O verbo olhar ou documentar não cabem, assim, nessa tarefa que desconfia do entorno como uma espécie de testemunha sobrevivente de uma catástrofe ambiental que se desenrola paulatinamente. No trabalho de Motta, o artista entra como sujeito que interfere nos lugares desagastados, altera-os e provoca curtos-circuitos. Não há panfletagem, não há denúncia. Percebe-se ironia e melancolia. Os gatilhos desses gestos parecem inicialmente ser a terra e os seus minerais. No entanto, todas as paisagens apresentadas são por ele remodeladas. Ao duvidar do caráter documental que a fotografia lá no século XIX prometeu ao homem, a “natureza das coisas” é exibida por meio de um método calculado que, segundo Rodrigo Moura, envolve coleta de dados, mapeamento, processamento digital, além de fotografia direta, desenho, colagem e mock ups. Todos esses procedimentos técnicos são então combinados, recombinaados, reconfigurados com o intuito de “ficcionalizar a realidade ou aproximar o documento fotográfico da ficção”. (Moura, p.21, 2018)

Há mais de vinte anos Pedro Motta coleta vestígios, mapeia ações e interferências do homem na natureza e reconhece o que resta do passado no presente como rastro, pegada, traço. Se nas imagens aqui reunidas percebemos negligência, desprezo, distração, parasitismo, avareza, indiferença diante da natureza, há também a aposta de que existe na cultura algo diverso a tudo isso. A arte é convocada neste Dossiê com toda a força do seu chamado, não somente para nos lembrar que só viver a vida não vale, mas que a atmosfera desse mundo clama por reconstruções.

























## Sobre o artista

Pedro Motta (Belo Horizonte, 1977) graduou-se em desenho pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2002. Iniciou sua atividade artística pesquisando as estreitas relações entre cidade, indivíduo e natureza. Entre suas principais exposições individuais destacam-se: Uma nota só, Casa Albuquerque, Brasília (2021); Jardim Impostor, Galeria Silvia Cintra + BOX 4, Rio de Janeiro (2019), Estado da Natureza, Centro Cultural Fiesp, São Paulo (2019), Jardim do ócio, Galeria Luisa Strina (São Paulo, 2018), Naufrágio calado, Bendana-Pinel Art Contemporain (Paris, 2018), Estado da natureza, CâmeraSete (Belo Horizonte, 2016), Natureza das coisas, gffl BES Photo, Museu Coleção Berardo (Lisboa, 2013), Reac ción natural, Centro de Exposiciones Subte (Montevideú, 2011), e no 27º Salão Nacional de Arte de Belo Horizonte/ Bolsa Pampulha (Belo Horizonte, 2004). Também esteve em coletivas como: Histórias Brasileiras, Museu de Arte Assis Chateaubriand, MASP, São Paulo, (2022); Past/Future/Present, Phoenix Art Museum (2017), Feito poeira ao vento – fotografia na Coleção MAR, Museu de Arte do Rio (2017), Les imaginaires d'un monde intranquille, Centre d'Art Contemporain de Meymac (2017); Soulèvements, com curadoria de Georges Didi-Huberman, Jeu de Paume (Paris, 2016), TRIO Bienal, Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro (CCBB RJ, 2015), 18º Festival Internacional de Arte Contemporânea Sesc\_Videobrasil – Panoramas do Sul (São Paulo, 2013); 1º Bienal de Fotografia do Museu de Arte Assis Chateaubriand (Masp, São Paulo, 2013); Panorama da Arte Brasileira, Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP, 2011); Peso y Levedad, Photoespaña, Instituto Cervantes (Madri, 2011); 2º Bucharest Biennale (2006); e Fotografia Contemporânea Brasileira, Neue Berliner (2006). Pedro foi contemplado com o 6º Prêmio Marcantonio Vilaça (2017), a Bolsa ICCo/SP-Arte (2015), a residência Flora ars+natura (2013), o gffl BES Photo Museu Coleção Berardo (2011), o Prêmio Ibram de Arte Contemporânea (2011) e a Residency Unlimited/Nova York (2011).

Seus trabalhos integram acervos de instituições como MAM-SP, MAM-RJ, MAM-BA, Masp, Sesc-SP, Museu de arte do Rio (MAR-RJ), Coleção Museu Berardo (Lisboa), Centro de Fotografia de La Intendência de Montevideo e Itaú Cultural. Em 2008, lançou o livro Paisagem Submersa pela Cosac Naify, junto com Pedro David e João Castilho. Em 2010, lançou o livro Temprano (Funarte), uma retrospectiva de mais de dez anos de percurso. Em 2013, lançou o livro I.R.A, Rede Nacional Funarte gffl edição (Concepção e coordenação). Em 2018, lançou o livro Natureza das coisas, Editora UBU, organizado por Rodrigo Moura, com textos críticos de Ricardo Sardenberg, Eduardo de Jesus, Agnaldo Farias, Ana Luisa Lima, Luisa Duarte, Nuno Ramos, Kátia Lombardi, Cauê Alves e José Roca. As paisagens e espaços naturais e rurais da região do Campo das Vertentes (MG) são o foco das pesquisas mais recentes do artista, que vive em São João del-Rey.

Pedro Motta, imagens selecionadas a partir da série Naufrágio calado [Silent Shipwreck], 2016–2022. 12 fotografias [12 photos], impressão de tinta mineral em papel de algodão [mineral print on cotton paper]





# RECONVERSÃO DE PAISAGENS MINERÁRIAS

RENATA RIBEIRO ABREU PARANHOS\*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.32967>

**RESUMO** Dizer que a mineração foi determinante para a conformação do território brasileiro, bem como para o desenvolvimento da sua economia, do bem estar social e do seu aparato legal, todos já sabem. Assim também foi a mineração essencial para o Estado de Minas Gerais, cujo próprio nome traduz a riqueza do seu subsolo e desde sempre se estabeleceu como importante produtor e exportador de minério. As minas de minas foram conformadoras de uma paisagem essencialmente mineira no sentido literal da palavra e hoje urge a necessidade de reconstrução de suas paisagens. Este artigo pretende refletir sobre a produção minerária no estado de Minas Gerais e na Região de Nord-Pas de Calais e como é fundamental pensar na paisagem durante e pós atividade. Para isso serão abordados dois exemplos em que a necessidade de reconstrução territorial é premente e levam a crer que a mineração gera muitos benefícios para o mundo, mas bem poucos no âmbito local.

**PALAVRAS-CHAVE** Mineração. Paisagem. Reconstrução. Desenvolvimento.

## Reconversion of minerals Landscapes

**ABSTRACT** There is no need to tell that mining is a vital activity for the country economic development, people's welfare and its legal apparatus. So was mining essential to the State of Minas Gerais whose name reflects the wealth of its subsoil and has always been established as a major producer and exporter of ore. The mines in the state of Minas Gerais formed an essentially mining landscape and today its recovery is mandatory. This article aims to reflect on mining production in the territories of Minas Gerais and Nord-Pas de Calais and how important it is to think about the landscape during and after activity. To this end, two examples will be studied to demonstrate the urgency for territorial reconstruction and lead us to believe that mining generates many benefits for the world, but very few at the local level.

**KEYWORDS** Mining. Landscape. Reconstruction. Development.

\* NPGAU-EA, Universidade Federal de Minas Gerais.





## Introdução

A atividade mineradora atuou como base de sustentação para diversos setores industriais. Nesse contexto, o Brasil se posiciona globalmente como importante país produtor e exportador de minérios de alta qualidade. A Agência Nacional de Mineração (ANM, 2020) revela que existem títulos ativos de pesquisa e lavra cadastrados para 37 substâncias metálicas. A relevância da participação brasileira na produção mundial de bens minerais pode ser constatada no gráfico abaixo.



Figura 1: Participação brasileira da produção mundial de bens minerais (2018 vs. 2019). Fonte: Anuário Mineral (ANM, 2020), Mineral Commodity Summaries (USGS, 2020).

Nota: \*Classificação segundo Sumário Mineral 2017 (ANM, 2019). (p) dado preliminar, sujeito a revisão.

O anuário mineral brasileiro de 2020 aponta que no ano de 2019 as substâncias da classe dos metálicos responderam por cerca de 80% do valor total da produção mineral brasileira, sendo o ferro o mineral de maior destaque pelo seu maior índice de reserva. Sua produção é concentrada principalmente nos estados do Pará e Minas Gerais. O Brasil é, atualmente, o segundo maior produtor mundial de minério de ferro (Gráfico 02), perdendo apenas para a Austrália. Sua produção em 2020 foi estimada em 400 milhões de toneladas, traduzida em 17% do valor global total.





Figura 2 Produção Nacional e Mundial de Minério de Ferro. Fonte: SGM (2020), USGS, DNPM/ANM.

Minas Gerais é reconhecida pelo seu elevado potencial mineral e até o ano de 2019 era o estado maior produtor de minério de Ferro. Atualmente, o Pará vem ultrapassando os índices e liderando o ranking de estado maior produtor de minério do país, conforme mostra a Figura 3, abaixo.

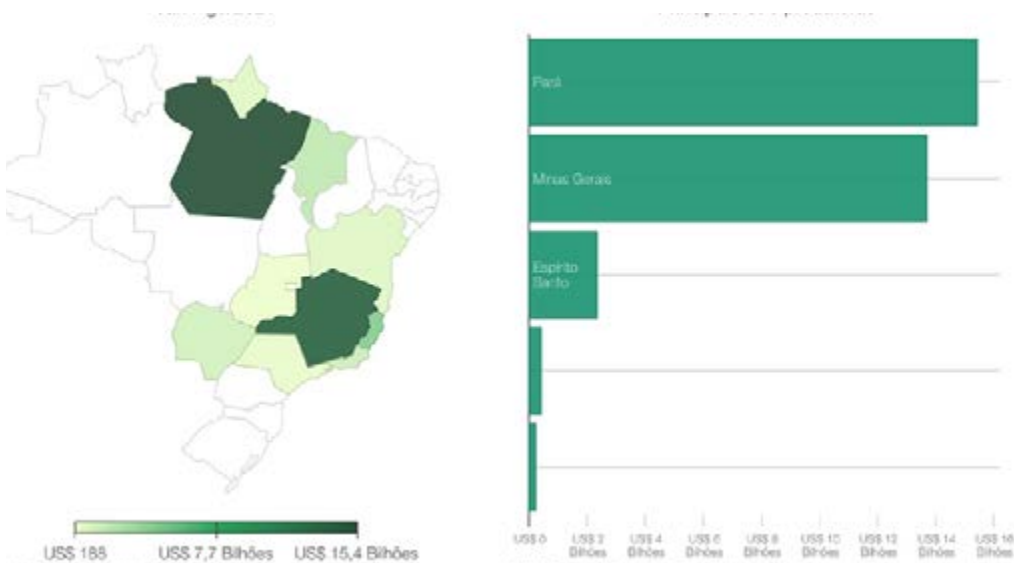


Figura 3 Minério de Ferro e seus concentrados. Fonte: Ministério da Economia – ComexVis.

1 O Licenciamento Ambiental é um instrumento administrativo estabelecido pela Lei 6938/81 que serve como vislumbre de possíveis impactos causados por atividades utilizadoras de recursos naturais.

2 A Resolução CONAMA 001/86 estabeleceu que depende de EIA o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, bem como “extração de minério, inclusive os da Classe II (Inciso IX)”.

3 Em relação as normas específicas à atividade de extração mineral podemos citar as Resoluções CONAMA 08/88, 09/90, 10/90; Art. 20, parágrafo 1º da CF; Lei das Águas 9.433/97; Lei do SNUC 9.985/00; Lei de Gestão de Florestas Públicas 11.284/06; Código Florestal expresso pela Lei 4.771/65 e demais leis estaduais próprias.

A exploração e aproveitamento dos recursos minerais exige uma atenção especial às suas características peculiares de rigidez locacional e não renovabilidade, ou seja, não é possível escolher um território que seja mais adequado para a atividade pois acontece onde os processos geológicos assim permitiram, e tendem à exaustão. A complexidade dessa atividade e a magnitude de seus impactos é evidente e antes mesmo da Constituição Federal, a Lei 6938/81 já obrigava ao prévio Licenciamento ambiental<sup>1</sup>. Cinco anos depois dessa norma, a Resolução Conama 001/86 corrobora a extração de minério no rol de atividades que necessitam de Estudos de Impacto Ambiental (EIA)<sup>2</sup>e ainda apresenta normas específicas pelo próprio Conama e também na Constituição Federal<sup>3</sup>.

O processo atual de extração de minério é extremamente impactante, conformador de grandes rupturas em todas as instâncias, poluições e ressignificâncias na paisagem. A riqueza mineral do subsolo brasileiro, inserido na lógica econômica capitalista, resultou em uma organização territorial predatória, que destina extensos territórios à sua exploração específica, trazendo vulnerabilidade social, perda de sistemas ecológicos e alterações drásticas de paisagem. Apesar de constatada a essencialidade da atividade minerária, a conta é cara para as localidades mineiras, trazendo poucos benefícios na esfera local, se comparada à amplitude de seus impactos socioambientais. No estado de Minas Gerais, a exploração mineral impacta sobremaneira o território de exploração e não propicia retorno adequado às comunidades mineiras.

## *As minas de Minas*

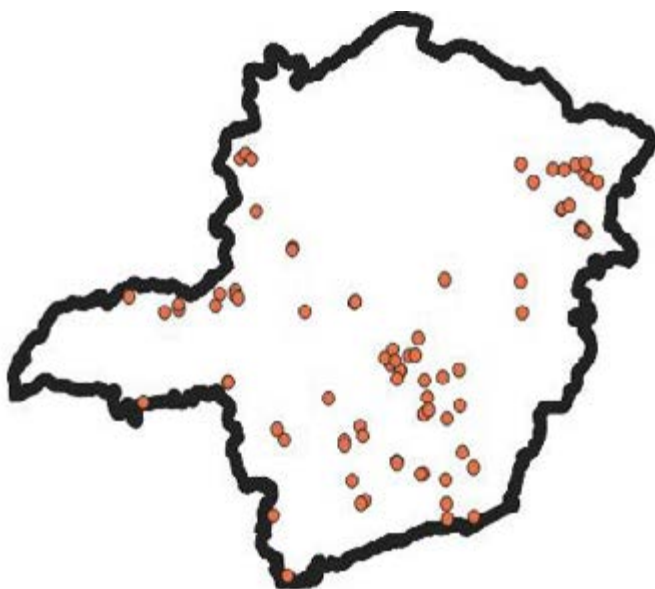
O cenário pós-minerário no Estado de Minas Gerais é bastante complexo e também assustador. As mineradoras são detentoras de um enorme poder e influência frente ao Estado. Além de concentrar e gerar empregos diretos e indiretos, muitos municípios vivem e dependem da arrecadação de impostos CFEM, pagos pelas empresas pela extração de recursos naturais em seu território. Somado à prática corrente de aquisição de áreas no entorno imediato das minerações, as empresas criam uma hegemonia que faz com que tenham grande poder de decisão sobre os usos presentes e futuros do território.

O esgotamento de recursos naturais ou o fim do interesse econômico, seguido pelo fechamento da atividade minerária pressupõe a interrupção das inúmeras relações que se formaram e se consolidaram durante o seu período de operação. Essa ruptura drástica desencadeia uma série de problemas graves e complexos que abrangem não apenas a recuperação física do território, mas principalmente a diversificação da economia, a reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, o planejamento da área degradada de forma integrada à comunidade.

Essas regiões inutilizadas, sem uma devida recuperação ambiental e sem o planejamento de novos usos, frequentemente se tornam áreas degradadas que caracterizam risco geológico, deterioração urbana e também social. A herança deixada pela mineração a céu aberto compõe um cenário de exploração, abandono e desconstrução das relações anteriores, deixando expostas no solo cavas da ordem de centenas de metros de extensão. A incidência do minério de ferro é bastante comum no alto das encostas, o que maximiza o seu impacto visual. Além disso, o rápido crescimento urbano extrapola seus limites e atinge diversas áreas mineradas que frequentemente são incorporadas ao seu tecido, sem o acompanhamento dos serviços públicos básicos como rede de esgoto, vias de acesso e sistema de drenagem pluvial. Tais condições resultam em regiões de concentração de pobreza, riscos ambientais e de saúde.

Um levantamento elaborado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), em 2016, apontava que existiam em torno de 400 minas abandonadas ou desativadas no Estado de Minas Gerais, das mais diversas tipologias, desde lavras garimpeiras até grandes empreendimentos. Em descrição atual sobre o cenário da gestão de empreendimentos minerários paralisados, abandonados e em fase de fechamento, realizada pela Gerência de Recuperação de Áreas de Mineração e Gestão de Barragens da FEAM, no ano de 2019 existiam 51 empreendimentos com estudos de Fechamento de Mina protocolados. Isso não quer dizer implantados, mas já se percebe um esforço de reconversão territorial. De acordo com a Deliberação Normativa Copam nº 220, de 21 de março de 2018, são consideradas minas abandonadas os empreendimentos com a atividade de extração mineral inativa, sem previsão de reinício da atividade, sem medidas de controle ou monitoramento ambiental, caracterizando o abandono do empreendimento, no qual o processo de fechamento está incompleto ou ausente. A partir dessa definição foram levantados 84 empreendimentos com o status de Abandonados no estado que são pontuados no mapa abaixo.

Muitas dessas mineradoras não existem mais e o passivo socioambiental vai se diluindo ao longo do tempo e do espaço. Um dia, sabe-se lá quando, seja por riscos iminentes ou por interesses privados, caberá ao poder público assumir o prejuízo de recuperação dessas áreas. A recomposição do cenário pós mineração se faz necessário na medida em que ressignifica a paisagem, reduz o desconforto humano em relação ao resultado final da mineração e permite um uso sequencial do espaço com sua inclusão benéfica do tecido urbano e na vida cotidiana dos cidadãos. Essa reconversão deve ficar a cargo do explorador, no intuito de devolução do território à comunidade de forma benéfica, como benfeitoria e não uma segunda chance de exploração econômica, como acontece em algumas propostas.



Mapa 1: Distribuição das minas abandonadas no Estado de Minas Gerais. Fonte: FEAM, Gerencia de Recuperação de Áreas de Mineração e Gestão de Barragens (GERAM),

Cientes desse entrave, a legislação brasileira impõe ao minerador a responsabilidade de “recuperar o meio ambiente degradado”, segundo a solução técnica exigida pelo órgão público, na forma preconizada por diversos artigos constitucionais em diversas esferas (Art. 225, parágrafo 2º; Lei 6.938/81, decreto nº 97.632/89, Resolução nº 68/2021). Apesar do Brasil ter um texto constitucional avançado no que tange a matéria do meio ambiente, quando os interesses são diversos e antagônicos, vence o

que tem maior força na lógica econômica do mercado capitalista. Não basta apenas um bom aparato legal se, paralelamente, não se dispuser de meios adequados e ações concretas de implementação. O descumprimento das normas de proteção ambiental é frequente e a impunidade é quase que generalizada.

Nesse contexto pós-minerário, apresentamos dois estudos de caso que mostram o potencial destruidor da mineração, um relacionado ao tempo de sua operação (caso de rompimento de barragens de barragens de rejeito) e outro relacionado ao momento de fechamento da mina (Nord-Pas de Calais), como objeto de reflexão e análise.



Figura 4: Cava abandonada em Brumadinho. Fonte: Renata Paranhos, 2019.

## *Mariana e Brumadinho*

A população mineira foi assolada por duas grandes tragédias ambientais subsequentes em um período de quatro anos. O rompimento da barragem de Fundão ocorrido em Mariana, seguido pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão em Brumadinho, configurou um dos maiores desastres ambientais brasileiros e mundiais.

Em novembro de 2015, a barragem de rejeitos de minério de ferro denominada Fundão – pertencente à Vale S.A. - localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, município de Mariana/MG, se rompeu de forma repentina. Um total de 32,6 milhões

de m<sup>3</sup> de rejeitos desceu de Fundão, passou por cima da barragem de Santarém, que reteve parte dos rejeitos. Em seguida, a parcela restante desse material atingiu Bento Rodrigues e logo caiu na bacia do rio Doce, poluindo cerca de 680km da bacia hidrográfica. No total, 39 municípios foram impactados, um número considerável de famílias perdeu suas casas, 2,2 mil hectares ficaram soterrados e impedidos de produzir, 18 pessoas morreram e um rastro de poluição ambiental que percorreu desde o rio Gualaxo Norte até o Oceano Atlântico. Os danos provenientes desse desastre ainda hoje se estendem ao longo da Bacia do Rio Doce, atingindo populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, faiscações, garimpeiros, pescadores, fazendeiros e moradores urbanos.

Foi criada assim a Fundação Renova, responsável por implementar e gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução das regiões impactadas pelo rompimento da barragem. Essa entidade, criada pela empresa responsável ao dano, por determinação do Ministério Público no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), não conta com a participação das comunidades atingidas e atua em diversos momentos de forma unilateral, discricionária e duvidosa. Até hoje a maioria das pessoas desalojadas ainda não receberam novas residências para um recomeço.

Quatro anos depois, presenciamos o mesmo rompimento da barragem de rejeitos da mina do Córrego do Feijão, município de Brumadinho. A barragem de rejeitos foi construída em 1976, pela Ferteco Mineração pelo método de alteamento a montante. Sua altura era de 86 metros e o comprimento da crista de 720 metros. Seus rejeitos dispostos ocupavam uma área de 249,5m<sup>2</sup>, totalizando um volume de 11,7 milhões de m<sup>3</sup>. No fim da manhã do dia 25, os moradores ouviram um grande estalo e a barragem se rompeu, levando seus rejeitos de lama, soterrando casas e lavouras, engolindo pessoas e animais (Figura 2). O desenrolar da tragédia é assustadora com helicópteros de resgate procurando pessoas em meio à lama e famílias desesperadas em busca de seus familiares. Foi o maior acidente de trabalho do Brasil e o número de mortos chega a 270, além das sequelas permanentes deixadas no meio ambiente.

A paisagem faz parte dos processos sociais anteriores ao rompimento das barragens, carregada de significados, onde sustenta a identidade e as formas como as pessoas daquele local entendem, unificam e compartilham os seus valores, vivências coletivas e interesses para as presentes e futuras gerações que foram desconstruídas

abruptamente. Além de outros direitos, o direito à paisagem foi violado, sua dinamicidade foi impedida, bens culturais postos em ruínas. Alguns meses depois, em meio a procura ainda dos últimos corpos, casas desabitadas, jardins soterrados, lago assoreado, uma vegetação rasteira começa a crescer em cima da lama. Um verde tímido que emana sinais de recomeço.



Figura 5 Expansão da lama de rejeitos em Brumadinho Fonte: Jornal O Tempo, 2019.

## *Nord-pas de calais*

Um território abandonado pela sua atividade econômica, seguida pelo alto índice de desemprego, índices de poluição, emigração de pessoas e uma paisagem industrial impactante. Esse foi o cenário pós industrial na região da Bacia Minerária de Nord-Pas de Calais que teve sua economia e produção do seu espaço, fundada sobre o pilar de mono-atividade baseado na indústria minerária. O governo francês foi obrigado a construir ferramentas de reconquista cultural para incitar os ânimos e trilhar seu caminho na busca pelo redesenvolvimento dessa região, bem como a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.



Figura 6 Lama coberta pela vegetação após 3 meses do desastre. Fonte: Renata Paranhos, 2018.

Localizada no norte da França, na extremidade ocidental do continente europeu, seu posicionamento é estratégico e se beneficia de grandes eixos que a aproximam fácil e rapidamente de grandes metrópolis como Londres, Paris, Bruxelas e Amsterdã. A exploração de minério de carvão nessa região durou quase três séculos e nesse período, a Bacia Minerária Norte-Pas de Calais contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento industrial nacional, além de se estabelecer como economia predominante local e regional.

Após a Segunda Guerra Mundial, a atividade minerária do norte da França passou do setor privado para o público. Logo em seguida, entre 1970 e 1990, iniciaram-se as crises sucessivas na indústria de exploração de minério que desestabilizaram a economia local e acarretaram altos índices de desemprego, migração da população, empobrecimento coletivo, inúmeros espaços abandonados (em torno de 10000 hectares), edificações demolidas, um forte passivo ambiental, um tecido urbano monofuncional e desqualificado, além de pilhas de rejeito monumentais espalhadas por todo o território. De acordo com o Institut National de la statistique et des études économiques (INSEE), no ano de 2012, a região de Nord-Pas de Calais era a terceira mais afetada economicamente em termos de percentagem da população abaixo da linha da pobreza



(16,8%). Além do alto número de desemprego, seguido pelo esvaziamento urbano, as áreas abandonadas, degradadas e muitas vezes poluídas, tornaram-se enclaves inseridos em contextos urbanos e periféricos. Os espaços oriundos da atividade minerária eram mais preocupantes devido a sua grande extensão e distribuição espacial, causando grande impacto negativo e uma imagem marcante frente as aglomerações locais e regionais. A aquisição desses terrenos era difícil, pois apesar de muitas vezes serem bem localizados, apresentavam muitas restrições como edificações muito específicas à atividade, poluição, deterioração, espaços desertos, necessidade de reestruturação e reinserção ao seu entorno.

Diversas foram as lacunas nesse momento, o que exigiu a necessidade eminente de reestruturação administrativa, física, econômica, ambiental, cultural, urbana e social. O término da concessão minerária e seus impactos não tinham sido previstos no plano jurídico, o que exigiu a mobilização de diversas instâncias a fim de estruturar políticas de planejamento territorial, instrumentos administrativos e normativos que auxiliassem na reconversão territorial. Uma região político-administrativa foi delimitada, abrangendo os departamentos Nord e Pas de Calais, localizados na atual região administrativa Hauts-de-France, em que foi dado o nome de Bassin Minier du Nord-Pas de Calais (Mapa 02).

Esse território de 120 km de extensão e 12km de largura foi criado baseado em semelhanças na sua paisagem pós-industrial e abrangeu uma área de grande diversidade cultural. O debate em torno de proteção e preservação dos resquícios da mineração ganha força nos anos 1990 e desperta um movimento em favor da manutenção e restauração de elementos que testemunham o passado industrial, reconhecidos agora como patrimônio cultural.

A recuperação ambiental da região pós-industrial era determinante para reviver o território e, a partir de 1990, assumiu um papel estratégico nas políticas de reconversão pelo alto potencial na construção de uma identidade territorial e de um ideário de paisagem. Destacam-se como passivos ambientais gerados pelas atividades industriais, a poluição dos solos e águas, estruturas abandonadas e pilhas de rejeito. Grandes intervenções foram realizadas por órgãos criados pelo governo, responsáveis pela reciclagem dos espaços, como demolições, tratamento sanitário, despoluição e paisagismo, a fim de favorecer sua reinserção no meio ambiente e no urbano. Muito foi feito em relação à despoluição dos solos, mas esse problema ainda hoje persiste.



Mapa 2: Localização da Bassin Minier du Nord-Pas de Calais. Fonte: Mission Bassin Minier.

Restaram assim as inúmeras pilhas de rejeito (terrils), montanhas altas de grande destaque na paisagem, passíveis de uma reconversão em meio a um território densamente urbanizado e fortemente agrícola. O fato de abrigarem importantes estoques de materiais potencialmente exploráveis e comercializáveis acarretou na reexploração de várias delas. O xisto presente em todas elas podia ser utilizado em obras públicas como auto-estradas e aterros, enquanto os mistos de carbono alimentavam as centrais térmicas. O anseio comercial resultou na exploração intensiva de algumas pilhas de rejeito e alimentou a imagem negativa desses espaços que tiveram seus perfis alterados de forma irregular.

Logo em seguida houve um reconhecimento cultural dos terrils e a proibição da sua reexploração que gerou uma necessidade de assegurar o acesso a esses espaços. Um extenso trabalho foi feito a fim de elaborar um diagnóstico caracterizador de cada terril, bem como entender sua força na paisagem, seus eixos de visada e a qualidade do solo. O objetivo da classificação foi conservar as pilhas que tinham bom estado de conservação às gerações futuras e preservar o espírito do lugar, a dinâmica entre elementos materiais e imateriais, físicos e espirituais que produzem sensações diversas. A herança a apagar se transformava em patrimônio a preservar. A França acreditava que esse patrimônio industrial minerário contribuiria para a notoriedade da paisagem do norte. Foram contabilizados em torno de 225 pilhas com formações variadas que se tornaram elementos notáveis e impactantes num território fundamentalmente plano.

A sucessão da vegetação natural espontânea se deu em vários espaços degradados e resultou em uma fauna e flora específicas das pilhas de rejeito que foi inclusive reconhecida e inventariada por naturalistas. Por muito tempo elas conformaram espaços deteriorados, abandonados e não reconhecidos pela população.

A reestruturação dessas áreas permitiu a criação de meios extraordinários, espaços verdes, parques urbanos de lazer ricos ecologicamente. O verde se transformou em símbolo de reconquista e esperança. O acesso não é permitido em todas as pilhas devido às fragilidades de terreno e também ao aquecimento interno que acontece ainda hoje. Ao longo do tempo ele permite diferentes leituras, variam suas cores conforme a estação, variam suas percepções de acordo com a localização. O xisto escuro contrasta com as paletas de verde suave e os pontos de cores vivas trazidas pelas flores ao longo do ano. Cores, granulometria, relevo e vegetação são componentes particulares de cada terril.

Os terrils se transformaram em marcos simbólicos identitários, representativos da paisagem francesa do norte. Estão presentes em emblemas locais, quadros decorativos, doces e até mesmo em livros infantis. O terril 9-9 bis se destaca pelas edificações industriais preservadas e imponentes, além de abrigar a sede da Mission Bassin Minier e a Métaphone (Figura 05), estrutura de arquitetura contemporânea que funciona como uma sede de experimentações sonoras. A ambiência sonora em conjunto ao



Figura 7: Terrils du 11-19 Loos-en-Gohelle, na cidade de Lens - bastante frequentado para caminhadas. Fonte: Renata Paranhos, jan/2020.

contexto arquitetônico constroem uma ideia de paisagem bastante interessante, que desperta interesse pelo passado e inspira sensações diversas. O terril 9-9 bis, rodeado por um parque ecológico, é aberto ao público e, para aqueles que ousarem a caminhada, é possível desfrutar de uma linda vista de todo a região.

Em janeiro de 2013, a bacia minerária de Nord-Pas de Calais ganhou reconhecimento como patrimônio cultural mundial reconhecido pela UNESCO, na categoria de paisagem cultural, assim considerada por ser uma “obra combinada do homem e da natureza”<sup>4</sup> (UNESCO, s.d). Ela ainda é considerada uma paisagem “evolutiva”, pela sua conformação relacionada à um processo econômico e social, e “viva”, na medida

4 Definição do artigo 1º da Convenção do patrimônio mundial, de 1992.



Figura 8: Terril 9-9bis. Fonte: Renata Paranhos, jan/2020.



Figura 9 Terril Los-en-gohelle inserido em contexto urbano. Fonte: Renata Paranhos, jan/2020.



Figura 10 Esportes náuticos e parapente no Terril des Argales a Rieulay Fonte: Renata Paranhos, jan/2020.



Figura 11 Sede da Mission Bassin Minier visto do alto da pilha de rejeito 9/9 bis Fonte: Renata Paranhos, jan/2020.

em que se insere em uma dinâmica social ativa, vinculada tanto à sua importância tradicional quanto à sua evidente transformação ao longo do tempo (UNESCO, s.d). As diferentes relações com a memória e as identidades com o território dão sentido a essa caracterização.

A partir de então foram elaborados guias técnicos com orientações de gestão e manejo de 78 terrils em vias de classificação nos termos da lei de paisagem de 2 de maio de 1930. Esse guia é destinado aos proprietários e gestores das pilhas de minério, a fim de que eles possam esclarecer dúvidas e encontrar uma melhor forma para conduzir

cada intervenção. A paisagem é o fio condutor do guia, que tem como objetivo sensibilizar os diferentes atores às questões culturais. Além disso, a arquitetura residencial dessa região é bastante característica com tijolinhos aparentes e sistemas de vedação semelhantes, caracterizadoras da cités minières.

A Reconversão econômica é o grande desafio atual e o Estado Francês vem buscando deslocar a especialização da área a fim de reverter os altos índices de desemprego e de atonia econômica. Várias foram as tentativas, marcadas por singulares projetos de ordenamento territorial, a exemplo da instalação de zonas industriais automobilísticas e ferroviárias modernas de alta tecnologia, diversificação de zonas comerciais e de serviços, plataformas logísticas multimodais, espaços de lazer e museus turísticos.

Um museu do Louvre em Lens foi sediado na região na tentativa de assumir uma responsabilidade social para além do seu papel habitual de desenvolvimento cultural. A primeira ambição era alcançar um público local não familiarizado com museus, sem excluir o seu tradicional visitante. O contexto social delicado no qual estava sendo inserido, moldou o projeto Louvre-Lens em sua totalidade, de sua arquitetura à sua programação, de sua política institucional à sua museografia. O museu repousa ao lado de uma pilha de rejeito e se estabelece como tentativa de inserir a cultura como mola propulsora da economia.

Sua primeira exposição abriu suas portas em 2012. Apesar de muitos visitantes desde então - mais de 2,8 milhões de pessoas em cinco anos - esses valores vêm caindo anualmente conforme as informações da EURALENS<sup>5</sup> (2015) e os números relativos aos efeitos indiretos sobre a economia local podem ser questionados, parecendo relativamente fracos. A oferta de serviços tem sido pouco numerosa, além de uma atratividade restrita ao local, limitada para além das fronteiras regionais.

Muito já foi feito, no entanto, o ideário de paisagem da Bassin Minier du Nord-Pas de Calais continua em construção e a França continua trilhando seu caminho na reconversão territorial pós-industrial do norte.

<sup>5</sup> Estrutura de desenvolvimento territorial do Norte da França que visa acompanhar as mudanças provocadas pela instalação do Louvre Lens. São diversos os atores responsáveis pela associação, técnicos e membros da sociedade civil eleitos que se reúnem regularmente para discutir desafios do território e implementar planejamentos estratégicos.



Figura 12 e 13: Museu do Louvre Lens. Fonte: Renata Paranhos, jan/2020.

## *Considerações finais*

A partir dos contextos minerários e pós-minerário apresentados acima, é possível perceber uma complexa dicotomia presente no desenvolvimento socioeconômico do país. Se por um lado a mineração é historicamente determinante na trama econômica, política e territorial brasileira, por outro lado ela deixa um passivo de difícil superação: destruição de grandes referências paisagísticas e identitárias, economias locais arrasadas quando a mineração deixa de atuar, vácuos normativos nos territórios por ela ocupados, pressões de crescimento urbano e imobiliário, injustiças sociais em todos os momentos de sua operação (externalidades que não são assumidas pelos empreendedores, mas ficam para o poder público), dentre outras. Não bastasse isto, as ameaças físicas aos moradores de suas vizinhanças e aos territórios ocupados pela mineração se tornam constantes, deixando a sociedade em permanente tensão pela preocupação com o rompimento de barragens de rejeito, como já ocorrido em Mariana e Brumadinho. De acordo com o Relatório Anual de Segurança de Barragens de Mineração da ANM de 2020, Minas Gerais tem hoje 47 barragens em níveis de emergência identificados.

Um dos grandes problemas relacionado à atividade minerária hoje no Brasil é exatamente a condição relacional que as empresas criam com as sociedades e os locais onde se instalam. Na maioria das vezes elas se apresentam como enclaves dissociados do seu território, reforçando uma posição de autonomia e provocando tanto processos de exclusão como de desterritorialização, agravados pelas relações



Figura 14 Vista do território a partir do alto do Terril 9-9 bis. Fonte: Renata Paranhos/Jan 2020.

internacionais de mercado para as quais as mineradoras têm se voltado quase exclusivamente. As áreas mineradas são fortemente protegidas, muitas vezes ocultadas e, embora exista um certo relacionamento com as comunidades de entorno, eles são marcados pelos seus interesses hegemônicos, sem considerar de fato os movimentos populares, as diretrizes de planejamento urbano ou de patrimônio cultural. A partir disso, três tipos de impactos se destacam nesse contexto: a escala do dano, a segregação territorial e a preocupação somente com a recomposição do meio-ambiente na estrita acepção da lei.

Considerando a escala de seus impactos, o resultado com relação às paisagens tem sido, por via de regra, de devastação, nela incluindo aspectos de poluição do meio ambiente, quer no processo exploratório das minas quer no pós-fechamento. A recuperação ambiental e a recomposição da paisagem não implicam o retorno à sua configuração original, de resto uma impossibilidade prática. Mas é possível considerar, na perspectiva de criação de novas paisagens, o estabelecimento de bases consensuais e socialmente construídas. Nesse sentido, a estrita observância legal não é suficiente para solucionar o problema da recomposição da paisagem, porque não se trata apenas da consideração de um recorte territorial que receberá novos usos, mas também das relações socioculturais nela inseridas e dela decorrentes. Com isso, tanto as formas de exploração mineral como os planos e as ações de recuperação e recomposição têm expressado atitudes de deliberada exclusão territorial.



O exemplo de Nord-Pas de Calais reflete claramente a importância de um planejamento anterior e em conjunto com a atividade, para que a região não chegue a uma situação tão difícil de reconversão. Mesmo a França, com toda a sua tradição, preocupação, experiência e legislação paisagística desenvolvida ao longo do tempo, não avançou muito na formulação e aplicabilidade de um conceito jurídico de paisagem. Isso demonstra a complexidade dessa questão.

As alterações de paisagens, a ruptura das tessituras sociais e o medo permanente são um preço alto a pagar pelo retorno financeiro, até porque a maior parte desse retorno dificilmente volta para o local particular onde ocorre a atividade minerária. O setor não é capaz de propiciar condições de vida compatíveis com a riqueza que explora, nem consegue garantir uma política indutora de empregos locais. O diário Oficial de contas, elaborado anualmente pelo Tribunal de Contas (2019) revela que os impostos arrecadados são baixos quando comparados à receita do Estado e este não consegue, ou não quer tributar a atividade de forma justa e adequada e, conseqüentemente, não consegue repassar os benefícios adequados aos municípios e sua população como um todo.

Ainda soterrados pelos desastres das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), quem poderia imaginar que logo em seguida teríamos que lidar com a pandemia da Covid-19 que virou protagonista em todo o mundo. Instalou-se um contexto dramático que envolveu a morte e adoecimento de milhares de brasileiros e, por mais inacreditável que pareça, enquanto os holofotes miravam questões emergenciais de saúde, escancarou-se o caminho para o desmonte das políticas de Estado voltadas à proteção ambiental. Na madrugada do dia treze de maio de 2021, foi aprovado pela Câmara dos Deputados o texto-base do projeto que flexibiliza normas e dispensa uma série de atividades e empreendimentos do licenciamento ambiental. É perceptível uma tendência à desregulação que vai minando o compromisso social, político e econômico firmado no Brasil por meio da promulgação da Constituição de 1988.

Introduzir a gestão de paisagens nos processos de licenciamento ambiental desde o princípio, pavimentando todo o caminho da atividade econômica e embasando o seu fechamento, constitui importante ferramenta para minimizar impactos e conflitos sociais, além de possibilitar a conformação de paisagens mais democráticas. É tarefa urgente das mineradoras, do governo, dos estados, dos municípios e da sociedade brasileira repensar e readequar a mineração em moldes sustentáveis e de excelência.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37a0.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37a0.htm)>. Acesso em 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)>. Acesso em 2019.

COMEX STAT. *Estatísticas do comércio exterior do Brasil*. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Brasil, 2021. Acesso em: janeiro 2022

CURRAL DEL REY. *Coordenação de Alessandro Borsagli. Site destinado à discussão sobre as mudanças ocorridas no espaço urbano de Belo Horizonte, desde a fundação do Arraial do Curral del Rey até os dias de hoje. A Serra do Curral Del Rey*. Disponível em: <<http://www.curraldelrey.com>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

EIA MINA DE ÁGUAS CLARAS: *Estudo de Impacto Ambiental. Parcelamento e Uso Misto do Solo no Pós-Mineração*. Nova Lima, 2005. 495p.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 279p.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Portaria nº 437, de 19 de novembro de 2018*. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria437\\_19nov2018.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria437_19nov2018.pdf)>. Acesso em: junho 2021.

MINAS GERAIS. *Procuradoria do Estado. Central de apoio técnico. Parecer técnico. Análise de Parecer da SUPRAM, elaborado para instruir a votação na Câmara do COPAM para Licença para Intervenção em APP, na Mina de Águas Claras*. SGDP: 1766944; Ofício: 226/2011, 2011.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Boletim do setor mineral*. Brasília, outubro 2020. Disponível em:

<http://antigo.mme.gov.br/documents/36108/1006289/Boletim+do+Setor+Mineral+-+julho+2020/abcd81f-e8e6-dd16-243f-87e97f23f418?version=1.1>

RELATÓRIO DE GESTÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. *Agência Nacional de Mineração (ANM)*. Brasília, março 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/relatorio-gestao/relatorio-de-gestao-2013-exercicio-2019>.

RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DA MINERAÇÃO. *Agência Nacional de Mineração (ANM)*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/barragens/relatorios-anuais-de-seguranca-da-barragens-de-mineracao-1/RelatorioAnual2020Final.pdf>.

PARANHOS, Renata Ribeiro Abreu; CARSALADE, Flávio de Lemos. *Recuperação de áreas degradadas pela mineração em regiões de interesse patrimonial*. Belo Horizonte, 2012. 144 p. *Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura*.

SAMARCO. *Rompimento de Fundão*. Disponível em: <<https://www.samarco.com/imprensa>>. Acesso em 23 de Agosto de 2019.

VALE. *Esclarecimentos sobre a barragem I da Mina de Córrego do Feijão*. Disponível em <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas>. Acesso em maio 2019.





# CRONICIDADE DOS PROCESSOS DE RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO EM DESASTRES:

as histórias que nem todos avós poderão contar

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.39413>

**ALINE SILVEIRA VIANA\*** **VICTOR MARCHEZINI\*\*** **ALICE DIANEZI GAMBARELLA\*\*\***

**RESUMO** Os processos de reconstrução e recuperação em desastres têm pouca visibilidade pública e as pesquisas sobre o tema ainda são escassas, sobretudo no contexto brasileiro. O objetivo deste artigo é analisar as especificidades dos idosos nos processos de reconstrução e recuperação em desastres. Para tanto, baseia-se na pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental sobre políticas públicas de proteção e defesa civil, e em pesquisas de campo, de base qualitativa, nos desastres de São Luiz do Paraitinga (2010), Nova Friburgo (2011), Teresópolis (2011), Blumenau (2008 e 2011) e Ilhota (2008 e 2011). Os resultados indicam: a) os sentidos de afetação vivenciados pelos(as) idosos(as) no contexto de emergência e desastre; b) práticas insuficientes dos(as) gestores(as) e das políticas públicas diante dessas afetações; e, c) possíveis estratégias para aperfeiçoamento e/ou implementação de políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres, sobretudo a partir do Sistema Único de Assistência Social.

**PALAVRAS CHAVE** Afetados. Desabrigados. Calamidades. Defesa civil. Políticas públicas.

## Chronicity of the reconstruction and disaster recovery processes: the stories that not all grandparents will be able to tell

**ABSTRACT** The processes of reconstruction and recovery in disasters have little public visibility and research on the subject is still scarce, especially in the Brazilian context. This article aims to analyze the specificities of the elderly in the processes of reconstruction and disaster recovery. The study is based on bibliographic research, documental research on public policies for civil protection and defense, and on qualitative field research on the disasters in São Luiz do Paraitinga (2010), Nova Friburgo (2011), Teresópolis (2011), Blumenau (2008 and 2011) and Ilhota (2008 and 2011). The results indicate: a) the elderly people experiences of being affected in the context of emergency and disaster; b) the insufficient practices of managers and public policies in the face of these elderly people experiences of being affected; and, c) possible strategies for improving and/or implementing public policies for reconstruction and disaster recovery, especially based on the Unified Social Assistance System.

**KEYWORDS** Affected people. Homelessness. Calamities. Civil defense. Public policies.

\* UFSCar

\*\* Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)

\*\*\* PUC/SP





## Introdução

Você provavelmente escutou diversas histórias contadas por seus(uas) avós (ôs). Se eventualmente algum(a) deles(as) falou sobre desastres, você deve ter ouvido sobre a catástrofe de 1966 no Estado da Guanabara, quando 250 pessoas morreram em inundações e deslizamentos. Ou da catástrofe de 1967 na Serra das Araras, Rio de Janeiro, quando cerca de 1600 pessoas também faleceram em inundações e deslizamentos. Se por acaso você já visitou Caraguatatuba, no litoral paulista, talvez alguém tenha lhe contado que, também em 1967, a cidade vivenciou inundações e deslizamentos com cerca de 500 mortes:

A água caiu violentamente sobre as planícies e sobre as montanhas, empurrando um mar de lama que escorria ao encontro do oceano. Era uma massa avermelhada levando de roldão árvores, pedras, construções a qual, ao chegar à cidade, entupiu as casas, derrubou paredes e telhados, destruindo tudo à sua passagem (...) O rio Santo Antônio, que corta a cidade, segundo testemunhas, alargou-se de 40 para 200 metros (...) As pessoas eram agredidas pela lama que as sufocava, pela água que as afogava e pelos troncos e pedras que as esmagavam. Impossível dizer-se o número verdadeiro dos habitantes mortos (...) Falou-se em 500 [mortes], mas sabe-se que foram muitos, muitos mais... (SANTOS et al., 2000, p.376-377).

Talvez você não tenha avós(ôs) para te contar histórias. Mas na escola tenham te contado a história das secas (VILLA, 2000) ou mesmo você tenha lido algum livro de literatura, como o clássico “Os sertões” (CUNHA, 2019) ou o recente “Torto Arado” (VIEIRA JUNIOR, 2018).

Se você não tem o hábito de ler livros, provavelmente tenha acompanhado reportagens sobre desastres nas redes sociais, jornais eletrônicos, televisão. Algumas dessas histórias foram compartilhadas no desastre de fevereiro de 2022 em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, onde gerações de avós(ôs) e netos(as) faleceram em desastres anteriores e na tragédia anunciada que se repete mais uma vez. Em 1971, uma avó faleceu em seu domicílio decorrente de um deslizamento no bairro Cascatinha, em Petrópolis/RJ. Após a reconstrução da casa, a filha voltou a morar na localidade e quando teve um bebê deu-lhe o nome de sua mãe. Contudo, no desastre de fevereiro de 2022, a neta acabou por ter o mesmo destino da avó, morrendo em um deslizamento na região central da mesma cidade (CORREIO BRAZILIENSE, 2022). Vitimadas



nessas gerações de desastres crônicos - entre as décadas de 1970 e 2020 -, a intergeracionalidade entre os afetados em catástrofes também ocorre em um mesmo desastre. Em fevereiro de 2022, uma neta de 17 anos e a avó de 86 anos faleceram no Morro da Oficina: “A mãe dela falou para ela subir para o outro andar, mas ela não quis deixar a avozinha dela sozinha, que não andava e era acamada”, conta a madrastra da adolescente (RIANELLI, 2022, s/n).

As histórias sobre reconstrução e recuperação em desastres podem ser preenchidas por essas narrativas dos meios de comunicação da grande mídia, pela história oral dos sobreviventes que, por vezes, também criam mecanismos para registrar por escrito seus testemunhos quando seu drama não é mais utilizado como mercadoria na grande mídia. Em São Luiz do Paraitinga/SP, por exemplo, os(as) afetados (as) pela grande inundação de janeiro de 2010 ajudaram a criar o “Jornal da Reconstrução” para veicular as ações locais de recuperação. Já os (as) atingidos (as) pelo rompimento da barragem da Samarco, ocorrido em novembro de 2015 na bacia do Rio Doce, decidiram criar o jornal “A Sirene” para fazer frente à produção simbólica do desastre conduzida pelos responsáveis pela catástrofe (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

Processos de reconstrução e recuperação em desastres têm adquirido pouca visibilidade nos meios de comunicação. Se no momento da emergência há constantes reportagens e uma série de diferentes atores que convergem para o cenário de calamidade - alguns sobrevoando-o com helicópteros, outros oferecendo seu trabalho voluntário, outros ávidos por concorrer aos editais de serviços emergenciais com dispensa de licitação etc. - há, por sua vez, o momento em que o desastre é decretado como esquecido pela opinião pública (VALENCIO; VALENCIO, 2017). Essa lógica levou alguns autores a cunhar a expressão “abandonados nos desastres” (cf. VALENCIO et al., 2011) para se referir ao processo paulatino de desproteção social a que são lançados os sobreviventes nos desastres.

O campo de pesquisa sobre processos de reconstrução e recuperação em desastres ainda é pouco consolidado, isto é, predominam estudos esparsos motivados pela ocorrência de desastres. No contexto latino-americano destacam-se o estudo clássico do antropólogo Anthony Oliver-Smith (1994), que analisou o processo de reconstrução de Yungay, Peru, após o terremoto ocorrido na década de 1970, além de pesquisas realizadas pelo *Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social* (CIESAS) a respeito de processos de realocação habitacional em decorrência de catástrofes ocorridas no México (CORTÉS, 2009; MACÍAS, 2009). No contexto brasileiro, o campo

1 A estes se acrescentam estudos anteriores, como a tese de Mattedi (1999) sobre a enchente de 1983 em Blumenau/SC, as pesquisas da antropóloga Telma Camargo da Silva sobre o desastre do Césio-137 em Goiânia/GO, com início em 1987, e de Norma Valencio sobre o contexto nacional como um todo (VALENCIO, 2012).

de estudos sobre desastres - e não especificamente sobre processos de reconstrução e recuperação - foi catalisado pela ocorrência de catástrofes recentes<sup>1</sup>, tal como a ocorrida no Vale do Itajaí/SC em 2008 (SIENA, 2012; SILVA, 2013), São Luiz do Paraitinga/SP em 2010 (SARTORI, 2016; SANTOS, 2015; SANTOS, 2016), Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011 (VARGAS, 2013; VIANA, 2019, VIANA, 2020), rompimento da barragem da Samarco em 2015 (ZHOURI et al., 2016; MILANEZ; LOSEKANN, 2016). Entretanto, no Brasil ainda são escassos os estudos sobre processos de reconstrução e recuperação em desastres, sobretudo aqueles direcionados a reconhecer as especificidades dos diferentes grupos sociais atingidos.

O objetivo deste artigo é analisar as especificidades dos idosos nos processos de reconstrução e recuperação em desastres. Para tanto, baseia-se na revisão do estado da arte sobre o tema, na pesquisa documental sobre políticas públicas de proteção e defesa civil voltadas aos idosos e à temática de reconstrução e recuperação, assim como na pesquisa de campo, de base qualitativa, nos desastres ocorridos em São Luiz do Paraitinga/SP (2010), Nova Friburgo/RJ (2011), Teresópolis (2011), Blumenau/SC (2008) e Ilhota/SC (2008).

A utilização desses estudos de caso visa fornecer categorias analíticas aos sentidos dos processos de recuperação e reconstrução em desastres, entendidos sob o ponto de vista da cronicidade, isto é, como condições não-curáveis, com sintomas contínuos que interferem na vida dos afetados e que são dependentes de situações sociais e culturais em que também se incluem as organizações que prestam serviços assistenciais e de saúde (CASTELLANOS et al., 2015). Para tanto debruça-se sobre três aspectos: a) os sentidos de afetação vivenciados pelos(as) idosos (as) no contexto de emergência e desastre; b) práticas insuficientes dos(as) gestores (as) e das políticas públicas diante dessas afetações; e, c) possíveis estratégias para aperfeiçoamento e/ou implementação de políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres, sobretudo com contribuições do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e recomendação de estudos científicos para suprir outras lacunas do conhecimento.

### *Políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres*

Um dos primeiros cientistas a analisar os processos de reconstrução e recuperação em desastres foi o sociólogo Samuel Henry Prince, que em 1920 publicou sua tese sobre as mudanças sociais catalisadas após a explosão de um navio na cidade de Halifax,

no Canadá. O foco na análise das mudanças sociais também foi tema de pesquisa de doutorado do sociólogo russo Pitirim Sorokin que, em 1942, publicou o livro *Man and Society in Calamity*. No livro, o autor destaca as mudanças culturais, sociais, políticas, econômicas, religiosas, científicas etc. ocorridas em períodos de guerra, fome, epidemias e outras calamidades. Um dos pontos principais da tese de Sorokin é demonstrar como os comportamentos e as respostas sociais nas calamidades são diversos, gerando impactos não só negativos como também positivos. Para o autor, as catástrofes são as grandes educadoras da humanidade.

É justamente no contexto das guerras, mais especificamente da Segunda Guerra Mundial, que são criados os serviços de defesa civil, à época nominados como defesa passiva antiaérea, a fim de proteger os civis dos bombardeios aéreos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, alguns desses serviços são extintos, vindo a serem recriados por conta de desastres associados às inundações, furacões, secas, deslizamentos etc. No caso brasileiro, por exemplo, as inundações no Estado da Guanabara, em 1966, catalisaram a criação da primeira defesa civil estadual do país. Atualmente, esses serviços são chamados de “proteção e defesa civil” e estão organizados sob a forma de um Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) - que ainda não criou mecanismos para financiar as ações dos órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa civil, a fim de seguir o que é orientado pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), promulgada pela Lei 12.608/2012. Ou seja, o SINPDEC ainda não dispõe da mesma capilaridade no território e estratégias de implementação de sua política pública, a exemplo do que ocorre no Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A PNPDEC possui 15 objetivos, que se referem às ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação (que inclui a reconstrução). Importante destacar que a PNPDEC menciona a palavra “recuperação” nove vezes. Essas menções aparecem majoritariamente vinculadas à temática de transferência de recursos financeiros em localidades atingidas por desastres, que tenham sido reconhecidas as portarias de declaração de Situação de Emergência (S.E.) ou Estado de Calamidade Pública (E.C.P.). Isto é, o conteúdo discursivo do que se fala sobre recuperação e reconstrução, no âmbito da PNPDEC, resume-se à transferência de recursos financeiros.

Enquanto a reconstrução se refere aos elementos materiais, como moradias, edificações, infraestrutura etc., a recuperação engloba não só os danos materiais como

também os danos imateriais sofridos pelos atingidos em desastres. Isto é, o desastre é um fenômeno sociocultural, que ocorre em um tempo social, não gerenciável por sistemas tecnocráticos (VALENCIO et al., 2011).

Valencio e colaboradores (2011) indicaram vários desafios nos processos de reconstrução e recuperação em desastres, a partir da revisita a cenários de desastres em Jaboatão dos Guararapes/PE (2005), Ilhota/SC (2008), Barreiros/PE (2010), União dos Palmares/AL (2010), Petrópolis/RJ (2011) e Teresópolis/RJ (2011), com a realização de 75 entrevistas. Dentre as conclusões do estudo destacam-se: i) a incerteza em relação ao futuro por parte dos atingidos em desastres; ii) a descrença no poder público em relação às políticas de reconstrução e recuperação; iii) o silêncio provocado pela desilusão com as promessas não cumpridas pelo ente público; iv) a ausência de informação consistente sobre o retorno ou não às suas moradias, sobre a existência ou não de riscos remanescentes, sobretudo de deslizamentos; v) a desassistência social paulatina, com o término da visibilidade nos meios de comunicação e as ações de solidariedade; vi) a invisibilidade social quando seus dramas não entram mais na pauta das notícias; vii) as manifestações de hostilidades contra si e seus familiares, sobretudo quando utilizam espaços públicos reivindicados pela comunidade não impactada, a exemplo das chamadas escolas-abrigo; viii) os assédios de toda a ordem, seja pelos meios de comunicação, ou pelos inúmeros cadastros a serem preenchidos; ix) a privação de espaço e de recursos materiais para a afirmação da individualidade bem como na garantia do bem-estar e da coesão familiar; e, x) falta de solução habitacional.

Apesar de retratar as dimensões materiais e imateriais vivenciados pelos abandonados nos desastres, assim como as práticas insuficientes dos gestores públicos e outros atores, o referido estudo sobre os abandonados nos desastres (VALENCIO et al., 2011) não tratou das especificidades de todos os grupos sociais, geralmente mais vulnerabilizados em contextos de desastres, tais como os (as) idosos (as). Em relação a este grupo, a PNPDEC só os menciona única vez, ao se referir às finalidades do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC), um órgão colegiado que tem cinco finalidades, dentre as quais: “IV - propor procedimentos para atendimento a crianças, adolescentes, gestantes, idosos e pessoas com deficiência em situação de desastre, observada a legislação aplicável”. Há, dessa forma, uma invisibilidade sobre as especificidades dos idosos nos processos de reconstrução e recuperação em desastres. A seção seguinte abordará a temática no âmbito dos estudos sobre desastres.

## *Os sentidos de afetação dos idosos em desastres*

Atualmente dispomos de poucos estudos nacionais sobre a temática. No Brasil, entre os anos de 2009 e 2011, foram identificados 47.113 registros envolvendo idosos em desastres, para uma amostra de 22 municípios (AUTOR et al., 2014). Desse universo, 40.591 (86,16%) correspondem a idosos afetados (sem detalhamento do tipo de afetação), 4.783 (10,15%) na condição de enfermos, 1.010 (2,14%) como desalojados - isto é, na casa de parentes ou amigos -, 487 (1,03%) deslocados, 238 (0,51%) desabrigados - em abrigos temporários - e quatro (0,01%) mortos. Esses dados chamam a atenção pela quantidade de idosos afetados em um curto período de tempo e, ao mesmo tempo, pela defasagem de informação que temos, com a não continuidade de estudos dessa natureza. À limitação e subestimação dos registros, é necessário associar outras fontes de informação para se aproximar do número real de idosos afetados nos desastres. Nos cinco municípios estudados (Tabela 1), é possível identificar a quantidade geral de afetados em desastres, assim como a do subgrupo “idosos”, considerando a condição de desalojados, desabrigados, desaparecidos etc., a partir de informações do formulário de Avaliação de Danos (Avadan), adotado à época pelo SINPDEC, e ainda disponíveis no Sistema de Informações sobre Desastres (S2ID).

Os cinco municípios selecionados para o estudo fazem parte da lista dos 821 municípios prioritários para a gestão de riscos no país<sup>2</sup>, no entanto, mesmo com a associação de diferentes fontes de informação, há falta de dados para diferentes tipos de afetação. Para os municípios afetados em 2011, Teresópolis/RJ e Nova Friburgo/RJ, os dados não estão minimamente disponíveis nos relatórios de avaliações de danos do S2ID.

<sup>2</sup> Para consultar a lista completa, acesse: [https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/emendasparlamentares/PUBL\\_relatorios\\_004\\_821\\_municipios\\_prioritarios.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/emendasparlamentares/PUBL_relatorios_004_821_municipios_prioritarios.pdf)

Tipo de afetação	Nova Friburgo/RJ		Teresópolis/RJ		Blumenau/SC		Ilhota/SC		São Luiz do Paraitinga/SP	
	Geral	Idosos	Geral	Idosos	Geral	Idosos	Geral	Idosos	Geral	Idosos
Desalojados	4.528	--	9.110	--	25.000	--	3.500	300	4.030	508
Desabrigados	789	--	6.727	--	5.209	667	1.300	240	93	8
Deslocados	---	---	--	--	0	0	3.500	300	16	16
Desaparecidos – Avadan	--	--	--	--	--	6	18	2	0	0
Desaparecidos - Ministério Público	274	1	295	7	--	--	--	--		
Levemente feridos	--	--	--	--	2311	163	50	3	0	0
Gravemente feridos	--	--	--	--	72	8	17	1	0	0
Enfermos	--	--	--	--	480	16	41	16	0	0
Mortos	429	--	392	--	24	--	26	1	0	0
Afetados em geral	5.746	--	16.229	--	103.000	--	3.500	300	11000	1172

**Tabela 1** - Tipos de afetação nos desastres nos cinco municípios estudados, para população em geral e pessoas com 65 anos ou mais. Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Proteção e Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro obtidos por Freitas et al. (2012); Avadans da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina e São Luiz do Paraitinga/SP disponíveis no S2ID; e número de desaparecidos pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

Se por um lado há falta de dado oficial, do outro, há questionamento sobre a aproximação destes com o número real. Em imersão em campo em Teresópolis/RJ, nos anos de 2013, 2014 e 2015, o relato dos idosos que sobreviveram foi crítico em relação à subestimação da mortalidade, do cômputo de desaparecidos e registro de adoecimento da população local frente ao desastre. O mesmo foi visto em Ilhota/SC, Blumenau/SC, Nova Friburgo/RJ e Teresópolis/RJ (retornando em 2018), com relação aos

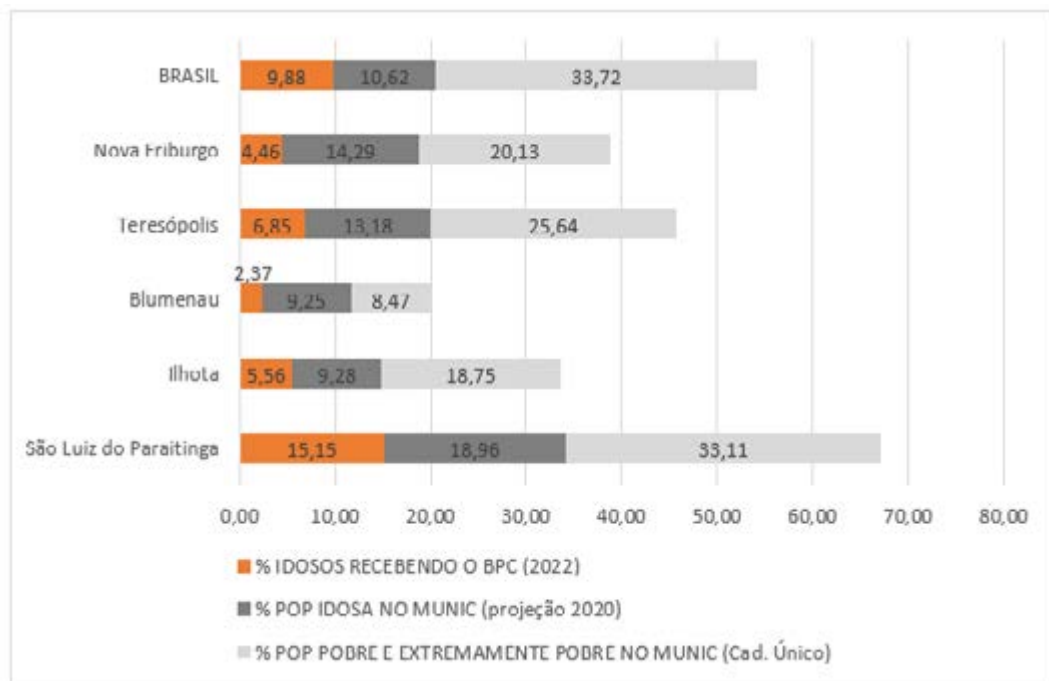
dados de saúde mental. Os entrevistados alertavam para a existência de subnotificação de óbitos autoprovocados e de adoecimento por transtornos mentais e comportamentais relacionados aos desastres, mesmo vivenciando em suas práticas profissionais o aumento desses casos.

Nos municípios estudados, há concentração de idosos superior à média nacional (10,62%). Em São Luiz do Paraitinga/SP, 18,96% da população é idosa, em Nova Friburgo/RJ 14,29% e, em Teresópolis/RJ, 13,18% (Gráfico 1). Porém, a proporção de pobres nesses municípios, uma camada a mais de interseccionalidade, desafia os(as) idosos(as) pobres a se recuperarem dos desastres com recursos próprios ou de sua rede informal. Embora as transferências de recursos entre os entes federativos sejam importantes para o contexto de desastres, como discutiremos a seguir, precisamos ir além dessa abordagem, visto a cronicidade dos desastres vivenciados e das recorrentes perdas nesses municípios.

No âmbito do SUAS, pobres são considerados aqueles com renda familiar per capita mensal de até R\$140,00 e os extremamente pobres incluem os agrupamentos familiares com até R\$89,00 per capita mensal. Essa classificação interfere na oferta de serviços e benefícios da Assistência Social, sobretudo porque o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) é ofertado apenas sob critérios de renda (até <sup>3</sup> de salário-mínimo per capita para acesso ao benefício<sup>3</sup> a idosos com 65 anos e mais).

Blumenau/SC, município com a menor proporção de pobres e extremamente pobres (8,47%), também é o com menor proporção de idosos recebendo o BPC (2,37%), o que indica uma medida de isonomia na focalização do programa (Gráfico 1). São Luiz do Paraitinga/SP demonstra percentuais de pobreza e de idosos, mais próximos à média nacional e com excelente cobertura e acesso ao BPC, superior à média nacional (9,88%) e a de todos os municípios do estudo, com 15,15% dos idosos beneficiados. Entre os municípios que indicam maior desigualdade pela métrica adotada, incluem-se Nova Friburgo/RJ (4,46% em uma população de 20,13% de pobres e extremamente pobres) e Teresópolis/RJ (6,85% em uma população de 25,64% de pobres e extremamente pobres).

3 O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742/93), e não extinguiu a Renda Mensal Vitalícia (RMV) ainda em operação, mas com um pequeno passivo. Ambos os benefícios são ofertados nos mesmos moldes e critérios; para a finalidade deste estudo, foram somados os números absolutos de BPC e RMV ofertados nos municípios em janeiro de 2022.



**Gráfico 1** – Percentual da população pobre e extremamente pobre, população idosa (com 60 anos e mais) residente e com acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Fonte: Censo/IBGE (2010); MC/SAGI, 2022. Elaboração própria.

Idosos afetados em desastres muitas vezes acabam por depender das redes informais para enfrentarem e reconstruírem suas vidas, deparando-se com a indisponibilidade de redes formais organizadas e acessíveis. Como nos mostra Costa et al. (2012), embora as redes de apoio dos idosos fossem numerosas, poucos membros exerciam a função de dar e receber apoio. E, para a fase de resposta a desastres, apenas pessoas próximas da família e vizinhança foram citadas como os membros a darem suporte em caso de inundação, semelhante ao observado na literatura internacional (LOKE; LAI; FUNG, 2012). A literatura e os achados em nossas inserções de campo, nos fazem questionar como os serviços públicos brasileiros estão se articulando para dar suporte social nos desastres, visto que em dois estudos anteriores, em São Carlos/SP e Teresópolis/RJ, estes não foram sequer reconhecidos pelos idosos enquanto rede de apoio (COSTA et al., 2012; AUTOR, 2020).

Em São Luiz do Paraitinga/SP, no ano de 2010, evidenciou-se um quadro de injustiça social decorrente do desastre, pois os idosos afirmaram “acostumar-se” com



as perdas recorrentes em caso de inundação e com a falta de suporte social formal adequado para a recuperação (SARTORI, 2014). Contudo, mesmo incorporando a injustiça social, estes não deixaram de sofrer nos abrigos temporários, nas casas de amigos e parente ou ainda enquanto isolados, à espera de ajuda, como relataram alguns entrevistados: “[...] “nossa, a gente sofreu muito” (SARTORI, 2014, p.146). Num primeiro momento, as pessoas ficaram isoladas até que chegasse ajuda. Sendo assim, permaneceram sem comida, sem água, sem conseguir tomar banho, ou trocar de roupa (SARTORI, 2014).

O cenário reportado pela literatura nacional e internacional (LOKE; LAI; FUNG, 2012; DOSTAL, 2015) não dista do observado em inserção em campo junto a três secretarias municipais de Ilhota/SC, Blumenau/SC, Nova Friburgo/RJ e Teresópolis/RJ. Nesta inserção observou-se falta de articulação dos serviços, desde a prevenção à reconstrução, para atendimento dos idosos no contexto de desastres. Como relataram os entrevistados, há muito improvisado das ações, mesmo quando há planos escritos, os quais não chegam a ser simulados, revisados ou implementados de modo sistemático junto à população. Os processos de recuperação, além de não incluírem o grupo idoso, ainda negligenciam uma variável importante que é a de gênero.

A intersecção com outros fatores sociais pode aumentar a vulnerabilidade de um dado grupo social, em virtude da maneira como as sociedades lhe criam barreiras adicionais à proteção social e prevenção de desastres. Nos municípios de grande porte aqui estudados (Teresópolis, Nova Friburgo e Blumenau), as mulheres são quase 60% da população idosa (IBGE, 2010). Nos desastres, a discussão de gênero é fundamental, pois nesse grupo se reforça um processo de desigualdade de oferta de cuidado, de proteção e de meios de participação social na fase de reconstrução no ciclo dos desastres (ONU, 2018).

A associação entre dimensões de gênero e etária pode ser um fator dificultador aos processos de reconstrução e recuperação, sobretudo quando as políticas públicas não criam mecanismos para reduzir algumas dessas vulnerabilidades prévias aos desastres, tal como a violência doméstica. Nos abrigos temporários em Ilhota/SC, por exemplo, as rotinas de preparação dos alimentos eram gerenciadas por voluntários, que não tinham consultado se os (as) desabrigados (as) gostariam de participar dessas atividades. As instalações do abrigo Capela Cristo Rei também não garantiam qualquer privacidade mínima às famílias que ali estavam, de modo que todos dividiram

um mesmo espaço de um salão paroquial, com os colchões colocados no chão de cimento, além das 100 pessoas que ali estavam terem de se revezar em dois banheiros.

Já em São Luiz do Paraitinga/SP, cada família foi abrigada em quartos de pousadas e hotéis, embora outros desafios tenham se verificado no processo de reconstrução e recuperação, tal como os(as) idosos(as) que residiam em um asilo que foi atingido pela inundação. Cada qual foi encaminhado para asilos no município vizinho de Taubaté/SP, de modo que muitos perderam os vínculos de amizade que existiam no asilo em São Luiz do Paraitinga/SP. Nesse processo de evacuação e transferência dos idosos, também estudado por Sartori (2014), notou-se sofrimento aos idosos e despreparo da instituição e do município em auxiliar os idosos institucionalizados durante e após a crise aguda.

Em Teresópolis/RJ, na primeira inserção em campo em 2013, os idosos sofriam com a indenização pela perda da moradia, a preços baixos, e com auxílio aluguel descontínuo, com falta de espaços de escuta das necessidades objetivas e subjetivas que estes e seus familiares enfrentavam. Em 2014, os idosos ainda sofriam com a não entrega do conjunto habitacional e falta de alternativas de moradia, com a suspensão da indenização e compra assistida, bem como falta de informações oficiais e alertas de desastres tardios. Em 2015, persistia a não entrega do conjunto habitacional aos afetados, os quais relatavam sentir abandono do ente público, angústia, incerteza quanto ao futuro e indignação. A desassistência biopsicossocial aos idosos afetados perdurou de 2013 até 2015. Nesse intervalo ações pontuais foram realizadas. Na última inserção em campo, em 2018, o conjunto habitacional já havia sido entregue, porém problemas sociais começaram a emergir com a falta de planejamento e com a grande sobrecarga gerada ao sistema de assistência social. Uma situação observada não somente em Teresópolis/RJ, mas com as primeiras entregas de moradia em Blumenau/SC e com os conjuntos atuais em Nova Friburgo/RJ. Como relata um(a) dos(as) entrevistados(as):

Foi criado um condomínio [...] onde foram colocadas famílias referenciadas em todos os bairros. É um espaço onde tem-se uma cultura e foram colocadas famílias de outras culturas, outros valores [...]. Teve um aumento nos casos de violência, casos de crianças sendo acompanhadas pelo conselho tutelar. Hoje nós temos, o que não tínhamos antes, 10.000 famílias referenciadas em um mesmo CRAS. [Entrevistado(a) S14].

Em São Luiz do Paraitinga/SP, outro aspecto que chamou a atenção foi a variedade dos danos privados e públicos, e como ambos são importantes para o processo de reconstrução e recuperação, sobretudo por parte dos(as) idosos(as) que dependiam dos espaços de socialização, tais como igrejas, praças, salões paroquiais etc. No caso de São Luiz, muitas idosas eram voluntárias na Igreja Matriz que ruiu durante a inundação de janeiro de 2010 e demorou mais de três anos para ser reconstruída. Embora tenham sido improvisados espaços para realização desses ritos religiosos, muitos relataram processos de adoecimento mais acelerados, porque temiam que a cidade nunca seria reconstruída tal como era. Esses exemplos nos ilustram como as ações de proteção social não podem se restringir à transferência de benefícios, mas requerem uma abordagem mais holística, que considere os sentidos materiais e imateriais da reconstrução e recuperação em desastres, nos espaços privados e públicos, urbanos e rurais.

### *Práticas e políticas públicas insuficientes: idosos em cenários de reconstrução e recuperação em desastres*

Nesta seção, os resultados de levantamento de dados provenientes das bases do Sistema Nacional de Assistência Social (SUAS), e das pesquisas de campo, nos levam a refletir sobre as insuficiências das práticas dos(as) gestores(as) e das políticas públicas diante dessas afetações. Tais análises nos ajudam a perceber os processos de recuperação e reconstrução que temos em curso nessas localidades para o segmento idoso, que também refletem as ausências das esferas estaduais e nacionais no território.

A insuficiência de proteção ao segmento institucionalizado nos desastres é visível, como pontuado na seção anterior, tanto em 2010 em São Luiz do Paraitinga/SP quanto mais recentemente em Nova Friburgo/RJ, Teresópolis/RJ e Blumenau/SC, em entrevista a gestores públicos. Ao serem questionados sobre como estavam trabalhando a gestão de riscos e desastres junto às instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), todos os entrevistados relataram não haver iniciativas, inclusive o tema foi visto com surpresa e novidade para a maioria dos entrevistados, como neste relato:

Pra ser honesto(a) eu nunca tinha pensado nisso [sobre preparação em caso de ILPI]. [...] Hoje a gente não tem um abrigo pra essas pessoas [idosos institucionalizados] em casos de alagamentos... quando acontece uma emergência é feito no improviso [Entrevistado(a) S18].

Como se destacou nas entrevistas, as principais dificuldades no cotidiano das secretarias de saúde e assistência social, em quatro dos municípios estudados, eram em articular a rede de cuidado ao idoso, articular a comunicação e ações entre as secretarias e fazer o referenciamento do idoso no território. Com as emergências e calamidades públicas, o cenário se agrava, pois as ações públicas das secretarias são improvisadas, sem embasamento técnico ou científico, reverberando nas ações de recuperação e reconstrução propostas.

Um agravante para a precarização dos afetados durante a fase de recuperação é o desconhecimento, por parte dos gestores, das necessidades sociais dos idosos afetados nos municípios. Nas entrevistas, um(a) secretário(a) da pasta da Assistência Social relatou desconhecer as e outro(a), da Saúde, relatou não ter condições de responder por estar de modo interino (provisório) na pasta. Em outros dois casos, os(as) secretários(as) interinos(as) respondiam simultaneamente por outra secretaria no município. Nesses casos os secretários não tinham proximidade com o tema e acabavam indicando outros profissionais com mais tempo na secretaria. Para se ter uma perspectiva do problema, na fase de agendamentos das entrevistas, que durou cerca de cinco meses, identificou-se, em alguns municípios, ao menos três alterações de cargos nas secretarias de defesa civil, assistência social ou saúde. Isto é, um indicativo da vulnerabilidade institucional (VIANA 2019).

As mudanças frequentes de gestores na defesa civil, não é algo exclusivo de parte dos municípios estudados. Como mostrou o Diagnóstico de capacidades e necessidades municipais<sup>4</sup> em proteção e defesa civil, 43% dos 1993 representantes deste setor estavam há menos de um ano na função atual e 37% de um a cinco anos. Com relação à experiência em defesa civil, 31% tinham menos de um ano. E, um dado também constatado nas inserções em campo, foi a falta de recursos humanos. Como aponta o diagnóstico, 59% dos municípios dispunham apenas de uma a duas pessoas na equipe de defesa civil (BRASIL, 2021).

Conhecer os problemas sociais, ambientais e de saúde relacionados aos desastres é importante para ajudar os idosos, familiares e comunidades no processo de recuperação em desastres. Promover a proteção social e o cuidado à saúde no longo prazo, por exemplo, auxilia estes frente a situações disruptivas, como as relatadas pelos conselhos municipais da pessoa idosa:

<sup>4</sup> Diagnóstico conduzido pelo Projeto ELOS, desenvolvido por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com execução nacional da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC). A sua implementação foi realizada pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

[houve] aumento significativo de casos de suicídio entre idosos, violência contra o idoso... Porque antes alguns idosos trabalhavam no campo, agora eles têm que conviver com pessoas que trabalhavam em fábricas ou não trabalhavam, um território dominado pelo tráfico de drogas também. Então tem suicídio, violência, abandono, famílias que resolveram sair do município e deixaram seus idosos. Teve um aumento significativo das institucionalizações. Tem sim uma demanda significativa da faixa etária de mais de 70 anos. Porque muitos idosos com 60-70 anos ainda são muito ativos, com 70 anos hoje eles são acometidos por inúmeras questões psicológicas, transtornos... [Entrevistado(a) S14].

Soma-se a esses cenários e às dificuldades de informação sobre as reais demandas dos idosos - principalmente de secretarias não ligadas à Defesa Civil -, a concepção que um novo desastre levaria várias décadas para ocorrer. Fato a contribuir para o despreparo das secretarias de saúde e assistência social em alguns municípios nas situações de desastre, pois se veem em uma posição que negam a possibilidade de uma crise iminente. Como relatou um dos entrevistados no ano de 2018:

[...]vai continuar chovendo, vai continuar tendo queda de barreira, e isso vai acontecer, só que não daquela proporção. Aquilo foi uma coisa, que se for se repetir, Deus queira que não, daqui uns 100 anos... [Entrevistado(a) S5; grifo nosso].

O município está preparado documentalmente, agora com a estratégia decoradinha, o protocolo de enfrentamento com as equipes não existe. [...] Não sei se é coisa do brasileiro e aqui não é diferente, de que depois que passa esquece. E trabalha muito com a ideia, foi plantada na época a informação de que a próxima catástrofe se daria provavelmente daqui 50, 60 anos. Isso não existe! [Entrevistado(a) S14; grifo nosso]

Portanto, a reconstrução fica comprometida, se nesse processo a ocorrência de novos desastres não é considerada. Em Teresópolis/RJ, em consulta aos dados disponíveis até 2016 no S2ID houve registros, após a catástrofe de 2011, de eventos de deslizamentos e/ou inundações em abril de 2012, novembro de 2012 e janeiro de 2013; já em Nova Friburgo/RJ, outro evento em novembro de 2012. Em Ilhota/SC, 10 registros, sendo dois em 2009 (julho e setembro), três em 2010 (janeiro, fevereiro e abril), três em 2011 (janeiro, agosto e setembro), um em setembro de 2013 e um em dezembro de 2014. Em Blumenau/SC, seis registros, sendo um em novembro de 2009, um em abril de 2010, três em 2011 (janeiro, março e setembro) e um em setembro de 2013. Em São Luiz do Paraitinga/SP, não foram localizados novos registros (BRASIL, 2016).

## *Estratégias para implementação de políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres*

A fase de reconstrução em desastres envolve, além desse diagnóstico situacional da presença e perfil da população idosa, o conhecimento de outros serviços públicos e privados de resposta governamental. Esses serviços e equipamentos podem ser específicos para essa geração ou transversais entre outras pastas e setores. Quanto maior a capacidade instalada do município em ofertar respostas, menor o impacto dos desastres e mais eficientes as suas ações no campo da reconstrução (MDR, 2021), isto é, espera-se que o grau de cronicidade seja menor. A presente seção discute algumas das alternativas para aperfeiçoamento das políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres, com vistas a reduzir as cronicidades relatadas.

É fato que no SUAS os serviços dirigidos para a população idosa estão focados no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e em Centros de Convivência e/ou de Referência do Idoso, todos equipamentos da Proteção Social Básica (PSB). Para os idosos com alguma dificuldade de locomoção, por exemplo, ainda estão previstas visitas domiciliares, como o denominado Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Os serviços oferecidos pela PSB são prestados diretamente nos CRASs, equipamentos públicos e de atuação direta, mas em alguns casos podem ser ofertados por entidades conveniadas. Esses são exemplos de serviços que necessitam ser fortalecidos nos municípios estudados, podendo ser espaços de acolhimento das demandas relacionadas à afetação nos desastres e articulação da demanda junto aos demais setores.

Em comparação às primeiras inserções em campo, em Teresópolis/RJ, por exemplo, a implementação da Atenção à saúde da pessoa idosa começou a ganhar força nos últimos anos. Não apenas a saúde, mas atualmente, com a reativação do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, o município estuda a criação do Fundo Municipal do Idoso e adesão ao Programa Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa. Esse caminho também foi apontado nas entrevistas em Nova Friburgo/RJ como uma estratégia de fortalecer as ações de promoção de qualidade de vida ao segmento, independente das mudanças constantes de gestão, que influenciam no andamento das políticas públicas à população.

Um dos mecanismos específicos que podem e devem ser fortalecidos são os Conselhos Municipais de Direitos dos Idosos. Os conselhos, enquanto instâncias de deliberação e decisão, avaliam e chancelam recursos oriundos dos fundos específicos. Esse acionamento pode ser de caráter preventivo, estimando dotações para a população idosa em serviços e benefícios de autocuidado e auto salvamento, por exemplo, assim como acionados emergencialmente, nas fases de resposta e reconstrução, permitindo e chancelando a recondução do uso dos recursos provisionados.

Os conselhos de direitos não têm relação direta com o porte do município, mas com a estrutura da rede de proteção no território. Em consulta ao portal SEDS SP<sup>5</sup> e Participa Mais Brasil<sup>6</sup>, notou-se que São Luiz do Paraitinga (pequeno porte I) e Blumenau (grande porte), possuem o conselho, mas Teresópolis e Nova Friburgo (ambos de grande porte) ainda não, embora nas inserções de campo os dois já tivessem reuniões de modo não frequente; Ilhota (pequeno porte I) possui conselho ativo, mesmo sem lei de criação ou fundo instituídos. Entretanto, em pesquisa de campo, com exceção de Blumenau/SC, os municípios enfrentavam dificuldade em formar quórum para as reuniões e atividades do conselho.

Assim como os conselhos de direitos, outros órgãos e instituições, podem e devem ser considerados no mapeamento local como pontos estratégicos para implementação dos Planos de Contingência, para a reparação do espaço afetado por um desastre, mas, sobretudo, por indicar a qualidade sócio-organizacional do local em questão. Na perspectiva do SUAS, entende-se que a oferta de serviços de proteção social no território, da rede pública ou privada, indica a musculatura social presente nos territórios em relação às respostas objetivas já instaladas, porque “demonstra maior complexidade disposta no tecido social e, por conseguinte, em responder às situações de calamidade pública e sanitária como a pandemia da Covid-19” (PLATAFORMA Covid-19/PB, 2021).

Nessa direção, e reiterada a importância dos equipamentos disponíveis no território, firma-se a relevância dos instrumentos que permitam mapear os serviços disponíveis no território, com dados geocodificados para apoio e complementação dos Planos de Contingência frente aos desastres, bem como para fortalecimento da convivência e resiliência social. Dentre os instrumentos, destacamos na Figura 1, um exemplo gratuito e de simples manejo, disponível no âmbito do SUAS, a fim de planejar as políticas

5 Ver mais em:  
<https://portal.seds.sp.gov.br/cei/municipios>

6 Ver mais em:  
<https://www.gov.br/participa-mais-brasil/painel-de-informacoes>

de cidadania no território. Essa convergência de políticas do SUAS, SUS e defesa civil, no território, poderia ser um instrumento para aperfeiçoar a implementação de políticas públicas de reconstrução e recuperação em desastres, reduzindo as dimensões materiais e imateriais de afetação, tal como discutido para as especificidades dos(as) idosos(as) e das instituições que lidam com este grupo social. Neste tipo de plataforma (Figura 1) poder-se-ia, por exemplo, incluir a localização dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs), importantes para ações de gestão de riscos e de desastres, um tipo de serviço que ainda carece de melhor estruturação a exemplo do que ocorre no SUAS e SUS.

### *Considerações finais*

Os resultados de pesquisa aqui apresentados nos levam a refletir sobre as distintas condições de como se reconstrói e se recupera em um país com recorrência e cronicidade de desastres, que é, ao mesmo tempo, cada vez mais longo, com ausência de articulação das políticas públicas e rede de serviços para além da fase de resposta a desastres, em especial a grupos que internacionalmente são reconhecidos como mais vulneráveis a óbito e adoecimento nos desastres, como os idosos.

A disposição e oferta de serviços no âmbito do SUAS e SUS (como os equipamentos listados no MOPS, vide Figura 1) é insuficiente para traçar um panorama de resposta a desastres, mas dispõem de forte potencial, sobretudo, pela relação com a comunidade, atuação no campo e conhecimento das famílias mais vulneráveis pela sua condição social e de saúde, o que inclui ou pode ser sobrepor, áreas de risco e suscetíveis a ocorrência de desastres.

Nesse sentido, é urgente incluir capacitações dirigidas para promoção da auto segurança das famílias e profissionais que atuam nos municípios, junto à população, para atuar na gestão de riscos e de desastres. Realizar estudos aprofundados e interdisciplinares sobre a afetação e recuperação nos desastres, auxilia para formação de uma visão mais ampliada das intersecções interinstitucionais e de saber que podem ser de grande valia para aumentar a resiliência social e ofertar melhores condições de resposta nas fases de reparação e reconstrução em contextos de desastres.



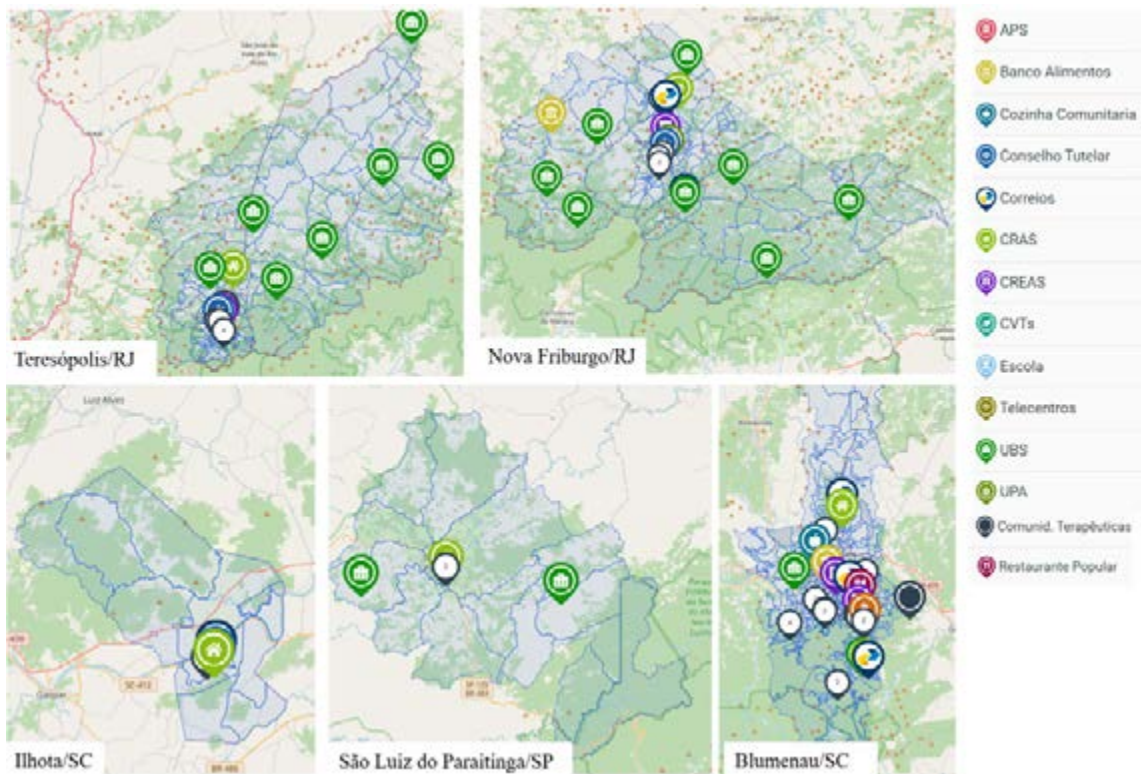


Figura 1 - Mapa Estratégico para Políticas de Cidadania (MOPS) de cinco municípios com histórico de desastres. Fonte: MOPS, 2022.

## Referências

- BRASIL. *Censo Suas, 2017. Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional 2017 de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Diagnóstico de capacidades e necessidades municipais em proteção e defesa civil [livro eletrônico]: Brasil*. Victor Marchezini (Coord.). Brasília/DF, 2021.
- BRASIL. *Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID*. 2016. Disponível em: <<https://szid.mi.gov.br/paginas/series/>>. Acesso em: 11 de abril de 2022.
- BRITO, J.R., I et al. *Utilização de regressão multivariada na determinação do perfil da população afetada por desastres, XXVI ANPET - Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, Joinville/SC, 2012*.
- CASTELLANOS, M.E.P. et al. *Cronicidade: experiência de adoecimento e cuidado sob a ótica das ciências sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2015.
- CORREIO BRAZILIENSE. *Neta morre soterrada em Petrópolis 50 anos depois de a avó morrer da mesma forma*. Reportagem de 18/02/2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/02/4986401-neta-morre-soterrada-em-petropolis-50-anos-depois-de-a-avo-morrer-da-mesma-forma.html>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.
- CORTÉS, G.V. *Devastación y éxodo: memoria de seminarios sobre reubicaciones por desastres en México*. Ciudad de México: CIESAS, 2009.
- COSTA, R.S. et al. *Rede de apoio familiar ao idoso vítima de desastre ambiental*. Anais... IV Programa de Estudos “População, Ambiente e Desenvolvimento: Segurança Humana em contextos de desastres”, 2012.
- CUNHA, E. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Penguin Classis/ Companhia das Letras, 2019.
- DOSTAL, P.J. *Vulnerability of Urban Homebound Older Adults in Disasters: A Survey of Evacuation Preparedness*. *Disaster Med Public Health Prep.*, v. 9, n.3, p. 301-6, 2015.
- G1. *Chuva em Petrópolis: veja quem são os 20 desaparecidos*. Reportagem de 17/02/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/02/17/catastrofe-em-petropolis-veja-quem-sao-os-desaparecidos.ghtml>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Populacional*. 2010. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de novembro de 2021.
- LOKE, A.Y.; LAI, C.K.; FUNG, O.W. *At-home disaster preparedness of elderly people in Hong Kong*. *GeriatrGerontol Int*, v. 12, n. 3, p. 524-31, 2012.
- MACÍAS, J.M. *Investigación evaluativa de reubicaciones humanas por desastres en México*. Ciudad de México: CIESAS, 2009.
- MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio-Digital Letras e Imagem, 2016.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (MOPS)*. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/index.php?e=1>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR). *GIRD+10: caderno técnico de gestão integrada de riscos e desastres*. Brasília: SEDEC, 2021

OLIVER-SMITH, A. *Reconstrucción después del desastre: una visión general de secuelas y problemas*. In: LAVELL, A. (Org.). *Al Norte del Rio Grande. Cidade do Panamá: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina*, 1994, p.25-40.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Direitos Humanos das Mulheres*. 2018. Disponível em: <Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

PLATAFORMA COVID-19 Paraíba/IPSA: *Índice de Proteção Social Ampliada*. Nota Técnica n.1. NE-PPS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais. PPGSS/UFPB. Setembro, 2021. Disponível em: <<https://plataformapb.github.io/indicator-panel/>> Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

RIANELLI, E. TV Globo. *Bombeiros acham corpos de avó e neta no Morro da Oficina, em Petrópolis*. Reportagem de 22/02/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/02/22/bombeiros-acham-corpos-de-avo-e-neta-no-morro-da-oficina-em-petropolis.ghtml>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

SANTOS, A. B. et al. *A catástrofe de 1967*. In: CAMPOS, J. F. (Ed.). *Santo Antônio de Caraguatatuba: memórias e tradições de um povo*. Caraguatatuba: Fundacc, 2000.

SANTOS, D. M. *Os sentidos da patrimonialização no processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano). Universidade de Taubaté, 2016.

SANTOS, J.R.C.C. *A cultura como protagonista do processo de reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SARTORI, J. *Como esquecer? Memórias de um desastre vivenciado*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) Universidade de São Paulo, 2015.

SIENA, M. *A Atenção Social nos Desastres: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SILVA, R. A. C. *Águas de novembro: estudo antropológico sobre memória e vitimização de grupos sociais citadinos e ação da Defesa Civil na experiência de calamidade pública por desastre ambiental (Blumenau, Brasil)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

VALENCIO, N., VALENCIO, A. *Cobertura jornalística sobre desastres no Brasil: dimensões sociopolíticas marginalizadas no debate público*. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones"*, v. 10, n. 2, p. 165-186, 2017.

VARGAS, D. *Da chuva atípica à falta de todo mundo: a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

VIANA, A. S. *Idosos nos desastres - uma análise das condições de vida, dos problemas de saúde e das respostas sociais dadas pelo poder público*. 2019. Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2019.

VIANA, A. S. *O Desastre e o Caos Velado: O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares*. 1ª edição.. 1. ed. B.Aires, C.Grand, Alcalá de Hen.: EDUEP, IELAT, Red Waterlat-Gobacit, 2020. v. 1. 145p .

VIEIRA JÚNIOR, I. *Torto Arado*. São Paulo: Todavia, 2018.

ZHOURI, A. et al. *O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social*. *Ciência e Cultura, Campinas*, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.







# DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO SOBRE MEIO AMBIENTE HUMANO, MEIO SÉCULO DEPOIS: ENTRE O SONHO E A REALIDADE

doi: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.39294>

ANA CAROLINA MENDES DOS SANTOS\* GERALDO MENDES DOS SANTOS\*\*

**RESUMO** A Declaração da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972, completa meio século e coincide com a pandemia da covid-19 que já dura dois anos e tem trazido profundas alterações nos padrões socioeconômicos, nas estratégias políticas e nos hábitos pessoais e coletivos. Trata-se, evidentemente, de um momento histórico e que se enquadra perfeitamente no âmbito de um projeto destinado a potencializar a ideia do verbo reconstruir, ou seja, reavaliar resultados, recompor metas, redefinir trajetórias e restaurar objetivos. A proposta do presente ensaio é examinar os princípios dessa Declaração à luz da realidade brasileira e mais especificamente da Amazônia, uma região emblemática do esforço mundial em compatibilizar progresso com preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.

**PALAVRAS-CHAVE** Reconstrução. Análise histórica. Declaração Universal. Amazônia brasileira.

## Declaration of conference of Stockholm about environment human, half a century later: between the dream and reality

**ABSTRACT** The Declaration of the UN Conference on the Human Environment, held in Stockholm, Sweden, June 5-16, 1972, completes half a century and coincides with the two-year long covid-19 pandemic that has brought profound changes in socioeconomic patterns, political strategies, and personal and collective habits. It is, of course, an historic moment, and one that fits perfectly within the scope of a project aimed at enhancing the idea of the verb reconstruct, that is, to reevaluate results, recompose goals, and restore objectives. The purpose of this essay is to reexamine the principles of this Declaration in light of the Brazilian reality and, more specifically, of the Amazon, a region that is emblematic of the global effort to make progress compatible with the preservation of biodiversity and ecosystems.

**KEYWORDS** Reconstruction. Historical analysis. Universal Declaration. Brazilian Amazon

\* Universidade Federal de Minas Gerais

\*\* Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia







## Introdução

Em 1968, por iniciativa da representação sueca no Conselho Econômico Social das Nações Unidas (Ecosoc), foi lançada a proposta de organizar um encontro de países para debater as grandes questões ambientais e socioeconômicas e propor rumos novos com vistas a salvaguardar as bases para uma economia estável e boa qualidade de vida humana. Para isso, foi criada uma comissão preparatória, constituída por representantes de 27 países, inclusive o Brasil, para elaborar uma agenda provisória de temas a serem debatidos e um esboço da Declaração a ser assinada ao final da Assembleia (Brasil, 1972).

A realização da primeira Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) voltada prioritariamente para o Meio Ambiente decorreu de fortes questionamentos acadêmicos, políticos e socioeconômicos a respeito do modelo de desenvolvimento que a humanidade tem adotado e alicerçado na ideia de máxima produção, acumulação e rentabilidade financeira, o que acaba gerando excessiva devastação ambiental, concentração de renda e proliferação da pobreza. Esse momento corresponde também à intensa luta dos Estados Unidos e outros países democráticos pelos direitos civis, pelo amplo debate em torno das questões multilaterais, pelos malefícios trazidos pela poluição e guerras e pela emergência de novos paradigmas de comportamento centrado na liberdade plena dos indivíduos. Em parte, como decorrência disso, esse momento também coincide com a forte pressão da academia e da opinião pública para se livrar dos regimes ditatoriais e pelo crescente aumento das organizações não governamentais focadas em programas voltados para a qualidade de vida e a preservação ambiental.

De maneira pontual, mas com grandes reflexos em todo o mundo, também contribuíram para isso uma série de acidentes ecológicos de grandes proporções no final da década de 1960 e começo de 1970. Como exemplo disso, pode-se citar a intoxicação de inúmeras pessoas em Minamata, Japão, que ocorreu devido ao consumo de pescado contaminado por mercúrio e os danos causados nas costas da Inglaterra e França pelo naufrágio do petroleiro Torrey Canyon. Também contribuíram para esse momento histórico os estudos desenvolvidos pela comunidade científica e os movimentos ecológicos que denunciavam as consequências negativas do acelerado e inconsequente processo de industrialização, sobretudo nos países desenvolvidos e que tinham como

meta explorar os recursos naturais até à exaustão. Além disso, a opinião pública mundial foi fortemente sacudida pelas ideias difundidas em filmes e livros de forte cunho ambientalista, como *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson; *This Endangered Planet* (1971), de Richard Falk; *The Tragedy of Commons* (1968) e *Exploring new ethics for survival* (1972), de Garrett Hardin e *Blueprint for Survival*, publicado em janeiro de 1972, pela revista inglesa *The Ecologist* (Brasil, 1972; Lago 2006).

O estudo realizado por destacados cientistas a pedido do Clube de Roma, criado em 1968 e que resultou no documento denominado *The limits to growth*, foi decisivo para a ONU dar início na articulação de uma assembleia geral para tratar das questões socioeconômicas e ambientais ali levantadas, pois as conclusões do estudo indicavam iminente colapso do sistema econômico global, induzido pela drástica redução dos recursos naturais não renováveis e, conseqüentemente, pelo perigo de falência de parques industriais que utilizavam matéria-prima explorada da natureza ou mesmo da agricultura, bem como do sistema de serviços vinculados a elas. Além disso, o relatório destacava a enorme desigualdade entre os países desenvolvidos, que representavam a minoria da população do planeta, mas consumiam a maior parte dos recursos naturais e desfrutavam de melhor qualidade de vida, enquanto os países subdesenvolvidos contavam com uma população bem maior, mas necessitavam de condições básicas referentes à saúde, alimentos e moradia.

### *Conferência e declaração*

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano foi realizada entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, sendo presidida por Ingemund Bengtsson, Ministro da Agricultura e chefe da delegação da Suécia; secretariada pelo diplomata canadense Maurice Strong e tendo a participação de 115 países, 19 órgãos intergovernamentais e cerca de 400 outras organizações intergovernamentais e não governamentais (Lago, 2006). Nela foram aprovados vários planos, resoluções e programas, sendo de maior relevo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o objetivo de coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável; o Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano, com 109 recomendações; a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) e a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente

Humano, sendo todos eles instrumentos voltados para o estabelecimento de bases para a preservação ambiental e o progresso humano em todas suas dimensões. Mais do que isso, tais instrumentos trouxeram como novidade a institucionalização da problemática ambiental como foco específico de ação pública (Bursztyn, 2002).

A Declaração da ONU possui 26 Princípios que versam sobre a necessidade de se cuidar do planeta Terra; de promover melhorias nas condições de vida das pessoas e de garantir esse mesmo estado de prosperidade às gerações futuras. Em junho de 2022 ela completa meio século e coincide com a pandemia da covid-19, que já dura dois anos e tem trazido profundas alterações nos padrões socioeconômicos, nas estratégias políticas e nos hábitos pessoais e coletivos. Trata-se, portanto, de um momento histórico e que se enquadra perfeitamente no âmbito de um projeto destinado a potencializar a ideia do verbo reconstruir, ou seja, reavaliar resultados, recompôr metas e restaurar objetivos.

Ao longo das últimas cinco décadas, diversas conferências internacionais foram realizadas e muitos acordos ambientais foram firmados e aqui compete indagar que balanço é possível fazer. De que forma os princípios da Declaração se traduziram em ações concretas? Estamos realmente caminhando para o futuro sonhado em 1972 ou é momento de reconstrução, de redefinição de novos processos e trajetórias?

Assim sendo, a proposta do presente ensaio é examinar os princípios dessa Declaração à luz da realidade do Brasil e mais especificamente da Amazônia, uma região que ocupa mais da metade do seu território; detém a maior reserva da biodiversidade, das florestas tropicais e da água doce do planeta e se constitui num dos mais destacados ícones dos ideais de preservação do planeta. Ao final, são feitas considerações sobre a abrangência, desafios e perspectivas que a região apresenta para um futuro mais promissor. Como muitos dos princípios da Declaração possuem estreita relação entre si, a fim de que o texto não se tornasse repetitivo, eles foram compilados em cinco grupos, aqui denominados “fundamentos”, de modo que os comentários aos princípios serão feitos a partir desses conjuntos.

## Discussão

### Fundamento I:

Todos os homens são iguais e, portanto, todos possuem direitos e deveres em relação a um planeta saudável. Ainda que os países apresentem realidades e estágios diferentes de desenvolvimento, habitamos todos um mesmo planeta e os problemas ambientais não possuem fronteiras, portanto, a cooperação internacional é fundamental (Princípios 1, 4, 9, 10, 12, 22, 23 e 24)

Princípio 1 - O homem tem direito fundamental à liberdade, igualdade e condições de vida em um ambiente de qualidade que permita viver com dignidade e bem-estar, cabendo-lhe a solene responsabilidade de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações atuais e futuras. A esse respeito condenam-se e devem ser eliminadas as políticas que promovem ou fazem durar o apartheid, a segregação racial, a discriminação, o colonialismo e outras formas de opressão e dominação estrangeira. Princípio 4 - O homem tem a especial responsabilidade de salvaguardar e administrar sabiamente o patrimônio da vida selvagem e seu habitat, ora gravemente ameaçados por uma combinação de fatores adversos. A conservação da natureza deve, portanto, receber importância no planejamento para o desenvolvimento econômico.

Princípio 9 - As deficiências ambientais geradas pelas condições de subdesenvolvimento e desastres naturais apresentam graves problemas e o melhor modo de corrigi-las é o desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades substanciais de assistência financeira e tecnológica, como complemento aos esforços internos dos países em desenvolvimento, e à ajuda conjuntural que se tornar necessária.

Princípio 10 - Para os países em desenvolvimento, a estabilidade de preços e os ganhos adequados para os produtos de base e matérias-primas são elementos essenciais para a gestão do meio ambiente, uma vez que tanto os fatores econômicos quanto ecológicos devem ser levados em conta.

Princípio 12 - Recursos devem ser disponibilizados para preservar e melhorar as condições ambientais, tendo em conta as circunstâncias e os requisitos particulares dos países em desenvolvimento, bem como quaisquer custos que possam incorrer a esses países; é necessário incorporar salvaguardas ambientais em seu planejamento de desenvolvimento, assim como a de colocar à sua disposição, a seu pedido, toda assistência técnica e financeira internacional.

Princípio 22 - Os Estados devem cooperar para desenvolver ainda mais o direito internacional e garantir a responsabilidade e compensação para as vítimas de poluição e outros danos ambientais causados por atividades dentro da sua jurisdição ou controle para danos fora de sua área de jurisdição.

Princípio 23 - Sem prejuízo dos critérios eventualmente acordados pela comunidade internacional ou para padrões que deverão ser definidos no plano nacional, em todos os casos será indispensável considerar os sistemas de valores prevalentes em cada país, bem como a aplicabilidade de padrões que são válidos para os países mais avançados, mas que podem ser inadequados e de custo social injustificado para os países em desenvolvimento.

Princípio 24 – Assuntos internacionais relativos à proteção e melhoria do meio ambiente devem ser tratados com espírito cooperativo por todos os países, grandes e pequenos e em pé de igualdade. A cooperação através de acordos multilaterais ou bilaterais ou outros meios apropriados é essencial para controlar, prevenir, reduzir e eliminar os feitos ambientais adversos resultantes de atividades realizadas em todas as esferas, de tal modo que a soberania e os interesses de todos os Estados recebam a devida consideração.

Infelizmente a realidade é bem diferente. A desigualdade é imensa, tanto em âmbito global, com países muito desenvolvidos e outros muito pobres, quanto dentro do próprio Brasil.

Internacionalmente, a desigualdade em termos de responsabilidades e capacidades quanto aos problemas ambientais foi reconhecida pelo princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Conferência Rio-92). Segundo esse princípio, as imputações aos países não devem ser iguais, visto que historicamente os Estados contribuíram de maneira diferente para a poluição do mundo. Os países desenvolvidos devem ser os primeiros a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e devem proporcionar apoio financeiro e técnico aos países em desenvolvimento.

Ocorre que as mudanças climáticas em curso, devido ao aquecimento global, têm aumentado as desigualdades entre as nações, puxando para baixo o crescimento econômico dos países mais pobres e aumentando a prosperidade de alguns dos países mais ricos do planeta. O abismo entre as nações mais pobres e as mais ricas do mundo é 25% maior do que seria sem o aquecimento global entre 1961 e 2010 (Differbaugh & Burke, 2019).

Em relação às desigualdades internas, o Brasil está entre os dez países mais desiguais do mundo, de acordo com o índice de Gini, instrumento que mede o grau de concentração de renda no grupo a ser avaliado (IBGE, 2020). Em 2018, o 1% da população mais rica detinha 28,3% da renda do país, quase um terço do total (PNUD, 2019). Quando se trata de patrimônio, as desigualdades são ainda maiores do que as de renda e também uma das mais altas do mundo. Em 2021, os 50% mais pobres possuíam apenas 0,4% da riqueza brasileira, entendida como ativos financeiros e não financeiros, como propriedades imobiliárias. E a pandemia do novo coronavírus só fez aumentar ainda mais essa disparidade (Chancel et al., 2022).

Mesmo que a relação entre pobreza e meio ambiente seja complexa (Bucknall et al. 2000), é sabido que as pessoas mais pobres são mais diretamente impactadas e mais vulneráveis aos problemas ambientais, seja porque dependem diretamente dos recursos naturais (em áreas rurais) seja porque normalmente habitam áreas impróprias para o assentamento humano (áreas urbanas). Ainda que o Brasil não sofra com terremotos e tsunamis, que são os acidentes que afetam milhares de pessoas em outras regiões do mundo, o país está entre os que possuem o maior número de pessoas afetadas por acidentes naturais, com destaque para deslizamentos e inundações (Bruna & Pisani, 2010).

Se os pobres não possuem boas condições de vida (muitos apenas lutam para sobreviver) e acabam sofrendo mais por problemas ambientais, como exigir deles a mesma responsabilidade em proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações atuais e futuras?

A Amazônia ocupa cerca de 60% do território brasileiro, mas é uma região com baixa densidade populacional e que apresenta alguns dos piores indicadores socioeconômicos do país (Viana et al., 2015). Os nove Estados que compõem a região apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor do que a média nacional, indicando que políticas tradicionais de desenvolvimento econômico adotadas na região ainda não foram suficientes para aproximar a região da renda média do país. Além disso, estudos mostram que os municípios campeões em desmatamento na Amazônia são os menos desenvolvidos da região (Santos et al., 2021).

A pobreza tem sido constante na região e normalmente está associada a diferentes fenômenos, como a baixa produtividade, baixo crescimento econômico e elevado

desmatamento (Diniz et al., 2007; Rudel et al., 2015). O que vem a contribuir também com o empobrecimento da região é a extração predominante das riquezas naturais que tem refletido diretamente na reprodução da pobreza econômica, exclusão social e degradação ambiental. A extração e exploração insustentável dos recursos naturais tem priorizado o lucro imediato e sem considerar culturas locais e dinâmicas naturais que regem os ecossistemas.

A Amazônia, que sempre foi chamada exageradamente de “pulmão do mundo”, por seu papel em absorver uma enorme quantidade de gás carbônico e liberar oxigênio a partir da fotossíntese, parece que agora emite mais gases poluentes do que absorve, se considerar o balanço de toda a bioquímica do bioma, em consequência do desmatamento (Covey et al., 2021). Mais do que perder sua contribuição à estabilização do clima global, a Amazônia pode ter parte de sua floresta tropical transformada em savanas estéreis se o desmatamento não for contido, devido à alteração no fluxo de umidade que esse fenômeno provoca. Uma perda de 20 a 25% das florestas amazônicas seria suficiente para precipitar essa transição (Lovejoy & Nobre, 2018).

A preocupação com o destino da Amazônia é grande, não somente no Brasil, mas em outros países, principalmente com relação aos efeitos que a sua destruição pode ter na estabilidade do clima global. Por isso, fortalecer a cooperação internacional é fundamental para a solução dos problemas ambientais e reparação das vítimas dos danos ambientais, assegurando que as organizações internacionais desempenhem um papel coordenado, eficiente e dinâmico na proteção e na melhoria do meio ambiente.

#### **Fundamento 2:**

A vida selvagem e seu habitat já sofrem ameaças e, por isso, é preciso respeitar a capacidade de suporte da Terra, salvaguardando os recursos naturais em benefício das gerações presentes e das futuras (Princípios 2, 3, 5, 6 e 16).

Princípio 2- Os recursos naturais da terra, incluindo ar, água, terra, flora e fauna e especialmente amostras representativas de ecossistemas naturais devem ser salvaguardadas em benefício das gerações presentes e futuras, através de planejamento e gerenciamento cuidadoso, conforme os casos.

Princípio 3 - A capacidade da Terra de produzir recursos vitais renováveis deve ser mantida e, sempre que possível, restaurada ou melhorada.

Princípio 5 - Os recursos não renováveis da Terra devem ser empregados de forma a precaver contra o perigo de sua futura exaustão e assegurar que os benefícios de sua utilização sejam compartilhados por toda a humanidade.



Princípio 6 - A descarga de substâncias tóxicas ou de outras substâncias nocivas e a liberação de calor, em quantidades ou concentrações que excedam a capacidade do ambiente para neutralizá-los devem ser interrompidas, a fim de garantir que danos graves ou irreversíveis não sejam infligidos aos ecossistemas. Deve-se apoiar a justa luta dos povos de todos os países contra a poluição.

Princípio 16 - Políticas demográficas que não prejudiquem os direitos humanos básicos e considerados apropriadas pelos governos interessados devem ser aplicadas nas regiões onde a taxa de crescimento populacional ou suas concentrações excessivas sejam suscetíveis de efeitos adversos sobre o ambiente e o desenvolvimento humano.

A realidade e a tendência mundial parecem apontar para uma direção contrária ao que prega a Declaração, devido principalmente ao aumento da população, da poluição, da exploração dos recursos naturais renováveis, como o pescado, as nascentes e rios ou dos recursos não renováveis como petróleo, gás, carvão, xisto betuminoso e outros combustíveis fósseis, os quais vêm alimentando o processo industrial e desenvolvimentista ao longo dos últimos séculos.

Na mesma época em que a Declaração foi assinada, o planeta Terra sofreu uma guinada em termos de sustentabilidade. Foi exatamente a partir da década de 1970 que o mundo passou de um superávit para um déficit ambiental, ou seja, quando a pegada ecológica total ultrapassou a biocapacidade total (Alves, 2020). No entanto, ao contrário de ser mantida ou melhorada, como se almejava naquele momento, esse déficit ecológico foi só aumentando ao longo dos anos e hoje a humanidade consome o equivalente a 1,75 Terras para fornecer os recursos e absorver os resíduos (York University Ecological Footprint Initiative & Global Footprint Network, 2022). Frente a essa situação é óbvio que a capacidade da Terra de produzir recursos vitais renováveis só será mantida mediante a mudança dos padrões de consumo (Martine & Alves, 2015).

Além disso, a velocidade em que a biodiversidade está sendo perdida é assustadora e compromete os serviços ecossistêmicos, dos quais os homens são dependentes. Especialistas estimam que a perda de espécies presenciada hoje está entre 100 e 1.000 vezes acima da taxa de extinção natural (De Vos et al., 2014). As populações de espécies de vertebrados silvestres caíram em média quase um terço (31%) em nível mundial, entre 1970 e 2006, com o declínio especialmente grave nos trópicos (59%) e nos ecossistemas de água doce (41%) (Brasil, 2010).

A Bacia Amazônica contém cerca de 10% de todas as espécies conhecidas, com mais de 1.000 espécies de árvores num único quilômetro quadrado; cerca de 40% das florestas tropicais restantes do mundo desempenha um papel vital na regulação do clima da Terra (Rankin-de-Mérona, 1992). Só por isso, ela merece atenção e cuidado. No entanto, estima-se que entre 103.000 e 190.000 Km<sup>2</sup> da floresta amazônica foram impactados só por incêndios, desde 2001, afetando 95% de todas as espécies amazônicas e até 85% das espécies listadas como ameaçadas na região (Feng et al., 2021). Por causa do desmatamento, mais de 8 mil espécies de plantas endêmicas ou nativas do bioma e 2,3 mil animais enfrentam um alto risco de extinção até o final deste século (Nobre et al. 2021).

Fundamento 3: Necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação da natureza (Princípio 8 e 21).

Princípio 8 - O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente favorável de vida e de trabalho, e criar na Terra as condições que são necessárias para que se melhore a qualidade de vida.

Princípio 21 - De acordo com a Carta das Nações Unidas e os princípios do direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos em conformidade com suas próprias políticas ambientais, cabendo a eles a responsabilidade de garantir que as atividades realizadas nos limites de sua jurisdição, ou sob seu controle, não causem prejuízo ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas situadas fora dos limites da jurisdição nacional.

O conceito de desenvolvimento sustentável, surgido a partir do Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum) e consolidado na Conferência Rio-92, trouxe a ideia de que o uso do meio ambiente e dos recursos naturais não é um obstáculo, mas uma oportunidade para um desenvolvimento duradouro, sustentável (Amazonas, 2003). Ampliou-se o entendimento de que não é possível pensar em desenvolvimento sem a variável ambiental, da mesma forma que é idealista crer que a sociedade terá cuidado com a conservação do meio ambiente se essa atividade não gerar benefícios econômicos e sociais a ela.

De fato, conciliar objetivos de desenvolvimento econômico e de conservação ambiental tem sido um desafio de todos os governos. O Brasil é uma das principais potências agrícolas mundiais, ocupando a segunda posição no ranking internacional de exportações de grãos (Brasil, 2022) e dispendo das mais avançadas tecnologias de

agricultura tropical do planeta (Hopewell, 2016). Ao mesmo tempo, o país também é considerado uma potência ambiental, abrigando mais de 60% de área da maior floresta tropical contínua do planeta e importantes *hotspots* de biodiversidade (Colombo & Joly, 2010).

No entanto, o país parece estar degradando o meio ambiente sem gerar melhoria de vida à sociedade. Na contramão do mundo, o Brasil aumentou as emissões de CO<sub>2</sub> em plena pandemia da covid-19. A emissão brasileira de gases de efeito estufa em 2020 cresceram 9,5%, enquanto no mundo inteiro elas despencaram em quase 7% no mesmo período. O setor de mudança de uso da terra foi o desencadeador desse fenômeno. Representadas em sua maior parte pelo desmatamento na Amazônia e no Cerrado (que, somados, perfazem quase 90% das emissões do setor), as mudanças de uso da terra emitiram quase um bilhão de toneladas de CO<sub>2</sub>e em 2020, um aumento de 24% em relação a 2019 (807 milhões, segundo SEEG (2021). Lastimavelmente, o descontrole sobre o desmatamento faz com que a curva de emissões do Brasil ainda seja dominada por uma atividade que é majoritariamente ilegal e que não contribui com o PIB nem com a geração de empregos.

A Amazônia é uma região riquíssima em recursos naturais e com diversas peculiaridades ambientais, geográficas, culturais e logística e isso exige a elaboração de políticas públicas específicas. A adoção de formas de produção e desenvolvimento respeitando o conceito de sustentabilidade, isto é, promovendo o desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente, pode ser o caminho mais rápido para o seu desenvolvimento. Trata-se da necessidade de repensar o uso da biodiversidade, agregando valor aos produtos extrativistas e valorizando o conhecimento tradicional dos povos da floresta (Silva et al. 2016).

Muito se pensa sobre alternativas econômicas para a Amazônia. No entanto, os grandes projetos de desenvolvimento pensados para a região - extração da borracha, construção de estradas e hidrelétricas, mineração, agricultura, assentamentos rurais, pecuária – não foram capazes de gerar verdadeiro desenvolvimento. Normalmente os produtos extraídos são exportados em estado bruto ou de pouquíssimo valor agregado para outras regiões.

Cerca de 38% dos pequenos produtores da região comercializam menos de 50% do que produzem (IBGE, 2010). No caso do consumo do pescado na região Norte, para o

período de 2008 a 2009, as estimativas sugerem que a produção voltada ao autoconsumo alcançava 11% nas regiões urbanas e 68% nas regiões rurais (Leite, 2020). Guedes et al. (2015) estimaram que a monetarização da produção voltada para o autoconsumo reduziria a pobreza amazônica em 58%.

Soma-se a isso o fato de que muitas atividades relacionadas à exploração dos recursos naturais na Amazônia ocorrem de maneira ilegal e estão atreladas a crimes violentos, fraudes, corrupção, tráfico de drogas, desmatamento, extrações de madeira e minerais, especialmente ouro; grilagem de terras e atividades agropecuárias com enorme passivo ambiental.

O estilo organizado da criminalidade ambiental, aliada a um cenário de falta de dados, fragilidades institucionais e insuficiente vontade política para responsabilizar atores envolvidos em atividades com grande impacto na destruição da floresta, cria um verdadeiro oásis para o crime na Amazônia (Waisbich et al., 2022). Trata-se de uma exploração dos recursos naturais que degrada o meio ambiente, coloca em risco a segurança climática do planeta, não paga impostos e não gera nenhum benefício à sociedade. Ao contrário: impacta negativamente a vida das populações amazônicas, sobretudo de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Fundamento 4: O planejamento racional é um instrumento essencial e os Estados e as Organizações Internacionais possuem papel preponderante (Princípios 7, 11, 13, 14, 15, 17, 25 e 26).

Princípio 7 - Os Estados deverão tomar todas as medidas possíveis para prevenir a poluição dos mares por substâncias capazes de criar perigo à saúde humana, causar danos aos seres vivos ou prejudicar os meios naturais de recreação ou interferir com outros usos legítimos do mar.

Princípio 11 - As políticas ambientais de todos os Estados devem reforçar e não afetar adversamente o potencial de desenvolvimento presente ou futuro, nem afetar adversamente esse potencial, nem impedir a conquista de melhores condições de vida para todos. Os estados e as organizações internacionais devem tomar as medidas apropriadas com vistas a acordos sobre os meios necessários para fazer frente às possíveis consequências econômicas, nacionais e internacionais, resultantes da aplicação de medidas de proteção ambiental.

Princípio 13 - A fim de conseguir uma gestão mais racional dos recursos e, assim, melhorar as condições ambientais, os Estados devem adotar um sistema integrado e

coordenado no sistema de planejamento do desenvolvimento, de modo a assegurar a compatibilidade do desenvolvimento, com a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano, em benefício de sua população.

Princípio 14 - O planejamento racional constitui um instrumento essencial para conciliar qualquer conflito entre as necessidades de desenvolvimento e de proteção e melhoria do meio ambiente.

Princípio 15 – O planejamento deve ser aplicado aos assentamentos humanos e à urbanização, com vistas a evitar efeitos adversos sobre o meio ambiente e obter o máximo de benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos. A este respeito, devem ser abandonados os projetos que visam à dominação colonialista e racista.

Princípio 17 - Deve confiar-se a instituições nacionais apropriadas a tarefa de planejar, administrar ou controlar a utilização dos recursos naturais dos Estados com vistas a melhorar a qualidade ambiental.

Princípio 25 - Os Estados devem assegurar que as organizações internacionais desempenhem um papel coordenado, eficiente e dinâmico na proteção e na melhoria do meio ambiente.

Princípio 26 – O homem e seu ambiente devem ser poupados dos efeitos das armas nucleares e de todos os outros meios de destruição em massa. Os Estados devem se esforçar para alcançar acordo, nos órgãos internacionais competentes, sobre a eliminação e completa destruição de tais armas.

Sem dúvida alguma, a Conferência de Estocolmo foi um marco na institucionalização da questão ambiental no Brasil. A primeira das ações significativas do Governo Federal foi a criação, em 1973, da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Em 1981, com a Lei nº 6.938/81, foi definida uma Política Nacional de Meio Ambiente; criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e instituído o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). As décadas seguintes foram palco do surgimento de novas instâncias e políticas na área, sinalizando que a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais haviam se tornado uma prioridade para o Brasil. Entretanto, essa tendência sofreu revezes nos últimos anos, com o sucateamento dos órgãos ambientais e a paralisação de várias iniciativas então em curso.

O Plano Plurianual da União (PPA) é um instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para o horizonte de quatro anos. O orçamento do Plano Plurianual 2020-2023,

aprovado pelo governo, define um 'eixo ambiental' dotado de quase R\$ 140 bilhões para o período, mas com um único tema: agropecuária e meio ambiente. Nele, 98,5% fica com o Ministério da Agricultura, que deve aplicar R\$ 133 bilhões para a pecuária sustentável. O pouco restante fica com o quase invisível Ministério do Meio Ambiente (ClimaInfo, 2019).

O Conselho Nacional da Amazônia Legal, criado em 1993, e então subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, teve sua coordenação repassada à vice-presidência da República em fevereiro de 2022. Formado pela vice-presidência da República e por 14 ministérios do governo federal, tem como objetivo coordenar e integrar os esforços federais pela preservação e proteção da Amazônia. Ainda que entre suas atribuições gerais esteja a coordenação e integração das ações governamentais relacionadas à Amazônia Legal, parece que o órgão tem sido incapaz de integrar os trabalhos das Forças Armadas e das agências ambientais na Amazônia ao longo dos últimos dois anos.

Apesar da expectativa de que a articulação promovida pelo Conselho pudesse possibilitar ações mais rápidas de controle contra as queimadas, o envio de três mil militares à floresta em 2021 e um orçamento três vezes maior do que o dos órgãos ambientais (incluindo Ibama, ICMBio e INPE) não foram suficientes para evitar o aumento de 22% no desmatamento da Amazônia em 2021 em relação ao ano anterior (Salomon, 2021; Medina, 2022).

Fundamento 5: A ciência e o saber devem ser empregados nas soluções aos problemas ambientais (Princípios 18, 19 e 20).

Princípio 18 - Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social e bem comum da humanidade, a Ciência e a Tecnologia devem ser aplicadas na identificação, prevenção, controle e solução de riscos ambientais.

Princípio 19 - É indispensável um esforço para a educação em assuntos ambientais, dirigida para jovens e adultos, com a devida atenção aos menos favorecidos. Isso é essencial para fundamentar e ampliar as bases de uma opinião pública esclarecida e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades quanto a proteger e melhorar o meio ambiente em sua plena dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massa evitem contribuir para a deterioração de meio ambiente, mas pelo contrário, disseminem informações de caráter educativo sobre a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente de modo a possibilitar o

desenvolvimento do homem em todos os aspectos.

Princípio 20 - Devem ser estimulados em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento, a pesquisa e o desenvolvimento científico no contexto dos problemas ambientais, tanto nacionais quanto multinacionais. A este respeito, deve-se promover e ajudar a circulação livre de informações e a transferência de experiências científicas atualizadas, de modo a facilitar a solução dos problemas ambientais; tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento em condições tais que favoreçam sua ampla disseminação, sem constituir um fardo econômico para esses países.

Tanto o meio ambiente como a sociedade humana são sistemas complexos e a relação entre ambos, ou seja, como um interfere no outro e quais as consequências disso, ainda não estão completamente identificadas. Por isso, a pesquisa é tão importante. A ciência deve orientar decisões políticas.

Da mesma forma, a educação ambiental é um instrumento necessário diante da crise ambiental existente que provoca questionamentos sobre a necessidade de mudanças de atitudes e paradigmas. A partir do pensamento crítico, ela permite a formação de um sujeito com responsabilidade social, que compreenda o seu papel enquanto cidadão, para a aplicabilidade de valores e condutas sociais nas práticas diárias e mitigação dos problemas de cunho cultural, econômico e/ou ambiental (Silveira & Lorenzetti, 2021).

No Brasil, a educação ambiental é pouco trabalhada no contexto escolar e os educadores não possuem, em decorrência de falhas na formação curricular, competências necessárias à melhor utilização do tema em sala de aula, para lidar com ele de maneira interdisciplinar e trazendo o ambiente local para a realidade dos alunos (Dimas et al. 2021).

Com relação à pesquisa, comparado o investimento brasileiro em P&D (cerca de 1,26%) com países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil está abaixo da média dos países deste bloco, que possuem gastos em torno 2,3% do PIB. Em relação à Coreia do Sul (3,6%), o investimento é três vezes menor. A grande diferença entre o Brasil e esses países é o volume de despesas em CT&I feitas principalmente pela iniciativa privada. Enquanto nos países da OCDE as empresas investem 1,3% do PIB, (Coreia 2,6%) no Brasil o percentual da iniciativa

privada patina em 0,6%. Desde 2013, os investimentos federais em CT&I vêm caindo de forma significativa em termos reais (cerca de 37% entre 2013 e 2020), chegando em 2020 a um nível inferior ao observado em 2009 (De Negri, 2021).

A região Norte do país é a que concentra o menor número de profissionais das ciências entre a população ocupada. Conta hoje com apenas 10% dos programas de pós-graduação em biodiversidade do Brasil, assim como cerca de 8% dos institutos nacionais de ciência e tecnologia implementados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Ainda que esses números pareçam razoáveis diante da baixa densidade demográfica da região, se levar em consideração a extensão do território, o número potencial de espécies e as lacunas de conhecimento, fica clara a disparidade entre a importância socioecológica da Amazônia e os investimentos para concretização do seu potencial (Stegmann et al. 2021).

### *Considerações finais*

A Declaração de Estocolmo representa não somente um marco no processo de proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, mas também no gerenciamento dos recursos naturais e na jurisprudência que trata das questões ambientais. Trata-se do primeiro diploma legal e em nível internacional a reconhecer o meio ambiente ecologicamente preservado como um direito pessoal e coletivo. Embora não se constitua como deveres obrigatórios, seus conceitos e princípios são norteadores e encorajadores de um gerenciamento ambiental adequado e equilibrado com o processo econômico. Tanto na Constituição do Brasil, promulgada em 1988, como de outros países que tiveram suas leis magnas editadas posteriormente à Conferência de Estocolmo, as questões ambientais foram formalmente incluídas. Outras leis nacionais e internacionais são fortemente embasadas nessa declaração histórica.

Analisando em conjunto os 26 princípios da Declaração da ONU percebe-se que eles se referem basicamente a três grandes temas ou postulados, com seus respectivos papéis, responsabilidades e representações. O primeiro se refere de modo especial ao meio ambiente, incluindo os recursos naturais, os ecossistemas e o próprio planeta; o segundo, aos direitos humanos, incluindo liberdade, igualdade, bem-estar, qualidade de vida e soberania das nações; e o terceiro ao conjunto de Ciência e Tecnologia, incluindo seu potencial para proteger e melhorar o meio ambiente humano. Em quase



todos os princípios aparecem verbos que denotam ações necessárias para a conservação, a proteção, a manutenção ou salvaguarda dos recursos naturais e das condições ambientais adequadas a uma boa qualidade de vida humana.

De maneira direta e didática, a Declaração aponta para o fato de que os aspectos ambientais e socioeconômicos são igualmente importantes para a dignidade, a soberania e a qualidade de vida humana. Ela define direitos e deveres, tanto individuais como institucionais, sendo que todos eles podem e devem contribuir para o combate às mazelas humanas e ambientais, como poluição, esgotamento dos recursos naturais, apartheid, segregação racial, discriminação, opressão colonial, dominação estrangeira e guerra atômica. Ao mesmo tempo, a Declaração conclama à promoção de ações que garantam e promovam a dignidade e qualidade da vida humana, sem que isso comprometa o direito das gerações futuras ao mesmo tipo de benefício.

Evidentemente, o não comprometimento do direito das futuras gerações aos recursos naturais do planeta depende de uma drástica redução do consumismo exagerado de uma parcela pequena, mas voluptuosa da sociedade, a qual desperdiça mais que consome. De outro lado, também depende do combate às mazelas típicas da pobreza que grassa sobre a maior parcela da humanidade, incluindo poluição, violência, doenças crônicas como disenteria, malária, verminoses e incapacidade para o trabalho. É preciso uma reorientação nos padrões de vida ditados pelo capitalismo selvagem, pela globalização e onde os níveis de produção e consumo parecem não obedecer a limites. Nessas condições, o desenvolvimento sustentável não passa de álibi ou quimera discursiva.

Conforme afirmado na proclamação desses Princípios, “a maioria dos problemas ambientais tem sua causa no subdesenvolvimento; milhões de pessoas continuam vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários a uma existência humana decente, pois são desprovidas de abrigo, alimentação, vestuário, educação, saúde e saneamento adequados. Por outro lado, nos países desenvolvidos, os problemas ambientais estão ligados à poluição oriunda do processo industrial e tecnológico. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços no sentido do desenvolvimento, conscientes de suas prioridades e tendo em mente a necessidade de, juntamente com os países desenvolvidos, salvaguardar e melhorar o meio ambiente.

Ainda com base naquela proclamação, o futuro do meio ambiente e da humanidade está nas mãos do próprio homem. Somente ele é capaz de criar oportunidades e

benefícios do desenvolvimento; no entanto, isso só será viável se sua capacidade transformadora for utilizada de maneira sensata, prudente e responsável. Caso contrário, o avanço da ciência, da tecnologia, da produção e mesmo daquilo que vem sendo chamado de progresso não conseguirão refrear o caos que se abaterá sobre a humanidade num futuro próximo, caso sejam aumentadas ou mesmo mantidas as atuais taxas de consumismo e natalidade humana, combinadas com as taxas de poluição, depauperamento da biodiversidade e exaustão dos recursos naturais não renováveis. Em suma, defender e melhorar o meio ambiente para as gerações atuais e futuras, mantendo o abastecimento material e a paz universal, tornou-se um objetivo imperativo para todos os níveis da sociedade, dos governos, das empresas e demais instituições formais e informais. Ou seja, a Terra é nossa, mas também é nossa a responsabilidade de mantê-la em condições adequadas para a vida do homem e de toda a biodiversidade que com ele compartilha este planeta.

Os princípios estipulados na Declaração da Assembleia da ONU em Estocolmo são fundamentais para todo esforço e para as ações preconizadas no processo de desenvolvimento sustentável. Tanto é assim, que eles reaparecem de forma idêntica ou similar nos princípios de Declarações mundiais posteriores, como na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992; Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, em 2002 e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida também como Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012.

A partir do conjunto de princípios estipulados nessas declarações, a humanidade já dispõe de arcabouço teórico básico que deve embasar e orientar as estratégias geopolíticas e as políticas nacionais quanto aos rumos das ações desenvolvimentistas planejadas e implementadas pelos diversos países e empresas. No entanto, é preciso que esse arcabouço não fique restrito apenas à academia, agências governamentais ou instituições internacionais. É preciso que ganhe o mundo, que seja disseminado pela sociedade, que adquira o estatuto de cartilha-primária e que seja observado antes e durante todo empreendimento de natureza pública ou particular.

É indispensável um esforço para a educação em assuntos ambientais, dirigida para jovens e adultos, com a devida atenção aos menos favorecidos. Isso é essencial para fundamentar e ampliar as bases de uma opinião pública esclarecida e de uma conduta

responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades quanto a proteger e melhorar o meio ambiente em sua plena dimensão humana.

Os atuais problemas ambientais e sociais enfrentados pela humanidade são enormes e talvez ainda maiores sejam os desafios que se apresentam para um futuro não muito distante, sobretudo, impostos pela poluição, consumismo exagerado, exaustão dos recursos naturais, aumento populacional e concentração da riqueza. No entanto, há que se considerar também a imensa capacidade humana de criar, recriar, transformar e tomar novos rumos. Assim, é preciso manter a coragem e a esperança, revigorar os ânimos e tocar em frente com otimismo. Nesse contexto, vale lembrar a lição de Edward Wilson, renomado biólogo da conservação, criador do termo biodiversidade e falecido no final de 2021, aos 92 anos: - Já que dependemos de uma abundância de ecossistemas funcionais para purificar nossa água, enriquecer nosso solo e fabricar o próprio ar que respiramos, a biodiversidade claramente não é uma herança a ser descartada descuidadamente.

## Referências

ALVES, J. E. D. O impacto global da classe média sobre o meio ambiente. *Revista EcoDebate*. 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/03/25/o-impacto-global-da-classe-media-sobre-o-meio-ambiente-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

AMAZONAS, M. de C. et al. Biodiversidade como Base para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. In: *Seminário 135 Anos - Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-PA, 2003*.

BRASIL. Ministério do Interior. 1972. *Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente*. Vol. I. 36p.

BRASIL. Ministério do Interior. 1972. *Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente*. Vol. II. 71p.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Balança comercial*. 2018. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. Panorama da Biodiversidade Global 3*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA). 2010, 94 p.

BRUNA, G. C.; PISANI, M. A. J. Mudanças climáticas e pobreza: reflexões. *Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online)*, n. 18, p. 49-57, 30 dez. 2010. Disponível em: <http://rbciamb.com.br/index>.

[php/Publicacoes\\_RBCIAMB/article/view/370](#). Acesso em: 13 abr. 2022.

BUCKNALL, J. et al. *Poverty and Environment: Background Paper for the World Bank Environment Strategy*. 2000. Disponível em: <http://web.worldbank.org/archive/website0671/WEB/PDF/ENVST-51.PDF>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BURSZTYN, M. *Novas institucionalidades e gestão do meio ambiente*. In: Feldmann, F. (org.) *Rio + 10 Brasil: uma década de transformações*. ISER – Instituto de Estudos da Religião; Ministério do Meio Ambiente; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Rio de Janeiro, 2002, p. 84-91.

CHANCELL, L. et al. *World Inequality Report 2022*, World Inequality Lab. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/>. Acesso em 13 abr. 2022.

CLIMAINFO. *Política ambiental desaparece no Plano Plurianual 2020-2023*. 04 out. 2019. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2019/10/04/politica-ambiental-desaparece-no-plano-plurianual-2020-2023/>

COLOMBO, A. F.; JOLY, C. A. *Brazilian Atlantic forest lato sensu: the most ancient Brazilian forest, and a biodiversity hotspot, is highly threatened by climate change*. *Brazilian Journal of Biology*, v. 70, n. 3 suppl, p. 697-708, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-69842010000400002&lng=en&tng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-69842010000400002&lng=en&tng=en). Acesso em: 4 fev. 2022.

COVEY, K. et al. *Carbon and beyond: the biogeochemistry of climate in a rapidly changing Amazon*. *Front. For. Glob. Change*. V. 4, Article 618401, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/ffgc.2021.618401/full>. Acesso em: 25 mar. 2022.

DE NEGRI, F. *Políticas públicas para ciência e tecnologia no Brasil: cenários e evolução recente*. Nota Técnica. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10879>. Acesso em 20 abr. 2022.

DE VOS, J. M. et al. *Estimating the normal background rate of species extinction*. *Conservation Biology*, v. 29, n. 2, p. 452-462. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/265093702\\_Estimating\\_the\\_Normal\\_Background\\_Rate\\_of\\_Species\\_Extinction](https://www.researchgate.net/publication/265093702_Estimating_the_Normal_Background_Rate_of_Species_Extinction). Acesso em: 25 mar. 2022.

DIFFENBAUGH, N. S.; BURKE, M. *Global warming has increased global economic inequality*. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 116, n. 20, p. 9808-9813, 2019. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/pdf/10.1073/pnas.1816020116>. Acesso em: 13 abr. 2022.

DIMAS, M. de S. et al. *O ensino da educação ambiental: desafios e perspectivas*. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 16, n. 2, p. 501-512, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10914>. Acesso em: 20 abr. 2022.

DINIZ, M. et al. *A Amazônia (legal) brasileira: evidências de uma condição de armadilha da pobreza?* *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia*, v. 35, 2007. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/anp/en2007/090.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

FENG, X. et al. *How deregulation, drought and increasing fire impact Amazonian biodiversity*. *Nature*, v. 597, 23 set. 2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-021-03876-7>. Acesso em: 13 abr. 2022.

GUEDES, G. et al. *Poverty dynamics, ecological endowments, and land use among smallholders in the Brazilian amazon*. *Social Science Resource*, n.1, p. 74-91, jan. 2015. Disponível em: <https://epc2010.princeton.edu/papers/100197>. Acesso em 20 abr. 2022.

HOPEWELL, K. *The accidental agro-power: constructing comparative advantage in Brazil*. *New Poli-*

tical Economy, v.21, n.6, 536-554, 2016. Disponível em: [https://www.pure.ed.ac.uk/ws/files/24329704/Hopewell\\_Brazil\\_Comparative\\_Advantage.\\_AOM.pdf](https://www.pure.ed.ac.uk/ws/files/24329704/Hopewell_Brazil_Comparative_Advantage._AOM.pdf). Acesso em: 11 fev. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contas regionais do Brasil (2000-2009). Rio de Janeiro, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

LAGO, A. A. C. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. 276p.

LEITE, M. Pesca e segurança alimentar no norte do Brasil: uma análise a partir de dados da POF. 2020. 70f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazon Tipping Point. Science Advances, vol. 4, nffl 2, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.aat2340>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.433-460, set./dez. 2015. Disponível em:

MEDINA, M. Conselho da Amazônia completa dois anos em meio a recordes de desmatamento. Um Só Planeta. 11 fev. 2022. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/biodiversidade/noticia/2022/02/11/conselho-da-amazonia-completa-dois-anos-em-meio-a-recordes-de-desmatamento.ghtml>

NOBRE et. al. Science Panel for the Amazon (2021). Executive Summary of the Amazon Assessment Report 2021. United Nations Sustainable Development Solutions Network, New York, USA. 48 páginas. Disponível em: <https://www.theamazonwewant.org/wp-content/uploads/2021/09/SPA-Executive-Summary-11Mb.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

PIMM, S. L. et al., "What is Biodiversity?", in Eric Chivian e Aaron Bernstein (orgs.), Sustaining Life: How Human Health Depends on Biodiversity, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 3-27.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Além do rendimento, além das medias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2019.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

RANKIN-DE-MÉRONA, J. M. et al. Preliminary results of a large-scale tree inventory of upland rain forest in the Central Amazon. Acta Amazônica. V. 22, n. 4, p. 493-534, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/ZP58g6XydPVtyKZkJCzNZLy/?lang=en>. Acesso em: 25 mar. 2022.

RUDEL, T. et al. Ameridian Livelihoods, outside interventions, and poverty traps in the ecuadorian Amazon. Rural Sociology, v. 15, n. 7, p. 1421-1431, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/264485739\\_Amerindian\\_Livelihoods\\_Outside\\_Interventions\\_and\\_Poverty\\_Traps\\_in\\_the\\_Ecuadorian\\_Amazon](https://www.researchgate.net/publication/264485739_Amerindian_Livelihoods_Outside_Interventions_and_Poverty_Traps_in_the_Ecuadorian_Amazon). Acesso em: 13 abr. 2022.

SALOMON, M. A ganância de Mourão, e o avanço militar na Amazônia. Revista Piauí. 20 jan. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-gastanca-de-mourao-e-o-avanco-militar-na-amazonia/>

SANTOS, D. et al. Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira - IPS Amazônia 2021. Resumo

Executivo. Imazon, 2021. Disponível em: <https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/ipsx.tracersoft.com.br/documents/2021/resumo-executivo-ips-v05Dez2021.pdf>. Acesso em: 15/02/2021.

SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GEE (SEEG). Observatório do Clima. Biblioteca. *Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil (1970-2020)*. 2021. Disponível em: [https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG\\_9/OC\\_03\\_relatorio\\_2021\\_FINAL.pdf](https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_9/OC_03_relatorio_2021_FINAL.pdf). Acesso em 13 abr. 2022.

SILVA, D. W. et al. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 38, p. 557-577, agosto 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/60362269/Extrativismo\\_e\\_desenvolvimento\\_no\\_contexto\\_da\\_Amaz%C3%B4nia\\_brasileira](https://www.academia.edu/60362269/Extrativismo_e_desenvolvimento_no_contexto_da_Amaz%C3%B4nia_brasileira). Acesso em: 20/01/2021.

SILVEIRA, D. P.; LORENZETTI, L. Estado da arte sobre a educação ambiental crítica Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. *Praxis & Saber*, v. 12, n. 28. 2021. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/prasa/v12n28/2216-0159-prasa-12-28-88.pdf>.

STEGMANN, L. et al. Quanto vale conhecer a biodiversidade da Amazônia? Opinião. *Nexo Políticas Públicas*. 10 nov. 2021. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2021/Quanto-vale-conhecer-a-biodiversidade-da-Amaz%C3%B4nia>

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAM (UNEP). 1972. *Environmental law guidelines and principles. Declaration on the Human Environment (adopted by the United Nations Conference on the Human Environment*. Nairobi, Kenya.

VIANA, R. L. et al. Saúde ambiental e desenvolvimento na Amazônia legal: indicadores socioeconômicos, ambientais e sanitários, desafios e perspectivas. *Saúde Soc. São Paulo*, v. 25, n.1, p.233-246, 2015. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/sausoc/2016.v25n1/233-246/pt>. Acesso em: 10/02/2021

WAISBICH, L. T. et al. O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta. Instituto Igarapé. Artigo estratégico n. 54. Fev. 2022. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/02/AE-54-O-ecossistema-do-crime-ambiental-na-Amazonia.pdf>

YORK UNIVERSITY ECOLOGICAL FOOTPRINT INITIATIVE & GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. *National Footprint and Biocapacity Accounts, 2022 edition*. Produced for the Footprint Data Foundation and distributed by Global Footprint Network. Disponível em: <https://data.footprintnetwork.org>. Acesso em: 25 mar. 2022.







# CONFIANÇA, DESTINAÇÃO E AUSÊNCIA DE DESTINO

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.39460>

**SILVINA RODRIGUES LOPES\***

**RESUMO** Neste ensaio pretendo colocar o problema de uma reconstrução que se confronta, simultaneamente, com o poder tecnocientífico enquanto esmagador da emergência de potencialidades éticas e poéticas e com as pretensões de soberania absoluta, de cujo combate contra a incerteza decorrem práticas sociais e políticas identitárias igualmente voltadas para o controle e exclusão.

**PALAVRAS-CHAVE** Tempo. Memória. Reconstrução. Drama. Incerteza

## Trust, destination and absence of destiny

**ABSTRACT** In this essay I intend to pose the problem of a reconstruction that is simultaneously confronted with the techno-scientific power as destruction of ethical and poetic potentialities and with the pretensions of absolute sovereignty whose fighting against uncertainty produces social practices and politics of identity equally aimed at control and exclusion.

**KEYWORDS** Time. Memory. Reconstruction. Drama. Uncertain

\* Universidade Nova de Lisboa.





Teus ombros suportam o mundo e ele não pesa mais que a mão de uma criança.

Carlos Drummond de Andrade

Sentimentos e pensamentos suportam o mundo na percepção que se tem da inesgotável diversidade, do permanente divergir e da constante fuga à ameaçadora sistematicidade. O que de anterior terá afetado o viver no tempo presente é enigma da complexidade do pensamento, da transformação de que memória e esquecimento participam, fazendo o mundo leve, o que quer dizer que confiança e infância se encontram sem o peso da condenação a um destino.

Quando se diz que é preciso reconstruir entende-se que alguma coisa, natural, fabricada ou espiritual, foi destruída e que, dado o seu valor, deve voltar a ser construída. Em relação ao natural, o principal é prevenir os danos destruidores e, quando possível, restaurar o que havia antes de eles terem ocorrido; quanto às coisas fabricadas, elas são por vezes suscetíveis de serem reconstruídas através do estudo e do seguimento de regras; já a reconstrução do que é de ordem espiritual é alteração da compreensão, e, conseqüentemente, confronto com crenças e hábitos. A compreensão, que não é apenas reconceitualização, mas sobretudo resposta ao apelo de uma situação indefinível, é o modo da ocorrência de sentido, cuja tensão supõe a capacidade de perfetibilidade que, com Rousseau, se considera condição da vida social. Tal capacidade procede da desposseção do sujeito enquanto muro redutor da ligação ao inconsciente e ao concreto da vida. Pelo que seria falacioso admitir a existência de um voluntarismo, uma capacidade de autonomia que separasse essa desposseção da prática da compreensão, a qual se não separa do agir e das reflexões que ele suscita.

O problema da reconstrução, renovação ou restituição está fora das competências tecno-científicas; relaciona-se no entanto com estas, com os problemas decorrentes dos malefícios dos seus usos, insistindo na reflexão sobre hipóteses que contrariem a tendência para o seu domínio absoluto da socialidade e da natureza. O haver sentido, essencial à alegria do mundo, afirma-se no movimento do dirigir-se ao outro que se coloca para além da sua finitude no cuidado que presta e recebe, na afirmação, ética, da humanidade do homem. Indefinível, essa humanidade não é compatível com uma condenação a ser-para-a-morte, pois a disponibilidade para os outros, a quem se ama e se socorre, com quem se aprende e a quem se ensina, deixa marcas que ficam para além do tempo de vida. Por haver sentido, cada um é outro, tornando-se infinito, não identificável, eterna repetição do diferente na palavra “eis-me” que, com Lévinas, se entende

ser abertura da significância, do gesto ético. A aposta deste não é num futuro previsível nem numa salvação final, e sim a de salvaguarda do inacabado, enquanto abandono da posição de sujeito e restituição ao drama em que a fidelidade aos outros e ao que deles vem insiste através do que se altera – expressão de gratidão e partilha.

Depois de Nietzsche e Freud, a negação da consciência como suporte fundacional gerou evidentes alterações no âmbito da compreensão dos indivíduos humanos e das suas práticas. Entre elas, a postulação do estudo do homem através da soma de saberes de um conjunto de ciências biológicas, sociológicas, antropológicas, aos quais se juntavam a filosofia na sua vertente analítica e na de estudo da mente. A redução do homem a objeto de estudo científico não consistiu apenas na destituição da primazia da consciência, mas prosseguiu objetivos de previsibilidade dos atos, emoções e afetos, com a pretensão de, negando a imponderabilidade deles, descrever o funcionamento do cérebro, o que poria em causa as potencialidades infinitas do uso da linguagem e a possibilidade de decidir, sem as quais tudo seria da ordem do cálculo.

Face ao elitismo persistente na filosofia, na pretensão de limitar a estudos de lógica, John Dewey defendeu, na segunda década do séc. XX, a “reconstrução da filosofia”, entendida como recusa do fechamento na análise formal ou na erudição, à qual contrapôs a filosofia enquanto pensamento de cada um na sua relação com os outros, a qual não é alterável por “um ato de vontade nem, além disso, por um ato de autoridade”<sup>1</sup> (Dewey 1919:269). Disse ele, posteriormente, que a reconstrução visava também o conhecimento na medida em que ele se não “conforma a vistas formadas independentemente, dizendo respeito às faculdades de tal ou tal órgão” (*idem*:28), pelo que se justificaria que doravante se falasse de “inteligência” e não de “razão”. Pode dizer-se que a inteligência das situações e dos textos é a compreensão que se tem deles, a expressão de um encontro no qual a singularidade de cada um participa, tornando-o único.

A ligação aos problemas contemporâneos tem como base o reconhecimento da liberdade/responsabilidade de cada um na sua prática social, pelo que, na base da filosofia, perdidos os privilégios e a autoridade, que a distinguiam supondo nela um acesso privilegiado à realidade, se coloca a ligação a uma dispo-

<sup>1</sup> Todas as traduções de citações, feitas a partir de livros indicados na bibliografia, são da minha responsabilidade.

sição inicial, a confiança, essencial à solidariedade e ao espírito de cooperação. A confiança é imanente à aprendizagem dos humanos enquanto seres imaturos que começam por receber de quem os trouxe ao mundo o alimento, a proteção, o ensino e o amor. É a partir disso que cada um tenha condições para pensar a sua vida e agir por si, sem obediência cega às vozes de comando, o que supõe que não abdique da compreensão de si, a começar pela dos seus afetos e das suas ações. Dado que ninguém está fora do mundo, o seu mundo começa em si, pelo que, no entrelaçamento de si próprio e do comum há, como Montaigne mostrou, matéria para pensar e mudar.

Para nos libertarmos daquilo que idolatramos e nos aprisiona, é importante compreendermos como se nos impõe. Numa situação de devastação, como a atual, em que ciência, globalização e tendência para colocar a economia no lugar de comando da vida social, através de manipulação e controlo, o problema da melhor maneira de viver a sua vida, que é sempre vivê-la com os outros, ao mesmo tempo que parece fora do alcance de cada um, torna-se também mais evidente. Face a isso, a ideia de reconstrução não se coloca como a da repetição de um passado melhor, o que seria um logro, uma vez que o que aconteceu, não se resumindo a factos, não suporta lógicas agregadoras, interferindo nas nossas vidas – na linguagem que usamos, na moral, nos gostos e interesses ou nas reflexões jurídico-políticas –, através do acolhimento e recusa de vários legados, repartidos por diferentes campos de sentido, que atestam divisões e descontinuidades, mostrando como a sua reunião sob uma designação de época ilude o enigma dos efeitos.

Que a historiografia se coloque contra o negacionismo e se dedique ao conhecimento dos factos ocorridos é sem dúvida importante pela matéria de estudo que proporciona, a qual nem pode ser vista como conjunto de exemplos bons e maus, nem como etapas de um progresso. Mas, quando tomamos conhecimento de factos (por ex., da escravatura, da miséria, do colonialismo e das guerras), isso não importa para assim se atribuir ao ocidente culpas ou méritos, ou para se entender que, situados historicamente, os factos se explicam-justificam. Importa, sim, não repetir aquilo que não devia ter ocorrido. Sabendo-se que a moral não decorre do conhecimento, e por isso não pode ter uma justificação universal, nem estar sujeita a prova de falsificação, ela nem assim deixa de existir a um nível essencial da vida em comum.

O que hoje alguém considera imoral considera-o independentemente do tempo e dos costumes dominantes à época da sua ocorrência. Como não se vive no passado, o juízo sobre factos históricos importa sobretudo naquilo em que pode contribuir para a questionação de hábitos e ideologias que persistem através de rituais feitos em nome da celebração de heróis ou da homenagem a vítimas, que se fazem reviver como se houvesse uma culpa genética ou historicamente transmissível. Uma vez que os hábitos condicionam a experiência e podem chegar a impedi-la, a atenção às circunstâncias solicita a reflexão moral, que não se confunde com um reflexo moralista –, o qual ou seria a aplicação automática de regras ou a imposição aos outros de regras a seguir. A moral – entendida como regras que o sujeito adota ou constrói para si próprio, enquanto ser social que não invoca a sua divisão para agir às cegas –, faz justamente parte da decisão, uma vez que aquele que decide recorre a conhecimentos, memórias, propósitos e reflexões de vários tipos que espontaneamente compõem um enquadramento vago – onde há vazio, mas que não é vazio.

Na reconstrução, enquanto reparação terapêutica, os hábitos não são tomados por normas rígidas, o que lhes retira qualquer desígnio de absoluto e os compreende enquanto participantes de devires que qualquer regra proporciona. Como disse Wittgenstein: “Qualquer que seja o número de regras que me dás – dar-te-ei uma regra que justifica a *minha* utilização das tuas regras” (Wittgenstein 1983: 113). A espontaneidade com que encaramos o que vem supõe a inteligência, em que se inclui a avaliação feita por seres divididos, em que crenças, desejos e princípios, se confrontam como num drama, ou num texto, em várias vozes. Isso prepara-nos para recusar o que num dado momento se apreciou ou valorizou, e vice-versa, mas sobretudo faz com que a interpretação não seja separável da capacidade criadora.

A nossa participação no presente, tempo do que não ocorreu nem ocorrerá, do que apenas pertence ao “aqui-e-agora” da percepção, que nunca é percepção de si mesma, dado não se separar do seu efetuar-se, não ocorre sem que haja repetição, aquilo que nos liga ao “vasto mundo” e dele nos separa. As coisas percecionadas, os outros, as lembranças vêm em imagens, ideias e emoções, e esse regresso, permitido pela linguagem, introduz em tudo uma vacilação, pela



qual o mundo de cada um é abertura para o seu exterior e, como este, jamais pode ser delimitado.

Conscientes da ausência, vivemos em relação com o anterior e dirigindo-nos ao seguinte, ao próximo e ao longínquo, sem iludir que aquilo de que temos consciência é inseparável daquilo de que não temos. Nessa divisão, não vivemos um presente hipotecado ao passado, mas sim um presente de que faz parte a preparação para o tempo que vem. Pela memória e pela imaginação construímos representações do que está longe, do passado que não existe senão na sua perda, e daquilo que desejamos. Pela dissimetria entre passado e futuro tornamo-nos conscientes do tempo enquanto condição de irreversibilidade da existência e da impossibilidade de soberania absoluta decorrente de sermos finitos, agirmos e não podermos ignorar a morte. Se todo o tempo é presente, devir, o presente nunca é o mesmo, nem é a mesma a relação com o passado, a qual Jankélévich concebeu a partir de uma dualidade, a do irreversível e do irrevogável, que dão lugar, respetivamente, à melancolia e ao remorso. Seguindo a problematização desse autor, considera-se aqui que o presente, sendo uma constelação “sempre mutável”, depende de circunstâncias inúmeras, nas quais a relação com a irreversibilidade, ou com a irrevogabilidade, corresponde a sentimentos contrários. A primeira desencadeia a melancolia que, no desejo do impossível – o de que o presente se mantenha –, lamenta a perda do presente apreciado, para o lembrar, de modo elegíaco e poético; a segunda, desencadeia o remorso, que quer regressar aquém da falta, e nisso negar o passado, enterrá-lo para sempre. As pretensões de pôr fim ao remorso por substituição, compensação ou neutralização são vãs.

O esquecimento não apaga o passado, pois não pode fazer com que ele não tenha ocorrido, nem a nível ontológico, nem a nível psicológico: por isso, a memória do horror imprescritível, ao introduzir no presente, no agir, o confronto com a irrevogabilidade dos danos causados, pode ser um obstáculo à repetição do mesmo. O facto é irreversível – o que aconteceu não pode não ter acontecido – mas o ato, o fazer do que foi feito, não condena aquele que agiu a permanecer idêntico, nem como agressor nem como vítima: “a identidade a si (...) não dá lugar a nenhuma ação reparadora ou revogadora. Identidade asfixiante!” (Jankélévich 1974: 302). É a “graça”, ou o “milagre”, aquilo que liberta do desespero.

O inexplicável faz parte da decisão ética, a decisão que repara não se limita ao conhecimento e ao raciocínio, mas liberta do desespero ao separar-se do facto, o que acontece pelo amor à vida (presente), no qual se dá a saída do cerco egoísta da identidade e da vingança, que apenas prenuncia o aumento das escaladas de violência. Na separação do passado, que vem de uma atenção ao atual, voltada para fora de si, o carrasco pode deixar de existir, sendo que o pedir perdão à vítima não basta, a seriedade do perdão está nos atos quotidianos daquele que, sem poder reparar totalmente o mal que fez, muda de modo a que atos de tal gravidade não se repitam. É por vivermos expostos ao exterior que dele recebemos aquilo que nos permite tornarmo-nos aquilo que somos: indivíduos criadores, um pouco médicos e um pouco loucos.

Suportar o mundo, fazer com que ele seja leve e amigável, não faz de nós titãs condenados, supõe em cada um, entre os elementos de conexão do privado e do público, o equilíbrio da relação entre memória e esquecimento. A doença do esquecimento é grave, pois com ela se perdem não apenas as lembranças do passado que consolam e sustentam a confiança, mas ainda as possibilidades da existência suscitadas pelo recordar. Também é grave a memória que se mantém intacta, da qual Temístocles se queixou quando Simónides se propôs ensinar-lhe técnicas mnemónicas: o que ele queria era poder esquecer. O excesso de memória introduz ressentimento, provoca paragem, peso, petrificação, paralisação. Note-se que no protagonista do conto “Funes, o Memorioso”, de Jorge Luís Borges, o ter ficado paralisado e o passar a ter memória de tudo ocorrerem em simultâneo. A exacerbação da dependência de informações ciberneticamente disponíveis veio contribuir para a suspensão do tempo que constitui o devir na sua aleatoriedade. Fê-lo ao instaurar a propensão para a identificação da memória com um mecanismo automático de organização de dados em que nada se cria, mas tudo é transformado de acordo com regras que anulam a imperfeição, as sensações, a experiência e o resto que é imprescindível ao pensamento analógico.

No confronto entre história – onde prevalecem a objetividade, os factos, e as generalizações – e memória, considera-se essencial nesta a sua natureza heterogénea e variável. Quando expostas em público, as memórias permitem a partilha e formação de conhecimento vago e plural. As que não são colocadas

na dependência de interesses pessoais não são generalizáveis, uma vez que se trata de experiências únicas, que não seguem uma linha retórica organizada por formulários prévios. Que alguém as conte, a si próprio ou a outrem, supõe diferentes sentimentos – tais como comprazimento no recordar, nostalgia ou melancolia, má consciência, sofrimento, vergonha e outros sentimentos. Pretendem-se por vezes como exemplares; há sempre nelas a solicitação de atenção.

Apesar de entre os relatos de memórias se encontrarem nexos, esses não se consolidam senão através da constituição de arquivos, que selecionam em função do propósito de unificação do mutável e disperso em conjuntos identificadores suscetíveis de serem oficializados, sacralizados e enquanto tais, intocáveis. Pela musealização, as memórias tornam-se objetos de contemplação produtora de uma suposta má-consciência, anulada, no entanto, pela curiosidade indiferente às vidas. A seguinte afirmação de Blanchot – “há qualquer coisa de insuportavelmente bárbaro no hábito dos museus” (Blanchot 1971: 57) – pode ser aplicada com grande pertinência ao caso de muitos museus que pretendem conservar memórias intactas de torturas infligidas a povos no passado. O enjoo do museu (*Le mal du musée*), que Blanchot diz ser análogo ao “enjoo da montanha, feito de vertigem e asfixia, ao qual sucumbe rapidamente toda a felicidade de ver e todo o desejo de se deixar tocar” (*idem*), decorre para ele de uma evidência que fecha o espaço na sua perpétua realização.

Não podemos iludir que as memórias nos chegam sempre como relatos de presenças não presentes e que a ilusão de acesso à presença através da contemplação ou da leitura não faz senão mantê-las estereis e indiferentes, aptas a produzir a ignorância de que só há memórias no devir delas: na experiência que advém de serem vividas e recordadas por aqueles que, recebendo-as como herança incerta, as não separam da abertura ao futuro, da existência no tempo. Essa abertura define a participação de um mundo suportado por cada um na sua ligação com os outros, um mundo de novas possibilidades, de que se não excluem nem o imprevisto nem o improvisto.

Inapreensível como um todo, a memória não pode ser convertida em arquivo: “Porque o arquivo, se esta palavra ou esta figura se estabiliza em alguma significação, não será nunca a memória nem a anamnese na sua experiência espontânea, viva e interior” (Derrida 1995: 26). Composto por documentos e

objetos, selecionados por poderes instituintes, o arquivo é sempre já uma amputação da memória, não só porque não é possível guardar tudo o que ficou do passado, mas também porque a própria operação que o constitui deixa de fora a memória que, não sendo viva, apenas existe no presente em que os indivíduos a partilham ou a recusam, evitando assim sujeitar-se ao comando de estratificações do passado – as lições da história. A sacralização e proliferação do arquivo não é tanto sintoma da fuga à insegurança do presente, mas sobretudo adjuvante de uma super-ordem, composta pela grande diversidade morta em que tudo se equivale, uma diversidade delimitada, controlada, gerida, por muitos meios que contribuem para o mesmo fim: substituir ao presente um conjunto de inertes catalogados; liquidar o instável das memórias, fixá-las.

É contra o espírito de sistema, pelo equilíbrio de memória e esquecimento, que a dinâmica do tempo é a de reconstrução do que nunca foi construído, que o mesmo é dizer, a de recomeço do que nunca começou – experiência da mudança. Um objeto que foi destruído pode ser reconstruído idêntico, com os mesmos materiais e seguindo o mesmo desenho. Mas os homens aniquilados não regressam à vida, deixam vestígios em memórias dispersas, vestígios que pertencem à irreversibilidade do tempo, inesgotáveis e incalculáveis. O mesmo se passa com os povos e as culturas, uma vez que a sua existência é temporal e nelas se manifestou uma liberdade que não pode ser apagada. “Podemos desfazer a *coisa feita*, mas não desfazer o *facto de ter feito*, que é indesejável; podemos *niilizar* (reduzir a nada) ou aniquilar a coisa, mas não *niilizar* a sua essência”(Jankélévich: 297). “Desfazer é uma possibilidade face áquilo que, tendo sido feito, no entanto se recusa; infazer” não o é” (*idem*).

Partindo do conhecimento da biologia, que põe em causa a herança dos caracteres e os considera adquiridos, Emmanuel Terray estabelece uma analogia com a culpabilidade, pondo igualmente em causa a sua hereditariedade, traduzida em traumas que não teriam fim, apenas concorrendo uns com os outros. Essa observação e outras, que faz no livro a que me refiro, participam do debate que ganhou preponderância no final do século XX sobre “o dever de memória”. O que aqui me interessa é um argumento que cita sobre o assunto e a conclusão que ele lhe sugere. O argumento é o de que sobre o presente não podemos nada, o futuro é determinado pelo presente e portanto sobre ele também não

podemos nada, mas o passado “está inteiramente à nossa disposição e podemos fazer dele o que quisermos” (Terry 2006: 23 ). Conclui então Terry: “de facto, a pregnância crescente do dever de memória e a obsessão do passado que a acompanha parecem-me ser a consequência lógica da nossa impotência face ao presente e ao futuro” (*idem*: 64).

Contra a abdicação do presente, não se trata de rasurar o passado, mas de acentuar o dever de futuro que existe no presente, o dever de justiça face às forças esmagadoras que reduzem os indivíduos a vítimas daquilo a que voluntariamente se vão submetendo, na ignorância da destruição que a todos níveis ameaça a humanidade, vinda da realização de um ideal de totalidade que pertenceu à filosofia. A violência da super ordem retira o chão às pessoas, fã-las acreditar que decidem o que fazem, quando são induzias a isso pela “bomba informática”, a qual produz “estados de convicção delirantes” (Virilio 1998: 99) e introduz a crença de que tudo se produz, crença que desemboca no desprezo da palavra, na sua relegação para o estatuto de instrumento indiferente. Sem recolhimento, sem abrigo, fica-se no meio de palavras, privado de palavra.

É como tal que reconstruir modos de vida, modos de participação do sentido, só pode ser inventá-los, desviar-se de qualquer pretensão totalitária, a partir do que do passado inassimilável e incomensurável— dado que a irreversibilidade do tempo transforma o que se perdeu no que terá sido, aquilo que noutra tempo se recebe. Na filosofia da “desconstrução”, a afirmação do devir é pensada enquanto dupla afirmação: “todo o discurso está entre dois “sim”, aquele que se endereça ao outro para lhe pedir que diga sim, e o sim de um outro, já implicado no primeiro “sim” (Derrida:1987, p.128); o sim que vem depois do outro inclui a escuta, o ajuizar, e a(s)sim responde e altera a afirmação anterior, deixando-a como oferta/legado para novos juízos e alterações.

A prevenção antiautoritária do pensamento incita a pensar, deixando as afirmações, provisórias-definitivas, expostas à perplexidade dos que vêm. É desse tipo o gesto que reconstrói tendo em vista o futuro, o viver alegre, sem obsessões nem indiferença, sem ceder ao puro comprazimento melancólico nem à violência do ressentimento, a do retorno do mesmo, do *supra-natura*. As memórias, apoiadas no esquecimento, vêm permitir a imaginação sem finalidade à vista, submeter à avaliação e repudiar qualquer ponto de vista da história que

a apresente como necessária. Isso que a irreversibilidade temporal permite, pela confiança vinculada ao sentido de responsabilidade, é reconstrução-reparação do mundo que, como o barco de Teseu, vai sendo outro, peça a peça, com a diferença de que ele não cumpre uma função, nem constitui uma totalidade. Neste sentido, a reconstrução não nega o tumulto das opiniões, engendradas por pessoas – seres vivos incompletos, perturbados e turbilhonares – e não por autómatos, entendendo a diversidade da experiência e das ações como base do pluralismo das culturas, no qual nem tudo o que é vivido tem a sua justificação.

Por nascimento e pelo devir-infância imanente à irreversibilidade temporal, temos a potência de nos renovarmos, de nos tornarmos o que somos, divididos e criadores, não pelo isolamento, mas, pelo contrário, pelo viver com os outros, dando e aceitando, percebendo como memórias e esquecimentos impregnam as palavras que usamos na percepção, o que nos protege da arrogância de uma absoluta soberania, e suscita em nós os limites da nossa participação no mundo – liberdade e responsabilidade.

Tendo por base o sentir, pensar e imaginar, a formação de capacidades (saberes) que usamos e aperfeiçoamos enquanto potências, e não programas ou instrumentos, para deliberar e agir, existem na relação contingente daquele que diz “eu” com outro “eu”, outro ser vivo e o restante mundo. A salvaguarda da impossibilidade de negar a divisão do sujeito, a finitude e a consciência do tempo coloca um freio à arrogância que viria da pressuposição de identificação de si enquanto consciência que, fora do tempo e do espaço, representaria, ou criaria, a necessidade e os fins que ela seria suposta a atingir. O corte com as teleologias coloca na prática social a confiança, a moral e a justiça como obstáculos aos interesses e à força sem limites que estes por si só são capazes de desencadear.

Mas quando a participação é negada, ou quando é vista como lance num jogo programável, começa a guerra pela possibilidade de se elevar a fins independentes de qualquer limite a identificação dos seres humanos com mecanismos capazes de atingir o poder sobre todos e tudo (indivíduos, povos e natureza). A pleonexia, de que falou Aristóteles, é o começo dessa guerra, uma vez que conduz ao açambarcamento de recursos que deviam ser partilhados e cuidados, e, pelo contrário, são exauridos na degradação do espírito humano.

Muitos dos instrumentos que criam o ideal de enriquecimento fácil são cada vez mais proporcionados ou facilitados pelas ciências, que vão excluindo os afetos e desvalorizando a linguagem verbal em proveito da redução do tempo de reflexão e, conseqüentemente, da possibilidade da ação ser precedida por deliberações consistentes.

Quando a possibilidade de deliberação – que, sem excluir os interesses (econômicos), corresponde ao comprometimento do indivíduo nas suas ações – é diminuída, não é apenas a solidariedade enquanto participação da vida em comum que é afetada, contudo é o indivíduo que perde a inteligência de si mesmo enquanto ser moral. Entenda-se que moral não é obediência a um conjunto de regras impostas e que, na sua indefinição, a humanidade do homem não prescinde de se interrogar sobre o que lhe traz felicidade. Na moral, que cada um pensa para si a partir da que encontrou noutros, os outros, contemporâneos e os que hão-de vir, são tidos em consideração como limitações do livre-arbítrio. Vivida por cada um que pensa a maneira digna de agir, aquela que não está na dependência de interesses, a moral, como a arte, não é justificável, não se coloca na dependência da aprovação dos outros. Mas a discussão na esfera pública, das regulamentações dos limites do agir e a instituição jurídico-política não existiriam se os indivíduos não tivessem problemas morais e se a exigência de justiça não fosse indesejável, se não houvesse a confiança no começo que recomeça – a ética.

A confiscação do jurídico-político pela esfera econômica faz com que os interesses econômicos legitimamente prosseguidos desapareçam, dando lugar a forças destruidoras das práticas sociais. Da vertigem do poder oligárquico, passa-se à destruição exercida em nome do poder sem limites, ideal vindo da área das ciências, e que, tornado dogma originado pelo mito do progresso, propaga a todos os níveis, por contágio emocional, o “tudo é possível”, suportado por estatísticas e programações. Não se trata apenas de fazer consumir, mas de reduzir tudo a consumíveis quantificados pela moeda enquanto equivalente geral. O consumo cultural obrigatório, hierarquizado em função da riqueza, tornou-se mais um dos fatores de distribuição dos indivíduos por grupos constituídos segundo as identidades que lhes são sistematicamente criadas pela economia e pelas ciências, concebidas e impostas por meios que já não são, como na época

da industrialização, os da criação de modelos “superiores” de comportamento, mas os da nova era tecnológica, influenciadora e seguidora, em que a estatística se tornou um elemento de congregação e formação de hábitos.

Manipulados, os indivíduos são tornados parte da formação de uma massa dividida em comunidades que se repelem e que, na ausência de desejo e na libertação do que é considerado como natureza instintiva, se vão tornando cada vez mais manipuláveis e arrastadas para a “miséria simbólica”, como Bernard Stiegler observou com particular insistência. Com o aumento do apelo ao consumo e à produtividade, que usurpam o tempo para pensar, a capacidade simbólica é substituída pelo entretenimento e pelo apelo à satisfação imediata, o que exponencia a frustração e a abdicação de si. O consumo de imagens e informações configura modos de vida que, embora variem consoante o lugar de cada um na hierarquia, diferem apenas pelo luxo dos meios de satisfação.

Quanto à frustração, ressentimento e conseqüente violência, em todas as suas modalidades, elas constituem o clima ideal para a propagação do niilismo, que no entanto ainda precisa de se disfarçar através de várias camadas de burocratas que, conciliando a desindividuação e a morte do desejo, rodeiam de uma glória de papelão as artes e a filosofia em abstrato – quer dizer, enquanto inexistentes para além da meta-função simbólica que as rentabiliza –, pois foram-se esquecendo, ou nunca aprenderam, que elas não são suscetíveis de ser avaliadas pelo seu poder de influenciar, nem pelo dinheiro que com elas se ganha. A doença trazida pelo niilismo é a dos ideais de conformação àquilo que se diz ser o único possível – a reciclagem da vontade de poder.

Enquanto componente instituída das políticas de investigação, a exigência de produtividade é um meio que as torna dóceis e úteis na manutenção de um poder simbólico, cobiçado e reverenciado, que para ser efetivo tem de contribuir para dissuadir de pensar por si aqueles que, não tendo acesso aos “métodos apropriados”, apenas podem interiorizar o resultado das “investigações” que proliferam e alimentam a indústria da divulgação. O niilismo imanente à confusão entre investigação e cumprimento de programas completamente formalizados impõe a radicalização da autonomia e da finalização de domínios em si, cujo destino é a divulgação em que uma autoridade advinda de um estatuto inquestionável reforça o que por sua vez a garante – a tradição do saber



como tradição de administração de valores de culto por quem sabe e pode. Esses valores podem ser ditos “disruptivos” desde que contribuam para minar a confiança de cada um no seu pensamento e para o substituir pela aceitação do “mais científico”.

A massificação é um procedimento de exclusão para o qual na atualidade concorrem humanismo e anti-humanismo, reunidos pela comum pretensão de definir a humanidade do homem: no primeiro caso, a partir de valores, no segundo a partir do seu aprisionamento biológico e/ou cibernético. Trata-se de forçar a pertença a comunidades para nelas os indivíduos se captarem idênticos a si mesmos. Enquanto isso, a vida de cada um é consumida na aquisição do poder de obedecer: obedecer a si mesmo tornando-se cada vez mais o si mesmo que se tomou como ideal. Assim se respeita o ideal de exclusão, uma vez que encerrar-se em si é abdicar da participação em que o “eu” se desfaz, tornando-se fluído e inconstante, um próximo não idêntico.

No universalismo abstrato, postulado pelos dois tipos de humanismo acima referidos, entre a experiência e o pensamento insinuam-se missões, modelos, ideais prontos a experimentar e adotar. A partir disso traçam-se hierarquias, no fim das quais ficam os excluídos, devidamente identificados. A compreensão desses mecanismos começa na rutura que torna suspeito aquilo que refere identidades tautologicamente identificáveis. Ninguém é idêntico a um conjunto de características, biológicas, culturais, estilísticas. Quando é suposto sê-lo é porque há um lugar onde é feita a descrição, a hierarquia e a colocação de “cada um no seu lugar”. Isso prende-se com a linguagem usada para falar de missões várias no domínio da cultura. O “ressuscitar” da palavra missão está em sintonia com a vontade de marcar o território de domínio: aquele que define o que deve ser vai, em função disso, formar continuadores, desvalorizando paternalisticamente outros, indivíduos ou culturas, a quem não são reconhecidas as características próprias pretendidas, e por isso são considerados disponíveis para fazer com eles o que se entender.

A saída do niilismo não pode ser a do humanismo, nem a do seu oposto, a desumanidade. A humanidade do homem pode ser o sentido que damos à disposição que vem com a sua capacidade de fala – a de dirigir-se ao outro, de dele se aproximar, sem o conceber como objeto sobre o qual lhe é permitido exercer

qualquer poder. Essa disposição, que não podemos considerar natural, nem de origem divina, faz parte daquilo que Derrida considera como “O messiânico sem messianismo (ou messianismo sem conteúdo) [...], conceito estranho que guia a busca de uma democracia a vir” (Derrida 1993: 112). Trata-se de um movimento de aproximação, de confiança no dizer, do qual a ética emerge, fazendo com que liberdade seja responsabilidade. Mas a emergência da ética nunca é garantida, ela ocorre, havendo circunstâncias que mais a propiciam, sem que a resistência ao poder de dominação possa ser descurada, enquanto forma de impedir que uma potencialidade utilitária da linguagem asfixie as outras potências, éticas e poéticas. A vigilância está por isso implícita na exigência política de justiça, a qual deve impedir que a concorrência (econômica) de interesses se torne desenfreada, que nela prevaleça a violência, que pode assumir várias formas, sendo sempre negação de tudo o que não interessa para uma dada finalidade.

Numa situação de calamidade, “reconstrução” pode ser um nome para a afirmação do movimento do pensamento enquanto terapêutica que contraria a aniquilação das múltiplas possibilidades de resistência, incertas, nem programáveis, nem passíveis de sujeição a grelhas de avaliação uniformizadoras. O problema é ainda o do tempo, e com ele, o da experiência, e da tradução. Descentrando e impedindo a comunicação imediata, o tempo é imanente aos corpos que pensam e desejam. Trata-se da interrupção que permite o diálogo, e com ele a universalização na ausência de universal, da qual a prática da tradução é exemplo. Em contraste com as operações produzidas por máquinas que “trabalham” memórias através de programas, o modo analógico de pensar envolve corpo e espírito, de modo intuitivo, com recurso a argumentos, imagens e procedimentos retóricos vários. A hipótese de pensar para além do possível fica em aberto, tal como na tradução se abre a reinvenção das línguas.

A reconstrução, que não é o oposto de desconstrução, é, como esta, um modo de se implicar e, separando-se do autocomprazimento, não deixar que a perplexidade que o passado suscita possa ser reduzida a uma série de efeitos previsíveis. Pelo contrário, as marcas de memória só são acolhidas quando nelas se aceita um excesso que o conhecimento ignora e que faz parte da sig-

nificância, resistindo à transformação em sentido único, em produto acabado e arquivado.

Quem, numa situação concreta – não redutível a um contexto, pois ela inclui marcas vindas de longe, no espaço e no tempo –, pensa dirigindo-se a qualquer outro, deixa, no que escreve ou diz, o que está para além do que pode pensar: a decisão de existência inscrita no escrito. Esta é condição do ato de reescrever e legar aos outros um problema que só é recebível pela reescrita, reconstrução, que, alterando o seu enigma, o remete de novo inacabado, sem que jamais haja a última resposta. No que entendemos como literatura, mostra-se a distância da escrita em relação aos livros de história e a registos oficiais de memórias e constrói-se um espaço-tempo em que se pode ir ao encontro do que não estava previsto, não foi imposto e não acaba, sem no entanto ser exterior ao que acontece, à historicidade do tempo da escrita. Aí se encontra, através de um pensamento que não é um meio nem um fim, mas no qual se implica uma defesa do direito à palavra pela salvaguarda do desconhecido, um movimento de corte com a totalização e a violência de todos os tipos. Falar de salvaguarda do direito à palavra é ter em conta o nível jurídico da sociedade e o direito à expressão não previsível, prática não organizável, dispersa, singular. Esse direito faz parte da criação de condições para a reconstrução do sentido e do sentir – por conseguinte, também da linguagem enquanto potência de dizer sempre de novo o que nunca é o mesmo. Daí que a importância da literatura seja imensa, quando não é fechada por quadros ideológicos que podem tomar a forma de crítica e a integram na estéril autonomia do bem escrever ou do bem compor.

Dado que é pelas leituras de textos que contactamos com problemas que a humanidade se colocou e com as respostas que lhes foi dando, a relação com o passado é incontestável e inspiradora. Dela participam as leituras que fazemos do que acontece e do que se anuncia, a que crescem sentimentos e desejos. É essa multiplicidade heterogênea que vai proporcionar encontros que rompam com o lugar e reconstruam a prática social sem ideal de soberania que a capture e sem generalizações que a confisquem.

## Referências

BLANCHOT, Maurice, 1971, *L'Amitié*, Gallimard, Paris.

DERRIDA, Jacques, 1993, *Spectres de Marx*, Galilée, Paris.

DERRIDA, Jacques, 1987 *Ulysse gramophone. Deux mots pour Joyce*, Galilée, Paris.

DERRIDA, Jacques, 1995 *Mal d'Archive*, Galilée, Paris.

JANKÉLÉVICH, Vladimir, 1974, *L'irréversible et la nostalgie*, Flammarion, Paris

STIEGLER, Bernard, 2004, *De la misère symbolique 1. L'époque hyperindustrielle*, Galilée, Paris.

TERRAY, Emmanuel, 2006, *Face aux abus de mémoire*, Actes Sud, Paris

VIRILIO, Paul, 1998, *La Bombe informatique*, Galilée, Paris.

WITTGENSTEIN, Ludwig. 1983, *Remarques sur les fondements des mathématiques*, Gallimard, Paris





# DESTINO MINERAL

— a montanha e sua ausência em Drummond,  
Souzanetto e Villa-Lobos.

JOÃO PEDRO CARVALHO\*

doi: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.37752>

**RESUMO** A ausência é tema recorrente na obra de Carlos Drummond de Andrade, poeta que evocou a transformação do espaço para elaborar sobre temas como a melancolia e a solidão. Propõe-se, então, observar como a montanha (enquanto espaço físico ou simbólico), assim como sua ausência, orienta a criação artística e determina a percepção de um *eu* no mundo. Para além de Drummond, selecionamos outras obras que abordam elementos minerais — como a Sinfonia No. 6, de Villa-Lobos e o postal *O lugar da ausência*, de Souzanetto — a fim de propor vínculos entre poesia, artes visuais e música e elaborar considerações sobre a montanha e seu vazio em diferentes formas expressivas. A partir das relações entre as obras mencionadas, este artigo sugere o ideal de transformação, recomeço ou reconstrução na arte nacional como forma de apreensão dos câmbios do espaço e da vida.

**PALAVRAS-CHAVE** Drummond. Poesia. Literatura brasileira. Villa-Lobos. Souzanetto.

## Mineral fate — the mountain and its absence in Drummond, Souzanetto and Villa-Lobos

**ABSTRACT** Absence is a recurrent theme in the work of Carlos Drummond de Andrade, a poet who evoked the transformation of space to elaborate on themes such as melancholy or solitude. It is proposed, then, to observe how the mountain (as a physical or symbolic space), as well as its absence, guide artistic creation and determine the perception of a self in the world. In addition to Drummond, we selected other works that address mineral elements — such as Villa-Lobos's Symphony No. 6 and Souzanetto's postcard *O lugar da Ausência* — in order to propose links between poetry, visual arts and music and elaborate considerations about the mountain and its emptiness in different expressive forms. Based on the relationships between the works mentioned, the following article suggests the ideal of transformation, restart or reconstruction in Brazilian art as a way of apprehending changes in space and life.

**KEYWORDS** Drummond. Poetry. Brazilian literature. Villa-Lobos. Souzanetto.

\* Doutorando em Estudos Literários (Literatura Brasileira) pela Universidade Federal de Minas Gerais.







## Introdução

Olhei para a terra, e ei-la sem forma e vazia; para os céus, e não tinham luz. Olhei para os montes, e eis que tremiam, e todos os outeiros estremeciam.

(Livro de Oseias)

<sup>1</sup> Originalmente: “me siento como encendido por un fuego extraño y superior”.

Originalmente: “Yo soy el padre de los siglos, soy el arcano de la fama y del secreto, mi madre fue la Eternidad; los límites de mi imperio los señala el Infinito; no hay sepulcro para mí, porque soy más poderoso que la Muerte; miro lo pasado, miro lo futuro, y por mis manos pasa lo presente”.

<sup>3</sup> Originalmente: “¿Por qué te envanete que vuestras acciones tienen aleces, niño o viejo, hombre o héroe? (...) Imagináis que habéis visto la Santa Verdad? ¿Suponéis locamgún precio a mis ojos? Todo es menos que un punto a la presencia del Infinito que es mi hermano”.

Em seu curto período de vida, Simón Bolívar liderou guerras anticoloniais e promoveu a independência de diversos países americanos. É importante registrar que os ideais revolucionários do Libertador originam-se de expressões pré-românticas, campo literário que recebeu contribuições desse. Em “Mi delirio sobre el Chimborazo”, datado de 1822, Bolívar desenvolve um poema cujo sujeito lírico, após percorrer rios e florestas da América, deseja subir ao clímax do Universo. Esse lugar seria o Chimborazo, o maior vulcão em terras equatorianas e a mais alta montanha do mundo, se medida desde o topo até ao centro da Terra. Sobre seu cume, o sujeito lírico de Bolívar relata tocar o firmamento com a cabeça e, aos seus pés, enxergar os umbrais do abismo. A vista que obtém no píncaro proporciona-lhe, então, um sentimento sublime e um delírio febril: “me sinto aceso por um fogo estranho e superior”<sup>1</sup> (BOLÍVAR, 2003, p. 135). Em meio a esse devaneio, apresenta-se a ele uma figura mística e poderosa, um velho carrancudo e careca, personificação do deus Tempo:

Eu sou o pai dos séculos, sou o arcano da fama e do segredo, minha mãe foi a Eternidade; os limites do meu império os assinala o Infinito; não há sepulcro para mim, porque sou mais poderoso que a Morte; vejo o passado, vejo o futuro, e por minhas mãos passa o presente (BOLÍVAR, 2003, p. 135-136, tradução nossa)<sup>2</sup>.

O Tempo empreende questões que afirmam ao explorador sua pequenez em relação ao extenso mundo que, do alto do vulcão, contempla. “Por que te envaideces, homem ou herói? (...) Imaginas haver visto a Santa Verdade? Supões loucamente que vossas ações têm algum preço aos meus olhos? Todo és menos que um ponto ante a presença do Infinito, o meu irmão”<sup>3</sup> (BOLÍVAR, 2003, p. 136, tradução nossa). Aterroizado, o sujeito lírico dissipa sua vaidade e aprende uma lição: deverá não só conservar em sua mente o que viu e não esconder esses segredos de ninguém como também desenhar aos olhos dos seus semelhantes “o quadro do Universo físico”.

Ou seja, a voz de Bolívar deverá revelar aos demais a vista do Chimborazo para que aqueles, por meio da paisagem sublime — “aquele imenso diamante que me servia de leito” —, também possam mirar o Tempo e conhecer sua verdade.

Dito isso, o que entendemos, a partir do poema, sobre a relação entre montanha e homem? Ao alcançar o topo do vulcão, a experiência sensível provoca no explorador o sentimento do sublime que, por sua vez, projeta-lhe a imagem do velho, e este lhe proporciona um entendimento mais amplo de si. Concluímos que os seus sentidos (a vista, mas também o tato), estimulados pela grandeza, pela extensão e descomunalidade da paisagem, propiciam a intelecção — por meio de um transe — do eu no mundo.

Caso retiremos a mediação do deus Tempo, torna-se mais claro que a sensação apreende o real, mas o mais interessante é constatarmos que, justamente quando o sujeito lírico entrega-se ao delírio febril e assume a perspectiva mística, ele passa a enxergar melhor. Ao contrário de Édipo que, mesmo em pleno uso da visão, não vê e, por isso, demonstra-se incapaz de decifrar a si mesmo, o sujeito lírico do Libertador utiliza-se do universo físico para ver além e, mais do que a visão (percepção objetiva), emprega a visagem (percepção subjetiva) a fim de elaborar seu entendimento do mundo. Para além disso, todavia, a verdade adquirida mediante o devaneio, entendida por meio do discurso simbólico, deverá ser compartilhada com os demais, sendo assim, configurada como linguagem poética.

Desse modo, podemos entender o explorador que escala a montanha, encontra a entidade mágica, descobre a verdade e a enuncia de forma análoga ao episódio em que Moisés sobe o Monte Sinai para, em seu cume, receber as revelações divinas e, em seguida, compartilhá-las com seus seguidores, ou ainda como o Sermão da Montanha, em que os seguidores de Cristo são conduzidos ao topo do monte das Oliveiras para escutar parábolas, isto é, ensinamentos codificados pelo discurso simbólico.

Por fim, no poema, o aprendizado que proporcionou um saber sugere que a percepção sensível, em sua interpretação subjetiva, é condição para o discurso. Logo, ao ver, o sujeito lírico pensa e, pensando, existe e, existindo, é capaz de enunciar o que viu. Nesse processo, a vista sublime da montanha, o imenso leito de diamante, é elemento fundamental para o despertar de uma verdade adormecida no interior dos homens.

Ao analisar os escritos de outro romântico, Antonio Candido desejou avaliar o papel nas decisões humanas das alturas transformadas em imagem literária: “quantos poemas se chamam ‘Na Montanha’? (...) No Romantismo a conta é grande, e os poetas

só deixam as culminâncias da terra para subir ainda mais” (CANDIDO, 1971, p.5). Nosso esforço é semelhante e, após a breve análise do texto de Simón Bolívar, observaremos como a montanha (enquanto espaço físico ou simbólico), assim como a ausência da montanha, orientam a criação artística e determinam a percepção de um eu no mundo. Para tanto, selecionamos três obras que abordam os elementos minerais. São elas: a Sinfonia No. 6, de Heitor Villa-Lobos (do ano de 1944); o livro *Claro Enigma* (de 1951), do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade; e o postal *O lugar da ausência*, de Manfredo Souzanetto, que integra a série *Réquiem para a serra do Curral* (de 1980).

## *Desenvolvimento*

Em *O Lugar da Ausência*, ao focalizar a crítica e nostalgicamente o desaparecimento de montanhas<sup>4</sup> como consequência da atividade mineradora, Manfredo Souzanetto reflete sobre a transformação da paisagem mineral em seu estado de origem, Minas Gerais. Nesse postal, como indica o traçado sobre o céu e acima da terra, que estabelece um horizonte alterado, imaginação e imagem vinculam-se, uma vez que a montanha original existe apenas como indício — à maneira como a obra foi nomeada.

Diferentemente de telas românticas em que se destaca a presença do elemento rochoso, como em *Der Wanderer über dem Nebelmeer* (1818) ou *Cachoeira de Paulo Afonso* (1850), de Caspar David Friedrich e E. F. Schute, respectivamente — tal como no poema pré-romântico de Simón Bolívar —, no postal acima citado, evidencia-se a montanha não como lugar de referência, mas de ausência. Pensemos, então, na linha desenhada por Souzanetto de forma análoga às imagens de mãos em negativo gravadas em paredes de cavernas na pré-história.

Os homens do passado, a fim de obter esse efeito visual, assopravam pó colorido sobre o dorso das mãos e, na rocha, imprimiam o contorno dos dedos, como em um estêncil ou negativo fotográfico. O que se percebe nessas pinturas rupestres não é a mão propriamente dita, mas os seus limites, ou seja, não a substância do corpo humano, mas o que o rodeia e não o constitui — a ausência deste. Logo, por também indicar o que ali não está, o postal de Souzanetto não incorpora a montanha. Pelo contrário, a desincorpora, e assim demarca fantasmagoricamente o halo da serra morta, assemelhando-se à instalação no espaço de uma estela funerária ou lápide.

4 No caso, a serra do Curral, comparada pelo escritor Pedro Nava (NAVA, 2003, p. 7) a um pássaro caído e de asas abertas, o albatroz de Baudelaire.

Pode-se distinguir qualidade semelhante no livro *Claro Enigma*, de Carlos Drummond de Andrade. Em diversos poemas desse, a montanha é evocada também no contexto de arruinamento (a partir da atividade mineradora) com o objetivo de elaborar sobre temas considerados universais, como a melancolia e a solidão. Dentre esses, todavia, o tema que mais se destaca é o da morte — porém, trata-se de uma morte que não extingue, que não extermina completamente, mas catalisa um dialético processo de ser, não ser e retornar a ser, o que faz dos mortos seres viventes enquanto as coisas vivas arruínam-se no viver. Quia pulvis est: “olha: o que está vivo / são mortos do Carmo” (DRUMMOND, 2020a, p. 66).

Em poemas como “Convívio”, “Permanência” ou “Morte das casas de Ouro Preto”, a morte manifesta-se na vida — os que se foram “vivem senão em nós / e por isso vivem tão pouco” (DRUMMOND, 2020a, p. 85) — bem como a vida, na morte: “ou talvez existamos somente neles” (DRUMMOND, 2020a, p. 85). Assim, o que interpretamos como etapas de um processo dialético, nas palavras do poeta, é apresentado como uma “eternidade negativa” na qual a memória vivifica os mortos. Estes, por sua vez, são a matéria que possibilita a existência no instante presente, ponto de retorno ao estado original do mundo. Por meio desse perpétuo devir morrer, devir reviver, a ruína é força criativa e a criação, força destruidora.

De forma semelhante, no primeiro sermão de Quarta-Feira de Cinza, Pe. Antônio Vieira (VIERA, 2020, p. 73) suscita o episódio bíblico em que o cajado de Arão transfigura-se em serpente e devora os mesmos répteis dos egípcios — “Devoravit virga Aaron virgas eorum” — e o repara: segundo o padre português, se antes de ser serpente o objeto foi cajado e, em seguida, tornou a ser cajado, este não era serpente, mas sempre cajado. Porque, sendo a princípio algo e voltando a sê-lo, a coisa não é como se mostra no presente, mas o que fora e o que havia de ser: Virga.

Nesta perpétua circularidade em que a vida engendra a morte que a princípio a conformou, o poeta mineiro propõe a figura da “chama que dorme nos paus de lenha jogados no galpão” (DRUMMOND, 2020a, p. 86) e indica — por meio da expectativa da combustão — a potência do ser no não ser, tal como a do não ser no ser. Na geoliteratura de Drummond, portanto, como nos indica José Miguel Wisnik (WISNIK, 2018, p. 44), “o passado volta incessantemente como matéria do presente, que ilumina, por sua vez, a origem (...)”: “O chão começa a chamar / as formas estruturadas / faz tanto tempo. Convoca-as / a serem terra outra vez. / Que se incorporem as árvores / hoje vigas! Volte o pó / a ser pó pelas estradas!” (DRUMMOND, 2020a, p. 70).

Para elaborar seu *memento mori* com possibilidade de retorno — *et in pulverem reverteris* —, o sujeito lírico drummondiano penetra as naves das igrejas ouro pretanas e mobiliza a contradição barroca entre claro e escuro, presença e ausência, estar e não estar e sugere a morte e o voltar a ser, o “refluir” e o “ressarcir”, o “dissolver-se em outro” e o “ser em ser”, para o branco ir ao preto e, do preto, voltar pleno (DRUMMOND, 2020a, p. 74). De forma paradoxal, para o poeta mineiro, o vazio e a morte são imediatamente relativos aos seus antônimos presença e vida, pois a ruína é condição para a transformação que constitui um novo existir: “amamos tudo aquilo / que é nossa perda / (...) e negação do ser” (DRUMMOND, 2020a, p. 57).

E como a percepção da montanha fundamenta o processo de antecipação da morte na vida e da vida na morte? Tanto como matéria natural trabalhada pelos homens quanto como símbolo para o fazer histórico em devir-ruína. Vejamos: na primeira parte do poema “Os Bens e o Sangue”, emprega-se a forma de um contrato cartorial (com floreios de lírica poética) em que se enuncia a negociação das lavras da família no interior de Minas bem como os sentimentos subjetivos do responsável por esse documento-poema.

E tudo damos por vendido ao compadre e nosso amigo o snr. Raimundo [Procópio e a d. Maria Narcisa sua mulher, e o q não for vendido, por alborque de nossa mão passará, e trocaremos lavras por matas, lavras por títulos, lavras por mulas, lavras por mulatas e arriatas, que trocar é nosso fraco e lucrar é nosso forte. (...) De nossa mente lavamos o ouro como de nossa alma um dia os erros se lavarão na pia da penitência. E filhos netos bisnetos tataranetos despojados dos bens mais sólidos e rutilantes portanto os mais [completos irão tomando a pouco e pouco desapego de toda fortuna e concentrando seu fervor numa riqueza só, abstrata e una (DRUMMOND, 2020a, p. 76-77).

Entende-se que o poema assinala duas fortunas da família, manifestas em dois tempos distintos. A primeira riqueza, anterior à venda das lavras auríferas, é a fortuna mineral, fruto do trabalho na terra, geradora do poder e das tradições. Esta é matéria sólida, presente e inteira. Em função dos erros, entretanto, tal riqueza perder-se-á e, em consequência disso — decorrer histórico que precisa o sujeito lírico entre dois momentos distintos, indicados pelos tempos verbais de “lavaram” e “lavarão” —, no futuro, os descendentes apegar-se-ão a uma nova fortuna: uma abstrata, ausente e culposa. Mas que riqueza é esta, que se opõe à solidez mineral?

Em *Poética da Prosa*, Tzvetan Todorov (TODOROV, 2019, p. 156) esclarece que as palavras não designam as coisas, mas o contrário das coisas. Logo, a descrição de algo designa sua ausência, bem como a afirmação da ausência designa sua presença (a ausência da ausência). Sob essa perspectiva, a segunda fortuna de “Os Bens e o Sangue” não é mais do que o título abstrato que opera a substituição do elemento físico perdido. Onde há espaço, há mensagem, sugere Drummond em “Confidência do Itabirano”, ao assimilar porosidade e comunicação (DRUMMOND, 1993, p. 46).

Na contradição barroca desenvolvida em *Claro Enigma*, exaltam-se os opostos. Se a primeira riqueza diz respeito à lavra e a segunda à ausência da lavra, contradiz-se a montanha e a palavra “montanha”, a coisa e seu símbolo, a posse e a poesia. Com efeito, o ouro (a matéria física) é relativo à penitência, à palavra que lamenta sua perda: ambos se lavam (ambos são cultivados, a ambos se tem fervor), embora o segundo elemento da comparação — consequência de um erro — seja tanto a negação do primeiro quanto a sua substituição, já que se manifesta em sua ausência e, logo, configura-se como o símbolo que o intitula quando a terra já deixou de ser. Lavra torna-se, então, palavra (sua negação) quando a paisagem física reconforma-se como paisagem interior. De igual maneira, por meio da rima, o sujeito lírico vincula os substantivos “serro” e “erro”. Perde-se o “s”, contudo, mantém-se em caráter de paridade o bem mineral e a expressão negativa deste. No poema, afinal, contradizem-se e equiparam-se a fortuna física e a abstrata, a posse e a poesia, a coisa e seu símbolo, presença e ausência, ser e não ser.

Mas retornemos a outra questão bastante relevante em “Os Bens e o Sangue”. No poema, o sujeito lírico elabora o contrato, misto de documento cartorial e poesia, inscrevendo-se entre dois tempos, o dos antepassados e o dos descendentes. Nesse entrementes, constata a operação que conforma a mina em título, ou seja, o ser em um ser in absentia. Ao determinar o fio que conduz essa inflexão na história da família, define-se que a transação é uma transição e, dessa forma, a escrita do poema-documento limita e une posse e perda, funcionando como liame entre vida e morte tal como o Estiges conecta e divide a existência física e a metafísica: “pois eterno é o amor que une e separa, e eterno o fim / (já começara, antes de ser) (...)”. (DRUMMOND, 2020a, p. 87).

A concepção drummondiana de um mundo em movimento, mundo imanentemente transitório, aproxima-se do entendimento dialético de Heráclito, em que tudo

é e não é, pois tudo é fluido e está em constante mudança, perpetuamente surgindo e desaparecendo. Sendo pó e ao pó voltando, o eterno retorno proposto pelo poeta em seu caráter de circularidade prevê a reconstituição do elemento perdido: embora o tangível se torne insensível à palma da mão, as coisas findas, no espaço da memória, ficarão.

A partir dessas considerações, na segunda e na terceira partes do poema, destaca-se uma constante negação do todo que se aproxima de uma afirmação do nada. A ausência da presença evidencia uma ausência, e a ausência da ausência, por sua vez, uma presença. Por meio do contraste entre positivo e negativo, em que a afirmação ou a negação salientam seus pólos contrários, o poeta enumera por meio dos prefixos de ausência o “deserdado” (o herdado), o “desenganado” (o enganado), o “desfeito” (o feito) e transita entre o ser físico e o ser abstrato: “Esta figura (...) / a nos negar; depois / de sua negação / nos buscará” (DRUMMOND, 2020a, p. 78).

Similar ao episódio do cajado que se transformou em serpente ou como a figura do fogo adormecido nos paus de lenha, não se pode distinguir no livro do poeta mineiro um ser ou não ser no instante presente, mas um ser ou não ser relativos à potência de se tornar ou, então, de deixar de existir. O ser, então, é condicionado à ruína e, na experiência barroca de Claro Enigma, o nada é tão presente como o todo porque o afirma — já que nele se conformou e novamente se conformará —, assim como o todo depende do nada para ser afirmado — porque um dia nada foi e, outra vez, nada será.

O conceito de nada, quando em contradição com seu oposto, é entendido aqui não como uma ausência plena (o paradoxo do queijo suíço), mas como um estado de ser que opera à maneira dos intervalos entre as notas de uma sinfonia — carência necessária para se estruturar o conjunto de sons enquanto música.<sup>5</sup> Como compõe o poeta: “por muito tempo achei que a ausência é falta / e lastimava, ignorante, a falta. / Hoje não a lastimo. / Não há falta na ausência” (DRUMMOND, 2015, p. 21). Mas, se isso nos confunde, dado que nosso idioma limita a acepção da ausência como promotora de certa presença, recorreremos a um antigo caractere chinês: Mu, o vazio. De acordo com o semiólogo Roland Barthes (BARTHES, 2004, p. 164), o vazio do Mu não concebe um nada absoluto, mas o novo e o retorno do novo; ou seja, o Mu figura a potência de transição do não ser (o ser negativo) no sentido do ser (positivo).

No documentário Tokyo-Ga, Wim Wenders filmou a impressão desse caractere no túmulo do cineasta Yasujiro Ozu. Já no caminho de volta ao hotel, o realizador alemão

<sup>5</sup> A música e a poesia não apenas suscitam — como mais um de seus assuntos — a força negativa da extração mineral; mas, constituídas por intervalos e enjambements que as tornam porosas, repletas de ausências, estruturam-se de forma bastante adequada para exprimir tal negatividade.



refletiu o que para ele significava o vazio e lembrou-se que, quando criança, imaginava a impossibilidade de o nada existir. “Apenas o que está lá pode existir, o que é real. Realidade”<sup>6</sup>. Wenders, contudo, logo admite que nenhum conceito é mais imprestável que o da realidade, uma vez que cada pessoa observa o mundo que a cerca e elabora sua percepção para o real de maneira subjetiva — precisamente o que entendemos na leitura do poema de Simón Bolívar. O eu lírico deste, ao contemplar a grandiosidade da montanha e experienciar o sentimento do sublime, elaborou uma definição maravilhosa para seu próprio mundo.

Porém, quando a realidade que cerca Drummond se arruína, como o poeta elabora o que é real para si? Como desenhar o quadro do universo físico quando a montanha que orientava o seu entendimento da realidade — como muitas em Minas, unidade federativa cujo topônimo referencia a corrosão do espaço mineral — já desapareceu de vista?

6 Originalmente: “Only what’s there can exist, what’s real. Reality”.

Essa é a questão central do poema “Morte das Casas de Ouro Preto”, em que a chuva, símbolo para o tempo, desmancha as construções erguidas sobre o outeiro — dessa forma, o desfazer do lugar opera como símbolo para o desfalecimento dos homens, aqueles que transformaram um espaço, agora, arruinado. “É tempo de fatigar-se a matéria / por muito servir ao homem / e de o barro dissolver-se. / Nem parecia, na serra, / que as coisas sempre cambiam / de si, em si. Hoje, vão-se” (DRUMMOND, 2020a, p. 69). Diz-se, no poema, que as casas “se vão”, mas também se diz que “vão”. “Vão no vento, na calíça, no morcego, vão na geada (...)” (DRUMMOND, 2020a, p. 70). Com o acompanhamento do pronome “se”, o termo possui a função de verbo — ir enquanto morrer — e, sem ele, de substantivo: o vão, o vazio, a presença em negativo. Esse morrer que produz uma ausência, entretanto, é um câmbio “de si, em si”, ou seja, o fim não admite um extermínio pleno, mas uma transformação. Diz-se do novo e do retorno do novo, portanto, o vazio expressa o perpétuo recomeço: “Lá se vão, enxurrada abaixo, / as velhas casas honradas (...) / enquanto se espalham outras / em polvorentas partículas, / sem as vermos fenecer. / Ai, como morrem as casas! / Como se deixam morrer!” (DRUMMOND, 2020a, p. 70).

Não as ver fenecer, como expressa a voz do poema, reforça nossa questão acerca da possibilidade ou da impossibilidade de se suscitar uma paisagem que já não pode mais ser observada. Notamos, portanto, uma segunda vez, que o sujeito lírico não dirige o olhar a uma matéria aparentemente estática e completa (a um imenso leito de diamante, como foi descrito o monte Chimborazo) a fim de promover a intelecção, mas sua

vista se dirige precisamente à transformação (ao fenecimento) daquele mundo. Isso ocorre pois a voz lírica é ciente da qualidade circular da morte. Esta não apenas lhe permite conhecer o que a rodeia, mas, no contexto de estilhaçamento do espaço, é algo indispensável para sua intelecção.

A morte, portanto, é mais do que um tema em *Claro Enigma*: é condição necessária para a estruturação do real quando este se arruína e se torna ausência física. Dessa forma, no livro de Drummond, a intelecção do universo não é consequência da operação dos órgãos sensíveis, mas de um conhecer (conhecer a eternidade negativa) que ultrapassa o que existe em um instante específico e que pode ser visto. “Não basta ver morte de homem / para conhecê-la bem. / Mil outras brotam em nós, / à nossa volta, no chão. / A morte baixou dos ermos / gavião molhado. Seu bico / vai lavrando o paredão / e dissolvendo a cidade” (DRUMMOND, 2020a, p. 71). Já que não basta ver (ou não se pode ver?), faz-se necessário conhecer de antemão o mistério do vazio, conhecer que o pó tornará a ser pó.

Por fim, diferentemente do poema de Simón Bolívar, cujo sujeito lírico experiência o universo mineral por meio das sensações, no momento quando a montanha se perde e após essa perda, *Claro Enigma* apresenta-nos uma não montanha ou a palavra montanha enquanto significante para a montanha ausente — o halo fantasmagórico, o luto que compensa a morte, o nome que substitui a coisa. O vazio que preenche, o nada que conforma o todo. Logo, a relação entre lavra e palavra — relação tanto dicotômica quanto sinônima — equivale-se à relação entre vida e luto.

Por esse motivo, a montanha afigura-se na obra do poeta mineiro como símbolo para a morte e a dilaceração da montanha, por sua vez, como símbolo para o apagamento da memória com o passar dos anos: “aqui havia uma casa. / A montanha era maior. / Tantos mortos amontoados, / o tempo roendo os mortos” (DRUMMOND, 2019, p. 127). Enquanto luto, finalmente, enquanto símbolo para o perdido, os poemas do “fazendeiro do ar” indicam-nos a presença do elemento mineral (in absentia) bem como o traçado de Manfredo Souzanetto sobre o vazio do horizonte ainda delinea e nos apresenta a serra. “Olhei para a terra, e eis que estava vazia, / sem nada nada nada” (DRUMMOND, 2014, p. 23). Quia pulvis est. Mu.

Agora, mudemos o rumo da nossa investigação e pensemos não mais a ausência que é uma forma de presença, mas a presença que é, por sua vez, ausência. Em junho de 1948, Drummond relata em seu diário subir um pico do Cauê — que posteriormente desapareceria por completo do horizonte itabirano — já bastante devastado

pelas explosões de dinamites. Em outro momento, todavia, o poeta sobrevoa a Serra da Piedade, em Caeté, uma montanha imponente onde (ainda) não se praticava a mineração. Nove anos antes, o compositor Heitor Villa-Lobos inspirou-se no horizonte dessa mesma montanha para desenvolver uma nova técnica composicional, a da milimetria. Para valer-se deste recurso, o músico deve traçar sobre um papel quadriculado o contorno do relevo. Como o desenho possui duas dimensões, pode-se estabelecer um plano cartesiano em que um dos eixos da imagem corresponderá à frequência, enquanto o segundo, à duração rítmica. Quando ambos os elementos são relacionados, a distância geográfica corresponderá à duração das notas e os acidentes geográficos, às suas alturas (notas mais graves ou mais agudas).

Certa vez, ao olhar através da janela do seu escritório no Rio de Janeiro, Villa-Lobos contemplou as montanhas da Guanabara e exclamou:

aí estão o Corcovado e o Pão de Açúcar esperando esses milhões de anos por alguém capaz de ler e expressar a música a partir de seus relevos originais. Achei uma fonte do meu novo e verdadeiro folclore brasileiro sem precisar procurar o povo ou outros compositores (PASCAL, 1940, n.p).

Por mirar a constituição do espaço geológico ao longo de dilatados períodos da história da Terra e o breve instante em que os olhos humanos observam e entendem a vida transcorrer neste planeta, logo compreendemos que a música milimétrica orográfica aborda, para além do espaço, o tempo. Nesse viés, o relevo da montanha levou milhares de anos para ser formado, ultrapassou diferentes eras geológicas e foi lentamente moldado por agentes externos até ser a montanha do momento de vida e observação do compositor. Notamos, também, em Heitor Villa-Lobos (assim como é apresentado no postal de Souzanetto), a orografia enquanto a variabilidade do seu contorno; isto é, a serra da Piedade não se apresenta como uma substância rígida e perene, mas como o traçado do horizonte, a camada mais superficial e suscetível às erosões, sejam estas realizadas por agentes geológicos ou humanos.<sup>7</sup>

Nos dias de hoje, dado que uma mineradora explora minério de ferro na serra da Piedade, os últimos alteram de forma crítica a paisagem de Caeté. Por conta disso, caso um músico de nossos tempos traçasse o horizonte da montanha sobre o papel quadriculado e se valesse da técnica milimétrica de Villa-Lobos, sua composição diferiria da música original, já que o contorno da serra não é mais o mesmo. E, talvez, caso um compositor dos tempos futuros compusesse a partir das formas geométricas

7 Logo, a superfície mineral que, para a economia mineradora, é matéria prima (no sentido de commodity), para o músico, é matéria prima na acepção de objeto utilizado para sua expressão artística.

da Piedade, teria à disposição não mais do que um horizonte chato, consequência da mineração que extrai a substância mineral dali. Seria, quem sabe, uma composição como a experimental 4'33", de John Cage, em que o pianista se senta diante do piano e, ao longo dos minutos seguintes, não executa nota alguma.

O silêncio, a princípio, parece pairar no auditório, até nos atentarmos a novos sons: cadeiras rangem, gargantas se arranham, auscultamos nossa própria respiração e o ritmo do coração.

Não podemos presumir como o compositor musicaria a paisagem tenebrosa de uma cava de mineração, a geometria dos degraus cinzentos, o sopro árido da poeira metálica, a quietude desoladora que sucede a hecatombe, mas seria uma nova música, uma música diferente, o que nos faz concluir, a partir dos exemplos, citados que o todo, ao ser modificado, dirige-se ao nada (a presença torna-se ausência e a música torna-se silêncio). O nada, por sua vez, assume-se como todo (a ausência torna-se presença e o silêncio torna-se música) e dirige-se ao nada uma outra vez. Et in pulverem reverteris.

## Conclusões

Finalmente, retornamos à discussão inicial deste ensaio: é evidente, no período romântico, o protagonismo da montanha nas artes, dado que os entes geológicos são percebidos, também, enquanto sujeitos. No século XX, contudo, no período do Antropoceno — quando Drummond, Villa-Lobos e Souza-netto compõem —, há o protagonismo da ação humana, que transforma a montanha e faz dela o que bem entender (inclusive, transforma-a em ausência).

Como muito bem apontado por José Miguel Wisnik em *Maquinação do Mundo*, Carlos Drummond de Andrade já contestava como a transformação e o enriquecimento de sua Itabira do Mato Dentro e posterior Itabira (através da atividade mineradora) produziram, paradoxalmente, também o sentimento de solidão e a pobreza. Percebe-se nos relatos de Confissões de Minas como o poeta mineiro julga o despropósito dessas operações, nas quais muito se muda — afinal, Drummond diz haver três Itabiras na história<sup>8</sup> — mas é permanente, em meio aos recomeços perpétuos, a miséria, entendimento que adianta a teoria cepalina da maldição dos recursos naturais<sup>9</sup>: “tanta riqueza em potência vem sendo, talvez, um grande mal” (DRUMMOND, 2020b, p. 108). Ou,

como redigido em um artigo ainda anterior, do ano de 1938, para a Revista Acadêmica: “Então Itabira — o Brasil — vai acabar derretido em Birmingham, em Cardiff? Então os nossos duzentos anos de luta contra a pedra e contra o mato (...) vão desaparecer diante da fria contabilidade do rude capitalismo internacional?” (DRUMMOND, 1938, n.p). Prossegue:

Os proprietários da terra, que se extasiavam um momento com o dinheiro fácil do negócio [a venda das terras ferríferas], coçam a cabeça, desencantados. O dinheiro acabou. Nada mudou em Itabira. A pobreza é a mesma. O inglês bebe. A vida passa. Os ex-proprietários envelhecem. O inglês bebe. E o outro inglês não volta com as locomotivas e os altos-fornos? Tem-se a impressão de que jamais acabarão as quinhentas garrafas de whisky. O inglês bebe. (...) Mesmo assim, Itabira — é claro — é o lugar mais rico do mundo. Eu ouvia isso em 1910, quando ia para o grupo escolar e o padre Olímpio proibia que a procissão do Santíssimo passasse pelas ruas onde morava “gente amancebada”. Padre Olímpio está morto, já vou ficando calvo, o inglês bebe, não há altos-fornos, a maior riqueza do mundo se perde na maior pobreza (DRUMMOND, 1938, n.p).

Em função dessa perspectiva gananciosa, na qual o homem entende o universo como um meio à disposição para a produção ilimitada de bens de consumo e desenvolvimento infinito da técnica (embora os recursos da Terra tenham limites e a aplicação da técnica nos aproxime da finitude do ser), vivenciamos nos últimos anos crimes ambientais relacionados ao extrativismo mineral no estado de Minas Gerais, como os de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). A imprensa nacional, quanto a estes, pronunciou-se por meio do termo “catástrofe”, como se as consequências fúnebres — 288 mortes diretas — fossem produtos de um imprevisto, um erro, e não o desfecho de uma empresa (do capitalismo neoextrativista e neocolonial) que contingencia tragédias.

Embora “crime ambiental”, nos exemplos citados, pareça mais adequado que “catástrofe” para evidenciarmos a culpa das companhias mineradoras, o segundo conceito não merece ser entendido apenas na acepção de acaso. No âmbito da teoria literária, a tragédia abarca o sentido de transitoriedade entre o todo e o nada, pois relaciona-se à reviravolta na jornada do herói trágico cujo destino é a ruína. Aquele, no entanto, deve estabelecer a possibilidade de retorno a um ponto de equilíbrio, ou seja, deve estabelecer a possibilidade de transformação (metabolé), recomposição ou ressurgimento (DE

8 “(...) a primeira Itabira, a Itabira do ouro, essa não tinha outra forma, senão a que lhe traçaram, com a ponta do pé, os desbravadores sequiosos na sua ‘exploração insensata e ruínosa das lavras’, de que fala Eschwege” (DRUMMOND, 2020b, p. 109). “Os velhos da cidade, no meu tempo, já não podiam dizer da velha Itabira, porque eles mesmos já não a haviam alcançado. (...) [Esses mesmos velhos] deram ao agrupamento social, ainda informe, contorno e coesão, estabelecendo em 1827 a freguesia, em 1833 a vila, em 1848 a cidade: e esses últimos foram, na história política e administrativa, os construtores da segunda e atual Itabira” (DRUMMOND, 2020b, p. 109). “Haverá uma terceira e diversa Itabira?” Meu Deus, como me doeria responder sim à pergunta” (DRUMMOND, 2020b, p. 110).

9 Teoria da maldição dos recursos naturais (resource curse) ou o paradoxo da abundância: a generosidade da natureza representada pela profusão de recursos naturais origina, entre outros efeitos deletérios, baixo crescimento econômico no longo prazo (PAMPLONA; CACCIAMALI, 2017, p. 130).

MARCO, 2004, p. 53). Assim, denunciar os acontecimentos enquanto catástrofes não exime as mineradoras da culpa pelas mortes nos exemplos de Mariana e Brumadinho, tampouco nega que os responsáveis por esse modelo produtivo violentam o espaço para obter o controle pleno do território e cometem barbaridades sobretudo contra as populações que não concebem a exploração neoextrativista, como comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. A mineração, como instituída em Minas Gerais no século XX, ou expulsa os locais ou cria um regime de medo sobre os que ainda resistem: há a contaminação dos rios, a ameaça de estouro de barragens, disparos de sirenes sinalizando a necessidade de fugas emergenciais, a exclusão da vida pública daqueles que se opõem aos projetos da companhia etc..

Apontar para esses fatos evidencia a existência de uma economia das catástrofes, que maquina o fazer e o desfazer segundo objetivos mercantis, um sistema em que são discutidos — como se fosse uma questão de escolha — as vantagens e as desvantagens da primazia do lucro sobre o direito à vida.

É inegável que a mineração produz o nada, agora, diante da presença da ausência, como estabelecer uma nova relação identitária com um espaço esburacado e triste? Como aceitar que o interior de Minas, em função da transição a um estado de ausência e do temor de assumi-lo, nos dias de hoje, possui uma realidade pautada pela pobreza, pela melancolia e pelo medo? O que nós, filhos da mineração, fragmentos de um destino mineral e observadores de uma geometria dura e inelutável, fazemos com a pena que nos causa a já esperada perda? São perguntas difíceis, respondidas por um silêncio desesperançoso. E, enquanto as máquinas trabalham, as barragens estouram e o nosso entorno ao pó retorna, assumimos esse nada como o todo que agora temos e cismamos na derrota incomparável. *Mu.*

## Referências:

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Claro Enigma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.
- \_\_\_\_\_. *Confissões de Minas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.
- \_\_\_\_\_. *Corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Sorriso crispado (ou o depoimento do homem de Itabira)*. *Revista Acadêmica*, ago. 1938.
- \_\_\_\_\_. *Uma forma de saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BARTHES, Roland. *O Grão da Voz*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BOLÍVAR, Simón. *Mi delirio sobre el Chimborazo*. *El Libertador: Writings of Simón Bolívar*. Estados Unidos da América: Oxford University Press, 2003, p. 135-136.
- CANDIDO, Antonio. *Da Vingança*. In: *Tese e Antítese*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 3-28.
- DE MARCO, Valéria. *A Literatura de Testemunho e a Violência de Estado*. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 62, p. 45-68, 2004.
- NAVA, Pedro. *Beira-Mar*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2003.
- PAMPLONA, João Batista; CACCIAMALI, Maria Cristina. *A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate*. *Economia e Sociedade, Campinas*, v. 27, n.1, p. 129-159, abr. 2017.
- PASCAL, Vincent. *Music: Chorus in Manhattan*. *Time Magazine, Estados Unidos da América*, n.p, out. de 1940. Disponível em: < <http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,764898,00.html> >. Acesso em: 22 de dez. de 2021.
- TODOROV, Tzvetan. *Poética da prosa*. Tradução de Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- VIEIRA, Antonio. *Sermões de Quarta-feira de Cinza*. Campinas: Editora Unicamp, 2020.
- WISNIK, José Miguel. *Maquinação do Mundo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

**CARVALHO, JOÃO PEDRO.**

DESTINO MINERAL — A MONTANHA E SUA AUSÊNCIA EM DRUMMOND, SOUZANETTO E VILLA-LOBOS.









# ARROZ, FEIJÃO E MACARRÃO:

## entrelaçamentos e reconstruções da cultura alimentar de imigrantes italianos em São João del-Rei

doi: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.39027>

**KÁTIA LOMBARDI\***

**RESUMO** A proposta do presente artigo é investigar de que maneira acontecem entrelaçamentos culturais e transferências de identidades pelos hábitos alimentares de descendentes de imigrantes italianos. É possível reconstruir algo sobre bases que foram praticamente apagadas? A memória e a pós-memória (HIRSCH, 2012) são as ferramentas utilizadas para buscar relações com o passado. O processo de reconstrução pode ser visto como uma tentativa de refazer um passado dilacerado e, ao mesmo tempo, como uma oportunidade de inovação. Para Pollak (1992), a memória é seletiva, nem tudo fica gravado. Trata-se de um movimento descontínuo que perambula na errância, definido por Bhabha (2013) como tradução e que comunga com o pensamento de Benjamin (2009). A partir dos relatos orais de integrantes de seis famílias de imigrantes italianos em São João del-Rei, Minas Gerais – Longatti, Giarola, Lovatto, Tortoriello, Lombardi e Spinelli –, procuramos estabelecer relações entre lembranças, reconstruções, transferências culturais e alimentação.

**PALAVRAS-CHAVE** Pós-memória. Relato oral. Imigração italiana. Cultura alimentar. Reconstrução.

## Rice, beans and pasta: interweavings and reconstructions of the food culture of Italian immigrants in São João del-Rei

**ABSTRACT** The purpose of this article is to investigate how cultural interlacements and identity transfers take place through the eating habits of descendants of Italian immigrants. Is it possible to rebuild something on bases that have been practically erased? Memory and post-memory (HIRSCH, 2012) are the tools used to seek relationships with the past. The reconstruction process can be seen as an attempt to remake a lacerated past and, at the same time, as an opportunity for innovation. For Pollak (1992), memory is selective, not everything is recorded. It is a discontinuous movement that wanders in errancy, defined by Bhabha (2013) as translation and that shares the thought of Benjamin (2009). Based on the oral reports of members of six families of Italian immigrants in São João del-Rei, Minas Gerais – Longatti, Giarola, Lovatto, Tortoriello, Lombardi and Spinelli –, we seek to establish relationships between memories, reconstructions, cultural transfers and food.

**KEYWORDS** Post-memory. Oral report. Italian immigration. Food culture. Reconstruction.

\* Professora do curso de Comunicação Social/Jornalismo e do Programa de Mestrado em Letras (PROMEL), da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)





## Introdução

Os processos migratórios humanos envolvem, além do deslocamento espacial, movimentos dinâmicos que ocasionam transformações culturais e sociais. De acordo com Homi Bhabha (2013), atravessar fronteiras exige um encontro com “o novo”, que não é parte do *continuum* de passado e de presente, mas que se refigura como um “entre-lugar”, um espaço intermediário entre culturas diferentes, possibilitando novas formas de cruzamentos, invenções e contaminações. Nesses encontros, as identidades culturais são incessantemente redefinidas e adaptadas ao tempo, às condições e aos ambientes nos quais os indivíduos se encontram.

Desde que os imigrantes italianos chegaram ao Brasil, as práticas alimentares têm sido o laço mais forte que eles mantêm com a cultura do país de origem. A alimentação é uma forma de marcar identidades, afirmar pertencimento, cultivar tradições. Os preparos alimentares são transmitidos ao longo das gerações – trata-se de conhecimentos dinâmicos e introduzidos no novo habitat.

Por um lado, o diálogo entre as culturas alimentares ítalo-brasileiras abriu caminhos para novas fontes de criação e diversidade, flexibilizando e incorporando ingredientes, agregando sabores, hábitos, resultando, até mesmo, no desenvolvimento de cozinhas regionais. Por outro, observamos que grande parte da história das famílias italianas que emigraram para o Brasil foi perdida, praticamente apagada. A justificativa mais comum é que, diante de tantos esforços para sobreviver e prosperar, não havia tempo para se preocupar em preservar hábitos do passado. Perguntamos, então: de que forma o histórico das cozinhas dos que migraram pode colaborar para evitar o total apagamento do passado? É possível reconstruir sobre essas bases que foram praticamente apagadas?

A proposta do presente artigo é investigar de que maneira os hábitos alimentares podem contribuir para possíveis reorganizações e entrelaçamentos culturais de grupos que fizeram o movimento de atravessar o oceano em busca de novas oportunidades. A reconstrução é uma tentativa de inovação e, ao mesmo tempo, uma chance de refazer, ainda que parcialmente, um passado dilacerado. Sabemos que a memória é seletiva (POLLAK, 1992) e o presente é construído a partir dos sabores do passado, procurando, muitas vezes, esquecer suas mágoas.

Em muitos casos, estamos nos referindo às experiências daqueles que cresceram dominados por narrativas que precederam seu nascimento, acontecimentos que lembram, mas que não necessariamente vivenciaram. Essa memória preservada, mesmo com a distância geracional, Marianne Hirsch (2012) chamou de pós-memória. O conceito está relacionado ao modo como as novas gerações recebem as histórias de seus antepassados contadas por familiares, por outras pessoas e também pela mídia, por livros, museus.

Essas transferências de valores são transmitidas de forma fragmentada e “des-canonicalizada”. De acordo com Bhabha (2013), trata-se de um movimento heterogêneo que perambula na errância e pode ser definido como tradução, comungando com a definição de Walter Benjamin:

Tal como a tangente toca a circunferência levemente e apenas num ponto, do mesmo modo que é esse contacto, mas não o ponto, que lhe dita a lei que guiará a sua trajectória rectilínea até ao infinito, assim também a tradução toca o original ao de leve, e apenas naquele ponto infinitamente pequeno do sentido, para seguir na sua órbita própria à luz de uma lei que é a da fidelidade na liberdade do movimento da linguagem. (BENJAMIN, 2009, p. 96)

Nesses espaços de culturas híbridas, onde tramitam processos de negociação e de tradução, procuramos pesquisar os hábitos alimentares de integrantes de seis famílias de imigrantes italianos em São João del-Rei, Minas Gerais: Longatti, Giarola, Lovatto, Tortoriello, Lombardi e Spinelli. A partir de relatos orais, conversas, lembranças e fotografias dessas famílias, procuramos estabelecer relações entre memória, tentativas de reconstrução, transferências culturais e alimentação. Esses narradores foram convidados a se aprofundarem na espessura das narrativas do passado, reatualizando-as. Pensando com Benjamin (1996), o esquecido pode ser reencontrado pela memória, não de maneira inalterada, mas a partir das lembranças que podem também modificá-lo ou acrescentar algo. A lei do esquecimento também dita a obra, “pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 1996, p. 37).

## *A chegada à cidade mineira*

No final do século XIX, com o fim da escravidão e a escassez de mão de obra na agricultura, iniciou-se no Brasil uma campanha de incentivo à imigração de povos europeus que, entre outros fatores, corroboravam com a política de “branqueamento” do país. Um dos fluxos migratórios mais intensos foi o de italianos. A Itália, após a unificação, passava por um período conturbado, marcado por uma economia debilitada e agravado por problemas de superpopulação, miséria e doenças.

Minas Gerais recebeu um número significativo de italianos no final do período imperial. Como parte do programa de imigração, muitos núcleos coloniais foram criados em todo o país. Um deles foi montado em São João del-Rei, cidade situada na região das Vertentes, às margens do Rio das Mortes, cuja história remonta ao período de intensa extração do ouro em Minas Gerais e, após o seu arrefecimento, às atividades comerciais, agrárias e pastoris. De acordo com o pesquisador Jorge Silva de Oliveira (2000), a cidade, beneficiada com a inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas por Dom Pedro II, em 1881, estava em pleno desenvolvimento. Esse teria sido um dos mais fortes argumentos utilizados pelos políticos locais ao pleitearem a construção do núcleo colonial.

Assim, em novembro de 1888, segundo Dauro José Buzatti (1988), 325 imigrantes italianos vieram para São João del-Rei para trabalhar nas fazendas da região. No dia 3 de dezembro de 1888, chegaram os primeiros 102 colonos, provenientes do norte da Itália, constituindo 22 famílias destinadas ao núcleo colonial que ainda estava por ser construído. No dia 18 do mesmo mês, já estavam instalados 371 colonos na área destinada ao núcleo. Outros grupos de colonos foram chegando sucessivamente. A Várzea do Marçal, ex-fazenda de José Theodoro, foi o local destinado a abrigar o Núcleo Colonial de São João del-Rei. A promessa era a de que as famílias receberiam terra, moradia e sustento para estabelecerem-se nessa área rural. Apesar de terem sido recebidos festivamente pelos moradores, a vida foi bastante difícil para os imigrantes nos primeiros anos<sup>1</sup>. A cidade organizou-se mal, houve surto de varíola e atraso na construção das casas na colônia. Muitas famílias, ao se depararem com as dificuldades de fixação no núcleo, preferiram viver na região urbana, arriscando-se em ofícios que muitos já realizavam na Itália, tais como sapataria, alfaiataria e barbearia. Foi um período árduo e de muito trabalho. Algumas famílias regressaram ao país de origem, outras prosperaram e fixaram-se na nova cidade. Assim, pesquisamos quais as práticas alimentares

<sup>1</sup> É importante ressaltar que, apesar de todas as dificuldades que enfrentaram, os italianos foram incentivados pelo governo brasileiro a migrarem para o Brasil, muitos, inclusive, foram beneficiados com terras para plantio. De modo que tiveram um ponto de partida muito melhor que os ex-escravizados, há de se notar.



esses descendentes de imigrantes italianos em São João del-Rei preservam da cultura de seus genitores. Como se estabelecem as conexões entre identidade, memória, cultura e alimentação nessas gerações subsequentes?

## *Cultura alimentar em reconstrução*

A imigração italiana prolongou-se por várias décadas e, aos poucos, as famílias foram adaptando-se à vida social, cultural e econômica da cidade. De um lado, buscavam referências do cotidiano dos brasileiros; de outro, procuravam preservar sua relação com o lugar de origem. Em um duplo movimento, desejavam deixar de ser o *outro*, sem perder de vista os valores da terra natal. Podemos dizer que essas famílias, que reúnem culturas de origens diferentes e em frequente reconstrução, estão situadas, pelo menos nas primeiras décadas após o movimento migratório, no *entre-lugar* (BHA-BHA, 2013). Para Bhabha (2013), os sujeitos que cruzam, que se deslocam, são ambivalentes e situam-se na condição de híbridos e plurais, eles permanecem em vários lugares. É nesse movimento de viver entre fronteiras que acontecem reorganizações, entrelaçamentos culturais e reconstruções de identidades.

Ao relembrares o passado, esses sujeitos reforçam suas singularidades, suas raízes, identidades que estão sempre em negociação. Para Pollak (1992), existe uma relação entre identidade e memória que é baseada no pertencimento do indivíduo a um grupo social:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si". (POLLAK, 1992, p. 204)

Além da cultura alimentar ser o recurso mais utilizado para preservar os laços com o país de origem pelos imigrantes italianos no Brasil, também pode ser considerada uma forma de resistência ao processo de apagamento do passado. Observamos que os membros das seis famílias que participaram dessa pesquisa fizeram referências aos alimentos que consomem como forma de reafirmar identidades e corroborar a descendência italiana; como se aquilo que comessem funcionasse como uma espécie de marca da origem, assumindo certo "sentimento de identidade", definido por Pollak (1992, p. 201) como: "a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria."

<sup>2</sup> Não são raros os relatos de descendentes que quando viajam para a Itália se decepcionam ao descobrirem que as receitas que aprenderam com as nonas e nonos não são conhecidas por lá. Assim, o nosso famoso espaguete a bolonhesa, feito com carne moída, não é comum em Bolonha. O prato que mais se aproxima a ele é o tagliatelle al ragù (massa cortada em tiras com molho a base de carne cozida). O aqui conhecido filé a parmegiana não tem nenhuma relação com a cidade de Parma. O prato correspondente na Itália, ainda que distante, é o parmigiana di melanzane (berinjela a parmegiana).

Em seus relatos, os integrantes da pesquisa lembraram que, quando seus antepassados se estabeleceram em Minas Gerais, eles buscaram formas de se adaptar às condições e aos recursos da região. E dedicaram-se à agricultura mista, envolvendo o cultivo de produtos trazidos da Itália e outros típicos do Brasil, como milho, arroz, feijão, mandioca, café e hortaliças, entre outros. O contato com a cultura alimentar brasileira acabou por modificar seus hábitos alimentares. De uma parte, eles introduziram na região onde fixaram residência receitas e ingredientes que trouxeram do país de origem. De outra, passaram a cultivar e incorporar às refeições determinados alimentos que até então não conheciam. Assim, tiveram que recriar receitas<sup>2</sup> a partir dos produtos que eram mais acessíveis, formando novas identidades alimentares, sempre fluidas e orgânicas, e transformando as cozinhas locais e regionais em espaços de criação e de trocas, produtos da miscigenação cultural (SANTOS, 2005). Além disso, aos costumes alimentares somaram-se elementos sociais, culturais, econômicos e políticos que possibilitaram a abertura às novas sinestésias ao longo das gerações subsequentes.

### *(PÓS) MemÓRIA gustativa e afetiva*

A cultura alimentar remete mais do que simplesmente à mistura de substâncias ou à absorção de nutrientes, mas diz também respeito à criatividade, aos rituais de partilha e à comunhão entre os membros de determinado grupo. De acordo com Santos (2005, p. 12), “alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro”.

Para além de saciar a fome, a relação dos integrantes das famílias Longatti, Giarola, Lovatto, Tortoriello, Lombardi e Spinelli com a comida envolve lembranças, histórias e afetividades. Como escreveu Lévi-Strauss (1979, p. 176), “a cozinha de uma sociedade é uma linguagem na qual ela traduz inconscientemente sua estrutura [...]”. Ainda hoje, os descendentes dessas seis famílias cozinham, guardam receitas e lembram o que seus pais, avós e familiares comiam. Durante nossas conversas, em meio a falas entremeadas por lapsos e apagamentos, notamos que, para eles, lembrar a vida de seus antepassados nem sempre é uma tarefa fácil. No entanto, quando a culinária entrava em pauta, a conversa fluía de forma mais natural. Era visível o entusiasmo com que os participantes

descreviam os hábitos, os cultivos e os rituais de refeições de seus familiares. O tema parecia despertar a memória e suas dimensões afetiva, gustativa e prazerosa. Os relatos os remetiam a pessoas, tempos e lugares remotos. Observamos que, nesses momentos, eles se esforçavam para buscar suas identidades a partir de hábitos herdados dos antepassados, potencializando o sentimento de pertencimento à cultura italiana.

Nesse sentido, o gesto de relembrar as práticas alimentares de seus descendentes foi uma forma de revisitar o passado. Mesmo que eles próprios não tenham experimentado, recordaram como seus antepassados plantavam, colhiam e faziam as massas, o molho, a polenta etc. Podemos dizer que essas memórias de segunda e terceira gerações – ou pós-memória, como Marianne Hirsch (2012) prefere nomear – são vicárias e reconstituídas de forma lacunar, transmitidas até mesmo por atos não verbais, pela linguagem do corpo, principalmente dentro de um espaço familiar. Se o passado não foi vivido, seu relato só pode vir do conhecido, através de mediações, como explica Beatriz Sarlo (2007). Nesse sentido, a pós-memória adquire uma dimensão mais íntima e subjetiva em termos de tempo (SARLO, 2007).

Podemos aproximar o conceito de pós-memória, de Hirsch (2012), ao que Pollak (1992) chamou de “acontecimentos vividos por tabela”, ou seja:

acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992, p. 201)

Para o sociólogo e historiador (1992, p. 204), a memória é um fenômeno construído, tanto consciente quanto inconscientemente, e esse fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, muitas vezes, é tão forte que podemos falar de uma “memória herdada”. Desse modo, a memória, “bem como o sentimento de identidade nessa continuidade herdada, constituem um ponto importante na disputa pelos valores familiares, um ponto focal na vida das pessoas.” (POLLAK, 1992, p. 205)

## *As seis famílias*

As famílias Giarola, Longatti e Lovatto fazem parte da primeira leva de imigrantes italianos que vieram do norte da Itália, em navios carregados de pessoas no final do século XIX para trabalhar na agricultura, incentivados pelo governo e por grandes produtores brasileiros.

Beatriz Giarola (1932-2021) participou da pesquisa lembrando o passado dos avós, Virginia Schiavi e Luigi Giarola, que, em 1888, deixaram Cerea, na Província de Verona, e vieram morar no interior de Minas Gerais, para trabalhar na terra, cultivando frutas e verduras. Em uma longa conversa, os irmãos Onézio (1936-2021), Ernesto (1938-) e João (1945-2021), relataram a história que começou com a vinda do casal Geovanni Longatti e Marieta Facarolli que tiveram dez filhos e, juntos, passaram a cultivar a terra doada pelo governo na Várzea do Marçal. Mauro Lovatto (1964-) nos contou como o tetravô, o pedreiro Luigi Lovatto, veio de Legnago, região do Vêneto, para o Brasil em 1888, fugindo da miséria, com a esposa e três filhos no navio *Città di Roma*. (Figuras, 1, 2 e 3).

Já os integrantes das famílias Tortoriello, Lombardi e Spinelli, do sul da Itália, vieram para o Brasil no século XX, dando prosseguimento à contínua entrada de migrantes italianos no país. Apesar de terem vindo também em busca de vida nova e prosperidade, eles não fazem parte dos que migraram atraídos pelo incentivo do governo para trabalhar na agricultura. Com o desenvolvimento urbano das cidades brasileiras no início do século XX, houve uma expansão do comércio e da pequena indústria, de modo que essas novas levas de migrantes estabeleceram-se na cidade, trabalhando como autônomos, pequenos empresários ou comerciantes.

Conversamos com Paulo Tortoriello (1941-), filho de Rodolfo Giuseppe Tortoriello, nascido em Tortorella (Província de Salerno), que chegou ao Brasil em 1914 para morar com um irmão em Juiz de Fora e, depois de três ou quatro anos, mudou-se para São João del-Rei. José, como passou a chamar-se no Brasil – associou-se a um primo da família Bello e montaram uma indústria de couro na cidade. Logo, casou-se com Geraldina Menicucci, vinda da cidade de Luca, na mesma região, tiveram cinco filhos e viveram cercados de famílias italianas. Em seu relato, Ênio Ratton Lombardi (1944-) contou que, em 1926, o pai, Mario Lombardi, saiu de Buonabitacolo (Província de Salerno) e veio para o Brasil em um navio a vapor, sozinho, aos 17 anos.



Figura 1. Beatriz Giarola (2020).  
 Figura 2. Onézio, Ernesto e João Longatti (2020).  
 Figura 3. Ênio Lombardi (2020).  
 Figura 4. Mauro Lovatto (2020).  
 Figura 5. Paulo Tortoriello (2020).  
 Figura 6. Maria Neusa Garcia Spinelli e as filhas Mirella e Adriana Spinelli (2020)

Mario deixou a Itália no período do pós-guerra, em busca de um futuro melhor, quando os pais e os sete irmãos passavam por dificuldades. Morou em São Paulo, mas, ainda jovem, veio trabalhar com um tio em São João del-Rei. Já Maria Neusa Garcia Spinelli (1941-) e as filhas Mirella Spinelli (1963-) e Adriana Spinelli (1965-) lembraram a vinda do esposo e pai, respectivamente, Simone Pietro Spinelli, em 1954, de San Rufo (Província de Salerno) para São João del-Rei. (Figuras, 4, 5 e 6).

### *Plantar, caçar, criar*

Em 1888, entre outras medidas, o serviço de recepção de imigrantes italianos tinha a atribuição de fornecer gêneros alimentícios aos que chegavam ao núcleo colonial até que tivessem condições de se estabelecerem e produzirem alimentos. De acordo com Buzatti (1988, p. 49):

Estabelecera uma dieta básica para cada imigrante com idade superior a 12 anos constituída por: açúcar branco – 80 g, café – 35 g, carne verde – 450 g, toucinho – 40 g, arroz – 2 dl, feijão – 1 dl, farinha de milho (ou fubá) – 3 dl. Para crianças com idade entre 3 a 12 anos era fornecida uma dieta básica para cada duas crianças. Para as de idade inferior a 3 anos não havia o fornecimento da dieta.

Depois, quando começaram a plantar, as famílias passaram a comer o que produziam. Alguns chegaram a trazer da Itália temperos e mudas de plantas, procurando preservar alguns de seus hábitos alimentares. Mas, devido ao novo contexto social e geográfico, tiveram que substituir o plantio das espécies que cultivavam na região de origem pelas práticas da população local. Os pratos que os antepassados aprenderam a cozinhar na Itália tiveram que ser adaptados aos costumes locais. Em 2020, Beatriz Giarola tinha 89 anos quando narrou, com precisão, os momentos de convivência com os avós na casa construída no lote que ganharam do governo, na antiga Várzea do Marçal, onde plantavam verduras, frutas e tinham um enorme parreiral.

Eu chegava lá, nós íamos num trezinho, porque era na Colônia, parávamos lá e então meu avô já vinha encontrar com a gente naquela alegria, conversando e tal. Me chamava de Bella Attrice. Ô Bella Attrice, Bella Attrice, e me pegava pela mão e já ia me levando lá para o parreiral, onde ele tinha uma plantação muito grande de uva. Ele escolhia um cacho bonito de uva para me dar. E como os cachos eram muito grandes, ele me colocava sentadinha numa pedra própria que tinha lá para eu sentar. [...]. Ele punha o cacho no meu colo, forrava com uma toalha e eu ia chupando a uva, enquanto ele ia correndo no parreiral e conversando comigo. [...] Meu avô tinha um olhar bonito e quando ele fixava assim no parreiral parecia que ele sorria para as uvas assim, de tão feliz de ver aquilo que produziu, que era uma beleza. (GIAROLA, 2020)

Os irmãos Longatti, que ainda hoje vivem da agricultura, contaram que os avós os ensinaram a plantar de tudo: “era mandioca, inhame, abóbora, cenoura, quiabo, tudo quanto é tipo de leguminosa”, lembrou Ernesto Longatti (2020). João Longatti (2020) recordou-se que, muitas vezes, chegavam trocar mantimentos: “nós ia levar batatinha inglesa lá no largo Tamandaré. No armazém ele falava, ó, dinheiro nós não têm. Então papai trocava a batatinha por outro mantimento”. Dessa forma, conseguiam alimentar toda a família.

Já as famílias Tortoriello e Lombardi, que imigraram décadas depois, mesmo não tendo tirado o sustento da agricultura, mantiveram o hábito de cultivar alimentos que gostavam de utilizar no preparo das refeições. Além disso, trouxeram da Itália o costume de caçar aves – algo que na época era permitido. Ênio Lombardi (2020) contou que acompanhava o pai Mario nas caçadas de codornas e perdizes: “Ia uma turma de amigos, levavam seus cachorros, comiam e bebiam. Era o divertimento deles.” Depois, o próprio Mario preparava a caça para o almoço. O amigo Pietro Spinelli também participava do programa. A esposa, Maria Neusa Garcia Spinelli (2021), em seu depoimento, lembrou que o marido voltava cheio de codornas e que, para agradá-lo, ela teve que aprender a prepará-las.

Também era comum criar animais nos quintais e sítios para serem abatidos e preparados em ocasiões especiais. Onézio Longatti (2020) descreveu como seus avós engordavam porco em casa para comê-lo em dias de festa. Mario Lombardi, conforme narrou Ênio (2020), criava cabritos que, algum tempo depois, eram degustados nos almoços de família. Também Paulo Tortoriello (2020) lembrou que o seu tio João gostava muito de criação, também matava cabrito e criava porco. Nessas ocasiões, todos participavam e havia sempre uma integração da família.

As coisas que a gente fazia na casa do meu avô. Como eu não os conheci, meus tios é que conservaram a tradição italiana lá. Eles criavam porcos, cabritos, galinhas, tinha uma horta com as verduras [...]. Então a gente matava o porco lá, fazia linguiça, meu tio fazia tipo um salaminho que é muito mais gostoso do que o que a gente come hoje e além de saudável, né? E a gente participou muito disso lá. A gente levantava cedo no dia que tinha essa matança do porco e fazia torresmo, tirava banha, guardava carne na gordura, essas coisas todas. Depois a gente ia comendo aquilo, saboreando, era uma maravilha. E meu tio gostava de criar cabrito e ele mesmo fazia a receita e a gente comia. Depois disso, eu nunca mais comi cabrito. (TORTORIELLO, 2020)

### *NEGOCIAÇÕES entre panelas*

As combinações entre preparos brasileiros e italianos acabaram resultando em hábitos alimentares muito próprios da colônia de imigrantes italianos em São João del-Rei. Os irmãos Longatti (2020), por exemplo, contaram que, ainda hoje, em suas refeições, é comum o prato de arroz e feijão vir acompanhado também de macarronada. Também Mauro Lovatto (2020), em seu relato, fez alusão às apropriações de culturas alimentares:

Acho muito interessante essa coisa das misturas, das apropriações de uma cultura na outra. Por exemplo, lá em casa se comia arroz branco, macarrão a bolonhesa e tutu, que é maravilhoso. Aí juntos, África, Europa e Brasil. Acho muito interessante essas apropriações culturais. Por isso que eu te falo que assim a comida é um grande viés, uma grande vereda que a gente pode olhar a cultura. (LOVATTO, 2020)

Ernesto Longatti (2020) destacou ainda o risoto como o prato preferido por todos. De acordo com o irmão Onézio Longatti (2020), a receita que aprendeu com os avós foi adaptada para o gosto dos brasileiros e ficou conhecida na região. Quando tem festa na Colônia, tem fila para provar o seu risoto. Onézio (2020) ensinou como prepará-lo:

Precisa de peito de boi, galinha gorda, tira os ossos, não deixa nada. Pica aquela carne tudo, pequenininho, pequenininho. Põe o arroz frito na manteiga para cozinhar. Depois que cozinhar bastante, vem a carne que já está cozida. Depois vem a manteiga. Manteiga pura, de vaca, não é margarina não, não serve. Depois mexe bem, aí vem o queijo ralado. Queijo curado. Mexe e põe na bandeja. E a gente faz com aquela carne toda numa panela e faz o caldo separado. (LONGATTI, 2020)



De acordo com Ernesto Longatti (2020), quando o risoto é feito para a comunidade ou para muita gente, o preparo é feito de maneiras diferentes: “existe o risoto brasileiro e o italiano. O risoto italiano é mais moreno, porque tem mais carne. E o brasileiro é menos gorduroso, porque se botar muita gordura o brasileiro não come. Nós come (sic) qualquer coisa gorda” (LONGATTI, 2020).

Outro prato que remete diretamente à Itália, principalmente ao período de dificuldades e escassez do país, é a polenta<sup>3</sup>. Quando os italianos vieram para o Brasil, conservaram o hábito de prepará-la. Beatriz Giarola (2020) lembrou-se da avó que ficava horas mexendo a polenta no fogão à lenha. Permeada por lembranças afetivas, gustativas e também olfativas, ela relata até mesmo de um vocábulo em italiano, *panaro*<sup>4</sup>, que ouvia a avó pronunciar enquanto preparava o alimento:

Ela fazia o angu e despejava numa panela, uma coisa redonda de madeira. Despejava ali e ali tinha um fio preso na ponta do cabo, feito uma linha que cortava o angu. Não sei se ela falava *panaro*, uma coisa assim. E quando ela ia cortar o angu, cortava com aquele fio. Eu achava aquilo muito bonito. E quando ela queria fazer o angu temperado, ela punha ali linguíça que estava fritando ali do lado. Tirava, despejava o angu naquela *panaro* e punha a linguíça em cima. E vinha aquele cheiro gostoso, era uma delícia. Lembro muito disso. (GIAROLA, 2020)

No decorrer da prosa, Onézio Longatti (2020) lembrou de outro costume da família: o de comer “angu com queijo, receita do vovô”. Imediatamente, o irmão Ernesto o interrompeu: “Ele fala angu com queijo, é polenta com *formaggio*”. Em sua fala, Onézio deixou clara a preocupação em manter o nome do prato em italiano, uma maneira que encontrou de preservar os laços com a cultura de seus avós italianos.

Na casa de Maria Neusa Garcia Spinelli (2021), na época em que o marido era vivo, a negociação entre panelas era estabelecida de acordo com a refeição. No almoço, fazia-se comida brasileira, ele comia e apreciava. Já no jantar, era sempre um prato de macarrão.

<sup>3</sup> Vale ressaltar que devido a alimentação dos camponeses europeus ter sido constituída basicamente por produtos vindos do milho, houve uma epidemia de pelagra – doença provocada pela falta de vitamina B3 – no período anterior à imigração.

<sup>4</sup> Expressão regional. Tábuia usada por descendentes de italianos para cortar carnes, legumes e verduras, ou como suporte para a polenta.

A comida aqui em casa – eu brasileira e ele italiano – sempre teve essa harmonia muito boa. Porque tanto ele gostava das comidas brasileiras, como eu gostava das comidas italianas. Então, a vida toda nosso sistema foi: almoço comida brasileira e no jantar era o macarrão para ele, com um copo de vinho. Ele era uma pessoa já tão assim brasileira e italiana, às vezes, ele brincava comigo, por causa da idade, quando ele fez 40 anos de Brasil, eu era mais nova, ele falava assim: eu sou mais brasileiro que você, que eu já tenho mais tempo de Brasil que você. E quando tinha campeonato Itália e Brasil, na Copa do Mundo, o pessoal começava a mexer com ele: ‘para quem você vai torcer, para quem você vai torcer?’ Ele falava assim: ‘eu já sou *campeão*, se a Itália ganhar eu sou *campeão*, se o Brasil ganhar eu sou *campeão*. Eu não preciso de torcer para ninguém. Eu já ganhei a Copa’. Ele foi sempre metade brasileiro, metade italiano. (SPINELLI, 2021)

## A massa

<sup>5</sup> Em italiano: pasta, denominação utilizada no norte do país. Já no sul, utiliza-se a terminologia *maccheroni*, traduzida como macarrão no Brasil e utilizada para denominar qualquer tipo de massa seca.

A massa<sup>5</sup> é internacionalmente conhecida como o prato mais tradicional da cultura alimentar italiana. Não poderia ser diferente em São João del-Rei. De acordo com os relatos, a massa artesanal é o que mais reforça o caráter identitário, o sentimento de pertencimento e de “italianidade” dos descendentes de imigrantes italianos na cidade. Para eles, o ritual de fazer a própria massa, além de ter um teor nostálgico e certa dose de orgulho, parece trazer de volta, ainda que momentaneamente, histórias contadas pelos pais e avós.

Observamos que, para esses descendentes, comer massa todo domingo é uma forma de manterem-se mais próximos de suas raízes. Podemos dizer que, para eles, o ato de preparar e comer a massa faz com que se sintam herdeiros de parte da cultura da terra distante, que muitos não chegaram a conhecer ou conhecem apenas por meio dos relatos dos antepassados. Em certo sentido, um modo romantizado de tentarem identificar com um passado longínquo, que os laços concretos já quase não se sustentam.

Todos os integrantes das famílias entrevistadas afirmaram a presença das massas em suas refeições. Ênio Lombardi (2020) contou: “Meu pai era um excelente cozinheiro. Fazia a própria massa. No domingo, começava a preparar o molho de tomate às sete da manhã e só terminava ao meio-dia.” Na casa dos Longatti (2020), as massas de macarrão, *cappelletti*, *ravioli* e lasanha ainda são as especialidades. Também na família Lovatto (2020), as massas eram feitas em casa. Mauro Lovatto lembrou que:

O prato que minha avó aprendeu com a sogra dela é um canelone maravilhoso, que ninguém faz mais. Um canelone fantástico, fantástico. Uma vez em Roma é que eu vi um molho igual, um canelone maravilhoso e assim, aqueles canelones enormes, não é canelone fininho. Eu lembro que os tabuleiros da minha avó eram desse tamanho, com os canelones de massa caseira e enormes. E dava um trabalho para fazer, abria aquela massa toda, aquele calor e tal. Depois preparava a carne, o molho. O molho levava vinho. Aquela coisa. Eu tenho muita lembrança assim dessa coisa da mesa cheia, da mesa farta. Tinha nhoque, tinha lasanha, tinha carne de porco, tinha frango. Tinha pratos italianos com pratos brasileiros. (LOVATTO, 2020)

As narrativas de Paulo Tortoriello (2020) sobre o seu passado estão sempre vinculadas aos pratos preparados pela sua família. O cultivo, a preparação dos alimentos, a produção das massas e dos molhos, as receitas, nada escapa à memória de Paulo Tortoriello. Durante a conversa, emocionado, ele lembrou em detalhes os hábitos alimentares de sua família. Na casa dos tios paternos fazia-se muita massa. Foi a tia Assunta que o ensinou a abrir a massa com o rolo, depois enrolá-la e cortá-la com a faca. Faziam todo tipo de massa, espaguete, talharim, *cappelletti*, *ravioli*, *fusilli*.

Eles tinham uma máquina bem rústica, tipo aquela máquina que mói carne. Tinham diversas treliças, então, colocava a massa e ia saindo o macarrão lá. Eu tenho essa máquina até hoje. Era da casa do meu avô, depois minha tia me deu. Ela ia todo domingo lá em casa almoçar e passava o domingo com a gente, e a gente fazia. (TORTORIELLO, 2020)

De acordo com Paulo Tortoriello (2020), o pai tinha uma fazenda e cultivava produtos originários da Itália, como, por exemplo, o tomate. Todo domingo no almoço tinha macarrão com molho de tomate.

Meu pai cultivava tomate e depois fazia o molho em casa. Guardava o molho no porão de casa, com as safras dos anos. Tinha a época do tomate naquele tempo. Hoje tem tomate o ano inteiro. Tinha uma época que o tomate era mais saboroso para fazer o molho. Era um molho muito especial, que ele enterrava no chão, lacrava. A gente ajudava e ficava cozinhando aquilo quatro, cinco horas em um tacho de cobre. A gente comia o macarrão com aquele molho. (TORTORIELLO, 2020)

Já Maria Neusa Garcia Spinelli (2021) contou que aprendeu com os parentes do marido fazer *pastasciutta* e sopa de *cappelletti*, que ela serve até hoje no Natal.

Minhas filhas foram habituadas também a comer muita massa, muita comida italiana. No Natal, meu marido fazia questão de *cappelletti*, porque era uma comida muito típica no Natal, muito frio na Itália, né? Eles faziam sopa de *cappelletti*. Então, eu aprendi a fazer o *cappelletti*, fazia muito, fazia, às vezes, 600 *cappelletti*. Ia fazendo, ia congelando, porque vinha também a minha família, brasileiros, todo mundo queria *cappelletti*. [...] Até uma noite foi interessante, porque a gente estava comendo *cappelletti*, um calor no Brasil, em dezembro, aí começou todo mundo a suar de calor. Ai a Mirella disse assim: ‘que na Itália eles comam *cappelletti* na noite de Natal, eu até entendo, mas a gente aqui no Brasil, nesse sofrimento, eu estou morrendo de calor’. [risos]. Mas, até hoje, ele já morreu há 13 anos, eu continuo fazendo. Todo Natal tem *cappelletti* aqui em casa. (SPINELLI, 2021)

Depois de ouvir a mãe narrar o episódio, Mirella Spinelli (2021) concluiu: “Acho que fica realmente essa coisa da memória afetiva. Não adianta, não vou encontrar um outro *cappelletti* que tem o gosto do Natal. Por causa dessa coisa toda afetiva, que foi construída em torno do papai.”

## O vinho

Outra unanimidade nas mesas das famílias italianas é o vinho. Hoje, em São João del-Rei, não se produz mais vinho, mas na virada do século XIX para o XX, os primeiros imigrantes trouxeram o conhecimento técnico da Itália, plantaram uva, dedicaram-se aos parreirais e produziram o vinho artesanal. Ernesto Longatti contou como era na sua família:

Aprendi tudo com meu avô, pai do papai, João Vital Longatti. Ele gostava muito de um gole, de beber vinho. Era pura parreira de uva. Plantava uva. Os pés deles eram grandes de tanto amassar uva dentro dos barris. Naquela época não tinha máquina, pisava na uva com os pés para fazer o vinho. O vinho artesanal que ainda faz até hoje no Rio Grande do Sul. Eu vi isso com meus olhos. (LONGATTI, 2020)

Beatriz Giarola (2020) guardou na memória o processo de fabricação de vinho recontado pela tia, já que ela própria não chegou a vivenciá-lo:

Eles lavavam os pés numa tina, bem lavadinhos, depois que saíam dali, não botavam os pés em lugar nenhum, iam para outra tina que estava com as uvas separadas, que era para fazer vinho. Amassavam as uvas com os pés. Isso aí foi a tia Emília que me falou, eu não peguei isso do vovô e da vovó não. (GIAROLA, 2020)

Nos almoços de domingo da família de Mauro Lovatto (2020), o vinho estava sempre presente. Mauro recordou dos volumosos garrafões espalhados pela mesa: “Então, ficava aquela mesa enorme, aí botavam assim: os adultos primeiro, o padre na ponta e as crianças lá do outro lado. E vinham as mulheres servindo todo mundo.” (LOVATTO, 2020). Já a lembrança de Ênio Lombardi (2020) é do pai tomando vinho todos os dias durante as refeições: “A vida toda, durante as refeições, nunca vi meu pai encher um copo d’água. Ele tomava vinho todo dia, era vinho no almoço e no jantar. Nunca deixou de tomar.” Maria Neusa Spinelli (2021) fez um relato parecido relacionado ao seu marido:

Toda noite ele tomava um copo de vinho, toda noite. Sempre tinha que ter vinho em casa. Em dias de festa, quando ele estava muito animado, ele tomava uma garrafa. Una bottiglia, você pode imaginar as consequências, mas ele tomava. Era só vinho que ele bebia. (SPINELLI, 2021)

## *Os rituais de partilha*

As massas, o vinho, o risoto e a polenta são pratos que fazem parte dos almoços de domingo, das datas comemorativas e das festas religiosas, enfim, dos rituais de partilha instaurados pelos imigrantes italianos e adaptados aos costumes locais. Como o trabalho cotidiano, no início da imigração, era muito exaustivo, as festas passaram a constituir uma brecha, uma forma de promover a socialização e o compartilhamento de alimentos preparados em conjunto. De acordo com Ernesto Longatti (2020), a vida dos imigrantes resumia-se a trabalhar, criar filhos e ir à igreja. Quando sobrava tempo, reuniam-se para comer, cantar e dançar. O irmão, João Longatti, recordou o tempo dos bailes e das sanfonas:

No final de semana, o vovô gostava muito de fazer baile. Reunia a família, fazia o baile sanfona. Ele fez tanto forró na casa dele, que teve que trocar o piso, que era feito de terra sem queimar. Então, ele trocou o piso cinco vezes, porque gastou de tanto dançar. Dava poeira, ele jogava água. E o povo dançando. Trabalhava muito, mas dançava. (LONGATTI, 2020)

Paulo Tortoriello (2020) recordou-se das reuniões em família nos finais de semana, quando ia para a casa do tio João, para ajudar a matar e preparar o porco. De acordo com Tortoriello (2020), “as comidas eram muito boas, o ambiente eu achava muito bom e a parte afetiva era muito grande. Eles eram muito afetivos, abraçavam, beijavam, passaram isso para a gente.” Maria Neusa Spinelli (2021) contou como ela e as duas filhas incorporaram o espírito festeiro do marido:

Eu fui assimilando a cultura dele, os costumes dele, hábitos, a alegria do italiano, que é um povo realmente muito alegre, era, não sei como está agora, mas era um povo muito alegre, festeiro, gostava de muito movimento, eu também, minha família também é assim. Então, aqui em casa era uma casa de festa, era impressionante. Toda vida, minhas filhas estão aí para confirmar isso, festa era aqui em casa, churrasco era aqui, ano novo, tudo. (SPINELLI, 2021) Mauro Lovatto também relembrou dos festejos realizados nas casas de seus familiares:

Eu lembro que a gente tinha uma parente na Colônia, ela tinha uma casa assim, tipo uma horta enorme, aquela horta imensa, eles eram verdureiros, plantavam. Ela era prima do meu pai (...), tinha uma casa com uma copa-cozinha enorme, uma mesona de madeira, assim, então a gente ia almoçar lá, a mulher fazia uma ‘comidaiada’, cappelletti, risoto, sabe? E convidava a nossa família, convidava o padre, a minha avó. E a gente ia almoçar lá e era uma festa sabe, de comidas italianas maravilhosas, cappelletti, tinham aquelas galinhas, até saindo gordura. (LOVATTO, 2020)

Na família Lombardi havia o ritual diário de todos sentarem-se à mesa na hora do almoço. Ênio Lombardi recordou que o pai fazia questão: “Na hora que ele sentava para almoçar, gostava que todos estivessem presentes à mesa. Se os filhos não estivessem, ficava bravo.” (LOMBARDI, 2020)

## Considerações finais: *Mangia che te fa bene!*

Nos relatos orais de descendentes de seis famílias de imigrantes italianos, constatamos diferentes trocas identitárias e culturais a partir de práticas alimentares na cidade onde vivem, São João del-Rei. Por meio das lembranças dos irmãos Onézio, Ernesto e João Longatti, de Beatriz Giarola, de Mauro Lovatto, de Paulo Tortoriello, de Ênio Lombardi, de Maria Neusa Garcia Spinelli e das filhas Mirella e Adriana Spinelli, procuramos apontar relações entre as culturas italiana e brasileira presentes em seus hábitos cotidianos e tradições alimentares. Concluímos que, no processo de migração, a alimentação é um fenômeno cultural capaz de catalisar lembranças, ruir barreiras espaços-temporais e contribuir para elaboração de novas identidades e redescobertas.

Diante do passado fragmentado, quase apagado, revisitado pela memória, pós-memória e imaginação dos participantes da pesquisa, refletimos sobre o movimento de reconstrução e reorganização das mais de 400 famílias que fazem parte da lista de moradores de São João del-Rei. Se a princípio estavam situados em *entre-lugares*, “em uma terceira margem”, como relatou Mauro Lovatto (2020), nos tempos atuais, encontram-se adaptados à cultura do país e da cidade que os receberam.

Nas narrativas desses descendentes de italianos, comidas e memórias se entrelaçam, dando ao velho jargão italiano “*magia che te fa bene!*” outros sentidos que vão além da comida no prato, como, por exemplo, o de afeição e de pertencimento. As lembranças afetivas e gustativas aqui relatadas são formas de reconstruir, de reelaborar significações e reafirmar transferências culturais.

## Referências

- BENJAMIN, W. *A tarefa do tradutor*. In: *A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português*. Tradução João Barrento. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2009. p. 82-98.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras escolhidas, v. 1). Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 10<sup>ff</sup> reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BUZATTI, D. J. *Raízes Italianas em São João del-Rei.1888*. Belo Horizonte, 1988.
- GIAROLA, B. *Entrevista concedida a Raruza Kiara*. São João-del-Rei, 03 ago. 2020.
- HIRSCH, M. *Family frames: photography, narrative, and postmemory*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O triângulo Culinário*. In: SIMONIS, I. *Introdução ao estruturalismo: Claude Lévi-Strauss ou a paixão do incesto*. Lisboa: Moraes, 1979. p. 169-176.
- LOMBARDI, E. *Entrevista concedida ao (a) autor(a)*. São João-del-Rei, 04 jun. 2020.
- LONGATTI, O; LONGATTI, E; LONGATTI, J. *Entrevista concedida ao (a) autor(a)*. São João del-Rei, 22 fev. 2020.
- LOVATTO, M. *Entrevista concedida ao (a) autor(a)*. São João-del-Rei, 30 nov. 2020.
- OLIVEIRA, J. S. *A Imigração Italiana e a família Carazza em São João del-Rei*. Governador Valadares: Gráfica Valadares, 2000.
- POLLAK, M. *Memória e identidade social*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- TORTORIELLO, P. *Entrevista concedida ao (a) autor(a)*. São João-del-Rei, 10 e 31 jul. 2020.
- SANTOS, C. R. A. *A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa*. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n<sup>ff</sup> 42, p. 11-31, 2005.
- SARLO, B. *Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo-Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora da UFMG, 2007.
- SPINELLI, M. N.; SPINELLI, A.; SPINELLI, M. *Entrevista concedida ao (a) autor(a)*. São João del-Rei, 19 jun. 2021.







# ACUMULAÇÕES, DESPOSSISSÕES E A TERRA COMO COMUM:

reconstruções decoloniais para a Terra Brasilis.

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.39399>

**MARIANA DE MOURA CRUZ\***

**RESUMO** No presente artigo as reconstruções decoloniais orientam meu olhar para a história dos cercamentos, das desposseções e da concentração fundiária no Brasil. Essas reconstruções, apresentadas como um outro modo de fazer pesquisa, partem do reconhecimento da história como ferramenta útil para compreensão das relações sociais e assumem a relevância de recontá-la a partir de múltiplas vozes e culturas, abrindo espaço para o fazer e o pensar dos sujeitos historicamente silenciados. Extrapolando as contribuições da economia política, e articulando história, antropologia e literatura, proponho recontar o desvanecimento da terra como comum no Brasil e o surgimento da propriedade privada como uma instituição que não só moldou o território brasileiro, mas transformou as relações autóctones com a terra.

**PALAVRAS-CHAVE** Teoria decolonial. Desposseções. Acumulação primitiva. Comum.

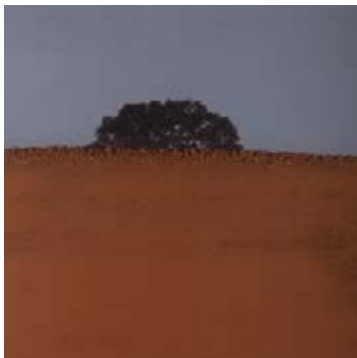
Accumulations, dispossessions and the land as a common:  
decolonial reconstructions for Terra Brasilis.

**ABSTRACT** In the present article, decolonial reconstructions guide my approach to the history of enclosures, dispossessions and land concentration in Brazil. Such reconstructions, presented as a new mode of research, recognize history as a useful tool for understanding social relations and consider the relevance of retelling it from multiple voices and cultures, opening space for the practices and thoughts of historically silenced subjects. Exceeding contributions of the political economy, and articulating history, anthropology and literature, its aim is to recount the disappearance of land as a common in Brazil and the emergence of private property as an institution that not only shaped Brazilian territory, but also transformed indigenous relations with the land.

**KEYWORDS** Decolonial theory. Dispossessions. Primitive accumulation. Common.

\* Universidade Federal de Minas Gerais





## Introdução

O geógrafo André Novaes (2012) relata como os mapas europeus do século XVI traziam uma representação dupla do Brasil. O litoral, conhecido e explorado, descrito em detalhes com nomenclaturas europeias, representando a *Terra Brasilis*, e o seu interior, desconhecido e inexplorado, a *Terrae Incognitae* selvagem e ainda por dominar. *Terra Brasilis* era a representação do interesse metropolitano, um retrato da colônia produzido pelos próprios portugueses.

As historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) descrevem como as primeiras narrativas das viagens ibéricas ao continente americano buscavam na natureza um cenário almejado: a encarnação do paraíso terrestre. Essas descrições, influenciadas por relatos anteriores — como os de Marco Polo e também de Colombo — eram reproduzidas e aumentadas a cada diário de viagem, criando um imaginário comum pernicioso. A literatura sobre o Brasil, que começa a ser produzida na metade do século XVI, se divide em duas: uma de autoria ibérica, com claros interesses colonizadores; e outra de autores não-ibéricos, que terá nos índios o objeto de reflexão. O principal objetivo das duas, contudo, era o mesmo: pautar uma hierarquia entre europeus (das ciências e das filosofias) e indígenas (dos rituais e dos mitos), consolidando na diferença uma desigualdade (QUIJANO, 1992; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A historiadora Núbia Ribeiro (2008) relata como as narrativas coloniais criaram o elo necessário entre a conquista de populações indígenas e a conquista territorial por meio da propagação da fé, justificando o roubo das terras como um domínio espiritual e não só material. Na mentalidade europeia cristã, “as palavras que qualificaram e descreveram os costumes dos gentios eram mais que força de expressão; eram instrumentos da relação de poder com o outro” (RIBEIRO, 2008, p. 67). O pensador quilombola Nego Bispo (2015) observa o mesmo subterfúgio religioso na exploração brutal dos diversos povos africanos aqui escravizados. Assim, povos indígenas e africanos, considerados pelos europeus como desprovidos de história, seguiram menosprezados e assujeitados nas narrativas da ‘empreitada colonial’, e suas relações com o território, consequentemente, invisibilizadas.

O acesso a terra e a segurança de posse seguem sendo um desafio para esses povos, desafio este com raízes históricas que datam da invenção da *Terra Brasilis*. O reconhecimento ao direito a terra, garantido pela Constituição Federal de 1988, não anula as

dificuldades impostas pelo imbróglgio fundiário herdado desde o período colonial. A questão se torna ainda mais complexa quando consideramos os sistemáticos apagamentos das histórias autóctones, a soberania da palavra escrita como legitimadora da memória, e os movimentos contemporâneos de acumulação por despossessão que agravam o desvanecimento da terra comum a que tais populações têm direito.

É nesse contexto que o presente artigo propõe reconstruir a história das despossessões dos comuns brasileiros — e principalmente da terra como comum — por meio de outras perspectivas, que não foquem apenas no ‘protagonismo’ do colonizador. Partindo da máxima do historiador Peter Linebaugh (2008), de que a propriedade é o avesso histórico do comum, retraço os principais elementos da *imposição* da propriedade privada no território indígena e sua continuação no decorrer dos séculos de colonização. Faço isso reconstruindo as grandes expropriações e cercamentos que ocorreram pelo território colonial, considerando como estes feitos históricos se aproximam ou se afastam da historiografia da acumulação primitiva e inserindo-os dentro de um contexto global de acumulação e espoliação. Extrapolando as contribuições da economia política, busco encontrar diferenças simbólicas que são específicas para nossa realidade, por meio da junção de história, antropologia e literatura. Espero com isso reexaminar o desvanecimento da terra como um comum no Brasil e o surgimento da propriedade privada como uma instituição que não só moldou o território brasileiro, mas transformou as relações autóctones com a terra.

### *Reconstruções decoloniais*

A teoria decolonial, que se estabelece a partir da década de 1990 entre autores latino-americanos, representa uma ruptura com as correntes da crítica colonial da década de 1970 (principalmente o pós-colonial e os estudos subalternos) e reflete a busca por outras epistemologias para pensar as relações de colonialidade. Assumi-la como método de pesquisa implica reconhecer que o fim do colonialismo — compreendido como o processo histórico de dominação geopolítica e econômica — não representou o fim das relações de controle e das hierarquias entre as nações. Essa é, afinal, a hipótese defendida por Aníbal Quijano (1992) ao cunhar o termo *colonialidade* para explicitar as diferentes configurações de dominação que permanecem vigentes nas relações sociais globais.

As permanências dessas antigas relações coloniais são múltiplas, classificadas e contestadas de formas distintas por diferentes autores. Quijano (1992), por exemplo, se foca na extensão de práticas econômicas, políticas e culturais da colonialidade. Essas são consideradas pelo semioticista Walter D. Mignolo (2010) como formas de uma colonialidade de poder. Extrapolando-a, os mesmos autores elaboram a Matriz Colonial de Poder (MCP), uma estrutura que entrelaça níveis distintos de controle colonial e inclui, além das questões geopolíticas, importantes categorias como classe, etnia, gênero, migração e diáspora. Na MCP essas importantes questões se reagrupam na tríade da colonialidade de poder, de saber e de ser (MIGNOLO, 2010). Igualmente o sociólogo Ramón Grosfoguel (2008), propõe uma abrangente lista de hierarquias globais, que considera, entre outras, a hierarquia ecológica global que define como modelo a natureza ocidental (passiva e exterior aos seres humanos) e dualiza homem–natureza em uma relação sujeito–objeto que desconsidera cosmovisões indígenas ou tradicionais; a hierarquia linguística que determina a comunicação e a produção teórica dentro de um quadro de línguas europeias e subalterniza a tradição oral como folclore, cultura, empirismo e não–ciência; ou mesmo a hierarquia epistêmica que privilegia o conhecimento e a cosmologia ocidentais e institucionaliza um sistema universitário colonial global (GROSGOQUEL, 2008).

Assim como é ampla a crítica colonial, também são várias as propostas para superar a colonialidade, projetos decoloniais orientados por objetivos diversos. Neste artigo proponho — com aportes de autores decoloniais — que um caminho possível para o pensar e o fazer decolonial é identificar as permanências da colonialidade e desconstruí-las, para reconstruir algo novo em seu lugar (CRUZ, Mariana de Moura 2019). Tal dinâmica não precisa ser somente de ordem epistemológica, podendo assumir formas históricas, políticas, culturais ou mesmo filosóficas. É justamente essa tarefa de desconstrução–reconstrução que orienta o olhar para a terra como comum no Brasil. Ela parte do reconhecimento da história como ferramenta útil para compreensão das relações sociais e assume a relevância de recontá-la a partir de múltiplas vozes e culturas, abrindo espaço para o fazer e o pensar dos colonizados



## *As primeiras (primitivas) acumulações*

Acumulação primitiva é o nome que Marx (2017) dá ao processo histórico pelo qual passa a Europa no período da transição entre uma sociedade feudal para uma industrial. Acumulação porque diz respeito ao movimento de expropriações em larga escala que muda a configuração social europeia, concentrando nas mãos de poucos a propriedade da terra e os meios de produção. Primitiva porque é considerada “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” (MARX, 2017, p. 785). Trata-se de um processo longo, que se desenrola por mais de séculos e envolve diferentes tipos de apropriações, roubos e violências nos diferentes países em que ocorre.

A descrição marxista, com ênfase na história inglesa, explica como o processo começa com a expropriação das terras rurais e converte uma massa de trabalhadores camponeses em proletariados. Os trabalhadores que perdem seus postos de trabalho e suas formas de subsistência no campo são compelidos a se deslocar para a cidade, onde, forçados a vender sua força de trabalho, contribuem para a gênese do capitalismo industrial. Com a ajuda do Estado, junto a esse fluxo migratório, uma nova relação social se consolida, convertendo o proletariado livre em trabalhador assalariado. Na chave dessa mudança está a relação entre a apropriação dos frutos do seu próprio trabalho pelo proletário livre ou a apropriação e exploração dos frutos do trabalho do assalariado por terceiros. A concentração de terras por meio dos chamados cercamentos, por sua vez, é a origem dos grandes proprietários fundiários, logo transformados em arrendatários capitalistas, ou seja, agentes de exploração da produção realizada pelo que restou dos trabalhadores rurais. Em suma, este movimento intensivo de cercamentos e expropriações são determinante para o surgimento do capitalismo pois cria, na medida em que separa os homens dos seus meios de produção e de sobrevivência, a mão de obra necessária para produção capitalista industrial e o mercado consumidor para os mais variados bens (Marx, 2017).

As expropriações na Inglaterra se deram de diversas maneiras, uma delas sendo o cercamento das terras comuns (MARX, 2017). Entretanto, em outros países, e principalmente na Espanha, em Portugal e na Holanda, as Grandes Navegações e a invasão das Américas, juntamente com o extermínio e escravização de suas populações nativas, são os métodos pelos quais a acumulação primitiva se realizou, dando início ao

modo de produção capitalista na Europa continental. Existe, contudo, um impasse de interpretação do lugar ocupado pelo “Novo Mundo” que, como peça chave para a acumulação primitiva, fica submetido ao status de pré-capitalista (MARX, 2017).

Para o economista político Massimo De Angelis (2007) essa ‘leitura cronológica’ da acumulação primitiva é problemática porque reduz nossa capacidade de analisar os cercamentos como um processo contínuo dentro de uma lógica capitalista já estabelecida. Trata-se ainda de um problema político, pois mina as possibilidades de se pensar alternativas marxistas para o problema imposto pelo modo de produção capitalista (DE ANGELIS, 2007). Essas considerações são relevantes na medida em que tanto as novas ondas de cercamento quanto os movimentos contra sua expansão possuem grande repercussão em territórios e comunidades do Sul global e em outros contextos periféricos. Esse é um argumento defendido pela filósofa e ativista Silvia Federici (2008) para quem a reestruturação da economia global a partir da década de 1970 é primordialmente um processo de recolonização global.

Junto às considerações dos autores, algumas ponderações são importantes para uma reconstrução decolonial da narrativa da acumulação primitiva. Primeiro, na medida em que o próprio Marx (2017) explica as diferentes formas pelas quais o processo se desenrola nos países europeus, é necessário compreender os métodos, as motivações e os agentes por trás da acumulação em outros países do mundo. Como aponta o economista e historiador João Antônio de Paula (2002, p. 16) é preciso analisar a formação capitalista como processo histórico de longa trajetória que se desenvolve “em cada local, em cada época, a partir de um conjunto específico de condicionamentos”. Ademais, seguindo o argumento do economista Theotônio dos Santos (2018), é frutífero questionar a forma como as colônias são historicamente inseridas nas relações econômicas globais. Assim, as colonizações devem ser revisitadas pelo que são: peças constitucionais das nascentes relações capitalistas globalmente, já que “não se podia falar de uma economia feudal na região [brasileira], mas sim de modalidades de expansão do capitalismo comercial, e depois do capitalismo industrial” (DOS SANTOS, 2018).

O antropólogo Darcy Ribeiro (2014, p. 185) já dizia que “não é tarefa fácil definir o caráter atípico de nosso processo histórico, que não se enquadra nos esquemas conceituais elaborados para explicar outros contextos e outras sequências”. Embora haja semelhanças entre o regime feudal europeu e o regime colonial brasileiro dos engenhos de açúcar, por exemplo, há diferenças fundamentais nas relações de trabalho estabelecidas em cada um deles (RIBEIRO, 2014). Assim como se diferem, na consolidação

do modo capitalista de produção, as relações mercantis capitalistas implementadas na Europa e aquelas estabelecidas aqui. Foram também diversas as formas de mercado não capitalistas que conformaram o mercado interno brasileiro (PAULA, 2002).

A diferenciação entre uma leitura da colônia como pré-capitalista e outra como parte do capitalismo nascente em expansão permite analisar o processo de acumulação primitiva em suas interlocuções locais e globais, ultrapassando seus aspectos econômicos. Assim, pode-se perguntar, quais processos de acumulação precederam quais modos de produção capitalistas nas colônias? Dada a vasta extensão de terras disponíveis, qual o formato e o impacto das expropriações e dos cercamentos das terras coloniais? Sendo o próprio regime de escravidão um modo de despossessão (o mais violento deles) e se a questão de fundo para a expropriação de terras coloniais não é a criação de uma mão de obra assalariada, como a espoliação de bens e recursos coloniais reflete a lógica da acumulação primitiva? Há uma relação emaranhada entre a colonização, a acumulação primitiva e o desvanecimento da terra como comum que, se reconstruída historicamente, pode nos ajudar a compreender e avançar no debate sobre as atuais questões fundiárias no Brasil.

### *Propriedades anacrônicas*

De acordo com Schwarcz e Starling (2015), a armada de Pedro Álvares Cabral, saída de Portugal em março de 1500, desembarca em territórios brasileiros pouco mais de um mês depois. A história canônica do Brasil, centrada na visão e no protagonismo português, determina o dia 22 de Abril de 1500 como a data do seu ‘descobrimento’. Para Ribeiro (2014), a chegada dos colonizadores transformou, por direitos de conquista, toda terra encontrada em propriedade da Coroa, um ato de expropriação de proporções inimagináveis. Aliás, como fica claro com Schwarcz e Starling (2015), antes mesmo de ‘existir’ o Brasil colônia já fazia parte de um império ultramarino lusitano: assinado em 1494, o Tratado de Tordesilhas já dividia “terras descobertas e por descobrir” no novo continente entre Portugal e Espanha.

Essa espécie de anacronismo da propriedade de terras da América Portuguesa é uma característica marcante da nossa história, que perdura de formas diversas. É o que o antropólogo James Holston (1993) vai descrever como a sobreposição entre leis da letra e leis da prática. Se na lei da letra os portugueses já eram donos de tudo o que

1 Bispo (2015) já falava desse processo de nomeação homogeneizante dos povos — como índios ou negros — como formas de objetificar sujeitos e justificar sua dominação. Schwarcz e Starling (2015) igualmente reconhecem no processo de dar nomes às coisas uma vontade de posse sobre o que ia se ‘descobrir’. Assim, o grande monte avistado ainda em mar recebe o nome de monte Pascoal, as aves marítimas são chamadas de fura-buxos e a terra quando alcançada recebe o nome de Terra de Vera Cruz (uma menção à cruz das estrelas do Cruzeiro do Sul que também avistavam pela primeira vez)..

2 Os Baré são um grupo indígena de origem Aruak, que ocupavam um vasto território no período da invasão, e hoje vivem no alto do rio Negro, na fronteira com a Venezuela.

viriam a encontrar por aqui, na prática o primeiro movimento de apropriação se dá com a chegada de Cabral e sua comitiva. Mais especificamente, esse tornar-se dono se concretiza à medida que os colonos vão nomeando tudo aquilo que podiam avistar e conquistar, da terra à gente (BISPO, 2015; SCHWARCZ; STARLING, 2015).<sup>1</sup>

Sobre esse ‘encontro’, diferentes populações indígenas contam versões distintas, que são também influenciadas pelo tempo em que ocorrem. O Baré<sup>2</sup> Braz de Oliveira França (1999, s.p.), por exemplo, explica que “Ponaminari, o grande mensageiro de Tupana, tentou prevenir todos os povos que dominavam estas terras antes de 1500”, embora nenhuma das populações indígenas imaginasse que o homem branco que viram chegar pelo mar seria o inimigo do qual deviam se proteger. Já o chefe tupinambá Momboré-uaçu (1612, s.p.) dizia que “de início, os peró não faziam senão traficar sem pretender fixar residência”, dormiam com as mulheres indígenas ‘livremente’ e só depois resolveram construir cidades para ‘morarem juntos’. Ele conta do processo forçado de catequização e escravização e como os portugueses foram, aos poucos, escravizando toda a nação que pretendiam constituir ‘juntos’ ao início. O escritor indígena Luiz Gomez Lana (1992), por sua vez, relata que quando os brancos chegaram à sua região (no alto do Rio Negro) seus antepassados já sabiam de suas intenções bélicas, porque “Yeba-gõãmi havia dito para o ancestral deles [dos homens brancos] ganhar a sua vida pela violência”.

Os relatos indígenas e a diversidade das interações que a tradição oral nos permite compreender corroboram a ideia de que a despossessão das terras na colônia não acontece junto com um movimento real de cercamentos, por motivos que veremos a seguir. O contexto de desvanecimento da terra comum no Brasil é um evento singular. Além disso, a própria ideia de despossessão é complexificada quando confrontada por outras cosmologias, ou seja, diante das diferentes relações que os povos autóctones estabelecem com a terra e a natureza, relações essas que por princípio não envolvem a noção ocidental de posse. Quijano (2002) argumenta que o dualismo radical entre sujeito e objeto, que está na base da produção do conhecimento na colonialidade, é o que permite ao homem se separar das coisas em primeira instância. Esse dualismo serve como ferramenta de dominação na medida em que permite ao homem ocidental a permanente investigação e exploração da alteridade. Ele diz igualmente de um ofuscamento de formas distintas de se relacionar com as ‘coisas’ do mundo, divergentes da *apropriação*.

Os povos Ianomâmis, por exemplo, assim descrevem as relações entre o homem e a natureza:

Hutukara é uma terra, o branco chama de “mundo”, outros falam a palavra “universo”. É assim que o branco fala, branco fala que o mundo é redondo. Para nós, povo indígena aqui do Brasil, outros povos indígenas, cada um chama diferente: alguns chamam Hutukara, outros chamam Tupã, outros chamam diferente, mas é uma só. É uma Hutukara só. E nós estamos aqui sentados na barriga da nossa terra mãe. A Hutukara fica junto com a pedra, terra, com a areia, o rio, o mar, o sol, a chuva e o vento. A Hutukara é um corpo, um corpo que é unido, ela não pode ficar separada. (...) Nós, povo indígena do Brasil, não precisamos arrancar recurso natural. O recurso natural pode ficar junto com a Hutukara. As pedras preciosas podem ficar lá junto com a Hutukara. A areia, as pedras, a terra e o barro, eles são unidos para ela sempre ficar bonita, sempre ficar limpa (Gomes; Koppenawa, 2015, p. 146).

Ademais, a invasão portuguesa tem duas características que a distinguem da invasão espanhola, no outro lado da linha de Tordesilhas. A primeira é o tipo de relações estabelecidas para se fixar no território e a segunda concerne à dinamicidade dessas ocupações. Do lado português, o cunhadismo predomina como processo expressivo de ocupação, enquanto a investida espanhola assume um modelo mais segregacionista (RISÉRIO, 2013, RIBEIRO, 2014). Com um comércio bem estabelecido na rota das especiarias e sem encontrar, a princípio, a fartura de metais preciosos, como encontraram os espanhóis, Portugal não demonstra um interesse imediato nas terras recém ‘conquistadas’ (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Resulta dessas condições que as disputas territoriais e as expropriações de terra na América Portuguesa não se deram da forma intensiva como no restante da América Espanhola — pelo menos não no começo.

A motivação por trás de uma ocupação territorial mais sistemática por parte da Coroa Portuguesa, que só ocorre com a implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias quase meio século depois da invasão, estava muito mais relacionada à ameaça posta por corsários franceses, ingleses e holandeses do que por disputa direta com as populações autóctones (RIBEIRO, 2014; SCHWARCZ; STARLING, 2015). Como, nos primeiros anos, a principal atividade econômica era a exportação de Pau-Brasil, extraída com mão de obra indígena em práticas de escambo, a posse da terra em si tinha pouca

relevância (PAULA, 2002; RIBEIRO, 2014). Holston (1993) também afirma o pouco valor da terra no Brasil colonial, não só por sua abundância, mas igualmente pelo alto investimento de capital necessário para sua exploração lucrativa.

As motivações econômicas nem sempre logravam impor, na prática, a posse que a lei da letra garantia desde 1494. Assim, conquanto não expressasse seu valor para os negócios, a terra manteve-se, em grande medida, como um recurso comum. Mesmo com o estabelecimento das Capitânicas Hereditárias e o surgimento de uma economia agrícola açucareira estabelecida em grandes latifúndios monocultores, uma grande parte da terra colonial permaneceu, durante todo o século XVI, desconhecida e inexplorada pelos colonos e ocupada como sempre fora pelos povos autóctones. Isso porque o objetivo principal da colonização portuguesa era mais a produção para exportação do que a fixação da população no território (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A grande motivação para a acumulação e para os processos de despossessão na colônia, portanto, não estava na separação da população nativa de seus meios de subsistência, mas sim, na necessidade de uma posse estável para desenvolvimento de atividades econômicas. Do mesmo modo, a terra não foi o objeto principal da acumulação colonial que, por seu caráter exportador, se dedicou a princípio a expropriar somente aquilo que pudesse transportar através do Atlântico. As limitações da Coroa Portuguesa em termos de recursos e mão de obra disponível para garantir a efetiva aplicação da lei, fiscalização ou punições aos infratores, é um dos motivos desse descompasso entre a lei da letra e a lei da prática (HOLSTON, 1993). As motivações e limitações por trás do processo de despossessão de terras são importantes elementos que diferenciam o cercamento das terras no Brasil daquele que conhecemos pela história da acumulação primitiva e do desvanecimento da terra comum na Europa ocidental (LINEBAUGH, 2008).

### *De ocupantes legítimos a invasores*

A posse da terra não foi o interesse principal dos colonizadores, mas isso não quer dizer que ela permanece um recurso comum por muito tempo. Os cercamentos seguiam a demanda das ocupações agrícolas e, à medida que cresciam ou se transformavam as ambições econômicas da Coroa, as cercas se expandiam. Tais pretensões, que nada tinham de próprias dos portugueses, estavam condicionadas pelo mercado Europeu. A colônia produzia de acordo com as necessidades de um mercado internacional

muito mais do que para satisfação da metrópole (RIBEIRO, 2014). Essa relação com um mercado externo determinou sobremaneira a ascensão e a queda de cada atividade econômica desenvolvida no Brasil colonial, do pau-brasil ao açúcar, daí ao ouro, borracha, algodão e café. A exceção resta na atividade pecuária, a primeira a surgir pautada por uma demanda de mercado interno (RIBEIRO, 2014).

Cada uma dessas atividades extrativistas e agrícolas contribuíram para a configuração territorial da colônia, já que vinham delas as demandas por cercamentos de terras e desposseções de populações nativas (RIBEIRO, 2014). Ao mesmo tempo, elas auxiliaram no modelo de estruturação social brasileiro, que segundo Ribeiro (2014), nasce novo e velho ao mesmo tempo. Novo porque surge da mistura de três etnias, violenta e forçadamente mestiçadas, em meio ao escravismo e à servidão. Velho porém, porque se organiza já como um proletariado externo:

Quer dizer, como um implante ultramarino da expansão europeia que não existe para si mesmo, mas para gerar lucros exportáveis pelo exercício da função de provedor colonial de bens para o mercado mundial, através do desgaste da população que recruta no país ou importa. (Ribeiro, 2014, p.17)

Do mesmo modo, cada uma dessas atividades contribuiu para a perene e contínua destruição do comum, pois os cercamentos não resultam tão somente na perda de uma terra de uso compartilhado, mas na inviabilização das práticas que ali se estabeleciam, modos de fazer comum. Tais práticas e recursos se relacionavam, no início, à subsistência dos diferentes povos indígenas; depois, passaram a afetar igualmente comunidades locais que se estabeleceram por meio de outros circuitos econômicos menores, subsidiários das atividades exportadoras.

Segundo Ribeiro (2014), para os indígenas essa situação se agravava ainda mais porque, com o intuito único de produzir para gerar lucros e com grande 'sucesso' nas exportações, a colônia podia praticamente prescindir de qualquer empenho pela subsistência da sua população proletária e recorrer sempre à compra ou à captura de novos escravos. Contudo, não foi sem resistência que os colonos se fixaram aqui. Como explica o líder indígena Ailton Krenak (2020, p. 40) as populações originárias resistem há quinhentos anos expandindo sua própria subjetividade, recusando a redução de sua

diversidade e disputando, ainda hoje, os “últimos redutos onde a natureza é próspera (...), dando conta de si mesmas sem criar uma dependência excessiva do Estado”.

Os diferentes povos indígenas que se encontravam pelo continente americano possuíam formas próprias de articulação social e estruturas político-econômicas em escalas locais e regionais. Na várzea do Rio Amazonas, tribos de tamanhos distintos e ocupações descontínuas se estendiam ao longo das margens e desenvolviam atividades de pesca, produções agrícolas de milho e mandioca e, em alguns casos, também de cerâmica. Na região do Rio Xingu, grupos multiétnicos e multilinguísticos com culturas similares se instalavam, sedentários, e sobreviviam da horticultura de mandioca, da pesca e dos recursos naturais em abundância na região. Nos campos do cerrado — área sertaneja ao sul e ao leste da Floresta Amazônica — se instalavam os povos Macro-Jê, atualmente, reconhecidos como donos de uma economia complexa, com assentamentos que datavam de 800 d.C. e uma horticultura variada do milho à batata-doce. Por fim, no litoral, ocupado de norte a sul com tribos diversas do tronco Tupi-Guarani, grupos nômades viviam da pesca e da caça e desenvolviam técnicas de agricultura coivara, além de desfrutarem dos recursos fluviais e marítimos (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Em cada grupo, distintos modos de vida, saberes e recursos comuns foram ameaçados, destruídos e explorados. Explorados porque, em grande parte, são os próprios saberes indígenas que garantiram a subsistência dos colonos portugueses e da sociedade brasileira que foi se plasmando (RIBEIRO, 2014). A técnica coivara dos tupis-guaranis, que consistia na plantação intercalada de culturas em solo preparado com a derrubada da mata nativa e queima da vegetação, é um exemplo dessa apropriação de saberes (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Outro exemplo é o uso do pari (um tapume de estacas construído para barrar o fluxo dos peixes no rio) e das ervas e cipós que intoxicavam cardumes facilitando a pesca (RIBEIRO, 2008). Um terceiro exemplo é o uso de sinais de fumaça como meio de comunicação, um recurso adotado posteriormente pelos bandeirantes paulistas nas missões no sertão (RIBEIRO, 2008). Essas e outras práticas e costumes faziam parte de um saber-comum que os ameríndios desenvolviam a serviço da coletividade. Quando apropriados, eles não raro se desvinculavam do sentido coletivo, reestruturados em torno de relações ditadas pela lógica mercantilista e pela propriedade privada.

De um fazer-comum voltado para a vida em comunidade, alguns destes costumes se transformam em trabalho ou serviço forçado, enquanto outros foram simplesmente



desaparecendo.<sup>3</sup> Além disso, foram se extinguindo também os próprios laços comunitários que pautavam a sobrevivência material e simbólica dos povos indígenas, substituídos por outras relações sociais. Desse modo, observa-se a:

(...) substituição da solidariedade elementar fundada no parentesco, característica do mundo tribal igualitário, por outras formas de estruturação social, que bipartiu a sociedade em componentes rurais e urbanos e a estratificou em classes antagonicamente opostas umas às outras, ainda que interdependentes pela complementaridade de seus respectivos papéis (Ribeiro, 2014, p. 58).

De acordo com Ribeiro (2008), os recursos comuns não eram só fundamentais para a segurança alimentar, deles também se criavam instrumentos necessários à sobrevivência (moradias, ferramentas, medicamentos etc.) e, deles igualmente, dependiam os modos de vida que compunham os diversos paradigmas epistemológicos indígenas. A destruição desses comuns se colocava mesmo com uma tragédia para as populações autóctones e contribuía para o etnocídio em curso (RIBEIRO, 2008).

O percurso espaço-temporal desta tragédia se expressou pelo movimento de expansão territorial impulsionado por cada novo empreendimento econômico, regido pela lógica de um mercantilismo internacional. Esse expansionismo se deu por meio de um processo de interiorização, que os autores definem em linhas gerais como um desbravar dos sertões (RIBEIRO, 2014; SCHWARCZ; STARLING, 2015). A cada nova expedição, diferentes grupos indígenas eram forçados a migrar para o oeste. Aqueles que permaneciam no território tinham um dentre três destinos: a morte, a escravidão ou a catequese (RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, 2014).

No litoral, desde aproximadamente 1530, quando se inicia a ocupação monocultora, os latifúndios cercados e as áreas de pasto nas proximidades restringiram o acesso a recursos e modificaram as condições ecológicas do território, tornando impraticáveis a caça e a pesca, das quais dependiam os povos tupis-guaranis (RIBEIRO, 2014). A substituição dos roçados indígenas, com sua diversidade de plantios, pelos canaviais de açúcar marcou a transição da fartura para a fome de quem lavrava, porque deixavam de produzir para consumo próprio e passavam a “plantar mercadorias” (RIBEIRO, 2014). Até mesmo os grupos indígenas que conseguiam escapar, sofriam as consequências de uma migração forçada, a despeito do estilo de vida nômade que costumavam seguir (RIBEIRO, 2008).

3 Alguns deles se perdiam junto ao processo de desterritorialização das tribos; outros eram radicalmente transformados pelo contato direto dos grupos indígenas com os europeus; outros ainda, de cunho religioso, eram deixados de lado à medida que a conquista espiritual se impunha sobre os índios (Ribeiro, 2008).

No final do século XVII, com o declínio da economia açucareira e a descoberta de ouro, a dinâmica de ocupação das terras se intensificou e se alterou (RIBEIRO, 2008; SCHWARCZ; STARLING, 2015). A corrida do ouro, a partir de 1690, implicou na debandada de parte considerável da população litorânea. A ela, se somariam aqueles que mais tarde chegaram de Portugal (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Esse deslocamento maciço de gente intensificou a política indigenista no sertão (RIBEIRO, 2008).

A ocupação das terras no apogeu do ouro tem características distintas. Os grandes latifúndios das sesmarias canavieiras foram flexibilizados e, se antes as concessões tinham por lei o tamanho mínimo de três léguas quadradas (aproximadamente duzentos quilômetros quadrados), com a descoberta do ouro, a área mínima passa a ser de até meia légua quadrada (quase seis quilômetros quadrados) em capitanias onde houvesse “minas” (RIBEIRO, 2008). Essa mudança visava adequar a dinâmica fundiária à diversidade econômica que nessas áreas começava a se consolidar. Contudo, antes mesmo que a Coroa regulamentasse a questão da posse, na prática a ocupação já havia tomado seus próprios rumos. Além da rápida ocupação das áreas onde se encontravam ouro e pedras preciosas, a corrida levou à ocupação de boa parte do território no caminho:

No trânsito em direção às lavras de ouro, muita gente foi se desgarrando pelo sertão e aí se fixando: criminosos perseguidos pela Justiça, devedores insolventes, filhos de pequenos agricultores cujas terras não podiam ser divididas indefinidamente, e homens pobres que nem terras possuíam. Interrompiam a viagem, apossavam-se de lugares ermos e avançavam no devassamento do interior das Minas, contagiados pelas múltiplas possibilidades com que lhes acenava a jornada: índios destinados à escravidão, lagoas douradas, montanhas resplandcentes de ouro e pedras preciosas, a lonjura da Lei — o sertão era o refúgio perfeito para quem quisesse escapar da miséria, conseguir terras, driblar a prisão ou ocultar crime de sedição (Schwarcz; Starling, 2015, p.116).

Nessas novas condições, o sertão se adensava. A exceção eram as terras de atividade pecuária, que desde o início da exportação açucareira contribuíram para a ocupação sertanista por meio de grandes latifúndios (RIBEIRO, 2014). Ainda assim, a região das Minas foi a de maior disputa territorial na colônia:

De um lado, os paulistas, que haviam feito a descoberta e reivindicavam o privilégio de sua exploração. De outro lado, os baianos, que, havendo chegado antes à região com seus rebanhos de gado tinham tido o cuidado de registrar suas propriedades territoriais (Ribeiro, 2014, p. 114).

A descoberta do ouro muda também a postura da Coroa, que quer evitar que a grande riqueza encontrada se desviasse dos cofres metropolitanos. O interesse crescente no controle fortalece o argumento colonial de “domar o gentio para se domar a terra” (RIBEIRO, 2008, p. 92) e nas cartas de pedidos de sesmarias, assim como se dava nas comunicações dos oficiais da Coroa desde a invasão, era comum a construção discursiva do índio como um impedimento à ocupação proveitosa do território. De ocupantes legítimos, os nativos passaram a ser vistos como invasores (RIBEIRO, 2008). Nesse contexto, compreende-se como se construía um discurso colonial que, “inventando realidades” (MIGNOLO, 1993), justificava a despossessão do índio e a política indigenista.

O período do ouro tem curta duração, mas gera efeitos importantes para o território colonial. A interiorização da ocupação pelos colonos, as mudanças nos tamanhos das ocupações, o grande movimento migratório e imigratório e, principalmente, o acúmulo de recursos e riquezas resultam na articulação de núcleos urbanos brasileiros antes dispersos e criam uma rede de trocas comerciais. Nesse processo também a população local se transformava, tornando-se cada vez mais mestiçada e urbana (RIBEIRO, 2014). Com o declínio das atividades de exportação, entretanto (açucareira e aurífera), os trabalhadores se dispersaram, reorganizando-se em novas relações mercantis não capitalistas, voltadas para a subsistência:

Com o esgotamento das jazidas de ouro, veio a diáspora. Aquela civilizadíssima população de negros, mulatos e mestiços se dispersou pelas sesmarias de Minas, implantando ali modos de viver, de comer, de vestir, de calar, de entristecer-se e até de se suicidar que são únicos no Brasil. É a mineiridade (RIBEIRO, 2014, p.117).

O povo formado no decorrer destes três séculos de colonização passa a ser incorporado em uma unidade étnica e econômica: o brasileiro, que não é indígena, não é

africano e não é português, e se vale de novas práticas pautadas em novas relações de solidariedade e de compadrio (RIBEIRO, 2014), conformando novos modos de viver em comum.

### *As desposseções e os despossuídos*

A estrutura fundiária do Brasil se manteve praticamente inalterável desde a invasão já que a independência proclamada em 1822 não significou nenhuma ‘descolonização’ que transformasse “a dependência externa, a escravidão, a desarticulação das economias regionais, as quais, no essencial, tampouco não experimentaram mudanças estruturais” (PAULA, 2002) assim como não se alteraram os grupos de interesse no poder. Este é o cenário que embasa vários debates: da crítica à dependência econômica (DOS SANTOS, 2018); da colonialidade de poder vigente em nossa classe política (QUIJANO, 2005); e da própria lógica elitista por trás da soberania cultural da colonialidade (MIGNOLO, 2010).

No início desse artigo apresento a situação da propriedade no Brasil como uma relação entre a lei da letra e a lei da prática (HOLSTON, 1993). Se, por um lado, a distância entre o instituído e o praticado em relação à posse da terra implicou — no início da colonização — em um processo despossessório anacrônico, por outro lado, essa mesma distância implica — no decorrer da ocupação colonial — na constituição de uma relação direta entre usurpação e legalização como forma de acesso a terra. Essa é a estratégia adotada tanto pelas elites fundiárias no regime colonial quanto pelos processos diversos de ocupação que hoje marcam o cenário urbano brasileiro (HOLSTON, 1993).<sup>4</sup> É perene o descompasso entre declarar-se dono e tornar-se dono de terras no Brasil. O que a história nos mostra, entretanto, é que essa distância sempre foi mais facilmente vencida — ou burlada — pela elite.

A política de terras da América Portuguesa se baseava em um regime documental confuso, com um excesso de legislações, normas e regulações que não raro se contradiziam. Várias delas serviam para lidar com irregularidades decorrentes da própria falta de controle metropolitano sobre as terras da colônia (RIBEIRO, 2014; HOLSTON, 1993). O resultado de todas essas alterações é um arcabouço jurídico confuso e extremamente complexo que perpetua, desde os tempos coloniais, um verdadeiro caos legal da questão fundiária do país. Esse excesso de leis — que as elites locais souberam explorar muito bem — serviu não só como instrumento de legitimação para práticas ilegais de

4 Nesse caso, também seria importante diferenciar processos de grilagem e invasões motivados pelo acúmulo de posses de um lado e as ocupações urbanas e rurais que tem por fim garantir o acesso à direitos básicos como moradia e alimentação adequada.

interesse das autoridades locais, como foi também uma forma eficaz de apropriação ilegítima do patrimônio real (HOLSTON, 1993). Nesse contexto, asseveraram-se as desigualdades de acesso a terra porque os únicos capazes de garantir a legalização de suas posses eram aqueles que possuíam um determinado capital econômico, político ou intelectual para tanto, ou seja, a própria elite. Desse modo, perduraram os processos de acumulação e despossessão que impediam às camadas mais pobres da população o acesso à pequena propriedade, agravando a desigualdade social que a hegemonia dos grandes latifúndios instituiu no Brasil desde os primeiros empreendimentos coloniais (HOLSTON, 1993). Esse monopólio fundiário conformou o poder oligárquico no país e estabeleceu as bases para o coronelismo que viria a marcar a política e a cultura brasileira (PAULA, 2002).

O sistema de Capitânicas Hereditárias e o regime de sesmarias, implementados pela Coroa Portuguesa em 1532, tinham por objetivo a distribuição de terras a grão senhores capazes de assumir duas tarefas: explorar economicamente as terras que por lei faziam parte do patrimônio pessoal do rei e cristianizar hereges (HOLSTON, 1993). A Coroa dividiu o território da América Portuguesa em catorze capitânicas distribuídas entre doze donatários (SCHWARCZ; STARLING, 2015) que, por meio de uma legislação imperial específica, tinham autorização para governar sua gleba de forma relativamente autônoma, com poder político para criar vilas, conceder sesmarias, autorizar serviços comerciais e explorar a terra diretamente ou por meio de terceiros (RIBEIRO, 2014). Neste regime, a terra continuava como propriedade pública da Coroa Portuguesa, embora a posse do donatário pudesse ser, como o próprio nome indica, mantida por laços hereditários. A única condição imposta pela metrópole era a obrigatoriedade de ocupar e explorar economicamente o território colonial, estando sujeitas à devolução as sesmarias que não fossem cultivadas (HOLSTON, 1993).

Contudo, a dificuldade de atrair interessados fez a Coroa oferecer generosos incentivos e, muitas vezes, até a concessão de sesmarias para futuros investimentos, uma contradição às suas próprias condicionantes na medida em que permitia, como nota Holston (1993), que a terra fosse possuída legitimamente sem que fosse cultivada ou ocupada de fato. De acordo com o autor, durante o período colonial, terras invadidas — ocupadas sem a concessão prévia de uma sesmaria — possuíam certa ambiguidade jurídica. Embora fossem ilegais, essas ocupações eram consideradas legítimas conquanto fossem cultivadas e apresentassem uma produção regular, de forma que

seus ‘invasores’ contavam com alguns direitos consuetudinários. Desde o início, as ocupações eram práticas comuns dos colonos que não possuíam os recursos necessários para pleitear uma sesmaria, mas que sobreviviam por meio da produção de subsistência em terras públicas:

Dadas as dimensões continentais do país e as vastas faixas de terra não cultivadas e em disputa no interior das áreas reservadas às plantações, as invasões eram uma alternativa sempre presente, tolerada, e até ignorada — a não ser quando alguém conseguia uma concessão que incluía a terra invadida. As posses, assim, tornavam possível a condição de colonos livres àqueles que não podiam participar da economia comercial, e ainda serviam de trunfo para os imigrantes mais pobres — os habitantes das fronteiras, os meeiros e os pequenos agricultores — contra o regime dos latifundiários (HOLSTON, 1993, p. 14).

A flexibilização da obrigatoriedade de ocupação produtiva para a concessão de sesmarias é uma das várias evidências de como a política de terras da Coroa reforçou privilégios de grandes proprietários e contribuiu para a despossessão das camadas mais pobres. Nesse caso, a permissão contrapõe dois tipos de ocupações com noções de legitimidade e legalidade distintas: de um lado, os pequenos proprietários que ocupavam terras ‘ilegalmente’, mas de forma produtiva, com plantações voltadas para garantia da subsistência; do outro lado, a ocupação não produtiva, porém legalizada, de grandes territórios nas mãos da elite colonial.

Outro exemplo de como as leis acabavam privilegiando grandes proprietários e acentuando as desigualdades sociais está na política de aforamentos, estabelecida a partir de 1695.<sup>5</sup> Por meio dela, a Coroa permitia a legalização de terras ocupadas ilegalmente, garantindo direitos aos ‘invasores’ mediante registro e pagamento de impostos e taxas (dentre eles o foro). Poucos, além das próprias elites fundiárias, entretanto, eram capazes de arcar com essas despesas (HOLSTON, 1993). Nesse caso, os invasores mais modestos, para quem as mesmas eram inalcançáveis, acabavam expulsos de terras aforadas por grandes proprietários ou, no mínimo, se viam categoricamente na ilegalidade (HOLSTON, 1993). Mais uma vez, as leis se tornavam uma forma estratégica de concentração latifundiária, com repercussões na insegurança da posse na medida em que encorajavam os grandes proprietários a invadirem mais terrenos públicos.

O período entre a Independência, em 1822, e a promulgação da Lei de Terras, em 1850, também não foi diferente. Neste intervalo, conhecido como “Império de posses”,

5 Os aforamentos conferiam aos beneficiados pleno gozo do imóvel, tornando-o alienável e transmissível aos herdeiros, por meio de um processo simplificado em relação às concessões reais (Holston, 1993).

as elites expandiram seu monopólio por meio do roubo de terras devolutas e pela expulsão violenta de outros posseiros.<sup>6</sup> Quando a Lei de Terras permitiu a regularização da propriedade e a legitimação de posses — ocorridas principalmente entre 1822 e 1850 —, consolidaram-se de vez os privilégios da oligarquia rural dominante (HOLSTON, 1993).

O que se conclui com todo o emaranhado legal criado no decorrer de trezentos anos de colonização é que ao final “a elite tinha aprendido a complicar [ainda mais] o sistema jurídico e disso tirar vantagens” (HOLSTON, 1993, p. 12). A Lei de Terras de 1850, por exemplo, visava responder às demandas de controle sob o território nacional do ‘novo’ Estado brasileiro, frente ao ‘caos’ fundiário que se herdava do período colonial. Com ela a terra era de fato transformada em mercadoria e, a partir de então, a aquisição de terras públicas se daria exclusivamente pela compra. Esse processo atendia mais uma vez aos interesses oligárquicos, em busca de outros investimentos para o capital antes aplicado no mercado de escravos (PAULA, 2002). A lei também garantiu que a situação fundiária fosse regulamentada antes da abolição, de forma a restringir seu acesso aos negros libertos. Ainda assim, o Estado nunca conseguiu de fato distinguir as terras públicas e as privadas e, desse modo, as táticas de ocupação seguiram praticadas por todos enquanto as possibilidades de legalização só serviam aos invasores da elite e grileiros (HOLSTON, 1993).

Aliás, sobre a relação entre os negros libertos ou os escravos fugidos com a terra, sabe-se comparativamente pouco. De acordo com o historiador e pesquisador brasileiro Flávio Gomes (2018), existem hoje quase cinco mil comunidades quilombolas no Brasil, com povoados que variam entre duas e trinta mil famílias. Elas se espalham por todas as regiões do país, e os primeiros registros sobre quilombos na colônia portuguesa datam de 1575. As comunidades dos quilombos tiveram, portanto, um papel importante na formação do povo brasileiro, e a ausência de estudos a respeito é reveladora de um tipo de colonialidade acadêmica, que pesquisadores e militantes negros chamam de racismo epistêmico. Essa tendência que apaga, diminui ou desconsidera a importância de uma epistemologia africana para a história brasileira (e igualmente para a história mundial) é mais um exemplo de como a colonialidade se perpetua nas estruturas internas de poder.

Assim como outras comunidades tradicionais brasileiras, os quilombos e mocambos se estruturavam nos interstícios dos grandes empreendimentos econômicos, em

6 Terras devolutas são terras públicas que a Coroa doou durante o regime de sesmarias, mas que não sendo ocupadas ou apropriadas deviam ser devolvidas ao governo. A partir da Lei de Terras passaram a ser consideradas novamente de domínio público (Estado) exceto nos casos onde a posse era regularizada.

“terras de fronteiras econômicas abertas”, nos termos de Gomes (2018, p. 390). Ao contrário de outras comunidades brasileiras que foram se formando, entretanto, sendo escravos fugidos em sua maioria, os quilombolas sempre dependeram de um sistema de defesa complexo, que incluía a ocupação estratégica de regiões de difícil acesso e também a articulação com escravos urbanos, escravos do engenho, negros alforriados e igualmente com outras populações da chamada “economia pobre”, de Ribeiro (2014).

O trabalho de Gomes (2018) traz relatos importantes sobre o histórico de ocupação e as atividades econômicas desenvolvidas nos quilombos, mas é Bispo (2015; 2018) quem vai descrever de maneira mais contundente a relação entre quilombolas e o comum, e tratar especificamente das condições de comunidades “contracolonizadoras” nos dias de hoje. Reunindo relatos históricos dos quilombos de Palmares (?-1695), Canudos (1874-1897), Caldeirões (1889-1937), e Pau de Colher (1930-1940), Bispo (2015) reforça como as terras nessas comunidades sempre foram (e ainda são) um recurso de uso comum, e a produção proveniente dos roçados ou de outras atividades extrativistas distribuída por todos conforme a necessidade de cada família.

### *Modernidade e modernização*

De acordo com os pesquisadores José Alcântara Filho e Rosa Fontes (2009), no período entre a proclamação da República (1889) e o início da década de 1960, a questão da legitimação da posse de terras ficou em segundo plano. Nesse período, a sociedade brasileira passou por grandes transformações, resultantes do crescimento populacional somado à política de incentivo à imigração. Além da nova configuração social, construía-se também uma nova dinâmica econômica, com crescente processo de substituição de importações que deu às cidades e às indústrias nacionais uma renovada importância (SCHWARCZ; STARLING, 2015). É só nesse momento, dadas às condições de concentração das propriedades no campo e um crescente processo de industrialização nas cidades, que vemos uma ação de despossessão do campo nos moldes a que se referia Marx (2017) para a Inglaterra do século XIV. Neste caso, é principalmente a modernização das técnicas agrárias e os processos de especulação fundiária baseados no sistema de grilagem (SCHWARCZ; STARLING, 2015) que expulsaram grandes camadas de população rural e criaram a mão de obra excedente necessária para o mercado industrial urbano:



No século XVI são os carneiros ingleses que expulsam a população do campo. No Brasil, vários processos já referidos, sobretudo o monopólio da terra e a monocultura, promovem a expulsão da população do campo. (RIBEIRO, 2014, p.149)

O processo de expulsão do camponês intensifica as reivindicações da população rural por terra e por direitos básicos. No final da década de 1950, a reforma agrária se torna uma pauta unificadora para os trabalhadores rurais (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Na década de 1960, em resposta a este e outros crescentes movimentos populares, o então presidente João Goulart tenta pela primeira vez realizar reformas para desconcentração de terras no país. A proposta da reforma agrária, negociada no seu governo, estava no centro das discussões políticas que antecederam o golpe militar (ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009; SCHWARCZ; STARLING, 2015). De um lado, os trabalhadores rurais organizados em Ligas Camponesas reivindicavam a desapropriação de latifúndios improdutivos com indenizações por meio de títulos da dívida pública. O governo, disposto a discutir a reforma, queria que a desapropriação ocorresse com indenização à vista e em dinheiro. Do outro lado, os proprietários de terras, a velha classe “apegada a um projeto de dominação arcaico” (PAULA, 2002), se opunham a qualquer negociação.

O resultado desse impasse se concretiza em 1964 quando os militares, com apoio das elites oligárquicas, tomam o poder e João Goulart é deposto antes de conseguir aprovar sua reforma. Ainda assim, a Lei nº 4504 de 1964 (Estatuto da Terra), é instituída durante o regime militar pelo presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. De acordo com Alcântara Filho e Fontes (2009), o Estatuto tem um caráter inovador na medida em que introduz conceitos novos para lidar com a questão agrária. Contudo, ele é também o instrumento capaz de legalizar o processo de modernização do campo. As duas demandas — regularização fundiária e modernização — seguiam representando interesses de grupos antagônicos. Assim, embora a questão distributiva da terra estivesse presente no Estatuto, a demanda econômica pela modernização a ela se sobrepunha:

Essa dicotomia entre o social e o econômico, favoreceu as grandes propriedades, pois nestas haviam-se maiores facilidades de modernização do campo e acesso ao crédito. Por outro lado, no aspecto da reforma agrária, pouco se fez (ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009)

Nem mesmo a Constituição de 1988, com todos os seus avanços, conseguiu transformar o monopólio de terras da elite brasileira. Sob aspectos legais e políticos, as poucas ações focadas na redistribuição de terras, realizadas a partir da década de 1990, não trouxeram transformações consideráveis. Por outro lado, a expansão do agronegócio e a reabertura econômica do país contribuíram ainda mais para a concentração latifundiária e para a redução de pequenos empreendimentos rurais (ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009). Do mesmo modo, o Estatuto da Cidade (2001), embora tenha avançado na questão urbana, não apresentou propostas ou instrumentos específicos para a área rural.

O histórico da legislação de terras no Brasil corrobora o argumento de Holston (1993) de que a elite brasileira se utiliza das leis para manter seus privilégios, seja por meio de um emaranhado burocrático de difícil acesso, seja por meio de manobras políticas. Experiências com instrumentos de legislações recentes como as Operações Urbanas Consorciadas e a Transferência do Direito de Construir, presentes no Estatuto da Cidade, são exemplos de como as classes dominantes seguem manipulando a institucionalidade de forma a garantir seus interesses, a despeito do caráter coletivo de algumas dessas propostas. Até legislações bem recentes, como a Lei de Regularização Fundiária (2018), têm instrumentos controversos que podem significar, na prática, mais concentração fundiária e a perpetuação dos processos de grilagem (CÓRREA, 2018), que, por sua vez, implicam no agravamento das desposseição e o desvanecimento da terra como comum.

### *Outras Permanências: Para onde olhar agora?*

Mais recentemente, o alcance internacional das estratégias de grilagens (*global land grabbing*) tornou a disputa de terras públicas e comuns uma nova questão carregada de relações de colonialidade. De acordo com a pesquisadora Luiza Dulci (2017), o mercado de terras que cresce mundialmente cerca de quatro milhões de hectares a cada ano teve, em 2008, um aumento exponencial, passando de 56 milhões de hectares comercializados. No Brasil, casos como a aquisição de terras griladas por um fundo de investimento americano, que reunia a poupança de aposentadoria de trabalhadores suecos, americanos e canadenses, são emblemáticos (DULCI, 2017). Federici (2008)

argumenta que esse processo faz parte de uma ampla reestruturação da economia global, que começa a partir da década de 1970, baseada em novas estratégias de acumulação primitiva em escala mundial. Essa expansão neoliberal tem como principais elementos a ampliação do contingente de mão de obra por meio de novos cercamentos; a desterritorialização das ações do capital que permitem a acumulação sem restrição geográfica; a privatização de recursos naturais dos quais dependem milhares de comunidades tradicionais; e o desmantelamento das políticas de bem-estar social — nos países que chegaram a implementá-las (FEDERICI, 2008). Ela acentua uma recolonização global, que se dá por meio de outras duas estratégias além das ‘grilagens globais’: programas de austeridade das organizações internacionais e novas técnicas de guerras (FEDERICI, 2008).

Roubos e violência: as características que marcaram a acumulação primitiva continuam presentes nas relações de colonialidade do capitalismo contemporâneo. Dentre elas estão a despossessão de populações do campo, de comunidades tradicionais e de povos indígenas; os cercamentos de terras e de recursos comuns de subsistência; a supressão de formas alternativas de produção e a substituição da agropecuária familiar pelo agronegócio latifundiário (FEDERICI, 2008). Em todos esses casos, é possível notar a permanência de uma colonialidade do poder econômico, político e cultural (MIGNOLO, 2010) e identificar, nessas novas ondas de espoliação e cercamentos, a combinação entre motivações internas — representadas pelo poder do Estado — e pressões externas — identificadas principalmente nas políticas de agências internacionais (HARVEY, 2004). É nesse contexto, a luta pelo comum em escala transnacional se torna ainda mais relevante e, junto a ela, igualmente, a defesa do comum através de reconstruções — discursivas, históricas e políticas — decoloniais.


## Referências

- ALCÂNTARA FILHO, J.; FONTES, R. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. Em: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. Vol.4 n 7. julho-dezembro 2009. pp.63-85.
- BISPO, A. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: 2015, 150p.
- BISPO, A. *Somos da terra*. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n.12, 2018, pp. 44-51.
- CORRÊA, T. *O golpe e a produção do espaço*. 2018. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.
- DE ANGELIS, M. *The beginning of History: Value Struggles and Global Capital*. London, Pluto Press. 2007
- DOS SANTOS, T. *Teoria da dependência – balanço e perspectivas*. Reedição Ampliada. Florianópolis: Editora Insular. 2018. 232p.
- DULCI, L. *O que professores universitários aposentados de Nova York têm a ver com a expropriação de pequenos agricultores no nordeste brasileiro?* 2017. Disponível em: <http://indebate.indisciplinar.com/2017/08/21/o-que-professores-universitarios-aposentados-de-nova-york-tem-a-ver-com-a-expropriacao-de-terras-de-pequenos-agricultores-no-nordeste-brasileiro/> .Acesso em: 21 nov. 2019.
- FEDERICI, S. *The reproduction of Labor Power in the Global Economy and the Unfinished Feminist Revolution (2008)* In: FEDERICI, S. *Revolution at point zero: Housework, Reproduction and Feminist Struggle*. Oakland (CA): PM Press, 2012.
- GOMES, A. M.; KOPENAWA, D. *O Cosmo Segundo os Yanomami: Hutukaraand Urihi*. Revista UFMG, pp. 142-159, 2015.
- GOMES, F. *Quilombos — Remanescentes de Quilombos*. In: SCHWARCZ, L. GOMES, F. (org.). *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- GROSGOUEL, R. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. Tradução de Inês Martins Ferreira. Em: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no 80. Coimbra, 2008. p.115-147.
- HARVEY, D. *A acumulação via espoliação*. In: HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, pp.115-148.
- HOLSTON, J. *Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 8, n. 21, p. 68-89, 1993
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 102p.
- MARX, K. *A assim chamada acumulação primitiva*. Em: MARX, K. *O capital: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013 (1867).
- MIGNOLO, W. *Colonial and Postcolonial Discourse: Cultural Critique or Academic Colonialism?* In: *Latin America Research Review*. Vol. 28, no. 3. 1993. p.120-134. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2503613> Acesso em 23 de Outubro de 2017

- MIGNOLO, W. *Desobediencia epistémica: retorica de la modernidad, logica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo, 2010, 126p.
- MIGNOLO, W. *The communal and the decolonial*. Em: *Turbulence*, Berlim: 2018
- MIGNOLO, W. *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Durham & London: Duke University Press, 2011. p.01-24.
- NOVAES, A. *A Terra Brasilis como Terra Incógnita*. Em: *Revista Carbono [online]* 2012. Disponível em: <http://revistacarbono.com/artigos/01a-terra-brasilis-como-terra-incognita/> Acesso em: 10 de dezembro 2019.
- PAULA, J.A. *O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história*. Em: *História econômica & história de empresas*, v.1, 2002, pp.7-39.
- QUIJANO, A. *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*. Em: *Perú Indígena* 13(29). Lima, 1992. p.11-20
- QUIJANO, A. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. *Novos Rumos*, n. 37, 2002, pp. 04-28.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro. A formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2014. 368p.
- RISÉRIO, A. *A cidade no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013, 368p.
- RIBEIRO, N. *Os Povos Indígenas e os Sertões das Minas do Ouro no Século XVIII. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2008. 405p.
- SCHWARCZ, L.; STARLING, H. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Editora Companhia das Letras. 2015.
- MOMBORÉ-UAÇU. *Digo apenas simplesmente o que vi com meus olhos*. 1612. *Povos indígenas no Brasil*. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/%22Digo\\_apenas\\_simplesmente\\_o\\_que\\_vi\\_com\\_meus\\_olhos%22](https://pib.socioambiental.org/pt/%22Digo_apenas_simplesmente_o_que_vi_com_meus_olhos%22) . Acesso em: 19 abril 2022.
- FRANÇA, B. O. *Nós não éramos índios*. 1999. *Povos indígenas no Brasil*. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/%22Nós\\_não\\_éramos\\_%C3%ADndios%22](https://pib.socioambiental.org/pt/%22Nós_não_éramos_%C3%ADndios%22) . Acesso em: 19 abril 2022.
- LANA, L. G. *Nosso saber não está nos livros!* 1992. *Povos indígenas no Brasil*. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/%22Nosso\\_saber\\_não\\_está\\_nos\\_livros!%22](https://pib.socioambiental.org/pt/%22Nosso_saber_não_está_nos_livros!%22) . Acesso em: 19 abril 2022.

**CRUZ, MARIANA DE MOURA.**

ACUMULAÇÕES, DESPOSSISSÕES E A TERRA COMO COMUM: RECONSTRUÇÕES DECOLONIAIS PARA A TERRA BRASILEIRA.









# A ARQUITETURA E A PREMENTE (RE) CONSTRUÇÃO DO SEU ETHOS TÉCNICO-PROFISSIONAL

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.39470>

CAROLINA ROSA\*

**RESUMO** Este artigo discute a situação da Arquitetura enquanto campo de conhecimento e suas relações com a Construção. A hipótese é de que uma prática disciplinar da Arquitetura, que se reconhece como algo distinto da Construção, tem sido responsável pelo seu esvaziamento. O tema é discutido à luz da questão da técnica no pensamento de Martin Heidegger, para quem técnica e conhecimento estão intrinsecamente relacionados. Tomando o projetar como um processo de produção do conhecimento, conhecimento sempre novo e materializado na construção de novas realidades, discute-se o processo de transição entre ideia (conhecimento) e objeto (matéria), sugerindo-se uma compreensão da técnica como uma espécie de linguagem. Sugere-se, também, que uma prática disciplinar da arquitetura, mediada pelo conhecimento hierarquizado, menospreza as técnicas e os saberes práticos, alienando-se, assim, de sua própria linguagem. Conclui-se que uma prática transdisciplinar e inovadora da arquitetura poderia partir de sua renovação epistemológica fundamentada na re-construção do seu ethos.

**PALAVRAS-CHAVE** Arquitetura. Construção. Epistemologia. Técnica. Processo de Projeto.

## Architecture and the imperative reconstruction of its technical ethos

**ABSTRACT** This article discusses the situation of Architecture as a field of knowledge and its relations with Construction. The hypothesis is that a disciplinary practice of Architecture, which recognizes itself as something distinct from Construction, has been responsible for its emptying. The theme is discussed in the light of the question of technique in Martin Heidegger's thought, for whom technique and knowledge are intrinsically related. Seeing design as a process of knowledge production, a kind of knowledge that is always new and materialized in the construction of new realities, the transition between idea (knowledge) and object (matter) is discussed, suggesting an understanding of technique as a kind of language. It is suggested that a disciplinary practice of Architecture, mediated by hierarchical knowledge, belittles techniques and practical knowledge, thus alienating itself from its own language. It is concluded that a transdisciplinary and innovative practice of Architecture could start from its epistemological renovation based on the re-construction of its ethos.

**KEYWORDS** Architecture. Construction. Epistemology. Technique. Design Process.

\* Doutoranda em Arquitetura pela FAU-USP.





## Arquitetura ou construção? Arquitetura, Engenharia e Construção

Essa relatividade da qualificação da arquitetura como arte em nada prejudica a caracterização da arquitetura propriamente dita. Qualificar ou não um edifício como obra de arte tem a ver com a análise estética do mesmo, com a hierarquia que o mesmo poderá ocupar num relato crítico ou histórico, mas não mudará o [seu] caráter instrumental ou cultural (...). O objeto da arquitetura, o tema do qual ela se ocupa, não se altera se a definirmos ou não como arte; o que poderá ficar alterado é o modo de avaliar esse objeto, e de hierarquizar seus aspectos (SILVA, 1994, p. 157).

Em tempos recentes, surgiu na terminologia de mercado uma nova designação para o tradicional setor da Construção Civil, que passou a ser comumente chamado, nos âmbitos nacional e internacional, de Setor AEC: Arquitetura, Engenharia e Construção. Muito embora essa novidade sugira apenas o usual recurso à disciplinaridade, uma análise mais cuidadosa pode revelar que ela guarda em si uma contradição maior do que simples fragmentação do conhecimento profissional. É possível notar, pelos três termos adotados, dois níveis de distinção: um primeiro, entre a Arquitetura e a Engenharia; e um segundo, entre a Arquitetura/Engenharia e a Construção. Entretanto, a rigor, não haveria sentido em distinguir Arquitetura, Engenharia e Construção quando se assume a concepção de Arquitetura mais comumente aceita na contemporaneidade: a de que ela consiste na “manifestação cultural, materializada na modificação intencional do ambiente, com propósito de adequá-lo ao uso humano, através da produção de formas concretas habitáveis” (SILVA, 1994, p. 100) e que, portanto, a totalidade do ambiente construído pela ação humana pode ser caracterizada como arquitetura.

Tomando para análise a primeira distinção, aquela entre Arquitetura e Engenharia, ainda que a prática social já tenha consolidado o entendimento de que se tratam de campos distintos – tendo inclusive se instalado em dois territórios de conhecimento diferentes: as ciências exatas e as ciências sociais aplicadas –, é válido questionar se há, de fato, uma diferença substancial entre seus produtos. O ambiente construído, quando compreendido como *manifestação cultural*, é composto por uma coleção de objetos edificados, todos eles dotados de “uma organização instrumental, uma configuração

construtiva e um conteúdo estético” (SILVA, 1994, p. 100), sejam eles edifícios, pontes, conjuntos habitacionais ou mesmo as habitações precárias da periferia de nossas cidades. Todavia o entendimento de que a arquitetura pode ser diferenciada das *meras construções* por se tratar de um produto *esteticamente diferenciado* ou daquilo que costuma ser hoje entendido como *arte*<sup>1</sup> não parece estar superado, até mesmo dentro do próprio campo. Aquilo que o senso comum entende como arquitetura – e trataremos aqui como arquitetura erudita – são produtos concebidos pela mediação de um aparato cognitivo especializado, que é um dado da aquisição cultural característica de arquitetos qualificados formalmente em instituições competentes.

Se a rigor não existe diferença *ontológica* entre os produtos da arquitetura e da engenharia, uma vez que são todos construtos, é plausível, entretanto, que essa diferença possa ser compreendida em termos *epistêmicos*: dois domínios cognitivos distintos empregados para a produção desses objetos construídos – ainda que pare alguma incerteza sobre a posição exata dessa suposta fronteira imaginária.

Elvan Silva (1994) propõe que uma *concepção erudita* da arquitetura diferir-se-ia dos demais processos cognitivos produtores de objetos construídos por funcionar como uma espécie de teorema, no qual o arquiteto trabalha com dois tipos de programas. Um primeiro relativo à resolução das questões práticas de determinado problema-projeto; e um segundo relativo aos atributos significativos que o arquiteto tenta, individualmente, imprimir à sua produção. Tal compreensão vai ao encontro do que propõe Umberto Eco (1976) acerca do que sejam “funções primeiras e funções segundas” dos objetos de uso em geral, sendo as funções segundas aquelas relacionadas à articulação de significantes e significados ou, ainda, o que Lawson (2011) classifica como restrições simbólicas de um dado problema-projeto. A teoria crítica da arquitetura parece ter se ocupado suficientemente do tema, questionando o êxito da exploração projetual de um tal segundo programa<sup>2</sup>. Há aqui, entretanto, dois aspectos que não podem ser negligenciados.

Em primeiro lugar, independentemente da efetividade da exploração de um tal segundo programa para a transmissão ou comunicação de atributos expressivos simbólicos – parece já estar pacificado que esses sejam interpretáveis sob muitos pontos de vista e que, portanto, a *articulação de significantes não garante o fluxo de significados* (ECO, 1976) – não é possível negar que qualquer arquitetura, em sua condição de manifestação cultural, mesmo a *mera construção* não concebida pelo emprego do conhecimento especializado do arquiteto, integra um sistema de significações mais amplo

1 “Uma coisa pode ser bela para um observador, e feia para outro, mas nunca perderá sua condição substantiva, de ser coisa. Uma arquitetura feia é arquitetura, mesmo sendo feia. Nenhum objeto pode, ao mesmo tempo, ser este objeto e não sê-lo” (SILVA, 1994, p. 44).

2 A exemplo das deduções elaboradas pelo próprio Umberto Eco de que há ciclos de dissociação entre significante e significado, assim como mecanismos de substituição de significados no universo cultural; e da crítica elaborada por Maciel à dimensão semântica da Arquitetura (Cf. MACIEL, 2019, p.101-119).

3 Referência à conhecida observação de Marx sobre o caráter teleológico da produção humana: “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente” (MARX, 2017, p. 256).

4 Como a produção habitacional ordinária do tipo Minha Casa Minha Vida ou dos edifícios concebidos apenas por engenheiros, por exemplos.

que constitui o espaço existencial mediador da experiência humana no mundo. Os objetos construídos – assim como qualquer categoria da produção material humana – propiciarão sempre uma experiência significativa: em sentido unívoco ao proposto por aqueles que os concebem, ou não.

Em segundo lugar, seria igualmente leviano considerar que a produção da arquitetura possa se despojar completamente de uma tal dimensão semântica, independentemente da legitimidade desse propósito. Sendo produto da criação humana, ela necessariamente será mediada pelo intelecto, pela linguagem e pela cultura, que irão compelir o indivíduo que cria a enunciar em sua obra uma maneira particular ou coletiva de interpretar o mundo (SILVA, 1994), esteja ele consciente disso ou não. Esse caráter teleológico presente em toda produção humana, diferentemente da abelha de Marx<sup>3</sup>, pressupõe o recurso à antecipação mental de uma vontade ou de uma intenção, pois implica a necessidade de escolha entre alternativas possíveis para atingir um determinado fim – as quais imprimirão sempre os seus traços sobre o produto.

Theodor Adorno (1997) já advertia, ainda do século passado, que apenas por meio de uma abstração esquemática um tal aspecto expressivo pode ser apartado dos objetos de uso, pois mesmo quando tentam despojar-se desses aspectos, tais objetos acabam por prestar “tributo à expressão através do esforço em evitá-la (...). Dificilmente há alguma forma prática que, ao lado de sua adequação ao uso, não seja também um símbolo”. O fato de a dita não arquitetura<sup>4</sup> não incorporar explicitamente uma intencionalidade expressiva não significa que esta não se manifeste significativa ou simbolicamente.

Assim, o chamado espaço arquitetônico é, na realidade, um tipo de concretização do ambiente significativo, a materialização daquilo que se poderia também chamar como espaço existencial (...). Através da obra arquitetônica, a descrição que o projetista faz da sua sociedade não se **expressa num discurso textual, pois a linguagem da arquitetura não é a das palavras, mas a da matéria** configurada pela ideia que define a forma (SILVA, 1994, p. 173, grifo nosso).

Se o ambiente construído funciona como esse mediador do habitar<sup>5</sup> humano no mundo – e tal mediação somente se realiza pela experiência sensorial –, toda construção pode ser, portanto, compreendida como uma interface cognitiva do mundo material, que comunica significados por meio da *linguagem da matéria*. Sob esse prisma, e

voltando ao tema do segundo programa, o que se apresenta como uma questão-problema central para a produção arquitetônica é o apartamento e a autonomização dos propósitos expressivos (sejam eles simbólicos ou apenas significativos) em relação a essa *linguagem material*, que é a via única de sua efetiva realização<sup>6</sup> por constituir o meio que propicia a experiência corpóreo-sensitiva. O que se verifica, entretanto, é o agravamento desse apartamento e dessa autonomia à medida que evoluem a especialização dos saberes e a divisão do trabalho, e ainda quando se complexifica o instrumental de *representações* que auxilia a tarefa de concepção arquitetônica: seu paralelo correlato parece estar na autonomização e no apartamento das *técnicas* como fins em si mesmas.

### *A Arquitetura e a Técnica*

Silva (1994) propõe que a linguagem da arquitetura é a da *matéria*, que configurada pela *ideia*, define a *forma*. Todavia, para fazer jus à prática social do exercício profissional contemporâneo e à lógica diacrônica que marca o processo de concepção construção, propomos aqui outra leitura: a concepção arquitetônica se dá em grande parte no pensamento abstrato e nas representações dele derivadas, em que *ideia* e *forma* se transformam mutuamente em processo dialético para apenas em um momento posterior encontrar a *matéria* no processo produtivo. Esse encontro não se dá, entretanto, pelo mesmo procedimento dialético, muito pelo contrário: em parte absolutamente majoritária da práxis, ele ocorre em sentido único e determinante. A *forma*, plenamente definida e representada em detalhes na documentação de projeto, é comunicada aos executores e reproduzida na *matéria* adentrando a dimensão objetiva das técnicas de execução. Note-se que na relação entre *ideia* e *forma* as técnicas empregadas são as da *re-representação* da forma, não as da *pro-dução* da arquitetura: sejam elas croquis, desenhos auxiliados pelo computador, modelagem tridimensional, ou mesmo a manipulação material simulada e reduzida em que consiste a elaboração de maquetes físicas. Durante a construção, quando se efetiva a relação entre *forma* e *matéria*, é que aparecem as técnicas de uma outra natureza: aquelas realizadoras do propósito expressivo e capazes de trazê-lo à existência objetiva.

Embora essas técnicas manifestem-se eventualmente no universo abstrato da elaboração projetual, mediando a relação dialética entre ideia e forma, não se pode negar que o maior volume de trabalho que envolve o fazer arquitetônico tem consistido

5 Aqui adotamos o sentido de habitar elaborado pelo filósofo Martin Heidegger: “No sentido de habitar, ou seja, no sentido de ser e estar sobre a terra, construir permanece, para a experiência cotidiana do homem, aquilo que desde sempre é, como a linguagem diz de forma tão bela, ‘habitual’” (HEIDEGGER, 2010b, p.). Heidegger entende o habitar como as formas cotidianas do homem ser no mundo sob uma perspectiva existencial.

6 O verbo realizar será empregado nesse texto com o sentido de “vir a ser”, objetivar-se.

na elaboração de representações estáticas, insuficientes para *re-representar* a objetivação dessas técnicas cuja essência é a ação. Importante destacar que o problema não reside na natureza essencialmente transitória da técnica – o que o tornaria talvez insuperável – e sim na relação que se tem estabelecido entre *a técnica* e *o pensar arquitetônico*: este “abismo cognitivo”<sup>7</sup> pode ser altamente nocivo para o potencial realizador e criativo na produção da arquitetura, como já alertava Ferro (2006b, p. 170-174):

O código reduzido, aplicado continuamente e com exclusividade, dissolve e engole o que veicula. Correlativamente, as ordens recebidas sempre na sua tradução regular e acanhada eliminam as oportunidades de variação significativa da resposta. (...) Em cima, a inércia do sistema de representação freia os esforços para a reatualização do campo simbólico sem o qual a arte não vive. Embaixo, os movimentos padronizados quase desconhecem a matéria, previamente contrariada até colar-se a eles. (...) No polo do projetista, a concepção não se transforma suficientemente para poder vir a ser real. Trancada no curto intervalo que vai do conceber à barreira da representação, fica abstrata, não se perde em determinações concretas, único movimento que lhe daria abertura (...).

<sup>7</sup> A expressão “abismo cognitivo” foi emprestada do pensador contemporâneo Ailton Krenak (2021).

Para além das limitações impostas no próprio processo de representação, Frampton (1995) argumenta que a prática contemporânea tende ainda a dar menos importância ao detalhamento construtivo – que aproxima o projetar das dificuldades da execução – do que à produção de imagens do objeto acabado como um todo abstrato, o que contraria a necessidade de integração dos níveis de intencionalidade expressiva com as técnicas de produção. A questão parece se agravar quando grande parte da energia empregada no processo de projeto é desviada para elaboração das meta representações em que consistem as ilustrações tridimensionais desse objeto acabado, muitas vezes deliberadamente – por motivações comerciais e publicitárias – descoladas dos aspectos materiais e limitantes da realidade objetiva. Alberti (2012), ainda no Renascimento, já alertava para a inconveniência desse tipo de desvio, o curioso é que os efeitos das “aparências ilusórias” tenham se deslocado do olhar do observador para perturbar a própria percepção de quem projeta.

A exibição de modelos coloridos, com pinturas muito atraentes, indica que o objetivo do arquiteto não é somente o de representar simplesmente o seu projeto, mas sim (...) tentar atrair utilizando a estética do olhar de quem observa, de modo que se distraia e sua mente cheia de maravilha não examine com demasiada ponderação as várias partes do modelo. Melhor então que não se façam modelos muito acabados, limpos e brilhantes e simples, de modo que se destaquem a agudez da concepção (...) como quem quer que sua obra não seja julgada com base em aparências ilusórias, mas sim avaliada exatamente (ALBERTI, 2012, p. 68-69).



Dentre as diversas convergências possíveis de encontrar nas teorizações de Silva (1994) e Frampton (1995) sobre as questões ontológicas, epistêmicas e cognitivas envolvendo a produção da Arquitetura, talvez a mais relevante se encontre nas elaborações desses autores sobre a tensão ideia-objeto:

As ideias que presidem a elaboração de um projeto e sua posterior concretização não são arquitetura, mas ideias propriamente ditas, representações mentais, doutrinas arquitetônicas, critérios de excelência, etc, mas sempre entes abstratos. O que o arquiteto elabora no intelecto não é arquitetura, mas conhecimento da disciplina. Conhecimento e objeto não se confundem, pois, se o fizessem, não careceriam de designação diferente. O conhecimento é a representação significativa da realidade, não a própria (SILVA, 1994, p. 159).

O processo de transição entre ideia (conhecimento) e objeto (matéria) – conhecimento este que propomos ser aqui entendido não somente como um conhecimento da disciplina ou como um conhecimento relacionado a uma visão de mundo e da sociedade, mas também e principalmente como um conhecimento pleno do próprio objeto que se pretende produzir – está compreendido no âmbito da *técnica*, segundo Frampton (1995). Baseado nas elaborações do filósofo Martin Heidegger, o autor argumenta que *técnica é a ação capaz de revelar o conhecimento latente na ideia*<sup>8</sup>, fazendo com que se manifeste no objeto sua essência ontológica e seu valor epistêmico.

A análise da técnica como este “revelar” foi introduzida por Heidegger na conferência *A questão da Técnica* (1953). Ao refletir sobre o que é produzir, o autor adentra o significado desse termo na doutrina filosófica da antiguidade clássica. Citando Platão, ele diz que “todo ocasionar para algo que, a partir de uma não-presença sempre transborda e se antecipa numa presença, é (poiesis), produzir” (PLATÃO apud HEIDEGGER, 2007, p. 379)<sup>9</sup>.

E prossegue: “o produzir leva do ocultamento para o descobrimento. O trazer à frente somente se dá na medida em que o oculto chega ao desocultamento. Este surgir repousa e vibra naquilo que denominamos o desabrigar” (HEIDEGGER, 2007, p. 380)

Heidegger toma todo o produzir como uma ação de desocultamento, descobrimento, trazer à frente, trazer à luz algo que já se apresenta e que estava oculto, um desabrigar. Esse sentido de revelar inerente ao produzir é utilizado pelo autor ao longo de todo o texto, que destaca uma importante relação entre *produção* e *conhecimento*:

8 Frampton assim o faz, e aqui também não pretendemos adentrar o complexo debate filosófico sobre o caráter transcendente ou não da origem e da ontologia das ideias e suas relações com o conceito de verdade.

9 Optamos aqui, no intuito de simplificar, por não reproduzir as palavras utilizando alfabeto grego conforme faz Heidegger, mas sua transcrição para o alfabeto latino.

O que a essência da técnica tem a ver com o desabrigar? Resposta: tudo. Pois no desabrigar se fundamenta todo produzir (...). A seu âmbito pertencem fim e meio, pertence o instrumental. *Este vale como traço fundamental da técnica* (...) A técnica não é, portanto, meramente um meio. É um modo do desabrigar (...) A palavra provém da língua grega. (Technikon) designa aquilo que pertence a (Techné). Em relação ao significado dessa palavra, devemos atentar para duas coisas. Por um lado, a (techné) não é somente o nome para o fazer e poder manual, mas também para as artes superiores e belas artes. (...) Desde os tempos mais antigos até os tempos de Platão, a palavra (técnica) segue com a palavra (episteme). Ambas são nomes para o conhecer em sentido amplo, ter um bom conhecimento de algo, uma boa compreensão. Conhecer revela, dá explicação, e enquanto tal é um desabrigar (HEIDEGGER, 2007, p. 380, grifo nosso).

10 “A técnica se essencializa no âmbito onde acontece o desabrigar e o desocultamento, onde acontece a (alethea)” (PLATÃO apud, HEIDEGGER, 2007, p. 381).

Importante ressaltar que, em Heidegger, esse revelar inerente ao *produzir* e também ao *conhecer* tem uma intrínseca relação com a ideia de verdade (*alethea*)<sup>10</sup>, a qual não exploraremos aqui. Nessa perspectiva, de maneira geral, aquilo que se encontra no âmbito do produzir é um revelar de algo que já existia antes (numa dimensão transcendente): a técnica (*arte*) é o relevar de uma ideia que traz uma verdade estética sublime, da mesma forma que a natureza revela por meio de sua produção uma verdade também sublime – é o caso do crescimento das árvores ou do desabrochar de uma flor, por exemplo. É possível encontrar um entendimento similar em Aristóteles que, ao falar da classe das coisas criadas pela ação humana, coisas variáveis, que podem ser de outra forma, atribui um sentido de correção (verdadeiro/falso) ao produzir, que se relaciona à manifestação ou não de uma verdade através do uso da razão<sup>11</sup>:

11 “Suponhamos que os meios através dos quais a alma alcança a verdade por afirmação ou negação sejam cinco. São eles: arte, conhecimento, prudência (sabedoria prática), sabedoria, entendimento” (ARISTÓTELES, 2020, p. 179).

Toda arte [técnica] é do vir a ser, e dedicar-se a uma arte pressupõe estudar como *fazer vir a ser* uma coisa que é possível ser ou não ser, cujo princípio está no criador e não na coisa criada. (...) Portanto, a arte [técnica], como dissemos, é uma disposição que tem a ver com o criar segundo um genuíno processo racional, ao passo que a falta de arte[técnica], seu oposto, é uma disposição relativa ao criar que envolve um falso processo racional. As duas têm a ver com aquilo que comporta a possibilidade de ser diferente (o mutável) (ARISTÓTELES, 2020, p. 181, grifos nossos)

É possível encontrar um entendimento similar ao de Heidegger nas elaborações do filósofo contemporâneo Vilém Flusser, para quem “fabricar significa o mesmo que aprender”. Flusser (2017) discute o conceito de *informar* como um processo de *impor formas à matéria* sem, entretanto, vincular o conhecimento que se visa transmitir a uma ideia de verdade:

Os carpinteiros não apenas informam a madeira (quando impõem a forma de mesa), mas também deformam a ideia de mesa (quando a distorcem na madeira) (...) Em suma: as formas não são descobertas nem invenções, não são ideias platônicas nem ficções; são recipientes construídos especialmente para os fenômenos (modelos). E a ciência teórica não é nem “verdadeira” nem “fictícia”, mas sim formal (projeta modelos) (...) A questão antigamente era distinguir informações verdadeiras das falsas. Verdadeiras eram aquelas cujas formas eram descobertas, e falsas aquelas em que as formas eram ficções. Essa distinção perde o sentido quando passamos a considerar as formas não mais como descobertas (aletheiai), nem como ficções, mas como modelos (FLUSSER, 2017, p. 24).

A partir da relação da produção técnica com o revelar – e, portanto, com o *conhecer* e *aprender* – é possível questionar as fronteiras arbitrariamente estabelecidas tanto entre Arquitetura e Engenharia, quanto entre Arquitetura-Engenharia e Construção. Nas disputas que se estabelecem entre esses campos intelectuais, ou domínios epistêmicos; se, por um lado, a técnica pode ser tomada meramente como um meio para a construção, algo secundário e muitas vezes tolhedor da liberdade expressiva; por outro lado, ela pode ser entendida como referência de ordem, de uma razão pragmática e neutra: uma decisão técnica costuma ser aceita como aquela *não subjetiva*, como se pudesse existir para além de um dado propósito expressivo, muitas vezes para além e acima da própria finalidade pela qual é engajada. Heidegger (2007, p. 381) argumenta que essa é, na verdade, a face da técnica moderna: um desabrigar que estabelece como exigência um extrair e acumular – “impelir adiante para o máximo de proveito, a partir do mínimo de despesas”.

A *técnica*, todavia, quando retomada em seu sentido clássico e originário (uma capacidade raciocinada de produzir), não existe para além ou acima do produzir, ela constitui um tipo de produção orientada pelo conhecimento. A aplicação de uma *técnica*, sob essa interpretação, implica um conhecimento pleno da ideia-objeto (pelo pensar e suas representações de naturezas diversas), que apenas é revelado à realidade do mundo (em essência ontológica e valor epistêmico) pela sua materialização, por meio do fazer, do produzir. Nesse sentido, o produzir assume uma função comunicativa – tal qual o entendimento de Flusser (2017) – de modo que a técnica não pode ser encarada com neutralidade, um mero instrumento a serviço da expressão, mas sim como uma espécie de linguagem – aquilo que estrutura e desoculta uma ideia-objeto – uma vez que as *técnicas* guardam em si mesmas a possibilidade do *conhecer* e do *revelar* por meio da *linguagem da matéria*.

## Projetar, Conhecer, Construir

Afirmamos anteriormente que o processo de projeto – a elaboração teleológica de intenções engajadas na ideia – consiste na transformação mútua entre *ideia* e *forma*, em uma espécie de movimento dialético, em espiral ascendente. Nesse caso, o *conhecer* dar-se-ia por meio de aproximações sucessivas do objeto pelo pensamento abstrato: a elaboração de uma tese, seguida de sua negação (antítese), culminando em uma síntese. Assim, o conhecimento do objeto amplia-se a cada movimento e está em contínua transformação pela incorporação de novas informações, percepções e ideias. Esse processo pode ser ilustrado pela relação que os arquitetos (e outros agentes envolvidos no processo, como clientes e outros projetistas) estabelecem com os desenhos, ilustrações e (por que não) também com outros documentos capazes de revelar o pleno conhecimento da *totalidade* de uma *ideia-objeto*, tais como os de orçamento – muitas vezes menosprezados, mas que sem dúvidas são determinantes para sua aprovação ou contínua alteração.

Outra abordagem similar e bastante promissora é sugerida por Malard (2018), a partir da revisão de outros autores<sup>12</sup>. A autora argumenta que o método de criação em arquitetura, ou nas artes e nas engenharias, se parece com os de outras áreas em que ocorre a produção de conhecimento. Assim, como no método científico, a partir de uma determinada situação-problema, ocorrem a observação e a percepção das preexistências e a reunião do substrato teórico disponível (análise); seguida da formulação de hipóteses possíveis (síntese), as quais devem ser validadas ou eliminadas pela crítica. A autora explica como alguns teóricos, como Bryan Lawson, compreendem esse paradigma de análise/síntese – típico do método científico – como insuficiente, pois “o projetista desenvolve o seu entendimento do problema enquanto faz tentativas de resolvê-lo, como se a análise fosse feita através da síntese” (MALARD, 2018, p. 161). A partir dessa ideia, a autora mostra como Hiller, Musgrove e O’Sullivan propuseram o paradigma conjectura/análise, em que prefigurações de uma solução arquitetônica podem ser desde os primeiros estágios, e continuamente, submetidas ao crivo da crítica à medida que evolui o *entendimento* do problema.

Em ambos os casos, o processo de projeto pode ser compreendido como um processo de construção do conhecimento sobre uma ideia-objeto. Ele se mostra ainda mais complexo do que o caso do método teórico-científico porque não há aqui uma

<sup>12</sup> Malard cita alguns autores que desenvolveram ideias e teorias sobre o processo de projeto, tais como o filósofo Karl Popper, os pesquisadores em metodologia do design Schön e Bryan Lawson, além de Hiller, Musgrove e O’Sullivan (MALARD, 2018).

realidade ou verdade preestabelecida. O objeto não está dado e dele simplesmente se extraem informações para a elaboração do conhecimento. Ao contrário, o conhecimento elaborado no processo de projeto é uma *representação significativa* de uma realidade que ainda não existe, na qual múltiplas respostas corretas e verdades podem ser verificáveis. Para além disso, por mais que evoluam os instrumentos de descrição, de representação e de simulação, essas respostas só estarão de fato disponíveis para a experiência sensorial e para a validação objetiva das hipóteses propostas após a sua concretização, o que as faz adquirir um caráter de protótipo permanente, uma vez que nenhuma solução é igual a uma outra previamente obtida.

Mas que papel a *técnica* tem exercido nesse processo? Não é exagero aqui esclarecer e insistir que não estamos tratando das técnicas de representação engajadas no projetar. Essas, enquanto instrumentos de registro do conhecimento têm atuado de maneira relativamente satisfatória, afinal cumprem o objetivo a que se propõem, que é o de representar: reproduzir significativamente uma realidade imaginada a ser construída. Pode-se dizer que, como qualquer instrumento de mediação, as ferramentas costumam deixar suas marcas no objeto, salvo quando a habilidade de abstração do projetista é capaz de enfrentar e superar as suas limitações. Mas também se pode dizer que tais limitações tendem à redução à medida que a tecnologia da informação direcionada ao *design* evolui e as ferramentas disponíveis para fins de representações diversas se multiplicam. O que parece se agravar é a fratura cognitiva instalada entre a concepção arquitetônica e as técnicas pelas quais se produz arquitetura. Essas técnicas não são as da representação, mas envolvem a combinação de matéria e de energia no âmbito da realidade, não da abstração.

O que está em discussão não é a qualidade do projeto enquanto instrumento mais ou menos detalhado, mais ou menos preciso; mas a qualidade da concepção arquitetônica na medida em que o fenômeno cognitivo gerador da ideia-objeto muitas vezes alija a técnica como algo secundário – apenas um meio para concretização – quando, na verdade, as técnicas são a base não apenas da construção física, mas também e antes a base da construção do conhecimento pleno da ideia-objeto: em última instância, a base de sua concepção e existência. No âmbito daquilo que pode ser entendido como uma epistemologia da arquitetura, a separação dos saberes inerentes às técnicas construtivas e à crença de que a lida com a matéria é algo secundário prejudica a mediação

dialética entre ideia e forma na elaboração projetual, potencialmente confundindo e inibindo o processo criativo. As origens dessa fratura epistêmica já são conhecidas mas carece observar que a alienação das técnicas enquanto potenciais fundadoras de uma arquitetura de qualidade está relacionada à sua instrumentalização: passam a constituir fins em si mesmas sob o prisma ideológico de uma racionalidade utilitarista e economicista.

A partir daqui, seria redundante afirmar que a distinção entre Arquitetura-Engenharia (elaboração intelectual) e Construção (manipulação material) parece contraproducente. Projetar e construir são apenas etapas e temporalidades distintas da produção de construtos: em origem, essência e propósitos, não há distinção entre o objeto do projetar e o objeto do construir. Poder-se-ia argumentar que há sim um grau de distinção nos produtos do projetar, pois a rigor suas entregas são constituídas por desenhos, planilhas e relatórios, isto é, um conhecimento: o projetar pode realizar-se independentemente do construir. Esse conhecimento, entretanto, existe enquanto potencial, abstrato, e não se realiza para a experiência sem o construir. Sua importância e influência costumam restringir-se à produção e à evolução do conhecimento teórico dentro do campo intelectual especializado, o que é de extrema importância, mas não deixa de ser secundário quando consideramos a Arquitetura frente à sua função social e ao próprio fenômeno do habitar.

É notório que a causa de tantas fragmentações no produzir esteja na divisão social do trabalho, na disciplinaridade e na avançada especialização. Em uma realidade na qual profissionais são formados para um saber (cada vez maior) sobre uma parcela (cada vez menor) da realidade, a prática é nada mais do que um reflexo da produção de conhecimento científico, sob o qual os objetos são divididos em partes cada vez menores de maneira a facilitar sua compreensão e pretensamente reduzir sua complexidade. Nesse contexto, o ofício do arquiteto encontra uma realidade ainda mais complexa, dada a natureza inter ou transdisciplinar de sua produção, que entra em conflito com uma compartimentação cada vez mais dispersa do substrato científico que o fundamenta.

## *Territórios da Técnica Arquitetura e Disciplinaridade*

Em sua definição, Vitruvio uniu a forma, a função e a técnica construtiva na caracterização da boa arquitetura, conseguindo fazer com que esses conceitos tenham permanência e atualidade na maioria das discussões a respeito do tema. (...) Ainda assim, sintética e ao mesmo tempo abrangente, termina por gerar um contexto que estimula ou não dilui de todo as incertezas, mas nos conduz a um caráter generalista de um campo do conhecimento enraizado em diversas áreas. O arquiteto é aquele profissional que transita dentro desses diversos campos, deixando de lado a especificidade de uma teoria única. Ele busca, ao projetar o edifício, uma espécie de síntese epistemológica (CAMPOMORI, 2013, p. 57).

No mundo da especialização, a Arquitetura parece resistir como uma formação generalista que enfrenta um severo e progressivo contexto de fragmentação e compartimentação dos saberes formativos e fundamentadores de sua prática. Cabe lembrar, antes de mais nada, que essa síntese epistemológica encontrada em seus melhores exemplares – não apenas aqueles da arquitetura erudita – sempre existiu e existe antes e a despeito da fragmentação disciplinar do conhecimento imposta pela evolução da cultura – fragmentação esta que vem agora perturbar possibilidades mais frutíferas para a sua produção. A organização e a estratificação do conhecimento em disciplinas são algumas das formas encontradas pela humanidade para viabilizar o aprofundamento (pesquisa) e a transmissão (ensino) de saberes, mas que, todavia, não encontram correspondência na realidade objetiva, uma vez que tais separações existem apenas no nível da reprodução ideal da realidade, e não no nível objetivo das próprias coisas (FORQUIN, 1992).

Pode-se dizer que a prática da arquitetura, quando compreendida como produção do ambiente construído<sup>3</sup>, é irredutível a uma disciplina. Parece mais coerente considerar que ela opera uma dinâmica em que o conhecimento gerado tem sempre traços de algo de novo e original: o arquiteto trabalha com a “*transformação de realidades não determinadas em determinadas*” – em última instância, sua função é a criação de novas

13 Nos termos da sociologia urbana francesa, “produção do espaço”.

realidades (CAMPOMORI, 2013). A partir desta perspectiva de uma produção criativa do conhecimento, é válido analisar a posição do exercício profissional da arquitetura frente a movimentos de transformação epistemológica em que consistem as práticas multi, inter e transdisciplinares. Segundo Domingues (2012, p. 14-15, grifos nossos), esses conceitos podem ser definidos da seguinte forma:

Quanto ao multi, ao inter e ao transdisciplinar, noções que têm ao centro a disciplina e que só fazem sentido se referidas a ela, está em jogo um fenômeno típico da modernidade tardia, caracterizado pela tentativa de aproximar os campos disciplinares e promover onde for possível a fusão dos mesmos (...). O multidisciplinar consiste na justaposição das disciplinas e sua natureza é essencialmente aditivo e não integrativa (...). O interdisciplinar, por sua vez, consiste na cooperação das disciplinas (...) e sua natureza é integrativa (...). Por fim, o transdisciplinar, com ambição consideravelmente maior, consiste na tentativa de ir além das disciplinas (trans = além e através) e sua índole é transgressiva, levando à quebra das barreiras disciplinares (...) tendo como objetivo fornecer sínteses teóricas abrangentes capazes de unificar o conhecimento.

No âmbito da prática arquitetônica, a noção de disciplinaridade parece estar consolidada, o que é verificável pela frequente presença de termos como “disciplinas de projeto”, “projetos multidisciplinares”, “coordenação” e “compatibilização entre disciplinas”, que costumam permear os processos de elaboração projetual. Os arquitetos, em geral, encontram-se adaptados a essa condição – estando o projeto de arquitetura usualmente listado entre as outras disciplinas – sem, entretanto, encontrar-se plenamente a par das limitações e da insuficiência de uma *prática disciplinar da arquitetura*. Considerando que a elaboração do conhecimento envolvida no processo de projeto diz respeito sempre a uma unificação de diversos saberes para a criação de novas realidades – e não a uma produção de conhecimento acerca de um objeto cuja realidade está dada –, o conteúdo da disciplina arquitetônica tende a se esvaziar à medida que os saberes empregados se desintegram e compartimentam, cada vez mais especializados.

Pode-se dizer que esse retalhamento disciplinar é condicionado por outras motivações para além da divisão social do trabalho e de meras diferenciações funcionais no nível do objeto. Ele possui, na verdade, diversas dimensões e níveis de estratificação que envolvem sistemas de valoração e hierarquização dos vários ramos de saberes empregados na produção da arquitetura. Não se sabe ao certo se essa hierarquização tem



sua origem no plano teórico ou no prático – uma vez que a partir do século XVIII o avanço das ciências passa a tomar como premissa a sincronia entre a ordem do conhecimento e a ordem da produção –, de modo que as necessidades de ensino e pesquisa passam a se confundir com as demandas que surgem no plano prático, de mercado.

Segundo Forquin (1992, p. 41),

cartografias cognitivas [têm caráter socialmente construído e um aspecto arbitrário, uma vez que os] diferentes tipos de saberes ensinados nas escolas não são considerados como suscetíveis de fornecer aos seus detentores benefícios sociais ou simbólicos equivalentes.

Nesse caso, alguns saberes são considerados mais desejáveis – ou rentáveis – que outros, pois os mecanismos de competição de mercado passam a se refletir na hierarquização e no próprio avanço do conhecimento. O exemplo mais banal dessa estratificação hierarquizada é a já mencionada separação entre o pensar e o fazer, em que a desvalorização do fazer é evidente já há alguns séculos. Essa desvalorização passa a adquirir, entretanto, mais capilaridade à medida que o próprio pensar se fragmenta, com alguns de seus segmentos se aproximando gradativamente do fazer. Como argumenta Forquin (1992), há hoje uma desvalorização também dos saberes técnicos/profissionais em relação aos saberes teóricos – ainda que os primeiros continuem a envolver mais cérebro do que músculos<sup>14</sup> – fato que pode ser verificado, por exemplo, na perda de importância das disciplinas práticas de elaboração de projetos em instituições consideradas de elite.

Carsalade (2018, p. 140), recorrendo ao arquiteto e educador Bernard Tschumi, descreve bem uma das faces dessa hierarquização dos saberes no campo da Arquitetura, apontado para os saltos históricos ocorridos em seu ensino: primeiramente “*arquitetos não constroem, mas pedreiros sim*”, passando a “*arquitetos não definem métodos para construção, mas a indústria sim*” para finalmente chegar a “*arquitetos designers não fazem desenho de construção, mas arquitetos operários sim*”. Ora o que poderia ilustrar melhor a depreciação da prática do que a profusão dos cursos de gestão – compreendida como uma disciplina ou especialização em si mesma – que, curiosamente, são procurados não apenas por arquitetos, mas por profissionais de diversas áreas do conhecimento, quase que imediatamente após a graduação, como um diferencial na competição de mercado? Curiosamente, muitos desses profissionais querem gerir, só não sabem e nem conhecem exatamente o quê.

14 Valemo-nos aqui de considerações de Karl Marx sobre o trabalho humano: “Alfaiataria e tecelagem, embora atividades produtivas qualitativamente distintas, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. humanos, e nesse sentido, ambas são trabalho humano” (MARX, 2017, p. 121).

Uma segunda dimensão dessa hierarquização dos ramos do conhecimento, já também bastante conhecida, tem origem na separação entre ciências sociais/humanas e ciências exatas em que, notoriamente, as segundas ocupam um lugar privilegiado no quadro produtivo contemporâneo. Em um contexto de cientificismo, no qual predomina a racionalidade cartesiana e positivista, adquirem mais status aquelas disciplinas mais capazes de “se apresentar como representantes de conhecimentos assentados em bases científicas” (CAMPOMORI, 2013, p. 30). Trata-se, conforme argumenta Olga Pombo (2006, p. 8), do “cisma profundo que se cavou entre duas formas de cultura científica” – e porque não acrescentarmos entre duas formas de cultura prática/profissional – cuja face mais relevante para a discussão aqui proposta é a fratura arte/técnica. O problema das *Two Cultures* foi denunciado por Charles Percy Snow, em 1959, e abrange a separação entre as *ciências da natureza* e as *ciências do espírito*, ou *cultura científica* e *cultura humanística*, dois macrocampos do conhecimento que passaram a ignorar um ao outro e que, por entenderem que não falam a mesma *linguagem*, deixaram de se comunicar: “entre os dois um hiato mútuo de incompreensão e, às vezes (...) a hostilidade” (SNOW apud POMBO, 2006, p. 8).

As limitações a que esse hiato submete a evolução da cultura em geral parecem aprofundar-se no campo da Arquitetura, onde a tarefa é – ou pelo menos deveria ser – a busca por uma síntese epistemológica de natureza transdisciplinar. O *ethos fraturado*<sup>15</sup> do arquiteto é posto diante da desconcertante tarefa de conciliação, não apenas entre as partes de um construto decomposto fisicamente em fragmentos disciplinares, mas também entre valores divergentes, muitas vezes conflitantes, das duas culturas tensionadas no próprio objeto de seu trabalho.

No plano da prática, essa fragmentação parece ter resultado em um grande número de profissionais, em geral, desconfortáveis com a posição de marginalidade que enfrentam na indústria da construção. Formados no âmbito da cultura humanística, alguns parecem encarar o inevitável encontro com os conhecimentos oriundos do “*outro lado*” com certa resistência e sentimento de antagonismo. A situação se agrava à medida que a aplicação de saberes relativos à prática (técnicas de construção, detalhamento arquitetônico, compatibilização, orçamentação, acompanhamento de obras), que ocupam justamente esta interface entre as duas culturas, é preterida em relação à abstração do ímpeto artístico-criativo cultuado no imaginário profissional. Por outro

15 Expressão emprestada de (DOMINGUES, 2012, p.10)

lado, os que se dedicam às atividades consideradas mais ordinárias e pragmáticas, quase sempre compreendidos na classe dos *arquitetos operários*, em geral, passam a encarar o lado criativo e inovador da profissão com certo ceticismo e desconfiança.

No plano teórico – e consequentemente do ensino –, conforme argumento de Campomori (2013), parece dar-se algo similar quanto à posição de marginalidade ocupada pela Arquitetura como formação generalista no âmbito da academia moderna. Segundo o autor, na tentativa de se adequar ao pensamento hegemônico de cunho cientificista, alguns grupos responsáveis pelo ensino e pela pesquisa dos diversos conteúdos engajados na formação de arquitetos optam por reagir ao quadro de dispersão e imprecisão, típico dos generalistas, valendo-se de uma crescente especialização. Tais especialidades conformam-se como campos científicos diversos que tratam de um mesmo objeto de estudo (o ambiente construído) que, contudo, insistem em permanecer desconectados e ignorantes entre si, dificultando uma “compreensão real e completa dos fenômenos dos quais se ocupam” (CAMPOMORI, 2013, p. 21). Acabam por se ensimesmar e se distanciar dos problemas enfrentados na realidade prática que não conhece as barreiras artificiais impostas pela disciplinaridade.

## O *ethos* Construtor

Considerando que os indivíduos engajados nessas microssociedades que se constituem nos *campos intelectuais*<sup>16</sup> (BOURDIEU, 2002) não compartilham apenas um corpo comum de categorias de pensamento, mas também esquemas inconscientes de integração moral e social (BOURDIEU apud FORQUIN, 1992), é válido questionar como essas tensões afetam a produção da arquitetura e do seu conhecimento teórico. Se, por um lado, o caráter humanista e de viés artístico que impregna a epistemologia arquitetônica acaba por colocá-la em hesitação diante da inquirição de seus pressupostos – complexos e multidimensionais, eles têm sua legitimidade frequentemente contestada por não se sustentar cientificamente sob acusações de subjetividade<sup>17</sup> –; por outro lado, esse caráter parece também suscitar uma falta de clareza e certa resistência ao necessário diálogo com outras epistemologias de cunho técnico-científico. Parece haver aqui uma dificuldade em distinguir entre o que é de fato essencial na cultura técnico-científica do que seria uma ética utilitarista e economicista que costuma contaminá-la. Da mesma forma, do outro lado, as epistemologias de caráter cientificista

16 Segundo Bourdieu (2002), o campo intelectual é irredutível ao um conjunto de agentes isolados meramente justapostos, funcionando na verdade como um campo magnético dotado de linhas de força. Os agentes ou sistemas de agentes atuam como forças que se opõem e se agregam, conferindo ao campo uma dinâmica de funcionamento específica que determina o pertencimento e a posição que o agente ocupa nele.

17 De acordo com Horkheimer “segundo a filosofia do intelectual médio moderno, só existe uma autoridade, a saber, a ciência, concebida como classificação de fatos e cálculo de probabilidades. A afirmação de que a justiça e a liberdade são em si mesmas melhores que a injustiça e a opressão é, cientificamente, inverificável e inútil. Começa a soar como se fosse sem sentido, do mesmo modo que o seria a afirmação de que o vermelho é mais belo que azul, ou de que um ovo é melhor do que leite” (HORKHEIMER, 2002, p. 29).

e viés exato aparentam confundir sua usual racionalidade técnico-científica com uma suposta neutralidade e com a *ausência de subjetividade* – em sistemática negação da inelutável mediação subjetiva presente em qualquer produto da cultura.

Se a Arquitetura precisa lidar com intervenções concretas no ambiente construído, enfrentando a complexidade da realidade social e permanecer em suspensão – como nos lembra Frampton (1995, p. 23) –, oscilando entre a “auto-realização humana e impulso maximizador da tecnologia”, é imperioso que seu princípio de síntese epistemológica esteja claro e se aplique simétrica e horizontalmente a todos os ramos pelos quais se fragmenta o conhecimento necessário à prática. Certamente não configuram sínteses epistemológicas abordagens que optam por se refugiar nas ciências sociais e nas artes, esquecendo-se da aplicação; e o mesmo poder-se-ia dizer daquelas de índole exclusivamente técnico-científica que preferem ignorar a dimensão humanística, tão necessária à arquitetura. Se integradas, ambas ainda não configurarão sínteses caso permaneçam alienadas das condições gerais e específicas de produção que necessariamente permeiam a construção de seus produtos. É importante aqui retomar o sentido originário do construir: *construere*, que significa “reunir”, “acumular”, “juntar em ordem” (SILVA, 1994, p. 35). Sob essa perspectiva, a construção pode ser tomada como abordagem inter ou transdisciplinar de uma arquitetura que se coloca como interface e visa à síntese: reunir diversas dimensões do conhecimento, isto é, *construir* uma compreensão do mundo e da realidade. A arquitetura torna-se tanto mais disciplinar e se esvazia quanto mais se autonomiza, reconhecendo-se como algo distinto da construção.

Nesse sentido, caberia aqui resgatar a discussão sobre a técnica. Como pensar a técnica em seu sentido clássico, de produzir pelo conhecer e revelar, em uma conjuntura na qual o conhecimento humano se expande e se aprofunda em proporções incomensuráveis, de modo que um único indivíduo é humanamente incapaz de dominar tantos ou mais saberes do que queriam Vitruvius e Alberti<sup>18</sup>? Aparentemente, o campo arquitetônico terá que conviver com a progressiva fragmentação de seu substrato científico: Marx (2017, p. 180) já alertava que a divisão social do trabalho o torna tão unilateral “quanto multilaterais suas necessidades”. Parece haver, entretanto, oportunidade para a construção de uma nova epistemologia fundada na formação de um novo ethos, não fraturado, mas integrador: um *ethos construtor*. Ainda, tal integração carrega um

sentido de colaboração e postura crítica diante das hierarquias de valor estabelecidas arbitrariamente entre os ramos de conhecimento engajados na produção da arquitetura. Esse caminho parece passar pela busca de uma *síntese epistemológica por meio do produzir*, com a superação dos abismos cognitivos que apartam ideia e matéria.

## Referências

- ADORNO, Theodor. *Funcionalismo hoje*. Gávea, Rio de Janeiro, v. 15, n. 15, p. 655-679, jul. 1997.
- ALBERTI, Leon Batista. *Da arte de Construir*. Trad. de Sergio Romanelli. São Paulo: Hedra, 2012.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2020. Ed. Em e-book baseada na ed. impressa de 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de un concepto*. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.
- CAMPOMORI, M. J. L. “e pur si muove”: O ensino de projeto de arquitetura e urbanismo e a tradição da prática profissional. 180 f. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG: Belo Horizonte, 2013.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. A diversidade no ensino de projeto e seus fundamentos comuns. In: CAMPOMORI, M. J. L. (Org.). *Aprender Fazendo: ensaios sobre o ensino de projeto*. Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG, 2018. 240p.
- DOMINGUES, Ivan. *Disciplinaridade, multi, inter e transdisciplinaridade – onde estamos? Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 7, n. 2, p. 11-26, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6858/4961>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- FERRO, Sérgio. *Esboço: A produção da casa no Brasil*. In: *Arquitetura e Trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006a, p. 60-101.
- FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. Organização de Rafael Cardoso. Trad. de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 20-30.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais*. In: *Teoria & Educação*, Porto Alegre, v. 5, p. 28-49, 1992.
- FRAMPTON, Kenneth. *Studies in tectonic culture: the poetics of construction in nineteenth and twentieth century architecture*. Cambridge MA: MIT Press, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. *A Questão da Técnica*. *Scientia Studia*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Trad. de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.
- KRENAK, Ailton. *Entrevista para o programa Roda Viva*. São Paulo: TV Cultura, 2021. MAGALHÃES, Vera et all em 19/04/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BtpbCuPKTq4>. Acesso em: 21 abr. 2021.

18 Para Vitruvius, aquele que se pretende arquiteto deveria ser “versado em literatura, perito no desenho gráfico, erudito em geometria, deverá conhecer muitas narrativas de fatos históricos. Ouvir diligentemente os filósofos, saber de música, não ser ignorante de medicina, conhecer as decisões dos juristas, ter conhecimento da astronomia e das orientações da abóboda celeste” (VITRÚVIO, 2019, p. 62). Já Alberti (2012) atribui ao “grande benfeitor da humanidade” o domínio dos conhecimentos mais excelsos: superiores e transcendentais.

LAWSON, Bryan. *Como arquitetos e designers pensam*. Trad. de Maria Beatriz Medina. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

MACIEL, Carlos Alberto. *Arquitetura como Infraestrutura: teoria*. Belo Horizonte: Miguilim, 2019.

MALARD, Maria Lúcia. *O futuro do projeto em arquitetura e urbanismo: ensino e pesquisa*. In: CAMPOMORI, Maurício (Org.). *Aprender Fazendo: ensaios sobre o ensino de projeto*. Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG, 2018. p. 151-171.

MARX, Karl. *O capital : crítica da economia política : livro I: o processo de produção do capital*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

POMBO, Olga. *Interdisciplinaridade e integração de saberes*. *Liinc em Revista*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 3-15, 2006.

SILVA, Elvan. *Matéria, Ideia e Forma: Uma definição de arquitetura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

VITRÚVIO. *Tratado de Arquitetura*. Trad. de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2019.







# PLÁSTICA E URBANIDADE:

## a metrópole europeia e o princípio da montagem

doi: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.39501>

ANDRÉ VAILLANT\* JOÃO VÍTOR ARAÚJO\*\*

**RESUMO** Este artigo analisa a relação epistemológica entre a arquitetura da metrópole europeia, surgida na passagem do século XIX para o XX, e as artes do mesmo período a partir do conceito benjaminiano de “montagem”. Essa análise visa elencar e relacionar elementos presentes nas mais variadas artes com processos ocorridos nas urbanizações de Paris e Berlim, tentando entender a influência mútua do urbanismo moderno nas artes concomitantes. A partir desse entendimento, pretendemos esboçar as mudanças sofridas pela ideia de “plástica”, nas artes, enquanto princípio de transformação da matéria inerte em produtora de sentido, ou seja, enquanto condição da representação nas artes visuais.

**PALAVRAS-CHAVE** Montagem. Plástica. Representação. Metrópole. Sentido.

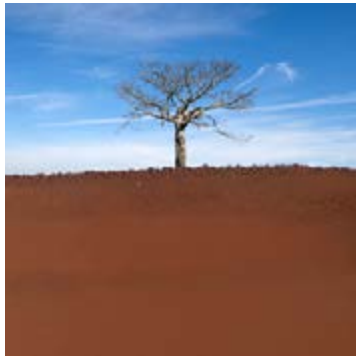
## Plastic and urbanity: the European metropolis and the principle of montage

**ABSTRACT** This article analyzes the epistemological relationship between the architecture of the European metropolises, which emerged at the turn of the 19th to the 20th century, and the arts of the same period based on the Benjaminian concept of “montage”. This analysis aims to list and relate elements present in the most varied arts with processes that took place in the urbanizations of Paris and Berlin, trying to understand the mutual influence of modern urbanism on the concomitant arts. From this understanding, we intend to outline the changes undergone by the idea of “plastics” in the arts, as a principle of transformation of inert matter into meaning, that is, as a condition of representation in the visual arts.

**KEYWORDS** Montage. Plastics. Representation. Metropolis. Meaning.

\* Arquiteto urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestrando do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Membro dos grupos de pesquisa Cosmópolis (UFMG) e Cronologia do Pensamento Urbanístico (UFRJ/UFBA). Possui graduação sanduíche na Universidade de Rotterdam (Holanda), com dois anos de trabalhos na Índia (2019) e na Hungria (2020).

\*\* Arquiteto urbanista pela Universidade Positivo (PR), mestrando do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, membro dos grupos de pesquisa Cosmópolis (UFMG) e Cronologia do Pensamento Urbanístico (UFRJ/UFBA). Organizador do Colóquio Internacional Walter Benjamin (UFPR, 2020). Atua em assessoria técnica de arquitetura e urbanismo e expôs no Circuito de Arte Contemporânea de Curitiba (2019).





## O quebra-cabeças da visão

Em uma carta de 1904 ao pintor Émile Bernard, Cézanne enuncia seu conhecido preceito de geometrização da forma: “Trate a natureza partindo do cilindro, da esfera, do cone, tudo posto em perspectiva (...)” (CÉZANNE, apud DORAN, 2021 p. 56). Esse preceito retornaria em formulações pouco distintas em outros relatos e correspondências do pintor (notoriamente os relatos de Léo Larguier, 1901-1902, por exemplo; DORAN, idem, p. 30-41). Bernard, à época, escrevia um artigo sobre o recluso mestre de Aix-en-Provence para a revista *L'Occident* (Julho de 1904); nesse texto, controverso em diversos aspectos, alguns pontos importantes da plástica de Cézanne são levantados:

Paul Cézanne considera que existem duas plásticas, uma escultural ou linear, a outra decorativa ou colorista. (...) Pintar é registrar sensações coloridas. (...) luz e sombra não são mais que uma relação entre tons. (...) Tudo na natureza modela-se a partir da esfera, do cone e do cilindro. (BERNARD, apud DORAN, 2021 p. 71-73).

Podemos sintetizar esses preceitos na geometrização das formas e da própria perspectiva, expressa em uma relação entre planos, e uma relativa atomização de cor e forma. Em outras palavras, Cézanne deixa transparecer o processo de construção das formas na pintura. De fato, vemos que tanto o desenho, quanto a pintura, são geometrizados; a forma, enquanto esqueleto, estabelece os planos e suas correlações, e a cor, acontecendo sobre esses planos, conforma-os ao que Cézanne chamava “atmosfera” (DORAN, 2021 p.40). Assim, a pintura da última fase de Cézanne (1890-1906) acontece por planos de cor, relações geométricas, contrastes intensos de quente e frio, como recortes de figuração sobre a plasticidade geral da tela, e uma iluminação chapada, mais homogênea, que daí decorre. Embora a primeira tela tida como cubista fosse aparecer um ano depois de sua morte (*Les Demoiselles d'Avignon*, de Picasso, 1907), seu esqueleto já se encontra esboçado no cézannismo.

## A arte da metrópole

A passagem do século XIX para o XX é marcada pela consolidação da metrópole europeia, lentamente desenhada no XIX. A industrialização e as revoltas, bem como as experiências coloniais europeias na África, produziram o campo e a ciência do urbanismo, com a grande reforma de Paris de 1852 e 1870 como seu marco principal. A cidade, antes um emaranhado de caminhos e percursos mais ou menos na escala do corpo, e em que “trajeto” e “traçado” ainda em grande maneira coincidiam, é cortada, demolida, rasgada por avenidas, eixos geométricos axiais e distributivos. Com o advento do ferro e do cimento industriais, a arquitetura explode a antiga escala de construção para torres, pontes e pavilhões; os processos construtivos se racionalizam, acontecendo a partir de encaixes e módulos industriais. A cidade emerge como o maior experimento de composição geométrica já realizado, com arquitetos e urbanistas à frente dessa nova maneira de traçar. Não se trata, aqui, como já exaustivamente demonstrado por Argan (2014), de uma correlação entre arte e cidade, simplesmente, mas entre arte e urbanismo<sup>1</sup> – e, mormente, do urbanismo enquanto uma disciplina de desenho. Nesse sentido, cabe rever o que diz Argan acerca dessa relação:

Como atividade ligada desde as mais remotas origens (...) à burguesia, a arte aparece como uma atividade tipicamente urbana. E não apenas inerente, mas constitutiva da cidade, que, de fato, foi considerada durante muito tempo (...) a obra de arte por antonomásia. (ARGAN, 2014 p. 43)

Argan enunciará as diversas decorrências da associação entre arte, urbanidade e burguesia – sendo as duas primeiras produtos da terceira. A burguesia detém a técnica, cuja replicação depende da cidade, logo, como Bruno Corradi explicita, no prefácio à obra de Argan: “(...) no interior da cidade, tudo se realiza segundo uma *techné* cujo modelo é o processo que realiza a obra de arte” (idem, p.1). Acontece que, às portas do modernismo, essa relação parece se inverter e a obra de arte é que passa a ser produzida segundo o modelo da cidade, transformando a “história da arte como história da cidade” em uma “história da cidade como história da arte”. A passagem do cézannismo ao cubismo é análoga àquela do interior à metrópole, do XIX para o XX, ou seja, a passagem a uma nova plasticidade marcada pelo princípio compositivo da própria urbanidade, expresso na arquitetura – a montagem.

<sup>1</sup> Urbanismo enquanto disciplina, mais que urbanidade ou, simplesmente, cidade, porém englobando também estas. Trata-se de um campo de conhecimento cuja técnica é a representação visual, mas cujos métodos a transformarão profundamente.

## O princípio da montagem

<sup>2</sup> A geometria descritiva foi rapidamente introduzida na grade dos cursos de arquitetura, de onde só veio a retirar-se recentemente.

<sup>3</sup> Segundo Huchet (2012), essa complexificação está enraizada no século XVIII, em que “formula-se claramente que vemos em função daquilo que sabemos” (p. 231). No XIX, porém, “complexo por excelência” (idem), há no interior do romantismo um projeto de “desvinculação do ver e do saber” (ibid.) – acontece, porém, que essa proposta de “re-naturalização” da visão passará por um argumento extremamente elaborado e de caráter filosófico que vê na rejeição do cânone técnico da representação a busca pela “inocência da percepção” (ibid.), caminhando, portanto, já em direção à abstração (a esse respeito, ver as marinhas de Turner, por exemplo “Nascer do sol com monstros marinhos”, óleo sobre tela, 91,4x121,9, 1845).

A respeito da cidade haussmanniana, Walter Benjamin escreve no caderno F das *Passagens*:

Trata-se de medidas que adquiriram significado para as construções da técnica e da arquitetura muito antes de a literatura se dignar a adaptar-se a elas. Basicamente é a primeira manifestação do princípio de montagem. (BENJAMIN, F 4a 2).

O que Benjamin identifica como “princípio da montagem” trata de diversas relações espaciais; a partir da descontinuidade, do fragmento, Benjamin chega à aceleração do movimento, a decomposição em planos e à geometria como princípio organizador. Todos esses pontos se encontram explorados como centro propulsor de alguma vanguarda – futurismo, construtivismo, cubismo – bem como se encontram associados entre si. Por exemplo, as deformações causadas pelo movimento em sobreposição (como nos experimentos fotográficos de Edward Muybridge) são tanto o ponto de chegada do futurismo (ver *A carga dos lanceiros*, Umberto Boccioni, 1915), quanto o motor de diversos experimentos cubistas (ver *Nu descendo uma escada n2* de Marcel Duchamp, 1912).

Huchet (2005, p. 192) diz: “A elaboração de uma visão total e aberta dos objetos, e não apenas de suas aparências externas, abre a possibilidade de mostrar suas estruturas, sua anatomia, as linhas e os volumes até agora escondidos pela representação tradicional”. Essa possibilidade se abre, sobretudo, a partir do moderno desenho de arquitetura e urbanismo, a partir das formas típicas de sua representação: as vistas em elevação, as plantas e cortes bidimensionais, bem como os planos-mestre em vista superior, produzirão uma nova percepção da bidimensionalidade geométrica, bem como o intrincado jogo de planos formado pelas edificações verticais dos centros adensados europeus, com as avenidas largas em perspectiva infinita. Vale lembrar que é do mesmo período – século XIX – o desenvolvimento da geometria descritiva por Gaspard Monge, na França<sup>2</sup>. É essa disciplina que sistematiza o uso de termos como “rebatimento” e “projeção”, ocupando-se de formular matematicamente a ideia de espaço necessária à representação totalizante dos objetos, ou seja, de tornar possível a apreensão

de todos os ângulos e faces de um mesmo objeto, em uma superfície bidimensional, a partir de um único desenho.

Todos esses preceitos são notoriamente marcados por um grau maior de abstração em relação à plástica academicista anterior, por um afastamento da representação da realidade sensível imediata. A plástica que daí decorre é, portanto, menos instintiva e cada vez mais intelectualizada, requerendo uma “educação da visão”<sup>3</sup>, que ocorrerá a partir das próprias tecnologias do final do século XIX: a experiência do espaço urbano e os ritmos mecânicos do trabalho fabril. Para que esses elementos da vivência cotidiana pudessem aparecer como arte, porém, ainda uma tecnologia seria necessária, ou seja, o cinema. Gravada e reproduzida no interior da experiência estética pelo cinema, a experiência urbana pode ascender à linguagem (recordemos Dziga Vertov, *Um homem com uma câmera*, 1929).

Benjamin viu naquela forma artística do cinema um instrumento pedagógico (...) na medida em que a experiência sensorial do choque provocada pela narrativa fílmica reproduzia mimeticamente o choque a que o corpo dos habitantes urbanos era submetido cotidianamente. VELLOSO (2018, p. 153).

## Uma escrita da cidade

Ainda antes da imersão na mania fragmentária que dá contornos às *Passagens*, Walter Benjamin já ensaiara montagens literárias as quais ganhariam diretriz metodológica<sup>4</sup> em seu *opus magnum*<sup>5</sup>. É o que já podemos observar em *Rua de mão única* (*Einbahnstrasse*), no qual a imagem da rua opera como eixo ao longo do qual alternam-se o moderno e o antiquado, em uma dialética oscilante, característica da dinâmica própria da “imagem dialética”. Ao comentar o jogo entre imagens desta obra, Velloso abrirá a caixa na interlocução com Josef Fürknäs:

(...) as imagens de pensamento do *Einbahnstrasse* são como máquinas nas quais se desmontaram as conexões funcionais, deixando ver seus rebites e juntas escondidos; para se recompor as peças removidas, é preciso o raciocínio do quebra-cabeças que tanto inclui o acaso como exige uma leitura intelectual e reflexiva. (VELLOSO, 2018 p.169)

4 “Método deste trabalho: montagem literária”. Cf. BENJAMIN, Walter. *Passagens*, p.764.

5 Assim a caracteriza Willi Bolle em seu inaugural estudo de *Passagens em território brasileiro*. Cf.

6 Os textos de *Infância berlinense: 1900* talvez sejam aqueles que passam por maiores embates filológicos. Dentre os poucos aspectos em situação controversa, considera-se que tal sequência de fragmentos tem como passo anterior a *Crônica berlinense*, texto escrito por Benjamin no início da década de 30 na linha de suas imagens de cidade [Stadtbild].

7 BENJAMIN, Walter. *Infância berlinense: 1900*, p.70-72; 95-98.

8 BENJAMIN, Walter. *Infância berlinense: 1900*, p.97.

9 BENJAMIN, Walter. *Infância berlinense: 1900*, p.99-101.

10 BENJAMIN, Walter. *Infância berlinense: 1900*, p.80.

11 Cf. BOLLE, Willi. *Fisionomia da metrópole moderna*.

12 BENJAMIN, Walter. *Infância berlinense: 1900*, p.136.

13 DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem-máscara In: Diante do tempo*. p.117.

Para além de *Einbahnstrasse*, o ensaio de uma montagem literária com vistas a uma escrita da cidade reaparece na composição de *Infância berlinense: 1900*, cujo tema já fora anunciado noutros textos como *Crônica berlinense*<sup>6</sup>. Diferentemente desta, entretanto, aquela se concretiza em uma sequência de cortes de experiências heterogêneas da cidade de Berlim cuja composição caleidoscópica expõe ao leitor uma cidade multifacetada e, mais além, construída em acordo com as memórias infantis.

Em algumas sequências – tais quais “Varandas” e “Blumeshof 12”<sup>7</sup> – aproximamo-nos dos pátios das habitações-estorjo da pequena-burguesia berlinense, nos quais a experiência do limiar para a qual a cidade é escola insinua-se no ar insuflado desde pátios fronteiriços ou nas *loggias* suspensas sobre Cariátides que bordejam tais pátios – ali onde “chegava, abafado, o ruído da rua.”<sup>8</sup> Experiência do limiar especialmente extensa para além da soleira do lar burguês: entre a piscina pública, a livraria, os vendedores de ferro-velho e a biblioteca da *Krumme Strasse*<sup>9</sup>, Benjamin retoma a coincidência espacial de ritmos urbanos divergentes; já no *Tiergarten* inicia-se nos labirintos urbanos<sup>10</sup>, aprendendo a perder-se por veredas ao longo das quais coincidem o moderno e o antigo encarnados nas figuras que ladeiam seus caminhos ou na sombria arquitetura da coluna da Vitória.

Uma Berlim heterogênea em seus tempos e espaços, na qual já se mostra a montagem em trabalho – ali traduzida em obra. Através do corte e justaposição de imagens constrói-se uma escrita da cidade em quebra-cabeças, cuja lógica das zonas de passagem, característica da assinatura formal da obra, já assinava a trama urbana por ela examinada. Inesgotáveis fragmentos berlinenses, os quais expõem ao leitor um torso, composição aberta e inacabada, todavia, multifacetada que é – não deixa de ansiar por uma totalidade ao construir-se exemplarmente, ao operar mediante o corte delicado destas *sequências espaciais*. Tomadas de um fisionomista da metrópole a compor seus *tableaux berlinois*<sup>11</sup>.

Em carta de 21 de setembro de 1932 – ainda sobre a *Crônica berlinense* - Benjamin explicita para Jean Selz, crítico de arte e futuro tradutor de fragmentos da *Infância*, que buscou proceder no sentido contrário da suposição de um eu soberano, enunciador de uma verdade impermeável à generalização; procedeu, antes, pela recusa do eu, ou



melhor dizendo, pela recusa daquilo que neste o afasta da marca enigmática de um Agora nele inscrito. Assim sendo, na esteira da *Crônica*, a *Infância berlinense* decanta “recordações de infância, mas isentas de marcas demasiado individuais ou familiares. Uma espécie de *tête-à-tête* de uma criança com a cidade de Berlim por volta de 1900”<sup>12</sup>. Desta maneira, não pinta um retrato da infância do pequeno Benjamin, e sim planos urbanos impressos nas memórias de uma criança pequeno-burguesa, lançada em um espaço e em um tempo determinados.

Se podemos dizer que sua escrita de Berlim guarda certo traço memorialístico, seria necessário acrescentar que tal memória é clivada por um *inconsciente do tempo*<sup>13</sup> do qual derivam impurezas e deformações – condições de sua atualidade. Pois para além das imagens do passado, trata-se antes de como estas surgem ao presente da escrita. Alerta-nos o autor em suas “Palavras prévias”:

Procurei apoderar-me das *imagens* nas quais se evidencia a *experiência da grande cidade* por uma criança da classe burguesa.

Não me custa acreditar que tais imagens estão destinadas a ter um destino muito próprio (...). As imagens da minha infância na grande cidade talvez estejam predestinadas, no seu núcleo mais íntimo, a antecipar *experiências históricas posteriores*.<sup>14</sup>

Atento para a “irreversibilidade do tempo passado, não como qualquer coisa de *casual* ou *biográfico*, mas de *necessário* e *social*”<sup>15</sup> alcança-se aqui um traço objetivo das imagens mnemônicas, vertendo a memorialística no sentido da história. Em concordância com os editores alemães, a inflexão do sujeito ensimesmado ao campo de suas determinações de caráter coletivo segue par a par da passagem do conceito de vivência (*Erlebnis*) para o de experiência (*Erfahrung*)<sup>16</sup>, acentuando, portanto, a experiência da grande cidade enquanto necessariamente social, coletiva, e como o autor mesmo o indica, histórica.

Ao recuperar as imagens da infância sob a inspiração da *mémoire involontaire* – mas não exatamente sob sua forma –, *Infância Berlinense* ensaia uma história peculiar da cidade, angulada, sobretudo, na direção da rememoração da experiência estética e do hábito<sup>17</sup>, engendrados nos espaços, sejam estes um vasto parque berlinense ou o quarto de uma criança febril. Propomos que, antes de Paris, Berlim já encenara uma virada copernicana da história ao posicionar o historiador enquanto um receptor ativo de imagens. Em suma, um montador.

14 BENJAMIN, Walter. Palavras prévias In: *Infância berlinense*: 1900. p.70.

15 BENJAMIN, Walter. Palavras prévias In: *Infância berlinense*: 1900. p.69

16 TIEDEMANN, Rolf. Comentários In: BENJAMIN, Walter. *Infância berlinense*: 1900. p.135.

17 BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica; VELLOSO, Rita. *Experiência Estética e Arquitetura*.

18 BENJAMIN, Walter. Passagens. P.780.

19 Ibidem. p.765.

20 Ibidem. p.284

21 Ibidem. p.765.

22 BUCK-MORSS. Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens. p.108.

23 EINSTEIN, Carl. Notas sobre o cubismo. p.75.

24 EINSTEIN, Carl. Picasso, alguns quadros de 1928. p.31.

25 EINSTEIN, Carl. Picasso, alguns quadros de 1928. p.31.

Em certo sentido, *Infância berlinense: 1900* compreende o choque entre o outrora da criança berlinense e o agora do exilado parisiense na década de 30, perspectivando uma história construída sobre os fios de uma dialética em suspensão na medida em que suspende inquietas suas imagens descontinuamente dispostas sobre uma trama fragmentária – e na forma de uma exposição histórica da montagem, coerente com as descontinuidades entre a atualidade e os fragmentos do passado das diferentes épocas que a tocam.<sup>18</sup>

Neste sentido, insistimos, a montagem se eleva ao princípio da construção histórica<sup>19</sup>, que em domínio arquitetônico manifestou-se nas 12.000 peças férreas articuladas por 2,5 milhões de rebites da Torre Eiffel<sup>19</sup>. Estratégia de configuração deslocada por Benjamin da região do objeto para a do método, buscando, assim, “erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão”<sup>20</sup>, capturando em sua descontínua estrutura de fenômenos residuais os aspectos mais atuais do passado. Deslocamento o qual permite “desenhar uma dimensão construtiva da montagem”.<sup>21</sup>

## *Traços coplanares, literatura e plástica*

Construtividade visivelmente em marcha: lembremos que na esteira de Paul Cézanne, os cubistas acentuaram a “predominância do volume sobre a cor”<sup>22</sup>, ou como mencionamos, da plástica linear diante da plástica colorista. Aspecto a declinar sua pintura no sentido de uma prevalência tectônica, dispondo a cor sobre um esqueleto construtivo. “Cézanne foi o primeiro arquiteto de seu tempo, como hoje é o caso de Picasso”<sup>23</sup> arriscou o historiador da arte Carl Einstein. Para este alemão, os “campos de formas”<sup>24</sup> cubistas tornaram-se campo privilegiado dos achados construtivos para a arquitetura na aurora do XX ao comprimir “num só plano movimentos dos olhos correspondentes a diversos eixos”<sup>25</sup>.

A tectônica especialmente enfatizada na interpretação de Einstein do cubismo ocupou largo espaço noutros domínios – demasiado afins à tarefa crítica benjaminiana diante do espaço –, nos quais a montagem graçou enquanto método de conhecimento.

Num esforço curto, porém intenso, a revista *Documents* sob coordenação de Georges Bataille e Einstein – colegas de Benjamin na Paris ocupada – armou uma história da arte sob a forma do teatro de revista, tal qual definiu Ernst Bloch ao ler as cenas do moderno e do antiquado em *Rua de mão única*.<sup>26</sup> Tanto quanto a proposta filosófica benjaminiana, a história da arte tal construída pelos autores de *Documents* bebeu em formas aprofundadas pelas vanguardas do entreguerras.

Voltando-nos especialmente para os textos de Einstein, teórico do cubismo, percebe-se uma história intempestiva<sup>27</sup> fiada conforme um procedimento fragmentário no qual o ensaio de uma história da arte é em certa medida atravessado por suas paixões coplanares. Sinais de tal procedimento salientam-se em seu primeiro texto publicado em *Documents*: “Aforismos metódicos”. Ali qualquer pretensão de uma coerência única é algo indistinta, na medida em que composto por lampejos multidirecionais, nos quais observações de teor psicológico atravessam considerações do feito de um mitólogo a escrever sobre as vanguardas do XX. Nos defrontamos com disparos, linhas de fuga, cuja rede de relações constrói-se segundo o que lhe escapa. Põe-se em crise, assim, o conteúdo, mas também a forma clássica da *Kunstliteratur* ao instalar-se um princípio moderno, o princípio da montagem.

Na constelação montada pelo autor de *Negerplastik*, para além de comentários referentes à tardia arte do XIX, ou das mais recentes esculturas de Constantin Brancusi e Jacques Lipchitz, convivem exames de gravuras da renascença flamenga e italiana e uma etnologia da arte primitiva. Não por acaso, em seus textos sobre o cubismo, Einstein, colega de Michel Leiris<sup>29</sup>, antecipa um aspecto da interpretação de Alfred Barr Jr., encontrando sob a tectônica cubista os influxos da plástica africana<sup>30</sup>.

A escrita em montagem já fora ensaiada por Einstein, em seu romance *Bébuquin ou les dilettantes du miracle*, um romance em fragmentos composto no calor da hora da emergência cubista, sendo-lhe estritamente contemporâneo<sup>31</sup>. Como bem apontou Daniel-Henry Kahnweiler, *Bébuquin* apresenta uma “prosa cubista”<sup>32</sup>, cujo anseio mirava uma escrita capaz de realizar transformações na sensação em conformidade com os trabalhos cubistas.

Se aqui nos preocupamos na reconfiguração da percepção operada no período em que tantos dos trabalhos citados se situam, quanto a Carl Einstein cabe ressaltar o lugar dado aos espaços em sua teorização sobre a história da arte. Ainda em “Aforismos metódicos” assevera: “a história da arte é a luta (...) dos espaços inventados”<sup>33</sup>, situando

26 *Ibidem*. p.30.

27 JACQUES, Paola Berenstein. *Fantasmas Modernos*. p.32.

28 D’après Didi-Hubermann, no que descreve Carl Einstein como historiador atemporal, “bizarramente nietzschiano” (2015, p. 186).

29 Etnólogo e escritor, Leiris seria um especial interlocutor de Einstein em *Documents*, dada suas experiências juntamente ao Musée d’ethnographie du Trocadéro, no qual expunham-se objetos de arte saqueados pelo empreendimento colonial francês. Espaço de frequência de uma série de artistas parisienses, a coleção de obras africanas causou forte impressão em alguém como Pablo Picasso.

30 Lembremos a este título da máscara africana a qual porta a figura ao canto superior direito de *Les demoiselles d’Avignon*.

31 DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem-combate*. p.187.

32 KAHNWEILER, Daniel-Henry apud DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem-combate*.

tais espaços no núcleo de combate da história arte. Deslocando, contudo, poderíamos nos perguntar qual invenção espacial subjaz, por sua vez, à história da arte de Einstein. À sua escrita da arte subjaz uma fonte em comum com o cubismo: as sucessões multidirecionais de planos urbanos, cujo modelo projetado sobre a história lança lume sobre as vias heterogêneas de seu pensamento.

### *Cotidiano: a nova arte*

33 EINSTEIN, Carl. Aforismos metódicos In: Documents. p.21

34 No já citado prefácio à “História da arte como história da cidade” de Argan (2014,

35 Vemos, por exemplo, o cotidiano emergindo como aquisição dadaísta e estratégia surrealista; a fragmentação, o recorte e a colagem acontecem no cubismo e no dadaísmo, etc. Trata-se, antes, de uma identidade epistemológica entre os conceitos; como nos lembra Jacques (2011), há uma estética do fragmento, que pressupõe, em grande medida,

Na tentativa de definir a montagem nas artes, devemos retornar a Benjamin em sua análise do romance *Berlin Alexanderplatz*, de Alfred Döblin. “O princípio estilístico do livro é a montagem. Material impresso de toda ordem, de origem pequeno-burguesa, histórias escandalosas, acidentes, sensações de 1928, canções populares e anúncios enxameiam esse texto”, nos diz Benjamin (1985, p. 56). Não se trata somente de todos os ângulos de tomada de um objeto, mas de todos os tempos. A montagem, assim, constitui-se, mais do que nas múltiplas vistas da forma de um objeto, nos múltiplos tempos de sua apreensão, o que chamaremos “cotidiano”. Ainda que estejamos na literatura, esse princípio não se afasta das novas elaborações plásticas. Mais adiante no texto, Benjamin correlaciona: “Em sua luta fanática contra a obra de arte, o dadaísmo colocou a seu serviço a vida cotidiana, através da montagem. (...) Em seus melhores momentos, o cinema tentou habituar-nos à montagem” (idem).

Aqui reencontramos em Benjamin aquilo que Velloso (2018, p.165) chama “cidade-imagem”, ou seja, uma miríade de fragmentos recolhidos à vida urbana que, justapostos e combinados, permitirão ver dialeticamente, “descobrir a cristalização do acontecimento total na análise dos pequenos momentos particulares” (idem, p.170). É nesse sentido que Corradi<sup>34</sup> e Huchet (2005, p.178) dirão, respectivamente, que a cidade e a arquitetura são os modelos para a *Gesamtkunstwerk*.

Na leitura benjaminiana, todas essas passagens se encontram interligadas entre as diversas artes<sup>35</sup>, porém cabe aqui destacar o cinema e a literatura, que acontecerão em grande proximidade. Se, por um lado, o cinema tomava à literatura seus roteiros<sup>36</sup>, a literatura passará a incorporar cada vez mais técnicas do cinema. A proximidade com a metrópole se estreita nos sempre lembrados Flaubert e Baudelaire, mas será no cenário da literatura alemã que sua forma explodirá, tomada pelo que Benjamin, em *Berlim Alexanderplatz*, chama de montagem.

Um exemplo alternativo é Joseph Roth, com seu jornalismo cultural. Na coletânea de suas crônicas sugestivamente intitulada *Berlim*, seu prefácio de 1921, chamado “O que eu vejo”, começa elencando elementos da cidade: um cavalo, uma criança, um policial, uma moça, um homem, um quiosque, pontas de cigarro, e assim por diante. Estamos declaradamente em um regime visual. A seguir: “Em face dos acontecimentos microscópicos, todo o patético se esvazia no erro, na insignificância. O diminutivo das partes impressiona mais que a monumentalidade do todo. (...) Quanto a mim, eu passeio.” (ROTH, 2006 p.14)<sup>37</sup>. Ao longo de suas crônicas, Roth descreverá recortes da metrópole alemã, consciente, porém, de que ainda que em uma perspectiva vertiginosa, esses fragmentos correspondem à própria maneira como a cidade se configura – coincidência entre forma e conteúdo. “Berlim é uma jovem e infeliz cidade do futuro. Sua tradição tem um caráter fragmentário. (...) Uma bagunça ordenada, uma arbitrariedade que segue à risca um plano, desorientação que parece ter propósito claro” (idem, p.106).

36 Como em muitos filmes do expressionismo alemão, notoriamente em Murnau, com *Nosferatu* (1922) e *Fausto* (1926), ou em “*O Golem*” (1920) de Paul Wegener, etc.

37 “Nada é, tudo significa” – ele diz na página seguinte.

Um movimento análogo àquele realizado por Roth pode ser visto no cinema em *Berlim: sinfonia da metrópole*, filme de Walter Ruttmann de 1927, em que cenas simplesmente gravadas à rua se sucedem, divididas tematicamente em cinco atos que vão do despertar da cidade, com os trabalhadores dirigindo-se a seus empregos, até o trânsito, bondes e trens urbanos, as máquinas, operadoras de telefonia, um cortejo policial em torno de Hindenburg e a vida noturna da cidade. Muito semelhante ao que Siodmak e Ulmer fizeram em *Gente no domingo* (1930), ainda que nesse haja uma narrativa figurando por trás das imagens. Nessa película, uma série de cenas de um grupo de quatro pessoas divertindo-se em um parque natural em Berlim se sucede, com atividades como nadar, comer e jogar pega-pega. Há uma ênfase nos transportes e na infraestrutura urbana.

A objeção que a essa altura se pode levantar é a de se haveria, também, plástica em cinema e literatura. A isso nos responde Dubois (2012, p. 100) com a identidade etimológica entre “plástica” (do grego “plasma”) e figuração (do radical latino “fig”), ambos significando “maleável”. Trata-se de um empréstimo do escultural pelo qual as artes referem-se à transformação da matéria, à “presença fenomenal das coisas” (idem, p.99); é o processo que estabelece sobre a “mera coisa” um sistema de remissões que possibilita o significado, ou seja, que uma coisa fale por outra e emerja como forma. Nesse sentido, como Dubois adverte (idem, p.100), trata-se de um processo

entre a presença e a representação. Nos limites desta análise, onde as características da montagem aparecem, ali está o vínculo com a plástica – a bem dizer, no cinema e na literatura, nos modos de narrar, análogos que são aos modos de construir e experimentar a cidade no mesmo período.

A nova sensibilidade não só advém de uma espacialidade, como sugere uma temporalidade divergente do tempo homogêneo e vazio de uma progressão qualquer. Ao cortar, desmontar e montar os intervalos, a montagem propõe soluções abertas e incompletas, sempre por vir, por se refazer, mas também por escapar e tornar visíveis as limiaridades de cada agora. Posto em trabalho, tal método “escapa às teleologias, torna visíveis as sobrevivências, os anacronismos, os encontros de temporalidades contraditórias que afetam cada objeto, cada acontecimento, cada pessoa, cada gesto”<sup>38</sup>.

Na encruzilhada entre simultaneidade e sucessão, a montagem nos aponta as heterogeneidades do tempo e do espaço, especialmente visíveis na espessura histórica do meio urbano, em constante diálogo consigo e com espaços outros. Seguindo este trilho, a metrópole se fez o experimento que mais fortemente concorre para a espacialização do tempo. Inspirada por tal entrecruzamento, a montagem foi feita a criatura sensível por excelência para um panteão de berço moderno. O princípio que a arte da primeira metade do século XX coloca a trabalhar é o mesmo que a arquitetura colocava anteriormente.

Nesse sentido, podemos definir “plástica” como a epistemologia de uma certa coincidência entre forma e conteúdo que permite a representação. Assim, concluímos este raciocínio com uma citação de *Histoire(s) du Cinéma*, de Jean-Luc Godard, citada por Dubois (idem, p. 102):

(...) com Édouard Manet começa a pintura moderna, isto é, o cinematógrafo, isto é, formas que caminham em direção à palavra, muito exatamente: uma forma que pensa<sup>39</sup>.

38 DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. p.212.

39 Com Manet, ou terá sido com Cézanne?

Propomos, na esteira de Carl Einstein, que tenha sido a partir do segundo. Nessa citação propomos uma correlação com a definição de Velloso (2018) das “imagens-pensamento” de Walter Benjamin, ou, mais além, do conceito que a própria autora constrói a partir daí: cidade-imagem-pensamento.

## Referências

- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 6.ed.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: L&PM, 2020.
- BENJAMIN, Walter. *A crise do romance: Sobre Alexanderplatz, de Döblin*. In: *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. 3.ed. p. 54-61.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: Infância berlinense: 1900*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BERNARD, Émile. *Paul Cézanne*. In: DORAN, Michael (Org). *Conversas com Cézanne*. Trad. Júlia Vidile. São Paulo: Editora 34, 2021. p. 64-81.
- BOLLE, Willi. *Fisionomia da metrópole moderna*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- BUCK-MORSS, Susan. *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o Projeto das Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- CORRADI, Bruno. Prefácio. In: ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 6.ed.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem-combate: Inatualidade, experiência crítica, modernidade*. In: *Diante do tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. pp.183-251.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem-malícia: História da arte e quebra-cabeça do tempo*. In: *Diante do tempo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. pp.102-165.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tocam o real*. In: *Pós*. Belo Horizonte: Vol.2, n.4, 2012. pp.204-219
- DÖBLIN, Alfred. *Berlin Alexanderplatz*. Trad. Irene Aron. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- DUBOIS, Philippe. *Plasticidade e cinema: a questão do figural*. In: HUCHET, Stéphane (Org). *Fragmentos de uma teoria da arte*. São Paulo : Editora USP, 2012. p. 97-119.
- EINSTEIN, Carl. *Documents: Carl Einstein 1929-1930*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2019.
- HUCHET, Stéphane. *Horizonte tectônico e campo plástico: de Gottfried Semper ao Grupo Archigram: pequena genealogia fragmentária*. In: MALARD, Maria Lúcia (Org). *Cinco textos sobre arquitetura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 169-235.
- HUCHET, Stéphane. *Do ver ao mostrar: representação e corpus da arte*. In: HUCHET, Stéphane (Org). *Fragmentos de uma teoria da arte*. São Paulo: Editora USP, 2012. p. 263-289.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011. 4.ed.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Fantasmas modernos: montagem de outra herança v.1*. Salvador: EDUFBA, 2020.

LARGUIER, Léo. *Le dimanche avec Paul Cézanne*. In: DORAN, Michael (Org). *Conversas com Cézanne*. Trad. Júlia Vidile. São Paulo: Editora 34, 2021. p. 30-42.

ROTH, Joseph. *Berlim*. Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VELLOSO, Rita. *Experiência estética e Arquitetura*. In: *Urbano-Constelação*. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022. p.150-193.

VELLOSO, Rita. *Modos de des-ver: post-scriptum à fantasmagoria*. In: *Urbano-Constelação*. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022. p.194-233.



